



**PODER EXECUTIVO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

WILLAS DIAS DA COSTA

**OS PATRÕES DO PURUS: ELITES FUNDIÁRIAS, PODER E NOVAS DINÂMICAS
TERRITORIAIS NO SUL DO AMAZONAS**

MANAUS

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Defesa de Tese de Doutorado



WILLAS DIAS DA COSTA

**OS PATRÕES DO PURUS: ELITES FUNDIÁRIAS, PODER E NOVAS DINÂMICAS
TERRITORIAIS NO SUL DO AMAZONAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Thereza Cristina Cardoso Menezes

MANAUS
Agosto de 2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

	Costa, Willas Dias da,
C837o	Os padrões do Purus: Elites Fundiárias, poder e novas dinâmicas territoriais no sul do Amazonas. / Willas Dias da Costa. 2017 238 f.: il. color; 31 cm.
	Orientadora: Thereza Cristina Cardoso Menezes Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.
	1. Amazônia. 2. Poder. 3. Sul do Amazonas. 4. Territorialidade. 5. Rio Purus. I. Menezes, Thereza Cristina Cardoso II. Universidade Federal do Amazonas III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Defesa de Tese de Doutorado



BANCA EXAMINADORA:

Realizada em 18 de agosto de 2017

Professora Doutora Thereza Cristina Cardoso Menezes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS-UFAM
Orientadora e Presidente da Banca

Professora Doutora Ana Carla dos Santos Bruno

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS-UFAM
Examinadora interna

Professora Doutora Maria Helena Ortolan

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS-UFAM
Examinadora interna

Professor Doutor Davi Avelino Leal

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Examinador externo

Professora Doutora Katiane Silva

Universidade Federal do Pará - UFPA
Examinadora externa

Aos povos do Médio Purus, aos meus avós Maria Ondina, Antônio Dias que com suas histórias me inspiraram a perseverar na vida. Ao meu pai João Cabral da Costa que apesar de não ter estudado, mas sonhou com esse momento e encontra-se presente na minha vida em toda essa caminhada e seus ensinamentos nunca serão esquecidos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus familiares pela presença constante e pelo incentivo à minha trajetória de estudo. João Cabral da Costa (In Memória), Sônia Luiza Dias da Costa e meus irmãos Ana Cristina Dias da Costa e Wandemberg Dias da Costa.

A minha família que durante esse período vivenciou minha ausência nos vários momentos deste trabalho, obrigado, a minha filha que proporcionou uma alegria desde sua chegada e entendeu a distância do pai em alguns momentos da vida dela Weinda Santos da Costa. A você dedico esse trabalho. A Nonata Galvão dos Santos por ter ajudado nessa empreitada de trabalho.

A minha família Dias às tias e tios: Dulcelene, Vitória, Frank, Inacio, Julio, Auxiliadora. Aos primos e primas: Juliana, Tatiana, Kelly, Heverson e todos que não é possível enumerar.

A família Costa/Matozinho de Beruri em especial a minha tia amada e única tia Laíde Matozinho irmã do meu pai que não tenho palavras para expressar meu amor por ela. Aos meus primos e seus filhos de Beruri que sempre me acolheram na passagem por esse lugar do qual tenho ótimas lembranças. Essa família me ajudou a conhecer o Purus e desde então esse laço nunca se quebrou.

A minha família Dias/Sampaio de Rondônia em Porto Velho que me acolheu nas oportunidades em que passei pela cidade enquanto viajava para Lábrea. Em especial a Tia Fátima que a conheço há muito tempo e considero como uma “mãe”. As tias e toda a família que em ajudaram nesse período.

Aos amigos de trajetória de estudos iniciado no Instituto de Educação do Amazonas e que permaneceram amigos inseparáveis mesmo com o distanciamento dos estudos posteriores: Claudia Nattacha, Mirian, Daniel, Antônio Junior, Davi, Edson, Tatiana Afonso e todos aqueles que sabem da amizade que guardo deles

Amigos da UFAM nas duas graduações que passei por essa instituição: Stela Mary, Michelle Serão, Sérgio, Rosangela, Ângelo, Sergio Sócrates, Rebeca e aos professores dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais que ajudaram nas aulas e nas conversas ao longo deste processo.

Aos amigos que conheci na Secretaria de Educação e que acompanharam essa trajetória: Lenice Salerno, Neirelane, Fabiola, Luciene, Alderise, Estelita.

Aos amigos que tenho como irmãos: Luciane Marinho, Luís Augusto, Flávia Brito.

Aos meus colegas da turma 2012 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas: Chris Lopes da Silva, Fernando Penna Sebastião, Francisco Souza da Cunha, Ingrid Daiane Pedrosa de Souza, João Paulo Lima Barreto, José Reginaldo de Oliveira, Josias de Souza Sales, Mislene Metchacuna Martins Mendes, Neon Solimões Paiva Pinheiro, Rodrigo Fadul Andrade, Rosilene Fonseca Pereira, Claudina Azevedo Maximino, Cloves Farias Pereira, Emmanuel de Almeida Farias Júnior, Lígia Raquel Rodrigues Soares, Maglúcia Izabel de Assis Oneti, Marília de Jesus da Silva e Sousa, Rancejânio Guimarães. Não tenho palavras para descrever como foram importantes para a minha formação as discussões com vocês tanto na sala de aula, como nos bares e nas festas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM pela bolsa de doutorado que investiu e possibilitou a minha permanência na pós-graduação; e também ao apoio financeiro advindo do Edital Universal do CNPq 2010-2012 que permitiu minhas primeiras idas ao campo. Dito isso, agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas – FAPEAM, que através do Programa de Apoio a Núcleos Emergentes – PRONEM e a Universidade Federal do Amazonas pelo financiamento parcial do meu penúltimo trabalho de campo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas pelas aulas, aprendizado e pelos momentos troca e de confraternização. Agradeço, sobretudo, a amizade construída ao longo deste período com Franceane Correa, secretária do PPGAS-UFAM e pessoa ímpar na etiqueta para lidar com todos nas situações mais adversas e pelo notável zelo profissional.

Agradeço imensamente a professora Dra. Ana Carla dos Santos Bruno, que sempre me apoiou com mensagens positivas nos momentos difíceis, pelas conversas em campo, pela orientação nas horas de indecisão e pela leitura atenta das várias versões do texto aqui presente.

À Comissão Pastoral da Terra pelas conversas com Quéops que ajudaram a compreender a dimensão do trabalho desta entidade na região e o caráter da luta pelos direitos de muitas das pessoas citadas neste texto.

À Comissão Indigenista Missionária, representada por Hoadson, Ione e Adriana que esclareceram muitas das minhas dúvidas a respeito da história dos movimentos indígenas no médio Purus e a singularidade da presença do CIMI nestes movimentos.

À Prelazia de Lábrea por permitir o acesso da documentação em posse da instituição que permitiu compreender um dos vetores centrais de construção da atual configuração regional. Dom Jesus e Leydiane Rebouças contribuíram com informações importantíssimas.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação Biológica (ICMBio), através de Henrique e Leonardo Pacheco, por permitir o acesso à unidade de conservação durante as atividades de mapeamento social e acompanhamento da construção do Plano de Utilização da Resex Médio Purus.

À Associação dos Produtores Rurais da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT) representada por Antônio, Chicão, Miqueias, Silvério, Elie que nos contaram a história de luta da entidade.

À Associação de Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (ATAMP) pela oportunidade de conhecer a história da criação da unidade de conservação e pelas parcerias nos projetos atuais e futuros. Zé Maria I, Zé Maria II, Azeite, Napoleão, Antônio Davi, José Dutra, Seu Benedito, Edideus, Seu João do Cassianã, Valdinei e outras lideranças que são personagens centrais deste trabalho e muito ajudaram a desvelar o universo extrativista do Purus.

À Associação de Mulheres Indígenas do Médio Purus (AMIMP) por nos esclarecer a importante presença das mulheres na construção do movimento indígena da região através de sua Presidente Socorro Apurinã.

À Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP), representada por Zé Bajaga Apurinã, Sr Marcelino, João Baiano, Francisco e Mara Jarawara e por muitas outras lideranças de aldeias que me possibilitaram conhecer a história dos grupos e a diversidade de práticas dos povos indígenas. Agradecimentos especiais também a Edmilson Paumari e sua família, fundamentais nesta empreitada.

Ao Sr. Miguel que durante o período de trabalho de campo colaborou com essa pesquisa através de conversas e diálogos que ajudaram a compreender o contexto de Lábrea. Pelo período de estadia e nas possibilidades de acolhimento em momentos difíceis.

À minha segunda família, o Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais (NEPTA), sobretudo Auriédia, Cloves e Mariana, Josias, Maria Helena, Gláucia Baraúna, que nas conversas e diálogos ao longo desse período de doutorado permitiram surgir idéias luminosas e um forte sentimento de pertencimento a uma comunidade coesa. Agradeço a vocês que não apenas colegas de núcleo de pesquisa, mas parceiros para toda vida, para todo momento.

A Márcia Oliveira companheira de todos os momentos que acreditou em mim desde o início da minha caminhada no momento em que nossas vidas se cruzaram e disto resultou o meu crescimento em todos os sentidos e fez de mim, não apenas um homem melhor, mais, um ser humano diferente e sensível a novas questões. Com ela consegui perceber novas posturas e visões da sociedade. Uma mulher diferenciada a quem agradecerei o resto das nossas vidas.

A minha orientadora Professora Doutora Thereza Menezes que desde a primeira conversa me recebeu de forma única e depositou uma confiança nunca recebida. Para ela que foi espinha dorsal deste trabalho, não há palavras suficientes para elogiar e agradecer. Para você, Thereza, minha eterna gratidão. Por tudo que vivemos e construímos ao longo desse tempo.

COSTA, Willas Dias da. **Os padrões do Purus: elites fundiárias, poder e novas dinâmicas territoriais no sul do Amazonas.** Manaus: Tese de Doutorado / Orientadora Cristina Cardoso de Menezes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Universidade Federal do Amazonas, 2017.

Resumo

No presente estudo se observa que na Amazônia o poder encontra-se presente em todo processo histórico e vai se reconfigurando de acordo com as mudanças contextuais em diferentes momentos e com manifestações variadas, como é o caso dos padrões do Purus que representam as elites fundiárias os comerciantes e os políticos locais com importante influência nas novas dinâmicas territoriais no sul do Amazonas. Numa região cobijada pelas riquezas naturais os interesses econômicos se apresentam em novos arranjos de controle e em diferentes níveis de dominação social, política e econômica dos povos e dos recursos da região. Resultado de extensa pesquisa de campo realizada com lideranças locais, representantes das organizações dos povos indígenas, dos movimentos sociais e ambientais e com personagens influentes na política e na economia da região, esta tese de doutorado cumpre o objetivo de apresentar as novas dinâmicas de poder representadas nas forças políticas regionais que passam a operar através de pessoas que se colocam como mediadores políticos e representantes dos interesses regionais com extraordinária representatividade e influência na região. A pesquisa qualitativa baseou-se no levantamento de registros documentais sobre a região, na produção historiográfica, na observação participante e na coleta de relatos de patrões, políticos, empresários, trabalhadores rurais, extrativistas, indígenas e religiosos que atuam nos municípios do Médio Purus. Buscou-se, através da observação, de inúmeras entrevistas de campo e da etnografia, identificar os processos de desenvolvimento e declínio da economia seringalista na região, seus impactos e consequências para os processos de implementação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, atentando para os processos de mobilização e gestão territorial dos diversos agentes sociais que dele participam. Constatou-se a estratégica omissão do Estado enquanto presença institucional na região que resulta no fortalecimento, legitimidade e persistência da

dominação privada nestes territórios através em múltiplas formas de dominação com atenção especial para a forma como a gestão territorial vêm sendo conduzida para a manutenção e controle da dinâmica do poder local.

Palavras-chave: Amazônia; padrões; poder; associações; Estado; território; Médio Purus

THE BOSSES OF THE PURUS: LAND ELITES, POWER AND NEW TERRITORIAL DYNAMICS IN THE SOUTH OF THE AMAZON

Abstract

In the present study it is observed that in the Amazon the power is present in all historical process and is being reconfigured according to the contextual changes in different moments and with varied manifestations, as is the case of the Purus masters who represent the landed elites Traders and local politicians with important influence in the new territorial dynamics in the south of the Amazon. In a region coveted by natural wealth economic interests are presented in new arrangements of control and in different levels of social, political and economic domination of the peoples and resources of the region. As a result of extensive field research conducted with local leaders, representatives of indigenous peoples' organizations, social and environmental movements and influential figures in the region's politics and economy, this doctoral thesis fulfills the objective of presenting the new dynamics of power represented in the regional political forces that come to operate through people who act as political mediators and representatives of regional interests with extraordinary representation and influence in the region. The qualitative research was based on the collection of documentary records about the region, on the historiographic production, on the participant observation and on the collection of reports of the bosses, politicians, entrepreneurs, rural workers, extractivists, indigenous and religious who work in the municipalities of the Middle Purus. Through observation, numerous field interviews and ethnography were used to identify the processes of development and decline of the rubber economy in the region, their impacts and consequences for the implementation processes of Indigenous Lands and Conservation Units, Processes of mobilization and territorial management of the various social agents that participate in it. It was observed the strategic omission of the State as an institutional presence in the region that results in the

strengthening, legitimacy and persistence of private domination in these territories through multiple forms of domination with special attention to the way territorial management has been conducted for the maintenance and control The dynamics of local power.

Keywords: Amazon; Bosses; power; Associations; State; territory; Medium Purus.

Lista de Mapas

Mapa 01: Distribuição dos Seringais na região do Médio Purus com passagem e marcações de William Chandles p.41

Mapa 02: Seringal em Lábrea – Médio Purus p. 46

Mapas 03, 04, 05, 06 e 07: Processo de desmatamento em Lábrea desde a década de 1970 a 2010. P. 63, p.64, p.65, p.66 e p.67.

Mapa 08: Panorama Atual do Complexo Purus. p.153

Lista de Figuras

Figura 01: Mapa Chandles, p. 32

Figura 02: A Igreja e suas influências, p. 55

Figura 03: Trechos da BR 319 na altura do município de Lábrea, p. 106

Lista de Siglas

AGU – Advocacia Geral da União

AMIMP – Associação de Mulheres Indígenas do Médio Purus

APADRIT – Associação dos Produtores da Assembleia de Deus do Rio Ituxi

ATAMP - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNS – Conselho Nacional de Populações Extrativistas

COIAB – Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FOCIMP – Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IEB – Instituto de Educação do Brasil

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação Biológica

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPF – Ministério Público Federal

NEPTA – Núcleo de Políticas Territoriais na Amazônia

OPAN – Operação Amazônia Nativa

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

Introdução	15
1. Um breve olhar sobre o Purus	26
1.1 O sonho da passagem Purus/Beni	29
2. O seringal e os processos de territorialização do Purus	39
2.1 Breves considerações sobre o povoamento do Purus	40
2.2 Processos de aviamento no Purus	47
3. Processos de dominação dos povos do Purus	52
3.1 Dominação da Alma	52
.....	
3.2 Processo “civilizatório” dos Povos Indígenas	56
4. “Crise da borracha” ou ponto de ignição?	60
4.1 Patronagem e Estado na Amazônia	74
4.2 Patronato de gerações	84
4.3 Os patrões e a política	91
4.4 Do seringal para o comércio	96
4.5 De patrão da borracha para patrão da madeira	104
5. Complexo Purus: uma fronteira agrícola na Amazônia	118
5.1 A formação das cidades do Complexo Purus	121
5.2 Lábrea: a cidade do sol	134
6. Novas dimensões do Poder	148
6.1 A Fronteira Agrícola no Sul do Amazonas: Os patrões da Modernidade	153
6.2 “A Revolução do Bichos”	158
6.3 Patrões e Política: Laços eternos	170
6.4 De regatão a comerciante	181
6.5 Instituições no sul do Amazonas: O que querem?	187
6.6 Novas ferramentas do poder ou novas oportunidades	207
6.7 Ascensão: Estado Terceirizado	209
Considerações Finais	228
Referências	230

Introdução

A escolha de um objeto de pesquisa passa por recortes. Quanto maior o acúmulo de conhecimento, mais complexa é a tomada da decisão. Quando iniciei o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas vislumbrava múltiplos caminhos e o tema apresentado no projeto encaminhado ao processo seletivo sempre foi acompanhado de muitas incertezas e inseguranças teóricas e metodológicas.

Passados alguns meses do início das aulas, ainda no primeiro período do curso, algumas reflexões apontaram para a mudança da proposta apresentada no projeto de ingresso ao doutorado. Ao procurar a Professora Doutora Thereza Cristina Cardoso Menezes para uma conversa sobre uma possível revisão do projeto de doutorado, cogitei a possibilidade dela me orientar. Ela não apenas acenou de forma positiva para essa possibilidade como sugeriu que pensasse uma pesquisa na região do Purus¹, na qual ela vinha desenvolvendo pesquisas desde 2007 e montando uma equipe de pesquisadores.

Ao refletir sobre a proposta me veio a mente uma boa sensação de retorno. Lembro aqui que minha relação com Purus começou dentro do ambiente familiar. Meu pai nasceu no município de Beruri e sua família toda habitava ainda nesta cidade localizada na região do

¹ Segundo o historiador e escritor Sebastião Antônio Ferrarini a origem do nome Purus vem do seu antigo nome Puru-Puru. De acordo com Dom Macedo Costa, este nome teria sido dado pelos Purupuru, povo que habitava suas margens na região do atual Médio Purus. Hoje denominados Paumari, que é a junção de Poá (eu) e Mary (gente), respondiam aos não indígenas, admirados por suas pinturas corporais, quando perguntavam “quem eram”: “Eu? - Gente” (FERRARINI. 1978 p.16)

Baixo Rio Purus². Devido a este fato, durante a adolescência passei vários períodos de férias nessa cidade, na minha mente repleta de boas lembranças das viagens de barco que duravam dois a três dias de Manaus a Beruri. Ainda nesta fase da vida aprendi a admirar a paisagem e as pessoas que moravam no município e com as quais convivía durante as férias, ou seja, eu tinha uma aproximação desde muito jovem natural e CE caráter fortemente afetivo com esse rio e sua gente. Porém, passada a fase da adolescência, houve um longo intervalo de distanciamento dessa realidade, ocupado com a realização do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas e logo em seguida na minha inserção no mercado de trabalho na área da educação.

Passados alguns anos, ainda longe do Purus e buscando uma reaproximação com a vida acadêmica visando a realização futura do mestrado em Educação, na mesma universidade, conheci um grupo de pesquisadores que eram responsáveis pela gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu-Purus. Nessa ocasião, meados de 2004, a recém-criada RDS Piagaçu-Purus passava pelo primeiro processo de organização e gestão, que implicava na criação de várias equipes técnicas de manejo e monitoramento da área. Durante esse processo conheci o coordenador da Equipe Técnica Social, o professor Luiz Antônio Nascimento de Souza, professor do Curso de Ciências Sociais da UFAM que buscava pessoas para compor sua equipe de pesquisas de campo que nesta ocasião e que contava apenas com a cientista social Luciane Costa, que atuava como assistente de pesquisas.

Ao me integrar a Equipe Técnica Social da RDS Piagaçu-Purus retornei ao Purus e, enquanto parte de uma equipe, estabelecemos uma nova relação, agora na condição de pesquisador desenvolvendo importantes trabalhos de levantamento sócio econômico das inúmeras comunidades ribeirinhas e indígenas que compunham o mosaico populacional e territorial da RDS Piagaçu-Purus. Esse trabalho me permitiu conhecer de maneira mais

² O Baixo Purus é a parte mais próxima à sua foz no Rio Solimões, onde o rio cruza os municípios amazonenses de Tapauá, Anori e Beruri.

profunda a realidade dessa região do Baixo Purus, marcada por diversos conflitos agrários, disputas territoriais entre indígenas e ribeirinhos, e muitos conflitos socioambientais que envolviam principalmente o controle do extrativismo da castanha, a caça e a pesca na área da RDS.

Esta experiência durou aproximadamente dois anos e permitiu muitas viagens ao Purus, abriram-se, portanto, diversas possibilidades de futuras pesquisas relacionadas, principalmente, aos aspectos socioeconômicos e culturais da região. Simultaneamente ao ingresso no Mestrado em Educação no PPGE/UFAM, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, ofereceu um curso em nível de especialização em Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia. Ingressei neste curso e iniciei um processo de aprofundamento das questões até então levantadas no baixo Purus. Não consegui concluir este curso devido a incompatibilidade com o tempo a ser dedicado ao mestrado, mas despertou-me o interesse pela antropologia como uma possibilidade concreta de aprofundamento da configuração social na região do Purus. Em parte, esse aprofundamento foi alcançado na dissertação de Mestrado em Educação³, na qual tratei da temática da educação diferenciada numa escola da Terra Indígena Laranjal, do Povo Mura, localizada na circunscrição da RDS Piagaçu-Purus.

Após concluir a dissertação de mestrado a aproximação com a antropologia tornou-se maior, particularmente devido ao ingresso na equipe de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia sob a coordenação do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. Entretanto, o retorno ao Purus foi adiado até a conversa com a professora Thereza Menezes. Realizar uma pesquisa dentro de uma perspectiva antropológica situada no Purus pareceu uma ótima oportunidade de retomar experiências anteriores de forma aprofundada.

³ Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas intitulada “Escola do laranjal: processos educativos em Terra Indígena do Lago Arapuá e a construção da Identidade Mura na Região do Purus, defendida em 2008 sob a orientação da professora Doutora Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weiguel.

Na presente tese apresentamos alguns aspectos que revelam a complexidade dessa região da Amazônia ainda pouco estudada. Trata-se de uma configuração com grande densidade histórica, pouco abordada do ponto de vista dos povos da região, e sim, sob a ótica de viajantes, religiosos ou elites que dominaram e exploraram territórios e povos do Purus.

A pesquisa de campo realizada durante todo o período do doutorado, em vários períodos de campo entre 2011 a 2015, apontou para uma persistência nas relações sociais de uma gramática da *patronagem*. Vale lembrar que apesar da decadência da empresa seringalista no século XX, atualmente, muitos patrões e ex-patrões continuam detentores de grande prestígio político, poder econômico e social em praticamente toda esta região.

Durante a pesquisa de campo pautada na metodologia qualitativa, ao percorrer terras indígenas e reservas extrativistas e mesmo as sedes dos municípios de Lábrea, Canutama e Tapauá, percebeu-se nas conversas e na observação participante, a forte presença e influência de famílias tradicionais liderando grupos políticos e econômicos que começaram a construir seu prestígio em atividades atualmente decadentes como extração e comércio da borracha. Muitos destes grupos superaram a crise, reconverteram-se economicamente e mantiveram forte controle das esferas políticas municipais.

Em termos metodológicos, a pesquisa buscou examinar as configurações sociais e histórica nas quais se produziram o controle e o poder sobre territórios e suas populações, analisando a conformação destas configurações no tempo e as relações de interdependência entre os indivíduos foram estabelecendo (Elias, 2006). No entanto, o foco a partir do qual se buscou realizar este exame foram os indivíduos e instituições concretas diretamente envolvidas no esforço de promoção destes processos. Com esta abordagem tento romper com o tradicional enfoque geopolítico que trata relações de poder e espaço geográfico na Amazônia como processo sem sujeito ou dirigidos por entidades abstratas como o “Estado, as organizações o

internacionalismo, os movimentos sociais”, cujas ações se explicariam por suas vinculações aos interesses econômicos, soberania ou controle territorial” (MENEZES, 2015).

Dados de pesquisas apontam um processo diverso e pouco estudado de redefinição de fronteiras e novas formas de gerir-las se desenhando nos últimos anos na Amazônia. Um processo que se desenhou em grande medida pelas forças de pressão e reação de diversos agentes presentes tanto nos centros de tomada de decisão do Estado, como por práticas de agentes que visibilizaram o âmbito local.

Esse trabalho foi guiado pelo esforço de evitar categorias abstratas como processos e agentes sem rosto, mas procurando tomar os indivíduos e suas práticas como o fio condutor para a compreensão de processos sociais. Analisar, a partir de uma etnografia dos arquivos (CUNHA, 2004;) combinada aos estudos etnográficos (COMAROFF, 2010) “nos permite entender o discurso e as práticas de produção de novas formas de gestão territorial, reinscrevendo-as no mundo social dos agentes que dele fazem parte, levando-se em conta as outras dimensões de sua vida e devotando atenção às relações que os agentes sociais entretêm naquele mundo, às obrigações que os vinculam; concepções de mundo. Dentre as quais "examinamos em uma perspectiva histórica e etnográfica, o significado das mudanças para os indivíduos nelas implicados e daqueles dela excluídos” (MENEZES, 2015).

Na pesquisa optei em romper uma visão naturalizada do arquivo. As fontes arquivísticas durante muito tempo foram concebidas como construções prontas para serem utilizadas e interpretadas por leitores especializados. Sua organização, diferenciação e hierarquia interna não são matéria de observação. Quando muito, são descritas de modo a informar o leitor sobre sua amplitude e, muito pouco, sobre sua natureza, usos e finalidades. Em vez de os arquivos serem concebidos como produto de uma série de intervenções de caráter técnico — atividades supostamente naturais de classificação, ordenação e instituição

de marcadores temáticos e cronológicos, eles serão o objeto da reflexão em termos de seu processo de constituição.

Os arquivos usados neste trabalho buscaram recuperar mantêm afinidade com a produção de saberes colonial e com a prática de seus agentes diretos e indiretos.

Conforme assinala Cunha (2004: pp.292), além de emblema de poder e conhecimento, os arquivos coloniais inventaram e aperfeiçoaram formas específicas de produzi-los, ou seja, técnicas específicas de manutenção e ordenação de conjuntos documentais diversos focados em perpetuar elementos que pudessem testemunhar e registrar o contato, as formas de dominação, a violência e o poder da superioridade racial e cultural das metrópoles sobre seus súditos coloniais.

A pesquisa exigiu uma investigação de arquivos, parte deles existentes em Lábrea (arquivo fotográfico que registra a presença da Igreja nos seringais e áreas indígenas, pertencente à Prelazia) e instituições (entidades indigenistas FUNAI, ICMBIO). Os arquivos pertinentes aos objetivos da pesquisa não serão vistos como vestígios de eventos e passados, mas como passíveis de interpretação. Constituiriam temporalidades múltiplas inscritas em eventos e estruturas sociais transformados em narrativas subsumidas à cronologia da história por meio de artifícios classificatórios (Cunha 2004: 292). Os arquivos poderiam ser encarados como territórios nos quais a história não é buscada, mas contestada, uma vez que constituem espaços nos quais outras historicidades são suprimidas. Ao compreender seus lugares estratégicos, suas relações de posição e hierarquia, bem como seus usos, torna-se possível conceber os arquivos como campo da prática etnográfica (COOK e SCHWARTZ 2002).

Realizamos trabalho de campo entre 2012 e 2014. Os agentes sociais envolvidos nessas pesquisas colaboraram de forma significativa nas formulações teóricas e sua participação foram centrais na compreensão e interpretação de um passado vivo em suas

memórias e dos fatos recentes. Nosso desafio como pesquisador foi encontrar estabelecer um equilíbrio na relação com os diversos grupos pesquisados, tendo em vista relações por vezes conflituosas entre eles, ocasionando momentos de tensão para todas as partes. Nesse sentido o drama de escutar e fazer dialogar com os pontos distintos e contraditórios de “patrões”, comerciantes, agentes do agronegócio, agricultores, indígenas produziu, eventualmente, desconfianças em relação as intenções do pesquisador.

Marcel Mauss (1993: 23) chamou a atenção dos pesquisadores (as) de campo para algumas questões que se mostraram relevantes no processo de pesquisa até aqui desenvolvido. O primeiro se refere às “dificuldades subjetivas” que estão relacionadas aos perigos da observação superficial. Para Mauss, é importante a dúvida, ou seja, não se pode crer que já se sabe tudo simplesmente pelo acúmulo do que já se viu ou ouviu. Também é preciso não fazer nenhum julgamento moral do que se viu, ouviu ou presenciou. Da mesma forma, é preciso cuidar para não se admirar e não se irritar mediante os acontecimentos, comportamentos ou relações sociais.

Com essas reflexões, Mauss adverte que é preciso estar preparado para não permitir que as subjetividades dos sentimentos interfiram nas opções, na coleta de dados e, principalmente, no caráter da sua análise. Este é um aporte particularmente importante em um ambiente, por vezes, entrecortado por acusações, rivalidades e faccionalismos e, sobretudo pela inserção particular que possuo neste campo, visto que essa pesquisa e muitas das relações sociais que marcaram a equipe e núcleo de pesquisa envolveram fortes parcerias com associações extrativistas e indígenas expressas publicamente em oficinas de cartografia social e muitas entrevistas realizadas dentro deste contexto de colaboração.

Ao contrário do antropólogo clássico tal como o estrutural-funcionalista ou estruturalista que surge como um estranho a ser tolerado pelos nativos por suas vinculações com a administração colonial, entrei no campo identificado como parte de uma equipe que já

possuía relações sociais de pesquisa e colaboração prévia com os movimentos sociais locais⁴, o que permitiu um acesso privilegiado a diversos agentes sociais e instituições, mas a resistência ou aversão por parte de outros.

A quantidade de tempo que permaneci em campo e as várias idas e vindas ao longo de quatro anos foi fundamental para a construção e coleta de informações apresentadas nesta tese. Nessa atividade compreendi que, quanto maior for o tempo de pesquisa, maiores serão as possibilidades de aproximação e entendimento aprofundado da configuração pesquisada. Entretanto, também há pesquisadores que permanecem menos tempo, mas mantendo uma frequência constante, ou seja, retornam mais vezes e tentar acompanhar momentos importantes para os objetivos da pesquisa como atividades promovidas pelas associações ou instituições vinculadas aos grupos pesquisados.

A pesquisa apoiou-se na coleta de documentação pertinente a pesquisa, bem como no registro intensivo de informações em diário de campo, a observação participante, participação de eventos, aplicação de entrevistas sempre transcritas integralmente, conversas informais e registros de imagens.

Paralelamente ao longo do trabalho de campo houve o mergulho na bibliografia teórica e na literatura sobre a região. A pesquisa foi se construindo a partir desta síntese sistemática de aportes pertinentes da literatura teórica pertinente associada a construção da base empírica da pesquisa. A leitura sistemática fora do âmbito das disciplinas, mas inspirada nos problemas da construção de uma pesquisa específica constituiu um segundo e fundamental momento de minha formação como antropólogo, permitindo um olhar qualificado sobre o material coletado em campo.

⁴ Refiro-me a experiência desde 2007 de minha orientadora como pesquisadora e coordenadora de atividades de mapeamento social em parceria com organizações indígenas e extrativistas em Lábrea, o que gerou sete experiências de mapeamento social na região do médio Purus.

A pesquisa guiou-se pelos seguintes problemas: Formas de dominação prévias persistiam no tempo? Através de que mecanismos e linguagens? Quais as estratégias de reconversão econômica para manutenção do poder das elites seringalistas? Como se traduziram em manutenção do poder político e simbólico de determinados grupos? Como se constituíram concretamente os processos de ruptura e criação de territórios sob gestão estatal em áreas antes de domínio privado? Como são enfrentadas e refletidas pelos diversos grupos sociais as transformações na forma de gestão territorial, tais como o imperativo da gestão participativa? Que formas de dominação o Estado imprime a estas novas configurações territoriais e como se traduzem na vida cotidiana das comunidades abarcadas por elas?

A pesquisa buscou reconstituir processos sociais que permitiram compreender as formas e estratégias de territorialização e dominação na região do Médio Purus, a partir de registros documentais sobre a região, produção historiográfica, observação de situações e a coleta de relatos de patrões, políticos, empresários, trabalhadores, indígenas, religiosos. Desta forma, dois importantes eixos temáticos nortearam a construção da tese:

- 1º) Processos de desenvolvimento e declínio da economia seringalista na região médio Purus;
- 2º) Etnografia dos processos de implementação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, atentando para os processos de mobilização e gestão territorial e o campo de agentes sociais que dele participam, observando se o Estado constitui no cotidiano das comunidades e algum tipo de ruptura na ordem previa vigente nestas territorialidades. Há casos de persistência da dominação privada dentro destes novos territórios?

A pesquisa buscou compreender as dinâmicas sociais diversas na região do médio Purus, buscando reconstituir a multiplicidade das formas de dominação na região com atenção especial para a forma como a gestão territorial vêm sendo concretamente conduzida, buscando-se avaliar de se esta vem se traduzindo em mudanças na dinâmica do poder local.

Da mesma maneira, tratou-se de compreender os processos históricos de consolidação e crise da economia seringalista, o modelo de aviamento e a dominação no Médio Purus, observando a dinâmica da mobilidade dos diversos grupos sociais na região e analisando as mudanças resultantes desse processo. Logrou-se também analisar historicamente o efeito da dominação sobre a dinâmica dos grupos sociais que habitavam e habitam a região com a chegada dos padrões seringalistas e os demais atores que adentraram a região posteriormente como madeireiros, fazendeiros, regatões.

Na elaboração da tese identificou-se os agentes e os fatores que permitem a permanência de formas prévias de dominação ou grupos sociais que tradicionalmente concentraram poder no Médio Purus. Por fim, procurou-se analisar a formação e reelaboração das novas formas de dominação e a produção de agentes dominantes nos agrupamentos sociais do médio Purus resultante do crescimento da esfera de influência do Estado e organizações não governamentais neste espaço historicamente caracterizado pelo domínio privado, buscando-se caracterizar o efeito destas transformações sobre as populações tradicionais que habitam a região.

Para tanto, no primeiro capítulo da tese intitulado *Um olhar sobre o Purus: o desconhecido*, buscamos descrever brevemente a região a partir de seus aspectos históricos em suas mais variadas fases, tendo como ponto de partida o período da colonização. Em seguida avançamos para a temática do *sonho da passagem Purus/Beni* com o objetivo de compreender melhor os processos de territorialização particular da região.

O Seringal e os processos de territorialização do Purus é o título do segundo capítulo no qual traçamos breves considerações sobre o povoamento do Purus e adentramos nos processos de aviamento dessa região no período da economia gomífera.

No terceiro capítulo caracterizamos os *processos de dominação dos povos do Purus* e abordamos as estratégias de dominação tendo como ponto de partida os primórdios da

colonização. Na sequência, observamos o papel fundamental da Igreja que agregou como elemento fundamental de poder “o controle das “almas”. Encerramos este bloco de discussão com uma crítica ao processo “civilizatório” implementado sobre os povos indígenas na região.

No quarto capítulo intitulado “crise da borracha” ou ponto de ignição? Apresentamos os processos históricos de configuração da patronagem e seus laços estreitos com os processos de estatização acionados sobre a Amazônia. O controle territorial representou um desafio ao processo de atuação política do Estado Nacional em suas camadas de representação. O Médio Purus se constituiu ao longo desta situação como lugar de fraca presença do Estado até a década de 1990. Até então, a economia seringueira foi o vetor de orientação fundamental de significativas esferas da vida e o patrão tornou-se “coronel”, normatizando e ditando o “dever ser” da vida do seringueiro mantendo através do “aviamento” o eixo sobre o qual orbitava o processo de dominação. Traçamos neste capítulo o patronato de gerações identificando os herdeiros do poder e o fortalecimento do poder do patrão que cresce em um espaço desprovido da ação efetiva do Estado. Essa ostensiva presença do poder privado diante da ausência da presença da esfera estatal produziu historicamente um terreno fértil para a supremacia do poder político das elites seringueiras, produziu uma gramática de poder acionada mesmo após a transição do seringueiro para o domínio comercial ou no controle do mercado da madeira e terra explorada e adquirida ilegalmente na região.

No quinto e último capítulo apresentamos o “complexo Purus: uma fronteira agrícola na Amazônia. Abordamos a concepção de complexo e a formação das cidades do Purus com destaque para *Lábrea: a “cidade do sol”* por sua relevância e projeção na bacia do Purus. O município é caracterizado por abrigar o trecho final da Rodovia Transamazônica, espaço destinado a comportar um projeto de ocupação populacional da Amazônia, tida no passado como um “grande vazio demográfico” e hoje como um dos mais dinâmicos cenários do crescimento da expansão da fronteira agrícola no Estado do Amazonas.

Nas considerações finais retomamos as inflexões da tese e questões para futuro aprofundamento. Encerramos a tese com a sensação de ter tocado parte ainda pequena de uma temática tão complexa em um amplo continente complexo de questões para serem exploradas.

Capítulo I

UM BREVE OLHAR SOBRE O PURUS

Iniciar uma tese é um desafio, especialmente tematizando a Amazônia. Desafio por reunir vasto material bibliográfico e ainda construir um artefato atraente e inteligível para o leitor. Tudo começa desvendando a floresta de textos que já foram escritos, as sucessivas camadas de ideias que foram se calcificando, frigorificando e produziram uma verdade inquestionável, um *arquivo*⁵ sobre a região. Neste sentido nesse capítulo não quero apenas fazer uma coleção de dados históricos, mas revelar como foram historicamente registrados os agentes sociais da região como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, patrões, ex-madereiros, e outros que são atores sociais com os quais convivemos ao longo de quatro anos de pesquisa.

Para descrever o Purus lançamos a ideia de perceber essa região como um instrumento potencial de exploração de suas riquezas. Com a demarcação de limites reais a partir do Tratado de Tordesilhas, esse complexo fica sob a tutela da coroa espanhola que não observa nesse período interesse em ocupar ou explorar os possíveis recursos existente. Neste sentido não irei me ater aos aspectos históricos de formação do Purus, mas como a construção de um pensamento de exploração estratégica deste lugar se constrói através dos séculos.

Nas primeiras leituras que realizei sobre o Purus são mencionadas a riqueza de produtos economicamente a serem explorados, como a goma elástica, a variedade de peixes que o rio possuía, os castanhais, a grande quantidade de animais encontrados. No que tange

⁵ Para Foucault (2007), há sistemas que instauram enunciados discursivos como se fossem acontecimentos reais, como se fossem “coisas”. Há sistemas que selecionam alguns enunciados discursivos e os transformam em história, em coisas ou “fatos” que realmente aconteceram no sentido em que aconteceram. Esse sistema de discursividade, que transforma o a priori histórico em fatos e coisas reais, construindo uma realidade histórica, é o que Foucault denomina de arquivo.

as pessoas os relatos se tornam bastante escassos. São mencionados grandes grupos de indígenas, alguns exploradores falam em mais de 5.000 mil habitantes indígenas. A região do Médio Purus caracterizou-se ao longo de sua história pela exploração seringalista que engendrou relações sociais de patronagem. O colapso do mercado mundial para a borracha, já sinalizado na década de 1920, foi tornando progressivamente obsoleta a estrutura extrativo-exportadora dos barracões. Devido a esta relação histórica entre patronagem e extrativismo, este último acabou se tornando um correlato do sistema dos seringais e dos barracões e de todo seu universo de dominação produtor de atraso técnico, dependência, degradação ambiental, escravidão por dívidas e ideologia de terror, traços que foram consagrados por relevante literatura que se dedicou ao tema (BOEKE, 1953; FURTADO, 1959; BUNKER,1985; TAUSSIG,1993; MARTINS, 1994). Desta forma esperava-se que a desaparecimento dos seringueiros e sua conversão em trabalhadores assalariados apontasse para um futuro promissor (DUARTE, 1987).

Os momentos de crise dos seringais provocaram um processo de resgate da experiência camponesa nordestina que combinada aos conhecimentos indígenas originou a um novo sistema de colocações diferenciado (ALMEIDA, 1993, 2012). Parte da literatura (BAKX, 1988) que toma processos acreanos como foco, afirma que este processo de “encamponamento” seringueiro, uma resultante do abandono dos seringais pelos patrões provocados pela chegada da pecuária na década de setenta e oitenta.

Neste contexto, o espaço da colocação (ou mesmo a várzea que ocupa esta função em caso de saída de áreas interiores na região do médio Purus) não se resume a um conjunto de estradas de seringa, mas um “microcosmo social e natural, concebido como idealmente autônomo em produtos agrícolas – farinha, tabaco, milho, café, açúcar –, em carne de caça, em materiais de construção (...) e em oportunidade de trabalho para uma família ampliada em crescimento” (ALMEIDA, 1993, 2012).

O aprofundamento sobre essa região passar por conhecer uma diversidade de ambientes não apenas do ponto de vista da natureza, mas principalmente humano, ao longo de sua extensão, o rio Purus possui também distintos modos de uso e ocupação por parte dos grupos sociais que ali se estabelecem. Em relação a este pedaço da Amazônia, os primeiros registros são realizados pelos colonizadores que buscavam conhecer essa região afim de explorá-la. Em 1542, o cronista Gaspar de Carvajal relata os primeiros massacres sobre indígenas nessa região através da expedição de Francisco Orellana⁶ que percorreu o rio Purus em busca do chamado Eldorado. Em seu trajeto encontra um aldeamento dos Omágua denominado de Manoa, que logo revelou constituir um fato constante o conflito territorial, tendo como desfecho recorrente a prevalência do mais forte⁷.

Outro relato que merece destaque no que concerne à importância estratégica e histórica do rio Purus foi o do Jesuíta Cristóbal de Acunã em 1639, que em sua viagem pelo Rio Amazonas na direção Leste-Oeste, partiu de sua foz, em Belém, até a cidade de Quito nas cordilheiras dos Andes. Acunã (1994) e observou numerosas aldeias, das quais descreveu as formas de trabalho, o aspecto organizacional e o estilo de vida dos índios que habitavam essa região. Cristóbal faz a seguinte afirmação:

É navegável, embora em certos trechos com algumas pedras; tem muito pescado, grande quantidade de tartarugas, abundância de milho e mandioca, e todo necessário para facilitar sua entrada. Está povoado por várias nações que, começando por sua embocadura e prosseguindo rio acima, são as seguintes: a dos Cuchiguarás, Cuyariyayanas, Curucurus, Quatausis, Mutuanis e, finalmente, como remete de todas, a dos Curiguerés (ACUNÃ, 1994, p.133).

Essas primeiras descrições sobre o Purus⁸ e dos grupos indígenas que habitavam esse território são realizadas antes do século XIX. Demonstrando o potencial econômico em torno das riquezas naturais do lugar e o processo de penetração descrito como ríspido por seus

⁶ Os registros indicam que sua passagem ocorreu em 1542 pelo rio Purus.

⁷ Em 1637 Pedro Texeira passa pelo Purus, assim como La Condamine em 1743.

⁸ O rio Purus era conhecido antes de 1852 por alguns coletores de “drogas do sertão”, em uma extensão de 180 a 200 léguas, sem, todavia, ter havido nunca a menor tentativa de exploração. Foi o ano de 1847 que João Cameté explorou o rio Purus chegando a foz do Ituxi. (FERARINI. P.13)

autores. Uma questão a ser mencionada refere-se as descrições que Acunã realizou, voltadas a encorajar o processo de ocupação e a realização de expedições destinadas ao rio Purus futuramente. Em seus relatos Acunã informar a existência de índios usando grandes argolas de ouro nas orelhas e nariz, o que estimulou expedições posteriores a viajar para essa região vislumbrando interesses econômicos e afirmar naquela região o domínio português, para se explorar o ouro e as demais riquezas (VIEIRA, 2009). Para o Missionário Günter Kroemer (1985), toda a primeira expedição realizada ao Purus era voltada à questão econômica.

1.1 O sonho da passagem Purus/Beni

O esforço realizado para integrar o Rio Purus ao processo de colonização portuguesa não resultou no efeito esperado, assim o grande hiato da ocupação da região promove novas frentes de ocupação. A exploração na Amazônia possui frentes diferentes, no caso do Sul do Amazonas, a principal entrada localiza-se às margens Rio Madeira, intensamente afetado pela exploração. Neste sentido as riquezas naturais e o seu potencial territorial passam a ser invocados como forma de ocupação. Para a redução do percurso que facilitaria o escoamento dos produtos do Purus inicia-se o projeto de busca por uma passagem de ligação entre os dois rios.

A obsessão por este objetivo passou a dominar o imaginário do sistema Provincial, promovendo e financiando expedições de reconhecimento da região. O número dessas expedições somou-se um total de seis, as principais expedições destinadas ao Purus, cujo objetivo principal era achar uma passagem entre o rio Madeira e o Purus, a fim de que se pudessem evitar as cachoeiras de Santo Antônio e encontrar o livre acesso à Bolívia, onde a exploração da borracha apresentava-se em grande escala. A descoberta desta ligação entre esses dois rios facilitaria o tráfego econômico com o Mato-Grosso, cujo fim era ligar a

Província do Amazonas aos centros do Império, como também de acabar com os problemas fronteiriços com a Bolívia (KROEMER, 1985:58).

A intensificação das expedições realizadas no Purus acabou por difundir a ideia de que este rio era detentor de muitas riquezas naturais e de grandes agrupamentos indígenas, e que neste território concentrava-se a maior reserva de seringais e castanhais de toda a Amazônia (RANGEL, 1994). Neste sentido, a construção do percurso do rio Purus desenhado por mapas e relatos dos participantes das expedições fornecia um material rico e científico sobre o rio, cujos objetivos eram praticamente os mesmos, procurava-se construir um inventário dos produtos a serem explorados a fim de levantar a economia provincial da época. Na consulta aos relatórios de província os dados estatísticos sobre a comercialização de produtos oriundos do Purus revelaram-se números superiores de produção de seringa, peixes, animais e outros produtos. As expedições a região não tinham somente o objetivo de encontrar um canal entre o rio Madeira e o Purus, mas, promover o reconhecimento geográfico da região, para a montagem de um projeto de ocupação que atendesse a um projeto provincial de ocupação a este território, uma sociedade que atendesse aos interesses do capital exterior, especialmente os ingleses e o Governo Imperial (VIEIRA, op. cit.). Como bem atesta Silva Coutinho:

O Purús é a hyphotenuza do grande triangulo cuja base é o Solimões, e o outro lado o Ucayale. Povoado e cultivado o vale deste rio, com a navegação franca, que offerece até o território do Perú. Terá a Província ahi uma fonte abundantíssima de riqueza. Cumpre não perder de vista esta ideia (COUTINHO, 1863).

O encontro desta passagem despertou nos agentes políticos e exploradores do Purus o interesse em construir uma estrutura de dominação a fim de tornar a cidade de Lábrea um ponto especial. Essa concepção permitiria uma atividade comercial intensa entre Brasil e Bolívia consolidando a fronteira de grandes projetos para essa região. Esse momento da história desta região permite refletir como o planejamento de ocupação foi idealizado menosprezando completamente a presença e interesses da população nativa.

Ao todo foram realizadas cinco expedições em busca dessa ligação ente Purus e Madeira, cada uma interessada em encontrar esse caminho que ligaria duas regiões com riquezas naturais diferenciadas e com potencial econômico de alto valor. A criação de Lábrea é parte do processo de ocupação deste rio e estabelece limites até então não alcançados. Em todas as narrativas sobre a possível ligação nos deparamos com registros de cachoeiras, recursos e grupos indígenas que habitavam toda extensão do Purus. Neste resgate de elementos históricos para compreender o efeito no presente, algumas questões precisam ser observadas. Em todo o processo de ocupação desta região o sistema provincial que vigorava nessa época tratava este lugar como parte do território de Manaus e desta maneira toda a produção e arrecadação eram enviadas para a capital da província e a saída deste lugar representaria perda significantes as finanças de todo um sistema consolidado⁹.

O Purus tem como seu “ponto de ignição” o “poder do conhecimento”, conhecimento de controle do território e populações expressos nas expedições. E de certos personagens como Manoel Urbano homem de pouco estudo, mas que se destacou nas citações sobre a região como uns primeiros exploradores a navegar pelo rio e construindo um conhecimento diferencial que lhe promoveu a chancela oficial pelo governo da província como a pessoa a permitir a entrada de pessoas no Purus. Seu conhecimento seu conhecimento adquirido há anos em virtude de haver viajado pela região e colaborando na expedição de Major Silva Coutinho, essa participação nessas ações promoveram ao posto de autoridade e profundo conhecedor do Purus, tornando uma peça chave na exploração de William Chandless¹⁰, geografo britânico enviado pela Royal Geographical Society of London para mapear o Purus e

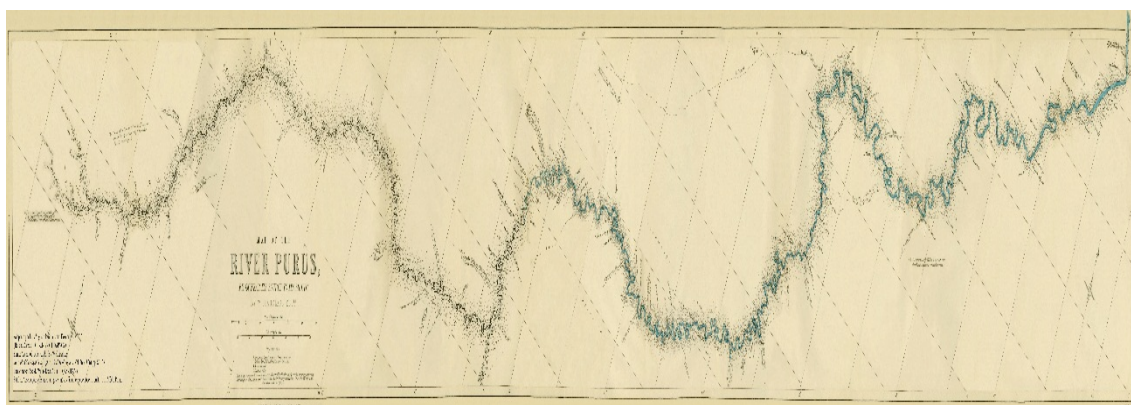
⁹ Segundo Silva Coutinho (1863), o rio Purus era abundante em seringa, salsa, óleo, cacau, castanha etc. e que seus terrenos se prestam perfeitamente ao cultivo de café, algodão, cana, mandioca, arroz, milho, feijão e outros gêneros. Logo, todo o interesse nesta região era devido, sobretudo, às grandes áreas de seringais que ali se deparavam, e essa grande diversidade de seringais e castanhais, como também de outras espécies de interesse comercial, se dava pela existência de extensos ambientes de várzea, ou seja, o Purus encontra-se localizado em uma área que constantemente está sendo renovada pela deposição de materiais (argila e areias), fazendo com que o solo da região apresente uma ótima fertilidade e abundância de espécies, tanto de origem animal quanto vegetal (VIEIRA, op.cit.)

¹⁰ Ascent of the River Purus (1866). William Chandless.

achar o ponto de ligação entre os dois a chamada “passagem”, enviou seu filho Gil Braz da Encarnação Filho para acompanhá-lo no percurso da viagem¹¹. Essa viagem tornou-se um marco pois a construção de um mapa do rio em detalhes e com informações dos indígenas que habitavam as margens do Purus, gerando informações que poderiam promover um planejamento abrangente ao modelo de ocupação a ser pensado.

O trabalho de Chandless evidencia o processo de dominar através do conhecimento. O mapa construído possibilitou não apenas conhecer as curvas sinuosas do Purus, mas compreender os pontos a serem observados, lugares que ofereciam terra firme e a localização da população indígena que habitavam a região. Para se ter uma ideia estimou-se um total de 40.000 mil índios espalhados, chegando ao a existir um total de 40 línguas e dialeto falados pelos grupos. Esse esforço forneceu informações a serem refletidas, mas que ajudam a compreender os fatos posteriores que apontaremos nesta pesquisa. Para que o leitor possa compreender essa situação uso o próprio mapa de William Chandless para ilustrar o seu pensamento:

Figura 01: Mapa Chandless



Fonte: William Chandless

¹¹ Ao todo realizaram em pequeno espaço de tempo um número de seis expedições: A primeira em 1852 sob o comando de Serafim da Silva Coutinho; a segunda em 1861 por Manoel Urbano Encarnação; a terceira por João Martins da Silva Coutinho; a quarta por Manuel Urbano da Encarnação e a última por William Chandless.

A demonstração do poder¹² construída por Manoel Urbano está na fundação da cidade de Lábrea, sem diminuir o papel do Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, brasileiro com origem do Maranhão, após uma passagem por Belém decidiu vir ao Purus. Com ordens do governo provincial este enviado a região encontrou o filho de Manoel Urbano, que se instalou à época na Vila de Canutama e após conversas com o chamado “pai do Purus”, solicitou a este um lugar rio acima para instalar-se. Em 1871 Manoel Urbano o leva ao sítio Atahiry, mas como já havia outro filho instalado no lugar que fica aonde hoje encontra-se a resex do Ituxi o Coronel Labre desceu o rio e escolheu um lugar povoado índios Paumaris chamado Amaciari, fundando desta maneira a cidade de Lábrea¹³.

Em princípio de 1871, quando fundei um estabelecimento, tendo antes viajado á guiza de explorador era ainda pouco povoado, poderia ter por essa época 2.000 habitantes no Baixo Purus; com navegação a vapor, iniciada então pela Companhia Fluvial do Alto Amazonas, cuja inauguração teve lugar em Manaós, no mez de dezembro de 1869, á qual assisti, argumentou logo a sua população e riqueza este rio no vapor Purùs, em sua viagem inaugural. Voltando o vapor, de sua primeira viagem, apenas fez 200\$000 réis de frete. De 1870 a 1887 dezessete annos decorridos, sua população cresceu muito, devido ás facilidades de comunicação, que, auxiliada imensamente pela produção de goma elástica, explorada desde então com grande vantagem para o comércio, navegação e riqueza publica, contribuiu para esse resultado (ANTONIO PEREIRA LABRE,1887).

¹² Para efeito de debate uso os conceitos de poder apresentado por Eric Wolf que comenta sobre o tema a seguinte questão: “Sustento, ao contrário, que é útil pensar em quatro modos diferentes de poder. Um é o poder como atributo da pessoa, como potência ou capacidade, a idéia nietzschiana básica de poder (Kaufmann, 1968). Falar de poder, mas nos diz pouco sobre a forma e direção desse jogo. O segundo tipo de poder pode ser entendido como a capacidade de um ego de impor sua vontade um alter, em ação social, nas relações interpessoais. Isso chama a atenção para as seqüências de interações e transações entre pessoas, mas não trata da natureza da arena em que as pessoas podem mostrar suas potencialidades e interagir com as outras. Encontrei pela primeira vez essa expressão do poder em antropologia quando Richard Adams tentou definir poder não em termos interpessoais, mas como o controle que um ator ou “unidade operacional” (termos dele) exerce sobre fluxos de energia que constituem parte do ambiente de outro ator (Adams,1966,1975). Essa definição chama atenção para as instrumentalidades do poder e é útil para compreender como “unidades operacionais” circunscrevem as ações dentro de outros dentro de determinados cenários. Chamo esse terceiro tipo de poder tático ou organizacional. Mas há ainda um quarto poder, que não funciona somente dentro de cenários ou domínios, mas também organiza e orchestra os próprios cenários e especifica a distribuição e direção dos fluxos de energia. Penso que é esse tipo de poder a que Marx se referia ao falar sobre o poder do capital de utilizar e alocar a força de trabalho e que compõe o pano de fundo da noção de Michel Foucault do poder como a capacidade de “estruturar o campo possível da ação dos outros ” (Foucault,1984:428) Ele chamou a isso “governar”, no sentido de governança do século XVI, um exercício de “ação sobre ação”(WOLF, p.326)

¹³ Para maior aprofundamento consultar o livro Lábrea de Sebastião Ferrarini, onde encontra os relatos sobre a história da cidade.

Como mencionei anteriormente o poder que o conhecimento engendra fundamenta o ordenamento e produz novos formatos de ocupação territorial. A opção pela terra Paumari que Labre ocupou, sinalizava uma escolha alicerçada na racionalização econômica, visto constituir aquele o melhor lugar para embarque de mercadorias e captura de novos índios para o trabalho extrativista. O desenvolvimento do lugar seguiu esta dinâmica e o Coronel Labre viu os negócios prosperarem, pois tinha ele, vários índios Paumari ao seu serviço, seja como produtores de borracha, seja como fornecedores de peixes e tartarugas (KROEMER, 1985).

A demanda por poder se expressou na busca por ampliação de seus limites de dominação do espaço. Assim o fundador de Lábrea se lançou na empreitada de tornar o local uma referência da região, insistindo no antigo desejo de exploradores de outrora por encontrar a “passagem” entre os rios Purus e Madeira. Labre realizou uma expedição pelo rio Acre afim de conhecer e compreender minuciosamente a geografia da região. A intenção desta era localizar o ponto ideal para a construção de uma estrada de ferro com 278 quilômetros ligando Lábrea ao Beni na Bolívia, Peru para propiciar o futuro fluxo comercial com a América do Norte e com a Europa. A atividade prevista era intensificar a venda de gado aos mercados exteriores A respeito desta questão Labre comenta:

Em minha estada em Orton, vieram á casa do Dr. Vaca Diez, dous fazendeiros oferecer-lhe dez fazendas com 10 a 12.000 cabeças de gado, que ele rejeitou a 10\$000 réis, oferecendo 6\$400 réis, que correspondem a oito pezos por cabeça. Feita a via terrestre da Lábrea ao Beni, com um ramal para o Madeira (á margem esquerda), em que se firmassem o transporte d’este gado a indústria pastoril tomaria um incremento prodigioso, pois os campos de criação entre o Beni e Mamoré são os melhores, que se pode desejar, quer para criar, ou para engordar. A via terrestre de Lábrea ao Beni é minha ideia primitiva (ANTONIO PEREIRA LABRE, 1887).

A partir desta citação há dois aspectos a serem refletidos. O primeiro é a valorização da terra pelo seu potencial agropastoril, dando pistas para identificarmos a gênese para a reconfiguração futura do Purus enquanto um dinâmico mercado de terras valorizado pelo seu potencial para criação de gado

O segundo ponto a ser destacado no relato do Coronel Labre é a identificação do potencial econômico da região para a comercialização de gado, cenário que vigora atualmente

em Lábrea, com a criação e comércio do gado representando o esteio econômico do município.

Durante o trabalho realizado em 2013 priorizei a aproximação e coleta de material referente aqueles ainda conhecidos como “patrões”. Nesta etapa da pesquisa passei a acompanhar a intensidade do comércio de gado na cidade. Em dias de desembarque de gado no porto, foi possível contabilizar ao menos dois caminhões cheios de bois. Na conversa com os trabalhadores do porto fui informado que o gado pertencia a um “grande empresário” da cidade conhecido por “Bode”. Na curiosidade de entender melhor a situação agropecuária em Lábrea, contratei um moto taxista que me levou para tirar fotos das fazendas situadas nas margens da rodovia Transamazônica no trecho que liga Lábrea a Humaitá. O Sr. “Bode” possui várias propriedades ao longo da rodovia e em uma delas se estava construindo um matadouro. O moto taxista informou ao longo do percurso que este é responsável pelo abastecimento dos frigoríficos e comércios que vendem carne na cidade. Em toda a estrada observei várias fazendas com criação de gado, o informante que me acompanhou disse que o Sr. “Bode” possui fazendas em vários municípios, que o gado que vi chegar no porto era de uma fazenda localizada em Pauini, mas que este detém terras em outros estados do território brasileiro.

Essa digressão sobre a descrição do processo de ocupação dessa região permite perceber que apesar das importantes e profundas transformações no campo político, econômico e social, podemos rastrear desde os primórdios dos primeiros momentos da exploração desta região a gênese de projetos regionais e conflitos agrários deles decorrentes. Com uma perspectiva ancorada no pressuposto da superioridade civilizatória, o Coronel Labre discorre sobre os grupos indígenas:

É grande o estado de trevas, em que vivem estas pobres criaturas, deserdadas da comunhão social e do pão espiritual, que constitui a educação e instrução do homem, cujo alimento infiltrado em seu espírito transformaria a natureza rude,

grotesca e brutal d'este povo, não obstante já entorpecido pela antropofagia; ainda assim, a luz da civilizadora, que ameniza os costumes pelo prurido do ensinamento, que se adquire nas relações sociais, em comum lhes crearia uma alma e vidas novas em benefício próprio, e da sociedade em geral (ANTONIO PEREIRA LABRE, 1887).

O relato descrito justifica a dominação na condição de rudeza e brutalidade dos grupos sociais da região, desamparados e carentes de proteção e tutela. Ao longo do trabalho de campo a situação de desamparo se manifestou na forma de abandono do poder público, algo recorrente nas comunidades indígenas e extrativistas que habitam atualmente a região do médio Purus. Acompanhando uma assembleia da Associação dos Extrativistas do Médio Purus (ATAMP) para a eleição de uma nova diretoria e não esqueço a cena de uma família chegando na beira do porto da comunidade. Uma repentina interrupção na assembleia e uma família que vinha em busca de atendimento para uma criança com problema de saúde, mas ao chegar ao local a criança já se encontrava falecida. A assembleia paralisada e comovida por mais uma vez perder um de seus membros devido ao abandono daquela população pelo poder público, especialmente no que tange a saúde.

As pretensões do Coronel Labre visavam a separação de Manaus, apostando numa cidade que representasse a “capital do Purus”. Quanto a isso, um trecho revelador do debate entre o Coronel Labre e um deputado contrário a ideia:

Ainda é para admirar, Sr. Presidente, que essa oposição da parte do nobre deputado, contra o projeto, assente em um egoísmo de interesses locais, o que é lamentável, pois se diz que criando-se um novo município separado do da capital, virá a diminuir as rendas municipais de Manaus. Pois a parte do Purus, que pede a criação de uma municipalidade, estando situada a mais de 800 milhas d'esta capital, e habitando nella uma população nunca inferior a 25.000 habitantes, não terá direito a isso? Somente os Srs. da capital, são os que negam e combatem esse direito, porque querem que essa população seja orphã e sua tutelada perpetuamente, com o fim de usufruir as suas rendas! (ANTONIO CLEMENT RIBEIRO, jornal A Notícia)

Esse discurso contestador abria um novo capítulo da história da região do Purus, representando a saída da esfera de influência de Manaus e a inauguração de um novo

momento de dominação de um patronato que se construía no controle da exploração dos seringais da região. Deram-se os primeiros passos da indústria da borracha e a fundação de uma cultura de dominação de que se enraizou profunda e persistentemente na história das populações que habitaram este rio.

O projeto de elevar a cidade a município encontrava-se pautado no projeto do Coronel Labre desde a catalogação dos principais pontos a serem explorados, podemos mencionar que neste período este já conhecia uma área chamada de plana na Amazônia, aonde hoje estão localizados os chamados campos amazônicos, enclaves de vegetação de cerrado dentro do bioma amazônico que se encontra protegido como parque nacional no Sul do Amazonas.

Após longa espera, finalmente o Coronel Labre e seus apoiadores através das Lei Provincial 523 de 14 maio de 1881 Lábrea é elevada à categoria de município. Representando uma conquista em torno do projeto de consolidação deste lugar estratégico que promoveu transformações na cidade. A relação de poder político se estabeleceu com a partir do momento que se empossa como primeiro vereador o Coronel Labre, dando-se início a uma tradição de mandonismo patronal na esfera política que ainda vigora fortemente no município. Com Labre foram eleitos sete outros seringalistas que assumiram a chefia incontestada do poder municipal.

No trabalho de campo realizado no final de 2013 o principal candidato à prefeitura de Lábrea era filho de seringalista e proprietário de algumas propriedades de produção pecuária. O poder do patronato ainda anda de mãos dadas com o poder municipal nessa região. Os relatos de extrativistas, seringueiros, moradores da Resex do Médio Purus e de Ituxi mencionaram recorrentemente as dificuldades de convívio com estas pessoas e as enormes dificuldades para a criação destas reservas decorrente da resistência dos patrões a criação destes territórios. Lideranças da RESEX Médio Purus como Zé Maria 1 e 2 e o Sr.

Azeite narraram durante nossas longas viagens de campo a divisão que tomou conta da cidade no momento da criação da RESEX. De um lado uma parcela da população presa por laços de dívida financeira ou moral ou mesmo financiada pelos patrões protestaram com faixas e cartazes contra a criação das Resex e de outro lado as famílias moradoras das numerosas comunidades existentes na futura área da Resex desejando a criação.

O relato comum foi que a maior quadra da cidade e suas arquibancadas ficou dividida naquilo que não era uma partida de futebol, mas sim a luta por direitos territoriais. Diversos relatos informaram que houve reunião de grandes latifundiários vindo de diferentes pontos do município, organizados em torno do objetivo de barrar a criação de unidades de conservação e Terras Indígena no município. Em conversas com patrões durante a pesquisa revelou-se que o patronato regional esteve fortemente respaldado por alianças com deputados e ex-governadores também contrários a este mosaico socioambiental que se delineava para a região tida como um dos mais importantes pólos agropecuários do Amazonas.

Apesar de não ter encontrado a passagem e a possibilidade de ligação entre o rio Purus e o Rio Madeira e ter fracassado na construção da ferrovia Lábrea, Bolívia e Peru, a luta pela criação de leis que incentivaram o estudo desse empreendimento e estudos publicados pelo Coronel Labre cogitando esse caminho para o desenvolvimento do sul do Amazonas ajudavam a pavimentar a concentração de poder nas mãos da elite seringalista e consolidar um modelo de poder regional.

Capítulo II

O SERINGAL E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO PURUS

Ao mencionar rio Purus, estamos tratando de analisar a construção do discurso analítico que reproduz outras formações discursivas sobre a região do Purus, que no determinado período constituiu o principal fornecedor de borracha para a indústria mundial. Neste segmento da tese procuro analisar os processos que construíram os pilares ou referenciaram um modelo de dominação no Sul do Amazonas.

Cabe destacar que o conceito de Amazônia como conhecemos hoje resultou de um acúmulo de debates políticos e econômicos que se traduziram em uma identidade do território denominado de Purus, região que pertenceu temporariamente a Bolívia, mas que em decorrência de um processo de ocupação de brasileiros, passou a pertencer ao Brasil depois de uma série de embates.

A bacia do Purus como alguns autores denominaram se caracterizou por ser notavelmente rica, seus produtos não se restringiram apenas a borracha, mas farta em ouriços de castanha que fornecem entre 15 a 20 castanhas que em bons tempos de colheita permite a coleta de dois hectolitros de castanhas (barricas). Observei que alguns autores chegaram a mencionar que as árvores produziam de duas a quatro barricas, sendo 126 litros para cada barrica.

Os fatores mencionados permitem imaginar como a região do Purus se apresentava como eldorado para aqueles que almejavam enriquecer rapidamente. No capítulo anterior relatamos a chegada de personagens que ao escrever sua história acabaram contribuindo para a formulação de estruturas da vida social regional.

2.1 Breves considerações sobre o povoamento do Purus

Relatamos em nossos primeiros capítulos a numerosa presença de indígenas na região desde o processo de ocupação colonial. A chegada de outros grupos ocorreu a partir das primeiras décadas de 1800, período de fenômenos naturais de grande seca na região nordeste, promovendo uma grande migração de nordestinos para a Amazônia. Este êxodo nordestino marcou profundamente a configuração populacional e social da região. A fama de “Eldorado amazônico” tornou-se um grande atrativo para aqueles que buscavam alternativas de sobrevivência ou enriquecimento com a exploração dos produtos naturais. A incorporação do Acre ao território brasileiro foi outro dos efeitos do modelo e das singularidades da ocupação territorial do Purus. Ao refletir sobre a conjuntura atual dos conflitos atuais nessa região temos uma pista a partir das observações dos processos históricos que hoje podemos retornar com um “novo Eldorado contemporâneo” a partir do potencial econômico presente nos dias atuais. A respeito deste período o autor José Veríssimo comenta:

“Em relação ao seringueiro temos os naturais da região, ou nordestinos cearenses, emigrados em consequência das secas particularmente, a partir de 1877. Os seringueiros, filhos da região, trabalhavam nos seringais envelhecidos da área restrita às ilhas e terras planas do Baixo Amazonas (PEREIRA, José Veríssimo da Costa. “Regatões”. In: IBGE. Tipos e aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, p. 34-38).

A ocupação e exploração da região do Purus ocasionou os primeiros conflitos entre indígenas e seringueiros, ressaltamos que nos relatos coletados em campo, a chegada de famílias nordestinas foragidas pela seca se apresentava como precedendo a presença de outros grupos, assim como os relatos heróicos destes sobre eventuais massacres de grupos indígenas como emblema de legitimidade e pertencimento a terra.

Durante trabalho de campo ocorrido na Resex Médio Purus obtivemos diferentes relatos sobre os processos de chegada e ocupação. Nas obras consultadas para este trabalho a

referência que no ano de 1870, havia um número elevado de famílias nordestinas e de indivíduos sozinhos dessa região do Brasil aponta para uma população considerada que ocupava este rio em todo o processo de ocupação e conflitos com os grupos que estavam residentes nesse território. Ao chegar no seringal este deveria abrir estrada e com isso ocupar o seringal. O seringalista que possuía maior poder aquisitivo se autoproclamava o “Estado” na região, pois era responsável pela demarcação de suas terras. Assim a “conquista” do território era uma aventura para o desconhecido, cheia de surpresas e possibilidades de desfechos. A partir da construção do mapa de William Chlandress e depoimentos para a pesquisa identificamos alguns seringais. O mapa abaixo ajuda na percepção do momento de instalação da indústria gomífera na região do Purus.

Nesse mesmo período de trabalho de campo em 2012 conversei com alguns indígenas que relataram que seus antepassados contavam histórias que os seringalistas “na ganância pela conquista” e posse das terras pagavam aos seringueiros¹⁴ pela quantidade de cabeças indígenas que estes apresentavam como forma de “limpeza” para a ocupação das terras a serem exploradas. Durante o trabalho de campo foram ricos os relatos sobre as famílias de seringueiros e como as situações se diferenciavam de acordo com o lugar e com o seringalista que os recebia quando chegavam na região. O declínio da produção da borracha no final da década de 1920 promoveu uma drástica redução do processo migratório para o Purus.

Retorno no início da Segunda Guerra Mundial, quando a posição dos países asiáticos de um lado da guerra, promoveu o fechamento do mercado fornecedor de borracha ao mundo, atribuindo um novo valor sobre a Amazônia. Os Estados Unidos criaram um plano de revitalização da região e o governo brasileiro abraçou essa ideia. Novamente os nordestinos passaram a ser o combustível principal dessa nova aposta na economia gomífera. Assim a construção da figura do “soldado da borracha” alinhava dois argumentos para tornar a região atrativa. O primeiro a oportunidade de enriquecer para quem se deslocasse para a Amazônia. O segundo estava na propaganda ideológica com ênfase no simbolismo patriótico da migração, convertendo a ida para a Amazônia em um ato heroico apoiado pelo Estado.

No início de 1941, a produção da borracha era de 18.233 toneladas graças a presença de 34.000 seringueiros. Mas em 1945 a produção alcançou a marca de 32.300 toneladas devido ao deslocamento de 25 mil trabalhadores para as regiões onde se encontravam os seringais. A política americana chegou a atrair 50 mil novos seringueiros para a Amazônia. Esse projeto

¹⁴ De acordo com José Verissimo da Costa, o seringueiro era um personagem típico de uma região, em torno da qual, gira completa, uma organização econômica e social curiosa, integrada pelos seringueiros – principais figuras da exploração da borracha – o ser seringalista é a replica amazônica do fazendeiro de gado, ou de café, de outras regiões do país, no desempenho do seu papel de chefe, de patrão, ou dono do “seringal”. Extensão de terrenos, de propriedade de um indivíduo, o seringal encerra, no seu arcabouço mais comum, quanto a vida humana, além do “barracão”, onde mora o dono, o “aviado” ou concessionário do seringal, uma ou duas “barracas”, habitadas por dois seringueiros, ou uma família (PEREIRA, 1956, p. 48)

promoveu uma migração familiar, o governo brasileiro através de financiamento do governo americano chegou a gastar US\$ 346.500. No acordo assinado pelo presidente Getúlio Vargas em dezembro de 1942, incluía-se o transporte com o pagamento de US\$ 100 por cada homem. Esses deveriam apenas assinar um contrato de dois anos, esse contrato visava assegurar que esse trabalhador ao chegar à Amazônia não poderia ocupar-se com outras atividades. O embarque era realizado em seu local de origem e posterior deslocamento para Belém de onde deveria ser encaminhada a Superintendência do Vale Amazônico, que por sua vez os direcionaria aos rios em que iriam trabalhar.

A respeito desse período podemos usar o relato do Sr. Francisco, conhecido como Seu Azeite, atual morador da Resex Médio Purus (Lábrea), sobre a vinda de trabalhadores aos seringais:

Meu nome é Francisco Carneiro de Oliveira, mas popular para toda população regional e até de fora da região como Azeite. Estou com 60 anos hoje, 60 anos e uns meses, meu aniversário foi dia 03 de janeiro de 2012, fiz 60 anos. Cheguei nessa comunidade dia 13 de maio de 1957 quando eu tinha 6 anos e pouco meses de idade na companhia do meu pai, que era vivo. Ele era nordestino emigrou da Paraíba na década de 1942 por motivo de uma guerra. E o país Brasil estava precisando de um acelerado na extratividade da borracha e o povo amazonense que extraiu essa produção de borracha tava poucos e o governo resolveu então fazer essa emigração. Mandar os nordestinos que quisesse se destacar pra vir para o Amazonas para a produção de borracha. Então foi nessa época que ele veio. Em 1946 ele encontrou a minha mãe no Alto Pauini, dentro de um afluente do Pauini aonde ele foi encontrar minha mãe. Então, lá eles se encontraram casaram e começaram a produzir família. Eu mesmo nasci lá no rio Pauini numa colocação chamada de Fortaleza, Saí de lá eu não tinha um ano de idade ainda, por agressividade de um cidadão que se dizia ser o dono que mandava em tudo. Fazia o que queria, batia, mandava matar. O nome deste cidadão chamava-se Amim Said, e eles tiveram uma pesada discussão (Sr. Francisco/Sr. Azeite, Entrevista, 2012).

O trabalhador que chegara do Nordeste era submetido aos exames de saúde realizado pelo SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) que realizava inspeções sanitárias nas mobilizações dos imigrantes nordestinos, estrutura proposta pelos americanos. Mesmo com todas essas ações, o número de mortes de seringueiros na chegada à Amazônia foi elevado e alguns voltaram aos seus lugares de origem. A esse respeito as agências norte-americanas

acreditavam que os seringueiros trabalhassem na extração da borracha até economizarem o suficiente para pagar uma passagem de volta e saldar suas dívidas no armazém do patrão. Essa política seguida tanto pelos patrões como pelas companhias era não permitir aos seringueiros a solvência. Tal situação se convertia em uma espécie de escravidão por dívida dos seringueiros com seus patrões.

Essa mobilização pode ser observada em escritos sobre o Purus publicado por Sebastião Ferrarini que comentou:

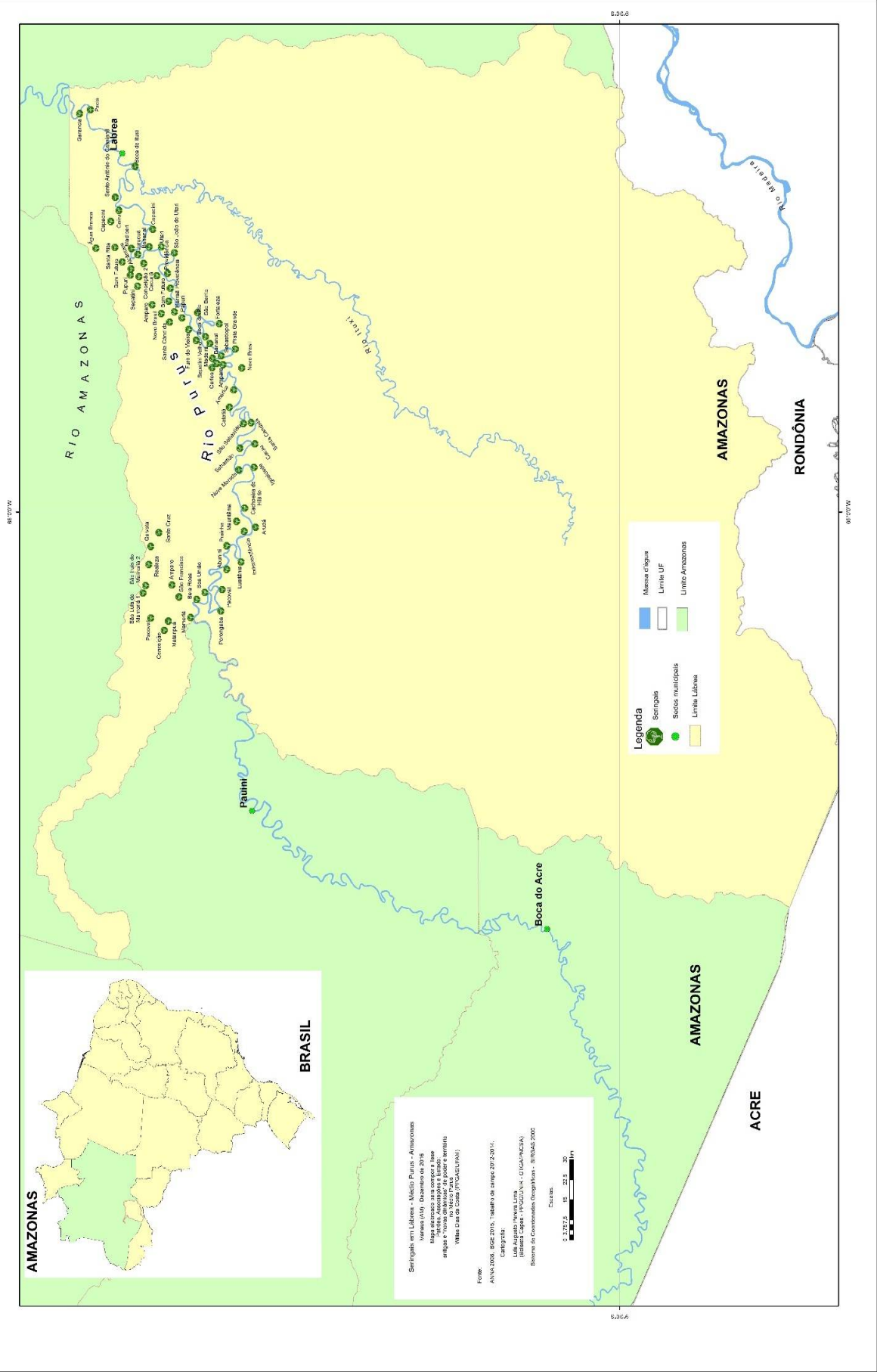
A política de escravidão de seringueiro era sem dúvida comum entre os seringalistas inescrupulosos na Amazônia, muito antes do programa da borracha. Para terem certeza de não-participação desse sistema de escravidão, funcionários do Governo norte-americano pressionaram o Governo brasileiro para que fosse estabelecida uma forma de pagamento que garantisse o lucro do seringueiro. O presidente do Brasil assinou então, em 1942, um decreto que assegurava aos seringueiros 60% do preço de pagamento da RDC. De um modo geral, a população do interior dos municípios puruenses gozava de um nível de vida bem baixo. Mercê de um sistema semifeudal, vivem geralmente na base de troca. Nas sedes municipais a situação não é muito melhor; todavia, pelo menos existem algumas regalias: luz elétrica, maior convívio, assistência religiosa, pequeno comércio.... Mesmo assim, estes brasileiros dos municípios interioranos estão muitíssimos aquém do padrão de seus irmãos brasileiros do planalto e da região costeira (FERRARINI,1978, p. 27).

Apesar de um esforço externo de minimizar o controle e exploração no mundo dos seringais, ela prosperou apesar das tentativas de interferência. Essa liberdade nas práticas de dominação o processo de engendramento do domínio privado sobre territórios e populações tão permanentes e característicos do sul do Amazonas.

Como resultados das informações agrupadas sobre os seringais produzimos um mapa como forma de permitir um conhecimento dos seringais citados pelos entrevistados e assim a compreensão territorial e da distribuição dos seringais pela região de Lábrea. Ressaltamos que muitos dos seringais fundados resultaram posteriormente em comunidades atuais observadas em trabalho de campo. A ideia do mapa a seguir e possibilitar uma visão do poder dos seringalistas nessa região, os caminhos percorridos pelos regatões em busca de comercialização nos seringais, o deslocamento e isolamento de famílias de seringueiros que

dentro deste cenário enfrentavam dificuldades em todos os campos da vida social. O mapa conduz uma linha sem demarcação de fronteiras elementos que serão analisados posteriormente nesta pesquisa e promoverão diferenças nas relações constituídas no Médio Purus e problematizará consequências.

Seringais em Lábrea - Médio Purus - Amazonas



2.2 Processos de aviamento no Purus

A instalação da indústria da borracha na Amazônia disseminou uma forma de poder que não podemos entender como uma novidade, o aviamento é um movimento que antecede o contexto da indústria gomífera e confunde com o movimento da própria história brasileira de dominação e controle social. Esse sistema obteve variações desse no mundo rural brasileiro, mas na Amazônia (assim como parte das regiões do Nordeste) chama a atenção o efeito duradouro e sua conversão em *modus operandi* conforme mencionado por Pierre Bourdieu para retratar uma reprodução de comportamento pautado nas estruturas de poder em sua ação na vida social.

O sistema de patronato criou sua variação na região, sua primeira versão foi idealizada no interior dos seringais e promoveu suas ramificações nos demais rios da Amazônia. Uma figura que se constituiu dentro deste sistema foram os regatões, um tipo social e econômico surgido da adaptação da inteligência de especulação comercial a um meio físico, regido por variações sazonais, a que sem dúvida obedecem a atividade econômica e os “gêneros de vida” típicos da região amazônica.

Os regatões eram considerados como comerciantes dos rios que levavam em suas canoas por todos os rios, lagos, furos e lugares, mercadorias estrangeiras e nacionais, e as vendiam a dinheiro, ou na forma de permutas. Esse aprofundamento das atividades comerciais estava pautado pelo uso do dinheiro ou no caso dos seringais em trocas. Essa forma de comércio não era bem aceita pelos patrões já que uma estratégia central usada para manter a escravidão nos seringais era os comércios dos barracões, onde funcionavam “armazém” em que os seringueiros compravam todos produtos necessários. Havia produtos de necessidades básicas até produtos sofisticados que promoviam um maior endividamento dos trabalhadores nos seringais.

Ao longo do trabalho de campo tive a oportunidade de conversar com filhos homens que exerciam o ofício dos regatões e que são comerciantes na sede municipal de Lábrea. A memória destes herdeiros descreve que muitas vezes eram proibidos de parar nos portos dos seringais, onde os seringueiros trocavam borrachas por produtos com preços menores em relação ao barracão do patrão. Desta maneira este personagem gozava da antipatia e sentimento de rivalidade por essa figura dos rios por parte dos seringalistas. Essa disputa de poder sobre o comércio representava uma tensão no Purus que permaneceu como elemento central enquanto durou o poder do patrão calcado no sistema de aviamento.

Essa rivalidade se acirrou pela constituição deste tipo de patronato, aqui nesta pesquisa usarei um termo denominado de “patronato da água”. Em relação a este personagem podemos atentar para a descrição de José Veríssimo que descreveu três tipos de regatões:

O pequeno, o médio e o grande. O pequeno é o tradicional mascate estabelecido em pequeno batelão, coberto de palha e tocado a remo. Vende em geral tudo o que se pode condenar: a cachaça (aguardente), as cartas de jogar etc. De preferência se insinua pelos altos igarapés, longe das sedes dos seringais, nos pontos onde a navegação regular não consegue atingir. Furtar a borracha dos seringais e viciar os seringueiros. É o tipo clássico do espoliador, contra o qual já em 1865 se erguia em carta ao ministro do Império, o Revmo. Sr. D. Antonio, bispo do Pará: “São os regatões” negociantes de pequeno trato, em que canoas, penetram até os mais remotos sertões para negociarem com os índios. É difícil imaginar as extorsões e injustiças que a maior parte deles cometem, aproveitando-se da freguesia ou ignorância desses infelizes. Vendem-lhes os mais somenos objetos por preços fabulosos, tomam-lhe à força ou à falsa fé os gêneros; quando muito os compram a vil preço e muitas vezes embriagam chefes das casas para facilmente desonrar-lhes as famílias. Enfim não há imoralidade que não pratiquem esses cúpidos aventureiros. O “regatão” médio usa uma pequena lancha de motor ou de vapor. Já é evoluído. Procura manter transações mais ou menos legais, comércio regular com os próprios seringalistas. Possui pequenos capitais e assim, em sua minúscula lancha pode levar quase de um tudo. Presta serviços inegavelmente pois que podemos chegar a pontos não atingidos pela navegação regular e maior calado, leva aos seringais mais afastados da civilização, certo de conforto material, concorrendo, assim para maior e necessária aproximação espiritual. Não visa, como os pequenos “regatões”, aos seringais menores, totalmente desprotegidos, mas de preferência, aos grandes, porque o seu comércio é lícito e de maior envergadura. Os grandes “regatões” se estabelecem de preferência numa boca de rio donde passam irradiar o seu comércio. Dela fazem partir pequenas embarcações, depois de já haver criado espécie de entreposto mantidos com capitais próprios, ou com créditos e “aviamento” feito por “aviadores” de Manaus e Belém. Nas bocas constroem verdadeiros armazéns; suas embarcações atuais são “lanchões”, dois, três, às vezes cinco, rebocando batelão coalhados de mercadorias, ou cargas de “expedição” enviadas dos portos de Manaus e Belém (PEREIRA, 1956, p. 37).

A descrição rica de José Verissimo sobre o estilo de vida e de uma tipologia de regatão demonstra uma organização social que se constituiu no âmbito da consolidação do sistema de aviação. Ao longo do trabalho de campo, buscamos compreender o resultado da permanência de poder e como isso afetou aspectos de um grupo ou suas transformações. Em Lábrea conversei e entrevistei muitos comerciantes. Em seus relatos sobre a trajetória de comerciantes existia o trabalho de regatão, alguns eram filhos de regatões e nos relatos percebemos um “patronato da água. No Purus os regatões menores eram aviados dos “regatões” que se estabeleceram na cidade e tornou-se prática comum o surgimento de dívida nesse sistema que mantinham um círculo nas transações comerciais.

O regatão era um comerciante que recebia tudo em dinheiro, isso era diferente já que a circulação de dinheiro nesse período não era comum, mas era necessário nas operações de beira de rio. O regatão sem dúvida é uma figura que vendia sonhos aos seringais já que dependendo do freguês este poderia conseguir o produto desejado sem se colocar grande dificuldade. Essa figura da Amazônia colaborou através de sua forma de comercialização com a cristalização de um modelo de atividade comercial na região baseado na confiança, honra e na palavra empenhada na relação vendedor e consumidor. Estabelecendo alianças e coerções extra econômicas. Durante o trabalho de campo permaneci alguns dias nos comércios de dois ex-regatões, hoje comerciantes em Lábrea, percebi que a fidelidade de algumas pessoas sobre esses comerciantes impressionava, pois mesmo após esses deixarem de vender produtos em barcos nos rios a vinda de pessoas para a cidade para comprar fielmente os produtos em determinados pontos comerciais explicava a força desta relação pessoal baseada no compromisso, dever moral e fidelidade.

Essa situação se destaca, principalmente, entre os indígenas que mesmo com opções mais baratas optavam por compras nesses locais, mas o ato de comprar apresentava diferenças. Alguns comerciantes adotavam a prática tradicional da anotação em cadernos,

carnês em que se registrava o valor da dívida, uma situação similar encontrada nos barracões dos antigos seringais. A outra estava atrelada as modificações sociais recentes referentes aos programas de transferência de renda para famílias pobres durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Verificou-se a prática dos comerciantes de reterem os cartões do Programa “Bolsa Família” dos indígenas. Durante o trabalho de campo na cidade de Lábrea e nos dias que fiquei observando os comércios presenciei a cena de famílias indígenas chegando ao comercio no dia do pagamento do benefício, buscar o cartão e ir ao banco retirar o dinheiro para pagar a dívida com o comerciante e depois devolverem o cartão do benefício ao comerciante. Observei entre os indígenas até o emprego da palavra “patrão” para se referir eventualmente aos comerciantes que vendem os produtos para essas pessoas.

A figura do regatão nunca deixou de existir no Purus, assim como o capitalismo se modifica e sofisticada, o “aviamento” na Amazônia se modernizou e se adaptou as transformações sociais tais como políticas sociais e o maior controle de agencias do Estado sobre territórios e populações. Exemplar desta modernização é o regatão Líbero Luxardo ao relatar sobre um famoso regatão do rio Ituxi no Purus comenta:

O Sr. Mário Barros não é, naturalmente, um regatão do tipo tradicional, esse tipo hoje em dia não passa de crônica. Os processos mudaram e se ainda persiste o regime de troca, este vem sempre acompanhado de uma parte em dinheiro. O interiorano da atualidade usa o seu rádio de pilha transistorizado, ouve notícias da cidade, sabe o preço das espécies que extrai das florestas, ou retira de lagos, e discute com fundamento, o valor dos produtos (LÍBERO LUXARDO, p.138).

A constituição do campo social que se produziu em torno do seringal promoveu a formação de estruturas enraizadas como as arvores amazônicas com raízes profundas. Essa metáfora leitora ajuda a pensar como as estruturas de poder ainda permanecem firmes dentro da vida social e permanece no pensamento dos moradores da região. As transformações da forma de trabalho do regatão está no relato do Sr. Antônio que recorda que desde sua existência havia a presença dessa figura em Lábrea.

Quando perguntei qual diferença do trabalho do regatão em sua juventude e para o presente ele comenta “Em pontos tem, né? Agora eu acho melhor que vende ao preço que ele quer vender, naquele tempo ele vendia como mandava o patrão. Hoje em dia eu acho que é melhor para a gente” (Entrevista Antônio, 2013).

Capítulo III

PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DOS POVOS DO PURUS

3.1 Dominação da Alma

A Igreja percebeu o enorme potencial de catequização da região do Purus passando a atuar na conversão dos grupos indígenas ao cristianismo, tarefa que permitiu sua consolidação como instituição fundamental no projeto de dominação colonial, sobretudo, na região do médio Purus. Um personagem central para a consolidação Igreja católica na região foi frei José Alvarez Macua, Bispo Titular de Colibrasso e Prelado de Lábrea, que realizou a primeira sistematização das informações acumuladas pela Prelazia de Lábrea. No chamado “Esclarecimento”, prefácio das “Efemérides da Prelazia de Lábrea: 1926-1951”, documento que se tornou referencial para autores que adiante produziram materiais sobre a história das cidades do Médio Purus¹⁵.

Na primeira etapa do levantamento bibliográfico sobre a região tornou-se evidente que parte significativa da literatura foi produzida pelos religiosos que circularam pela região. Nesses relatos há informações sobre patrões seringalistas, pessoas vinculadas ao poder municipal e as dificuldades da missão cristianizadora diante da primazia da exploração seringalista. Em tal contexto coube a Igreja informar o cenário de exploração e da resistência a ela, mas também registrar a história dos vencedores, consolidando protagonismos no processo de desenvolvimento regional e, relegando aos indígenas um papel coadjuvante nesta

¹⁵ A respeito desses escritos grande produzidos pelo Padre Sebastião Ferrarini que morou em algumas cidades como Canutama, Tapauá e Lábrea e produziu vários livros sobre a história desses lugares baseados nos documentos da igreja católica. “Eu quero que vejam, através estas notas, o luminoso cérebro e o generoso coração da Igreja Católica, que inicia a catequese do Purus com o auxílio dos intrépidos filhos do Pobrezinho de Assis. E a pobreza o foi tanta que lemos no livro de tombo de Lábrea, com relação às missões do Ituxy: ‘Os resultados foram improficuos por falta de recursos necessários à sua manutenção. A este cenário do Purús chegaram os Agostinianos Recoletos, precisamente quando o ‘ouro negro’ estava desvalorizado. O que aqui nos prende é a divina força do ‘euntespraedicate’ numa época em que se opera um grande êxodo de seringueiros. (p. 2)

construção. Paul Ehrenreich, em “Viagem ao Purus”, expõe da seguinte forma a situação encontrada:

No começo do decênio, 70 missionários ingleses iniciaram o seu sacerdócio no Valle do Purús, procurando christianisar os Ipurinas. [...] está tentativa foi mallograda, porque os índios são pouco acessíveis a taes esforços, não vendo vantagens palpáveis, não falando dos obstáculos provenientes do meio. Os missionários não puderam impedir os seus neophytos fossem alliciados no serviço dos seringueiros, no qual, achando-se numa dependência pouco acima do cativoiro, não puderam receber os benefícios da civilização. [...] muitas informações e interessantes comunicações forma-me fornecidas pelo Sr. Duke, que chegou a 11 anos como membro de um grupo de missionários por conta de uma sociedade de missões inglezas e que *depois do mallogro e consequente dissolução da mesma, ficou dedicando-se à fabricação de borracha* (EHRENREICH, 1948 pp. 87,100-101).

A Igreja é parte dessa estrutura de poder regional, operando através da ação missionária sobre povos indígenas. Paula Montero (2006) explica que a dicotomia dominante/dominado deveria dar lugar ao conceito de *mediação cultural*. Para a pesquisadora o ponto de partida do “o processo histórico de produção de alteridades indígenas por parte dos missionários, ainda que se reconheça sua dimensão político-ideológica, não pode ser reduzida a uma ferramenta simples de dominação colonial” (MONTERO, 2006, p. 33).

Compreendemos que a relação de mediação é processual, no caso dos indígenas do Purus uma presença que existe desde a ocupação do território no processo de colonização e que se estendeu ao longo dos anos no atendimento a diversos interesses. Na região do sul do Amazonas, podemos verificar que essas ações da igreja católica se transformaram no decorrer dos anos, mas sempre operando em consonância com o avanço das ocupações territoriais da empresa seringalista. Ao percorrer as cidades de Tapauá, Canutama e Lábrea observamos uma presença significativa de duas ordens religiosas: as missões dos Maristas e os Agostinianos Recoletos que construíam projetos de ação de longo prazo nas áreas de educação, saúde e assistência social. Os maristas hoje não possuem a força de outrora, mas deixaram um legado de construção de escolas, farmácias com remédios naturais, programas de moradia, trabalho

emprego voltados para a população socialmente vulnerável, além das práticas cristãs de catequização e os sacramentos realizados pela Igreja Católica.

Em Lábrea a presença da Igreja existe desde a sua fundação. O Coronel Lábrea usou sua influência para conseguir a fundação da *Freguesia da Nossa Sr.a de Nazaré de Ituxi*, pela Lei Provincial n. 265 de 15 de maio de 1873, período em que Lábrea era completamente gerida pelo seu fundador. Em seguida ainda sob a sua influência ocorreu a instalação da Paróquia de Nossa Sra. de Nazaré de Lábrea. Através da organização do Coronel Labre, liderando os interesses seringalistas, a elevação à vila ocorreu em 1881 e a município em 1886. (IBGE, 1963). Em 1945, Lábrea torna-se território de Rondônia, no ano seguinte retorna para os limites do Amazonas. A Igreja Católica tornou-se uma instituição com poder e influência na vida social, obtendo a permissão para a divisão da freguesia ao longo dos anos e a criação ou anexação de novos territórios, ou seja, do surgimento de novos municípios no Médio Purus derivou a criação de novas paróquias.

A missão dos Irmãos Maristas chegou no ano de 1967 e a dos Agostinianos Recoletos alguns anos antes. Essas ordens religiosas através de suas missões passam atuar em várias frentes, principalmente, com os grupos indígenas. Essa atuação tem seu auge e intensificação no trabalho conjunto conduzido com instituições estatais que se instalaram nas cidades do Médio Purus, entre elas o Serviço de Proteção ao Índio. Nessa parceria assumiriam a responsabilidade pelas ações pedagógicas na região para indígenas e não indígenas, assim como ações de assistência médica.

No acervo da Prelazia de Lábrea há livros com registros de nascimentos, fotografias, relatórios que descrevem os primeiros registros feitos sobre a cidade de Lábrea e observações sobre o comportamento da sociedade. Entre os episódios descritos estava um ocorrido em 1896 que remete a expulsão de mulheres por acusação de prostituição. Esse dado permite entrever o controle social e normatização de condutas exercido pela Igreja nessa época.

Os registros sobre os indígenas apresentam-se em íntima associação com as ações de instituições como o SPI. Nesses registros observamos o controle por parte das instituições religiosas e governamentais sobre a força de trabalho existente e o empenho na educação moral dos indígenas. Para Guimarães a relação Igreja Católica e patrões é vista da seguinte forma:

Se em parte houve apoio dos missionários aos patrões ou, como mostra o caso acima, na sua transformação em patrões, o mesmo pode ser dito com os delegados do SPI. Várias fontes existentes no arquivo da Prelazia de Lábrea permitem a construção desta hipótese. Além dos livros-tomos, quadros estatísticos e fotografias demonstram atividades no sentido de realizar casamentos entre índios e brancos, batismo, e a própria relação com as figuras de autoridade da região (GUIMARÃES, 2014, p.39).

A conjugação de forças e alianças formadas em torno do processo de extração da borracha permitiu e facilitou a exploração da mão de obra indígena e migrante no Purus constituindo eixo fundamental de sustentação da empresa seringalista.

Figura 02: A Igreja e suas influências



Fonte: Arquivo da Prelazia de Lábrea¹⁶ (1912)

¹⁶Um missionário entre a muito digna família do Sr. Major João de Barros V. de Silveira, Delegado honorário do Serviço de Proteção aos Índios no Rio Purus e seus afluentes e amigo de nossos pais. Caçadua – Rio Purus. (Foto Prelazia de Lábrea). APUD Guimarães)

Temos nessa configuração social uma correlação de forças patronato-Estado-Igreja que colaborava e reproduzia a contínua submissão dos grupos desfavorecidos e detentores somente da força de trabalho utilizada em um regime de semi-escravidão e endividamento. O Purus tem uma geografia caracterizada pela dispersão de seringais e longas distancias entre comunidades e sedes municipais, tornando ainda hoje dispendioso o acesso a bens e serviços contribuindo para a continua produção de laços sociais entre segmentos sociais diferentemente posicionados na hierarquia social e vinculados por um regime baseado em favores, dívidas e dependências. Essa característica geográfica permitiu aos donos dos seringais exercer uma dominação sobre os trabalhadores necessária aos anseios e pensamento idealizados por essas pessoas.

3.2 Processo “civilizatório” dos Povos Indígenas

A produção de textos que demonstram o protagonismo de uma elite a partir de autores como Gilberto Freyre, forjada na reafirmação histórica do protagonismo das elites seringalistas, pretendo destacar pontos de vista com orientação distinta.

Uma parte da literatura produzida por viajantes destaca o expressivo de grupos indígenas. No Purus a primeira missão indígena se denominava São Luiz Gozanga e foi criada pelo Frei Pedro de Ceriana. Esta missão reunia indígenas das etnias Muras, Purupurus, Paumaris, Jamamadis, Catuquinas e Apolinas. Esses grupos passaram pela catequização e logo foram compor a população na cidade. Em 1925, por ocasião de um censo, contabilizou-se a população da cidade Lábrea em 50 mil habitantes, sendo 15 mil indígenas.

A presença indígena na cidade é bem demarcada geograficamente. Dentre os primeiros interlocutores que conheci estavam indígenas da etnia Apurinã e Paumari residentes na cidade. A identidade indígena estava fortemente ligada ao Bairro da Fonte. Nesse bairro

estão as sedes das duas principais organizações de representatividade indígena. A FOCIMP (Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus) e a OMIMP (Organização das Mulheres Indígena do Médio Purus), instituições relevantes na vida dos indígenas do médio Purus que serão abordadas nos próximos capítulos.

A chegada das missões e os posteriores massacres de indígenas promovidos pelos seringalistas a fim de tomar as terras que estes ocupavam impulsiona o governo provincial a organizar ações em torno de favorecer os seringalistas que necessitavam de mão de obra a ser explorada. Assim nesse cenário em 1910, o governo federal promoveu a criação do *Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais* vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio teve como organizador Rodolfo Miranda. Essa primeira versão logo é substituída em 1918, passando a ser chamado de Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A partir dessa inflexão, uma nova forma de dominação e poder surge visando a organizar o trabalho dos indígenas nos seringais. Neste sentido Weber (2008) aponta que o poder burocrático se baseia na ideia de um “um direito e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma”. Assim o pesquisador Joaquim Melo (2007), observa a seguinte questão:

No Amazonas, o SPI vai se estruturar burocrática e administrativamente no mesmo período em que a economia gomífera entra em profunda ‘crise’. E é nesse momento que o SPI se empenha em organizar a força de trabalho para assegurar um processo de produção permanente, abrangendo inclusive outras formas de extrativismo e de coleta (MELO, 2007, p. 209).

Temos na ação deste órgão do Estado a formulação de um poder capaz de realizar o controle da vida social dos indígenas nessa região como a manutenção dos interesses dos patrões que nessa época aliavam-se a estrutura estatal como elemento para consolidação de seus interesses. Para isso a figura dos delegados de postos do SPI, figuras que não possuíam salários, mas que por sua vez permitia a manutenção dos direitos e a chamada autonomia financeira. Novamente o pesquisador Joaquim Melo (2007), menciona que Bento Lemos,

inspetor do Território do Amazonas e Acre, organizava os comandos a serem seguidos pelos representantes do SPI no Purus.

Esse mecanismo organizado pelo Estado para tratar das questões indígenas na região, produziu o que Antônio Carlos de Souza Lima (1996) compreende como o surgimento do poder tutelar sobre as populações indígenas, questão que esteve intrinsecamente relacionada com o próprio estabelecimento da nação e do Estado brasileiro. Neste sentido podemos afirmar o surgimento de um dispositivo criado para classificar as populações indígenas em grupos de trabalhadores preparados a operar de acordo com as necessidades da região. Temos aqui o que foi caracterizado por Marx ao debater sobre o fim da escravidão a questão da organização de novos trabalhadores e potenciais “consumidores” e garantindo a esses a incorporação ao sistema capitalista de produção, acumulação e consumo. Antônio Carlos de Souza Lima comenta que “os passos básicos implícitos no ato de *civilizar* seriam tomar os nativos por mão de obra dentro de uma economia de mercado e a incorporação da língua, vestuário e outros costumes do povo conquistador” (p. 122).

A organização estatal implantada pelo SPI estava centrada em três tipos: *Atração, Vigilância e Pacificação e Assistência, Nacionalização e Educação*. Nas proximidades do rio Purus, encontravam-se segundo registros do SPI os postos Marienê e Manauacá e o mais próximo que entrava na primeira tipologia de postos, o posto Rio Gregório no rio Juruá denominado de Marienê, e o segundo Manauacá no local chamado Juma aonde hoje está o município de Manicoré. De acordo com o trabalho de Guimarães 2014 que pesquisou as lideranças indígenas na região do Médio Purus, esses postos funcionavam através da “produção de itens como milho, arroz, manga, mel de cana, farinha de mandioca e de macaxeira, pupunha, açúcar, batata-doce, banana, cebolinha, cará, goma de mandioca, castanha, café, rapadura, tabaco, feijão. Além desses, ainda há referências ao consumo de

carne bovina e suína produzida na própria área do posto que eram produzidos por mão de obra indígena, mas gerenciados pelos funcionários do SPI (Guimarães, 2008).

Em complemento a essa colocação temos o comentário de Kromer (1985) sobre o uso da mão de obra indígena empregada na região e o papel empenhado pelo SPI nesse processo:

A década de 1930 registra um quase total abandono da inspetoria. O delegado da inspetoria do rio Purus, João de Barros Velloso da Silveira, já era dono do seringal Caçadoá desde 1925, e Leonardo Solon da Costa e Silva tornou-se dono do seringal Peneri, para onde pedia as mercadorias destinadas aos índios de Marienê (KROMER, 1985, p. 94).

A consolidação do trabalho realizado pelo SPI permitiu que em menos de uma década ocorresse a dispersão de grupos indígenas dos postos localizados na região, fornecendo mão de obra para os seringalistas e para exploradores de outros recursos naturais.

Observamos o caso do posto de Marienê onde vivia um grupo de apenas 25 Apurinãs nos arredores do posto, havia a presença de outros indígenas que estavam espalhados pelos barrancos do Purus e esses indígenas representavam a possibilidade de uma mão de obra barata nos seringais dos delegados do SPI Purus. Em outro posto denominado de Manauacá, relata-se que moravam cerca de 80 índios Jamamadi, no qual a principal produção estava concentrada na borracha e castanha.

Os dados observados por Guimarães (2014 P. 36) indicam que as informações do SPI referentes ao Purus dentro das áreas dos postos eram vagas. Essas informações eram coletadas através de relatórios e eram enviadas a direção nacional do órgão para que este órgão do governo pudesse analisar e conhecer de forma ampliada os movimentos dos indígenas e suas direções territoriais, informação que para os seringalistas no Purus determinava a instalação de seringais e do controle de terras a serem exploradas. A respeito da região do Sul do Amazonas, Guimarães percebe a existência de um:

Quadro demonstrativo das tribos que habitam no Vale do Rio Purus, sob a jurisdição da Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Território do Acre Rio Branco, em um total aproximado de 8500 habitantes: Com os números detalhados: Jamamandy (600), Ipurinã (600), Arara (700) Eucura-day (1000) Catuquinas (1300) Culina (300), Pamary (600), Canamys (300), Catawasy (200), Macanaua (900), Marinem (600), Araça-Dany (900), Cachinaw (600)¹⁷.

A criação dos postos do SPI no Purus permitiu ao Estado o controle das informações numéricas sobre as populações indígenas para um maior refinamento do controle sobre os grupos indígenas e sua locomoção pela região. O SPI desenvolveu através do corpo de funcionários a criação e consolidação de um poder burocrático ainda presente na atualidade, garantindo a “presença” do Estado frente a grupos indígenas sob os quais se afirmou um dispositivo “civilizatório”, esse poder burocrático foi capaz de acumular, classificar e reproduzir informações que favoreceram aos grupos dominantes¹⁸.

Nos próximos capítulos trataremos de caracterizar a presença do Estado na região, apontando como este se apresentou como um instrumento de interesses dos mesmos com o declínio da indústria gomífera.

¹⁷ 4 de agosto de 1953 (Guimarães, 2008).

¹⁸ Tal modelo de poder se refere, por exemplo, ao caso dos Jarawara grupo semelhante aos demais que compõem o médio Purus. Os Jarawara são basicamente agricultores da terra firme que complementam sua dieta com caça e pesca, onde utilizam-se, assim como os Deni de um veneno. Seus roçados são principalmente de mandioca (15 tipos são cultivados por eles), macaxeira (5 tipos), taioba, milho, bananas, abacaxi, jerimum, batata-doce, ariá, cará,, melancia, caju e pupunha, mas também cana-de-açúcar, tabaco e um cipó chamado kona, de que produzem um veneno ictiocida, o tingu. Entre os principais produtos de comercialização encontramos a castanha, látex, óleo de copaíba e sorva

Capítulo IV

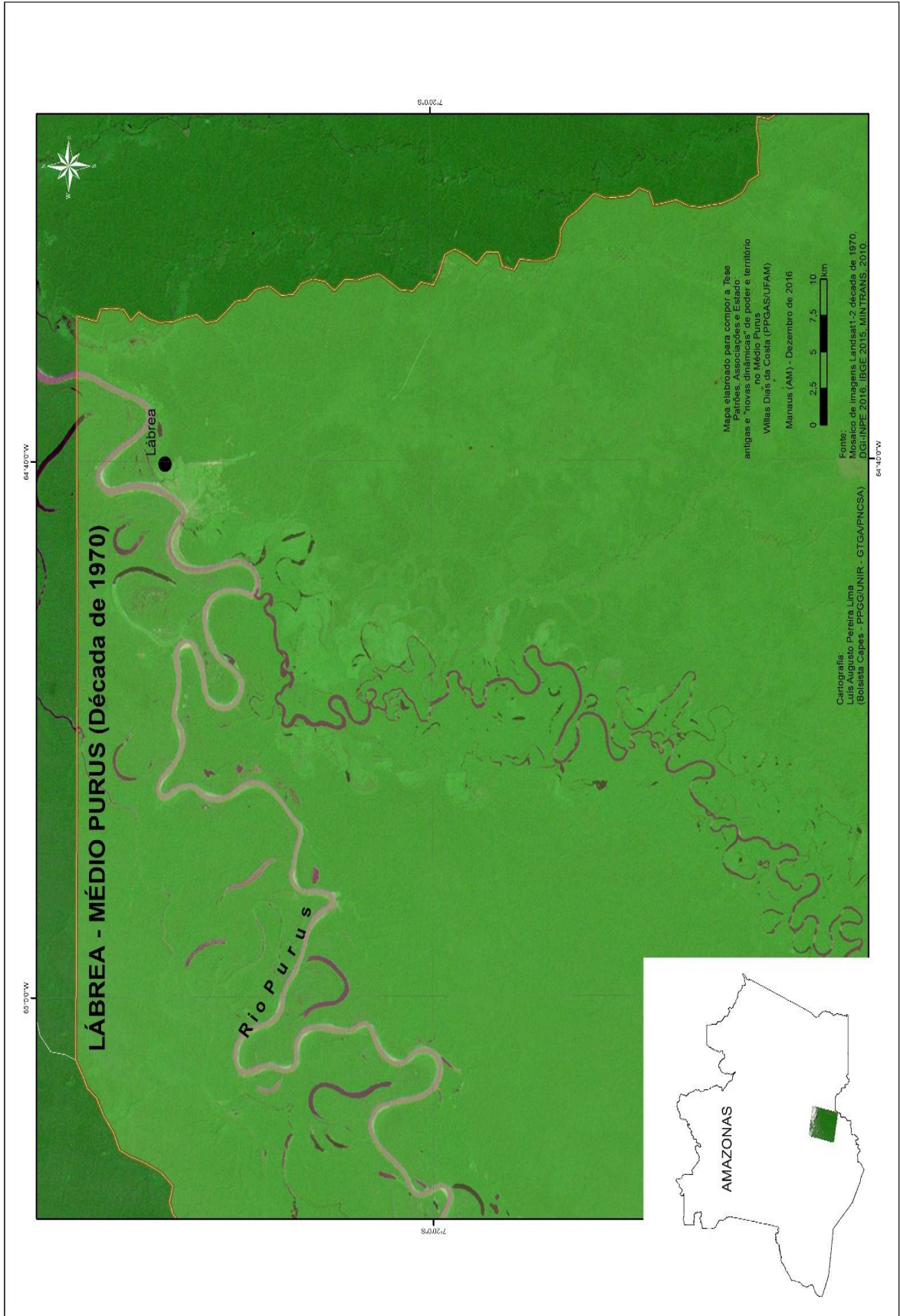
“CRISE DA BORRACHA” OU PONTO DE IGNIÇÃO?

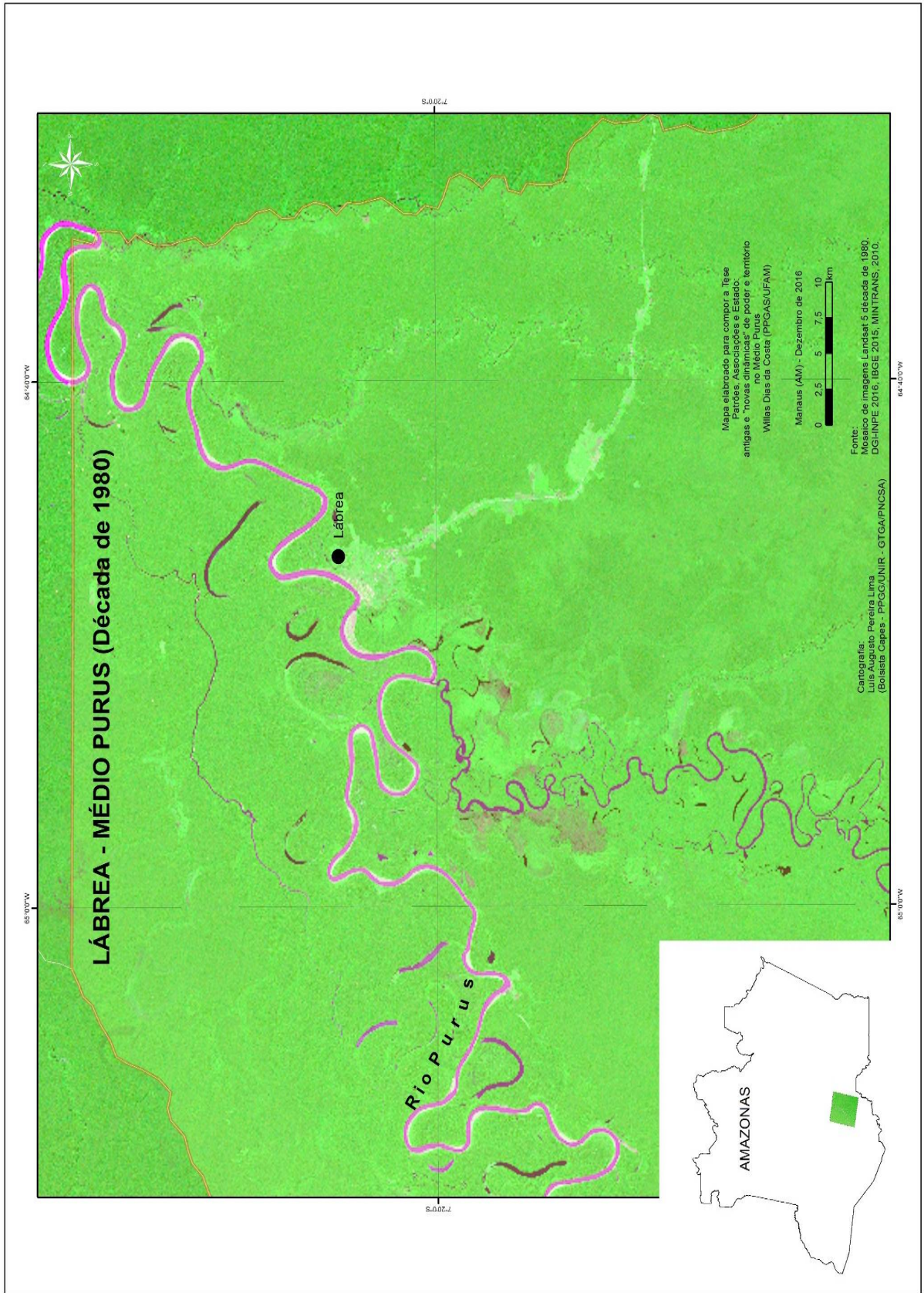
A crise da borracha que se instalou na Amazônia após o envio de mudas da árvore para a Ásia, em 1876 Henry Alexander Wickman levou sementes da seringueira (*Hevea Brasiliensis*) para a realização de experiência de cultivo fora da Amazônia, promovendo nos anos seguintes uma crise do produto na região. A respeito deste processo o escritor Samuel Benchimol comenta:

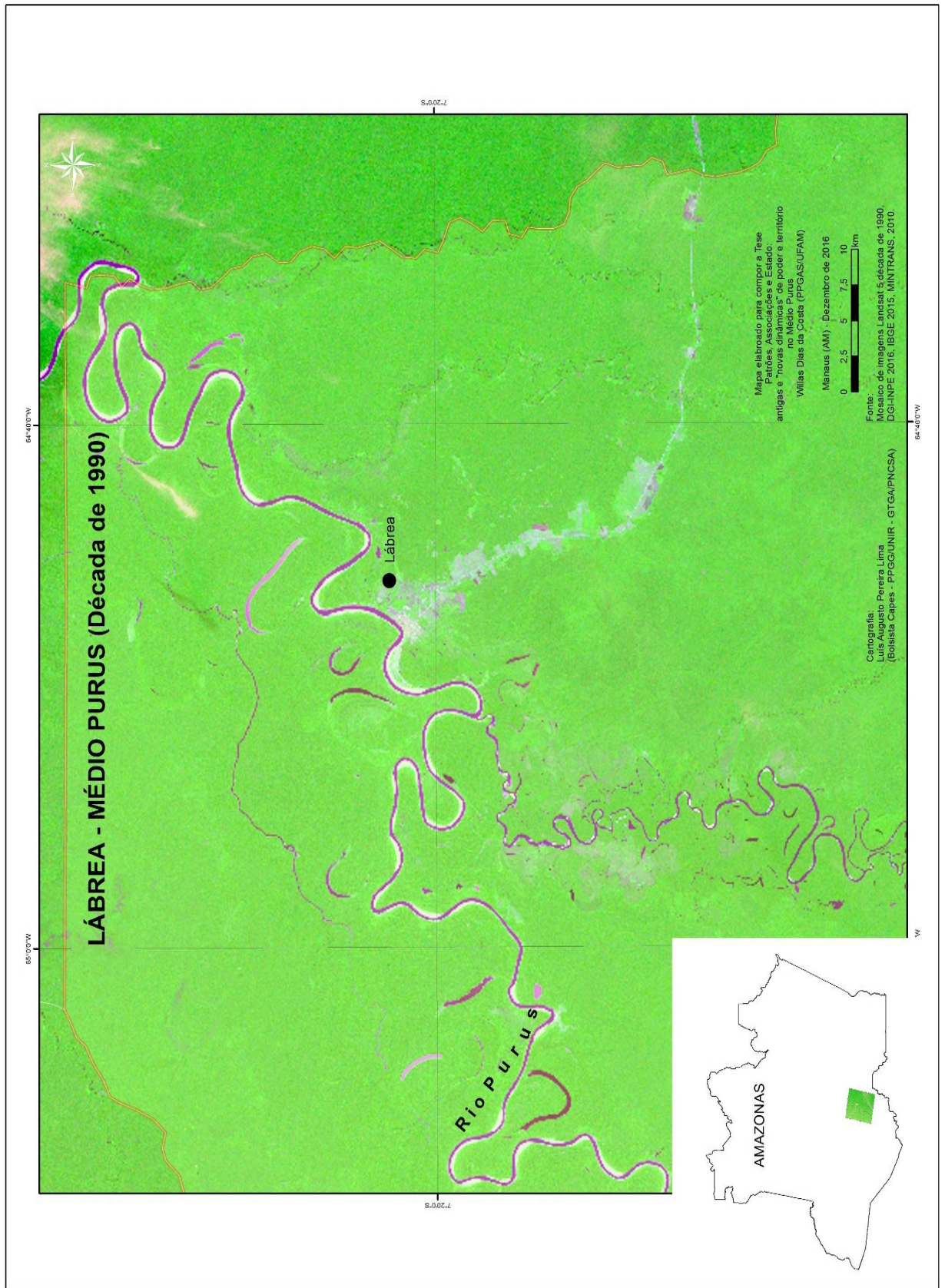
(...) 1876, Henry Alexander Wickman largava de Belém, a bordo do navio Amazonas, no dia 29 de maio de 1876, levando 70.000 sementes da *Hevea brasiliensis*, colhidas em Santarém e retiradas para o Jardim Botânico Kew Gardens, em Londres, das quais germinaram apenas 2.397. De Kew Gardens as pequenas plantas foram expedidas em agosto de 1876 para o Ceilão e distribuídas para os Jardins Botânicos de Peradenya e Heneratgoda para aclimação. No ano seguinte procedia-se a sementeira em Cingapura e daí para Perak no norte da Península e para os Estados Federados Malaios e Malaca em 1895 (BENCHIMOL, 1999, p 208).

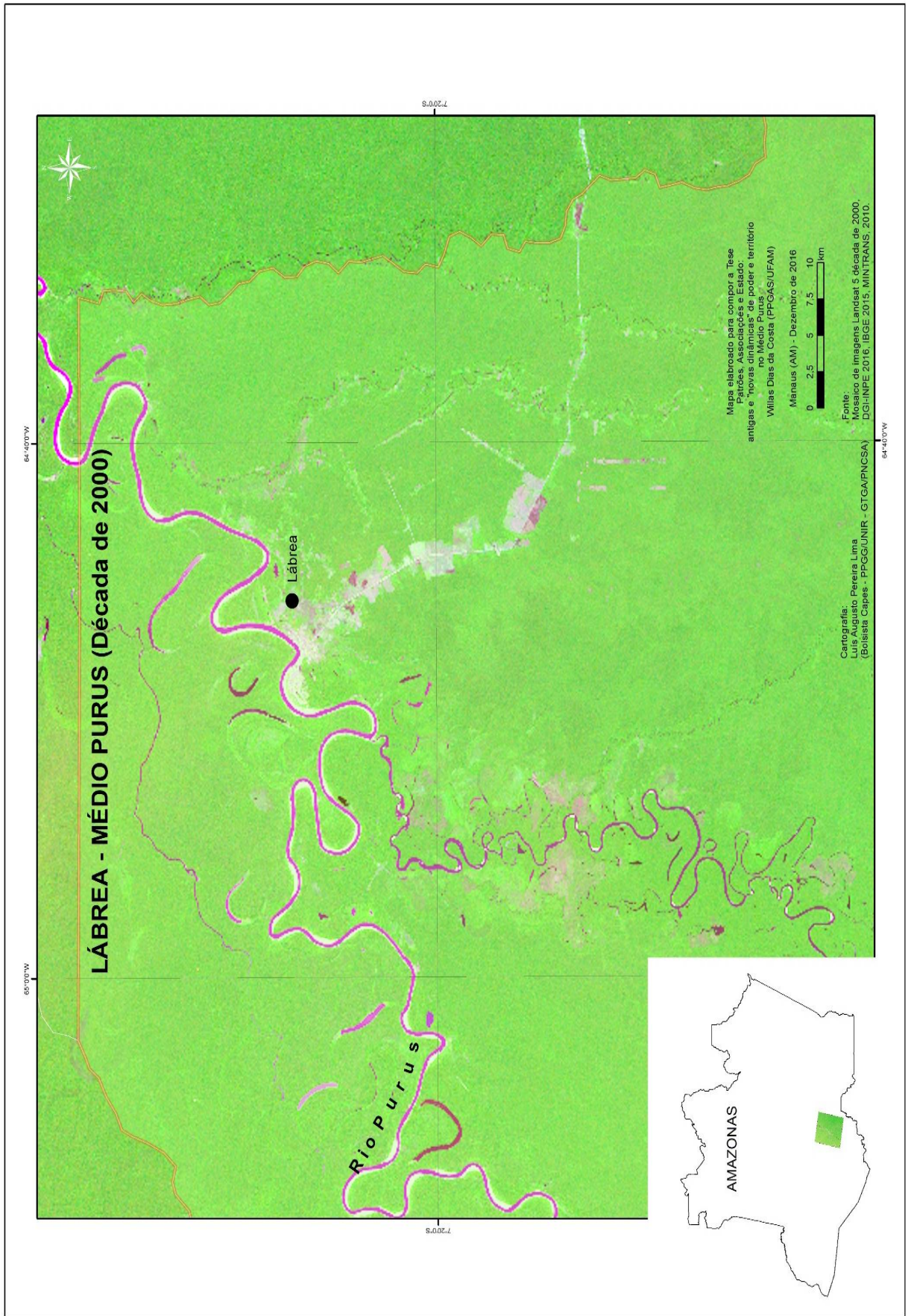
A decadência do modelo econômico criado pela indústria da borracha ocasionou impactos importantes aos moradores do Purus. No final dos anos setenta a fronteira agrícola avançou sobre o norte do Brasil causando uma intensa onda de desmatamento em Rondônia e no Acre afetando também os municípios nas fronteiras com esses estados. Com isso o sul do Amazonas viu se expandir de forma galopante a grilagem de terras, desmatamento, queimadas, aberturas de ramais ilegais, exploração da madeira, expropriações de pessoas agricultores e extrativistas para a instalação de latifúndios e desenvolvimento do agronegócio.

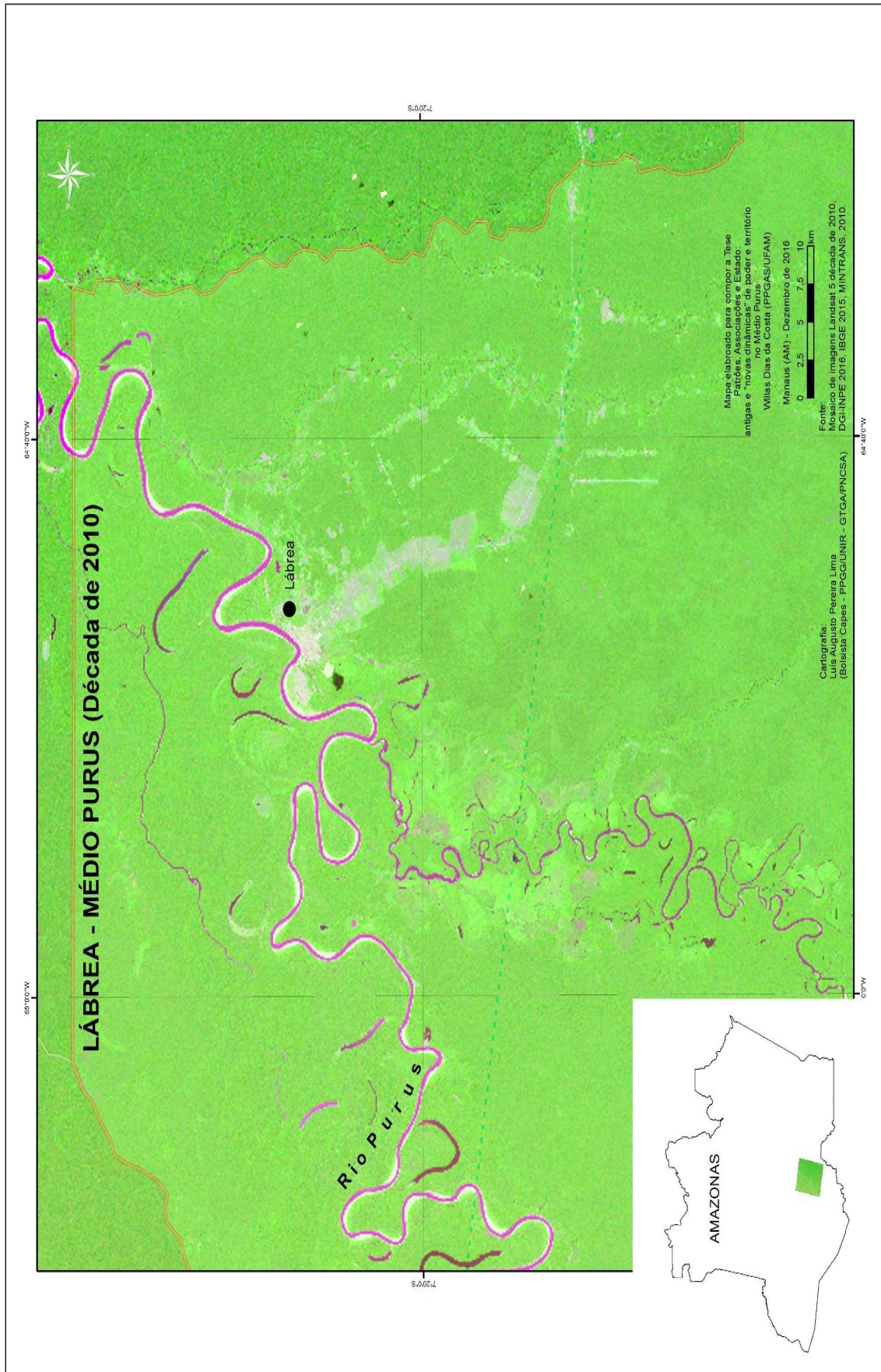
Para compreender o processo e o efeito da indústria da madeira em Lábrea oferecemos um conjunto de mapas que traça os efeitos do desmatamento na região. Iniciado em 1970 até nos últimos dados públicos existentes. Esses mapas elaborados com a ajuda do pesquisador Luís Augusto, geógrafo que conhece a arte da construção de mapas, fornece a visualização desses acontecimentos:











Essa leitura visual deste território formou concepções para o avanço da pesquisa e compreender as dinâmicas empregas pela ação do desmatamento, compreendendo o desenvolvimento da fronteira agrícola no sul do Amazonas. A evolução das imagens de satélite o feito da indústria da madeira e seu impacto na vida dos grupos nessa região do Purus. Essas informações prévias ajudaram nas reflexões para a preparação de ações a serem desenvolvidas na coleta de informações para pesquisa.

Com a formação inicial e as orientações necessárias me dediquei a compreensão de temas que eram recorrentes na área pesquisada. Assim dominação, poder, patronato e outras formas de compreender os processos vivenciados pelos grupos no Purus se fez necessário.

Entre as leituras recomendadas para pensar essa pesquisa estava “Os Donos do poder” de Raimundo Faoro, a partir do qual compreendi que o patronato na Amazônia se estabeleceu de acordo com um conjunto específico de condições, produzindo efeitos nas vidas daqueles que constituíram a composição social da região. A categoria poder proposto aqui tem inspiração foucaultiana e não é percebida como uma coisa ou substância, mas um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria; em vez de se exercer de forma intermitente, ele se exerce permanentemente; em vez de agir de cima para baixo, submetendo, ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade; em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir. Foucault comenta:

Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e aprendê-los no que podem ter de específico num momento dado num campo dado (FOUCAULT, 2008, p. 5).

Durante as várias viagens a região do Médio Purus foi possível perceber a existência de diferentes formas de dominação que tanto se revezaram como coexistiram no tempo e

espaço e produziram o uma dinâmica complexa entre experiências e leituras da dominação entre passado e presente. As formas de poder que se constituíram na região percorreram um trajeto histórico que precede a empresa seringalista e remete a relação entre as diversas comunidades e grupos étnicos, mas que ganha contornos específicos com a instalação da empresa seringalista e se aprofundam com as transformações econômicas que se constituíram ao longo das últimas décadas no sul do Amazonas.

Com o término do período áureo da borracha, O Purus sofreu um grave declínio econômico que afetou profundamente a elite seringalista. A população de seringueiros que habitava áreas de seringais se reorganizou econômica e espacialmente, passando a sobreviver através de plantio de roçados, extrativismo e pesca. Buscou-se a instalação em lugares que facilitassem a sobrevivência, comunicação e transporte, promovendo-se o deslocamento de áreas do centro das florestas para as margens do rio.

Nas décadas posteriores observou tentativas de reconversão econômica da região e com isso a população se viu subjugada por outras formas de exploração econômica. Entre estas tentativas estavam a exploração dos castanhais, incentivo a pesca comercial e a exploração da madeira, que se tornou uma fonte lucrativa de renda para os “herdeiros” e novos donos/rendeiros de seringais, verificando-se a retomada da circulação de dinheiro na região, particularmente em Lábrea, que se constituiu um centro de exploração madeireira.

Ao longo desta pesquisa foram obtidos relatos sobre o período de extração de madeira visto como de rápido enriquecimento através da exploração de indígenas e ribeirinhos que habitavam as proximidades das margens do rio Purus. O componente utilizado nesse processo de exploração das pessoas que surgiu no período da borracha e veem atravessando o tempo é o aviamento. Neste sentido, Menezes (2011) comenta:

Para além do conflito, o sistema do seringal produziu também um padrão de relação social caracterizado pelo aviamento, no qual o seringueiro recebe mercadorias do barracão, pertencente ao padrão, saldando as dívidas contraídas com borracha ou

outros produtos de valor extraído da floresta como castanha, por exemplo: a rigidez do sistema de aviamento pelo uso da violência e ameaça de expulsão obedecia à lógica dos preços do mercado internacional, ou seja, quanto mais alto os preços da borracha, menor margem de manobra de negociação tinha o seringueiro que era constrangido a vender a borracha somente para seu patrão em condições por ele determinadas. Em geral, o sistema de aviamento era pouco monetizado, caracterizado pelo endividamento permanente em função dos preços extorsivos das mercadorias negociadas em troca da produção de borracha e com pouca abertura para concorrência de outros comerciantes ou regatões, os quais poderiam ter sua atividade restringida, controlada ou impedida pelos seringalistas. É possível afirmar que residia no controle estrito do fluxo de trocas um eixo central deste processo de dominação, porém este sistema era também legitimado pela dominação tradicional manifesta na pessoalidade das relações (WEBER, 1964) e expressa na centralidade das relações diádicas (FOSTER, 1961), de compadrio e na ajuda emergencial aos “clientes”. O poder do patrão respaldava-se na assunção por este da posição-chave de mediador entre o isolamento do seringal e o acesso aos serviços essenciais acessíveis nos núcleos urbanos. Ao reiterar quotidianamente esta função diante de seus clientes, era-lhe imputado o título do “bom patrão”, reproduzindo-se a crença na legitimidade ao sistema (MENEZES, 2011, p. 133).

Essa forma de exploração da população da Amazônia se consolidou como um mecanismo eficiente no processo de dominação social, a falta de condições econômicas aliadas aos problemas estruturais de saúde, educação, falta de trabalho formal facilitaram a reprodução desse sistema de domínio social na região do médio Purus.

A chamada “crise da borracha” ocasionou um colapso neste negócio, mas a decadência da atividade gomífera modificou pouco as práticas de poder por parte dos patrões, reorganizando-se ao redor de outras atividades a partir de uma mesma gramática de dominação. Os patrões continuaram a observar em suas terras potencialidades para exploração a exploração das antigas seringas foi substituída inicialmente por outro produto encontrado em abundância na região do Purus: a castanha. Em Lábrea encontramos uma longa permanência da exploração desse recurso natural, que deu continuidade aos princípios básicos de exploração e do modelo patronal adotado previamente nos seringais.

Como exemplo acompanhei a denúncia de moradores da Reserva Extrativista do Médio Purus¹⁹ da prática de exploração de trabalho escravo e infantil e cobrança de 60% da

¹⁹ A reserva extrativista do Médio Purus é do grupo de uso sustentável, instância federal e têm sua localização nos municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá. Compreende uma área de 6.042 Km, criada no ano de 2008, tendo como órgão gestor ICMBio. O desmatamento acumulado até 2010 totalizou 42,73 Km equivalente a 0,71% da

produção como pagamento de renda da castanha dentro de uma comunidade localizada nesta unidade de conservação. O “patrão” deste castanhal ao ser entrevistado negou todas as acusações e refirmou não exercer exploração de castanha ilegal, mas tudo dentro da lei. Sobre a exploração da castanha pós crise da borracha o autor Carlos Correa Teixeira comenta:

Apesar de ser considerado um trabalho pouco agradável pelo fato de realizar-se no período chuvoso, a coleta de castanha apresenta a vantagem de não se trabalhar a noite, como se já necessário na seringa. Por isso o trabalho da coleta de castanha é considerado leve e mais fácil de ser realizado, podendo empregar até mesmo crianças. É verdade que nos castanhais localizados no centro da mata as dificuldades são quase tão grandes como as que apresentam na seringa, inclusive expõem as pessoas a toda sorte de perigos, sejam ameaçadas de onças ou ataques de cobras venenosas. Mas o trabalho da castanha propriamente dito consiste basicamente na coleta e na quebra dos ouriços. Feito isso, depositam-se as amêndoas num depósito improvisado de pau e palha a fim de protegê-las das chuvas. A tarefa seguinte é conduzi-las em cestos fabricados de cipó até o barracão. Daí são levadas ao rio para serem lavadas e selecionadas (TEXEIRA, 2009, p.73).

O relato descrito caracteriza o processo de retirada deste produto que na região do Purus passou a ser comercializado em grande escala e tornando-se um dos mais importantes produtos comercializados pelos patrões remanescentes dos antigos seringais. Pouca coisa mudou a respeito do processo de coleta da castanha com descrições semelhantes sobre o processo atual da coleta de castanha que se intensifica ou não em função da variação anual dos preços no mercado. A coleta que em Lábrea tem seu início em meados de novembro e se estende até fevereiro. Nesse período temos como característica o deslocamento de famílias inteiras para os castanhais.

A coleta da castanha provoca mudanças na dinâmica familiar, visto as crianças que estão estudando são deixadas nas casas de parentes e conhecidos para não ter prejuízo no estudo. A ida no período de férias escolares de crianças e adolescentes para os castanhais também é comum e, por muitos que residem na cidade, visto como uma punição. Em parte das viagens de campo observei nessa época famílias navegando de canoa e se dirigindo para

área total da Resex. Nos últimos cinco anos, houve incrementos anuais no desmatamento com picos em 2007 (1,79Km) e 2010 (1,53Km). (Fonte: Inpe/Prodes)

áreas de castanhais, alguns adentram aos castanhais e lá permanecem meses, apenas se deslocando periodicamente para a “boca dos igarapés” para entregar as mercadorias para serem enviadas aos compradores.

Em relação a continuidade do trabalho e da exploração dos indivíduos no Purus sobre a coleta de castanha, a liderança na época Zé Maria, Presidente da Resex Médio Purus comenta:

Tem aquela da região da Lusitânia, esse cara, é um patrão forte, ele tem todo esse império de seringalista, de patronagem mesmo. Ele é dono de uma propriedade que fica colado com a área de Lusitânia, que também cobra renda pelo uso do castanhal, tem um morador lá que tá lá dentro, uma questão lá que já tá encaminhado para o Ministério Público, porque ele obrigou o cara a pagar a renda dele, de qualquer jeito esse ano. E a gente ouviu dizer que não era mais obrigado o cara a pagar renda, mas mesmo assim cobrou, e aí o cara foi colocou a questão, mas tem a legitimidade, ele tem a nota dos valores que ele cobrou, tudo certinho, tem legitimidade. O pai dele era dono do seringal e fez tudo, fez barracão, armazém lá e fez uma maldita caixa. A caixa já está tão velha, com a beira ruída, que a castanha roeu, ela pega duas latas e meia a caixa, e aí mede, para medir no normal, é que a gente chama é meio litro para ele é uma medida dessa é nove latas, e aí na hora de pagar, ele paga ainda o valor pela metade do preço ao castanheiro. O hectolitro hoje está uns cem reais. Mas, ele só paga metade, e detalhe, castanheiro, tem que trazer, colocar no armazém e na hora de embarcar no recreio sem ganhar nada, e se o cara inventar de reclamar alguma coisa. Ele diz que rapaz é desse jeito, se tu quiseres é desse jeito, se tu não quiseres desocupa aí meu castanhal, que tem outro querendo (Zé Maria, Entrevista 2012).

Ao entrevistar o Sr. Oscar Gadelha, conhecido patrão local, obtivemos o seguinte relato sobre a questão da castanha:

É vamos, muito bem, teve a crise da borracha ficou ruim financeiramente ficamos trabalhando só com castanha, tinha ano que a castanha não dava dinheiro nem dava e teve como época rapaz que eu paguei a castanha dos castanheiros e deixei a castanha no mato porque era um preço tão abaixo que ficava caro tirar a castanha para vender, ninguém queria. O mercado estava abastecido, uma coisa assim que eu acho que foi boa, foi que eles descobriram que além da castanha ser benéfica para a saúde, descobriram que era uma maneira de preservar a floresta e realmente é mesmo eu concordo, e meu avô nunca deixou, nunca comprova propriedade que não tivesse castanhais. Tem seringais por aí maravilhosos bons de leite, de seringa e tudo, mas meu avô não comprava se não tivesse castanha, por que isso? Porque ele via que na época do verão que era a época de junho a dezembro as pessoas que moram nas propriedades tinham uma ocupação, mas aí no inverno o que eles iam sobreviver de que se não tivesse a castanha? Então ele sempre teve essa preocupação de comprar propriedade aonde tivesse castanha e realmente de dezembro em diante janeiro quando o rio alaga, mas a castanha sempre dá em terra firme, os moradores sempre têm uma ocupação, não é? E está sendo uma fonte de renda, inclusive o proprietário também, essa é a preocupação e eu acho que está certo, mas nem sempre foi assim, a

castanha o preço ia lá para baixo, no ano que dava menos castanha o preço era mais alto (Oscar Gadelha, Entrevista, 2012).

Essa configuração permite uma reflexão sobre presença da diversidade de interesses pelos recursos naturais. A crise da borracha fez renascer os interesses pela exploração de novos recursos. Visitei a cooperativa que se encarrega de vender a castanha coletada na região cujo responsável é o Sr. Antônio, filho de um patrão da borracha que hoje desenvolve trabalhos no regime de cooperativismo. Na entrevista este informou que hoje as castanhas têm uma procura grande seja pelo governo estadual que compra o produto para ser consumido pelo programa de merenda escolar regionalizado, como por compradores externos para consumo e para o processamento de produtos cosméticos.

De acordo com entrevistado a medida hoje para a compra da castanha é feita por hectolitro, o hectolitro hoje equivale a cinco latas de castanha. Uma lata de castanha custava na época em média R\$20,00. Um hectolitro chegou a alcançar o valor de R\$100,00, mas de acordo com o entrevistado a variação de preço é de acordo com a safra, seu Antônio informou que houve safra que o hectolitro chegou ao valor de R\$150,00.

Nos dias atuais 70% da castanha comercializada pela cooperativa vem da Resex Ituxi e da Resex Médio Purus, a cooperativa está funcionando há três anos e conta com cerca de 96 associados. Antes de sua fundação havia uma associação que cuidava apenas da venda do produto. Hoje a cooperativa desenvolve trabalho com a castanha e a fabricação de óleo de tucumã, óleo de castanha, óleo de andiroba, incentivando a extração de outros produtos.

Segundo o Sr. Antônio o escoamento da produção da castanha é feito via fluvial até Manaus, parte da produção é destinada ao programa de merenda regional comprado pelo governo do estado e outra parte é vendida para a indústria do sul do Brasil, de acordo com seu Antônio há ainda compradores de outros países.

Mas a comercialização da castanha ainda enfrenta problemas quanto à venda. Durante o trabalho de campo detectamos a presença de atravessadores no escoamento da produção. Há compradores de castanha do Pará e até da Bolívia, alguns compram o produto na beira do rio mais barato. Com a presença do patrão as pessoas que coletam acabam vendendo abaixo do preço praticado pela cooperativa. O Sr. Antônio informou que no ano de 2011 a cooperativa conseguiu comercializar 46 toneladas de castanha. Apesar da dificuldade, segundo os entrevistados, a compra por preços baixos ainda é um grande problema. O trabalho da cooperativa hoje representa uma ação contra o monopólio de compra do produto praticado por alguns patrões que durante anos perpetuou a venda a preço inferior. A fundação da cooperativa que abrange um número significativo de pessoas de Lábrea e do município de Canutama demonstra a resistência e a luta pela prática de preços justos e um desafio à gramática de comando-obediência tradicional.

Observamos transformações e continuidades no que concerne a exploração da castanha. O barracão continuou funcionando como instrumento de venda de mercadorias e o aviamento ainda é um modelo possível de gestão do trabalho da coleta deste produto, mas o modelo cooperativista desafia esta lógica como apontamos acima. Vale lembrar que foi recorrente na região o abandono de alguns seringais em decorrência da escassez de produtos com alto valor econômico a ser comercializado.

A crise do modelo patronato baseado nos seringais e suas transformações podem ser observadas em uma entrevista com o Sr. Demacildo, neto de seringueiro e hoje extrativista. Em relação às mudanças ele comenta:

Meu avô não era patrão, ele era comerciante passava na beira do Purus. Não era patrão era regatão. A gente trabalhava lá e vendia o produto pro patrão que passava no porto. Ele trabalhava com seringa. Ele era comerciante. Ele só andava porque ele comprava o produto da gente e vendia a mercadoria para a gente se manter. Trabalhávamos no seringal da família. Era nosso. Só que teve uns tempos uns saíram trazendo os impostos aí foi que ninguém pagou mais. Aí agora não tem mais jeito. Aí passou pra reserva aí agora é dá reserva (Demacildo, Entrevista, 2012).

As mudanças no mercado e valor dos produtos extrativistas transformaram a vida social em Lábrea, observamos a migração dos patrões para a cidade, apesar de muitos considerarem o seringal o lugar de sua residência. Lábrea modificou-se e se urbanizou. No trabalho de campo sempre que fiquei na cidade de Lábrea fiquei instalado no Hotel Luiza Falcão, por causa da convivência e principalmente pelos valores cobrados, na hospedagem, alimentação e acesso à internet frequentei esse local em todos os trabalhos de campo que realizei no município. Nesse local tive a oportunidade de conhecer o Sr. Miguel Falcão que infelizmente em 2016 faleceu, mas que durante a estadia no hotel possibilitou boas conversas que ajudaram a buscar pessoas e lugares para a realização da pesquisa.

Lembro com carinho do Senhor Miguel, as conversas nos últimos campos já não eram com um hospede, mas como se fosse algum parente, lembro que nessa última passagem criamos o hábito de nas tardes tomar açaí com leite em pó, costume que não conhecia e que passei a cultivar depois desse período.

4.1 Patronagem e Estado na Amazônia.

O controle territorial da Amazônia representou um desafio ao processo de atuação política do Estado Nacional. O médio Purus se constituiu historicamente como lugar de frágil presença do Estado, ao menos até a década de noventa. A economia seringalista era o vetor de orientação de outras esferas da vida e o patrão tornou-se “coronel”, normatizando e ditando o dever ser da vida do seringueiro e tendo no “aviamento” o eixo sobre o qual orbitava o processo de dominação.

O sistema de patronagem é um elemento discutido a exaustão nas diversas interpretações do Brasil, constituindo um dos problemas centrais para que se acentuasse o

abismo entre uma estrutura social patriarcal, herança da colonização, e as instituições liberal-democráticas alimentando um intenso e persistente debate em torno da formação social²⁰, a natureza do desenvolvimento brasileiro e de seu potencial para poder fazer parte da tradição ocidental. O Iberismo estaria na origem de nossa forma de sociabilidade, conferindo ao Brasil, por contágio do mundo mediterrâneo, dificuldades em implementar normas abstratas conforme assinala Alonso (1997).

As redes clientelares representam para certos autores uma marca essencial das configurações de poder no antigo regime português e, em extensão, nas colônias, com as leituras classicamente estabelecidas da patronagem e variações para os séculos XIX e começo do XX na história política brasileira. Conforme assinala Cunha (2006), estaríamos diante de um fenômeno efetivamente de amplitude secular, no entanto, este autor defende que, se o fenômeno clientelístico na sua superfície assume certa imutabilidade de feições, fruto de outro aspecto, este sim, estrutural de nossa realidade — a desigualdade sócio-econômico-cultural, uma série de seus elementos constitutivos, no entanto, vão se alterar com o passar do tempo, exigindo que uma análise criteriosa da questão tenha de se concentrar justamente nesses pontos diversos que garantem a reiteração desse fenômeno político sob a mesma roupagem aparente (CUNHA, 2006, p.227).

A literatura que abordou e buscou mensurar o peso da patronagem na formação social brasileira produziu os problemas que ainda orientam debates na ciência política e sociologia brasileira sobre as fronteiras entre o espaço público e privado. O núcleo central das argumentações sustenta como problemática a inexistência de uma sociedade civil nos moldes democráticos no Brasil com explicações de duas ordens: o fato de que a sociedade civil não se

²⁰ Para Alonso (1997), textos referenciais no debate sobre a formação social brasileira seriam: *Casa-grande & senzala: Formação da família patriarcal brasileira* (1933), de Gilberto Freyre; *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr.; *Formação histórica de São Paulo (De comunidade a metrópole)* (1954), de Richard Morse; *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro* (1957), de Raymundo Faoro; *Formação econômica do Brasil* (1958), de Celso Furtado; *A formação do federalismo no Brasil* (1961), de Oliveira Torres; *Formação histórica do Brasil* (1962), de Nelson Werneck Sodré; *Formação política do Brasil* (1967), de Paula Beiguelman.

desenvolvera porque fora sufocada pelo Estado ou abortada pelo domínio dos enclaves de poder local.

As duas posições extremas do debate que oscilam entre o domínio da classe proprietária e a da autonomia da elite política ou da burocracia estatal seriam representadas pelos aportes de Faoro (1976), segundo o qual a herança ibérica estruturada em torno do patrimonialismo teria produzido um Estado leviatã que se assenhorou do espaço público e sufocou a emergência de uma sociedade civil organizada. O outro extremo do debate seria representado pelas contribuições de Oliveira Vianna (1987), que destaca a organização clânica da sociedade brasileira que gerou uma formação social que nos individualiza em face do modelo inglês, e as instituições políticas liberais. A prevalência dos grandes domínios rurais impediria a formação de um regime democrático, visto que criaria uma separação entre poder público e privado, criando um Estado descolado da sociedade real (Alonso, 1997. PP. 231).

É importante notar que o fundo teórico de muitos destes esquemas explicativos encontra-se em certo aspecto distintivo das obras de Karl Marx e Max Weber sobre a evolução das sociedades ocidentais e pelo chamado pensamento social brasileiro. Se para Marx a sequência evolutiva seria marcada pela transição fundamental "feudalismo-capitalismo", para Weber caberia certa derivação. O patrimonialismo para os autores de inclinação weberiana como a marca do desenvolvimento social e econômico brasileiro em associação genérica com o desenvolvimento político e as formas de dominação próprias das sociedades orientais estudadas por esse autor (CUNHA, 2006).

Tal qual Raimundo Faoro, o trabalho de Simon Schwartzman (1981), reforça a leitura weberiana da dominação tradicional, patrimonialista para o caso brasileiro; configurando o que, segundo Werneck Vianna (1999, pp.35) seria "um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à

estrutura de classes, o primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil, a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado".

Outra interpretação consagrada do patrimonialismo brasileiro inverte o foco do Estado para a sociedade e busca compreender nos termos da dominação de base. Seria empreendida no contexto agrário a trama da sociabilidade que envolve indivíduos submetidos à situação de dependência pessoal. A obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) representa um clássico deste tipo de leitura do patrimonialismo que recrudescer na formação peculiar do Estado brasileiro.

Retomando este debate na década de noventa, Graham (1997) propôs desta análise que buscou afastar as teses da atrofia de um dos dois polos, o público ou o privado, para evidenciar a simbiose entre eles. Graham retoma a o debate sobre o Iberismo, procurando, porém, não o tomar como fato incontestável. Em vez de partir das supostas raízes da formação brasileiras, o autor se deteve no funcionamento do sistema político buscando as bases de uma organização social patriarcal e o peso real dessas ligações nas cadeias de dependência e subordinação que aí se articulam, dando corpo à hierarquia social do Império brasileiro, e percebendo que a partir de 1840, demarca-se justamente a ascendência do grupo de proprietários ao controle do Estado (CUNHA, 2006, p. 231)²¹.

Graham busca refutar a perspectiva de um processo de cooptação das elites para que aceitem uma autoridade central, afirmando que fazendeiros e homens ricos das cidades de regiões variadas do país foram agentes nesse processo de centralização. Portanto, a centralização seria resultado de uma imposição da Corte para o campo, mas foi se consumando com base em uma ativa participação política em todos os níveis. Tem-se,

²¹ Alexandre Cunha (2006) chama a atenção para o fato de que Graham endossa a linha argumentativa expressa por Ilmar Rohloff de Mattos (1994) que teria produzido o trabalho mais criterioso e provocativo sobre as origens da coesão nacional do pós-independência.

portanto, um quadro em que "os políticos na capital ao mesmo tempo assentiam aos interesses dos proprietários em lugarejos de todo o país e asseguravam que as elites locais transmitissem suas opiniões até mesmo ao presidente do Conselho de Ministros" (GRAHAN, 1987 p.82; CUNHA, 2006).

Como assinala Alonso, Graham tratou de submeter à propalada patronagem brasileira a uma prova empírica e neste processo, construiu como argumento que a patronagem era a verdadeira engrenagem do sistema político e que esta emergia especialmente no processo eleitoral. A complementaridade entre o preenchimento de cargos governamentais, em nível nacional, e a proteção local a afilhados seria a substância que assegurava a manutenção da patronagem, processos que costumam ser vistos separadamente por cientistas políticos e antropólogos (Alonso, 1997 pp. 232).

Cabe destacar que os donos de seringais eram colaboradores ativos do processo eleitoral na Amazônia, o voto cabresto prática ocorrida em todo o Brasil rural, na Amazônia expressava-se através do poder de ordenar e direcionar os votos dos seringueiros. Na Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro recrutou trabalhadores nordestinos para trabalhos nos seringais, como dito antes os chamados "soldados da borracha" que colaboraram no esforço de guerra e foram incorporados dentro do sistema de aviação. Apesar do recrutamento governamental dentro de uma propaganda patriótica, o governo jamais promoveu assistência a esses migrantes que permaneceram na região após o período da guerra submetido a formas de exploração ativa nos seringais sem que fosse verificada qualquer presença do Estado, exceto por ocasião do período eleitoral²².

O declínio da indústria gomífera promoveu mudanças nas relações econômicas na região, o fim dos seringais proporcionou a criação de lugares com grande quantidade de terras, formaram-se novos núcleos de comunidades dentro e fora dos antigos seringais. Nesse

²² Para maior aprofundamento este contexto consultar "Gente dos Seringais" de Álvaro Maia.

contexto uma reorganização territorial foi deflagrada provendo-se uma maior proximidade e relações sociais entre os grupos residentes na região fragmentados em padrões residenciais que obedeciam ao traçado das estradas de seringas.

A representação política através dos governos municipais apenas atendia aos interesses daqueles que possuíam prestígio junto aos políticos locais que na maioria dos casos representavam os interesses dos antigos seringalistas, adequando-se, portanto, a premissa de que o espaço político é um espaço pré-construído tendo em vista que a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e, sobretudo o que não pode ser dito no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência (BOURDIEU, 1997 p. 55).

Apesar da decadência da borracha, os dados sobre sucessão do poder municipal indicam a manutenção pelos padrões de sua dominação na esfera política, a qual se efetivava concretamente através dos vínculos de lealdade e dívida produzidos pela “permissão” de moradia das famílias dos seringueiros que não tinham condições de retomar aos locais de origem ou constituição de novas unidades familiares.

A crise do sistema de seringal combinado à continuidade da ausência de uma presença efetiva do Estado ocasionou a busca por estratégias de reconversão econômica, e assim a partir da década de 1980 a extração de madeira tornou-se uma alternativa lucrativa para as famílias que se encontravam na região. Esse quadro demonstrou uma peculiar forma de ação do Estado na região nesse período, expressa no favorecimento da extração ilegal de madeira. Em vários relatos de moradores de uma antiga área pontuada de seringais e tornada recentemente a Resex do Médio Purus, por exemplo, identificamos extrativistas que durante este período trabalharam intensamente na extração de madeira nas terras dos antigos seringais

administrados pelos descendentes dos patrões ou por pessoas que alegavam ter arrendado ou adquirido a terra.

Nos relatos coletados sobre este período em Lábrea é recorrente assinalarem o enriquecimento e a ostentação resultante dos lucros da exploração madeireira. Ressalta-se também que este período fez eclodir diversos conflitos agrários na região em virtude de deslocamentos violentos de numerosas famílias de seus locais de moradias sob alegação destas pessoas estarem ocupando terras particulares.

As denúncias de desmatamento no Sul do Amazonas na área denominada “arco do desmatamento” alcançaram a mídia internacional e o Governo brasileiro pressionado pelas instituições ambientalistas nacionais e internacionais mobilizou a aceleração do processo de demarcação de Terras indígenas. Esta ação provocou o aumento da fiscalização na região freando o processo de desmatamento galopante na região da calha do Purus. Esse processo desencadeou o declínio daqueles que se utilizavam da extração de madeira para o enriquecimento e a região volta a viver um momento de instabilidade afetando as pessoas que necessitavam de algumas condições financeiras para sobreviver na ausência de uma perspectiva econômica para sobrevivência numa região com dificuldades de acesso.

Este processo de redefinição de fronteiras e destinos territoriais teve como correlato o empoderamento dos grupos sociais que em grande parte da história da região foram duramente atingidos com a expropriação e exploração de sua força de trabalho.

O processo de criação de unidades de conservação em toda a extensão do Purus gerou opiniões diversas sobre essa nova organização que se instalou em lugar do tradicional poder privado. Outra modificação foi o estabelecimento de instituições governamentais como FUNAI e ICMBIO com escritórios e aparato de funcionários provenientes de outras regiões do país e com total desconhecimento da realidade local de cada município. No trabalho de

campo observamos que em cada cidade que compõe a região do médio Purus temos situações muito diversas em relação a estes novos agentes estatais.

Em Tapauá o poder de agentes ambientalizados vinha se exercendo de forma policialesca no período de duração da pesquisa. Esta característica das instituições públicas ambientalizadas se chocava profundamente com o estilo de vida de povos e comunidades tradicionais gerando frequentes atritos motivados pela ação percebida como truculenta pelos agentes sociais. Confisco de canoas, carne de caça, ovos, quelônios e redes de pesca e peixes para o consumo demonstrou o curto-circuito entre normas ambientais e costumes tradicionais, ao passo que barcos de pesca comercial partem para Manaus, carregados com peixes sem sofrerem qualquer ação fiscalizatória.

No município de Canutama existe um notório histórico de atuação de grileiros. Investigações produzidas pela CPI da grilagem indicaram o município como recordista nas compras de terras de forma ilegal, o que gerou prisões de grileiros que ainda atuam no local. O limite de ação das instituições públicas é rigidamente controlado por estes grupos que atuam na ilegalidade.

Um episódio recente demonstra o poder da população sobre os órgãos públicos. Vários relatos (e a imprensa) informaram sobre um período intenso de fiscalização do ICMBIO em relação a retirada de madeira do município e na questão da pesca predatória. Estas iniciativas levaram a uma intensa revolta e manifestação coletiva contra este órgão federal e caminharam pela praça acuando os servidores e exigindo a saída desses da cidade sob ameaças. Em 2010 em Lábrea, funcionários do ICMBIO foram também constrangidos e intimidados por políticos. Um grupo liderado pelo prefeito e os três vereadores de Lábrea teriam incentivado uma manifestação popular na praça central do município, com o objetivo de impedir a fiscalização do ICMBIO e expulsar os fiscais do município. Veículos oficiais da

Prefeitura de Lábrea foram utilizados para o transporte de caixas de som até o local da manifestação²³.

A intervenção das lideranças locais em conjunto com as forças políticas promoveu a expulsão dos servidores com seguranças e soube-se que eles não retornaram à cidade temendo novos ataques e receando por sua segurança. Em relação a este episódio o Sr. Ribeiro relata:

Quando iniciou o período de criação de reservas no município alguns fatos deixaram as pessoas revoltadas. Uma fiscal do IBAMA chamada Jaqueline chegou um dia para fiscalização no município e confiscou motosserras das pessoas que cortavam madeira e dos pescadores recolheu as malhadeiras. Os pescadores se revoltaram e a ameaçaram. E ela fugiu. Voltou depois numa audiência pública, depois que um grupo invadiu a Câmara de Vereadores. Questionaram sobre o direito de pescar para o seu sustento, pois esses fiscais cometeram abusos. O Sr. Ribeiro disse as autoridades públicas falaram: “O presidente não conhece nosso sofrimento, é nós que conhecemos nosso sofrimento”. Depois não temos como sustentar nossa vida de nossas famílias. Em relação à grilagem uma vez um Sr. chamado Fábio falsificou documentos de propriedade no rio Mucuí, hoje apenas seu irmão possui uma pequena propriedade (Ribeiro, Entrevista, 20/02/2012, Canutama).

Novas formas de mobilização social segundo Almeida (1993) estabeleceram novas formas de organização²⁴, promovendo modificações nas relações entre o movimento social organizado e as entidades públicas. Em Lábrea, encontramos as instituições públicas como colaboradoras de processos de territorialização e como fomentadoras de conflitos. Neste município a mobilização social se estabeleceu em virtude da rede de ONGs e instituições religiosas (CIMI, OPAN, Prelazia, CPT, CNS) que ajudaram os grupos sociais a se

²³ O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) processou a secretária estadual de Meio Ambiente (SDS), Nádia Ferreira, o prefeito do município de Lábrea, Gean Campos de Barros, o diretor-presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Graco Diniz Fregapani, o deputado estadual Adjuto Afonso, além de três vereadores de Lábrea, servidores públicos e líderes comunitários, em duas ações de improbidade administrativa. O grupo foi acusado de intimidar e constranger servidores públicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a deixarem o município e não autuarem infratores de crimes ambientais na cidade durante a realização da Operação Matrinxã, entre os dias 9 e 10 de março de 2010. Situação semelhante, no município de Canutama, também é alvo de ação de improbidade movida pelo MPF/AM. Desde a criação da Reserva Extrativista (Resex) Médio Purus que abrange o município de Lábrea em 2008 foi proibido à extração de madeira e de areia da área protegida. Após receber informações de que as terras da comunidade Cassianã, abrangida pela Resex, estavam sendo invadidas para extração ilegal de madeira, uma equipe do ICMBio foi até o município para apurar as denúncias, mas foi expulsa pela ação do grupo processado. (EcoDebate, junho de 2012)

²⁴ Almeida comenta: Na segunda metade da década de 1980, uma configuração de forças locais representadas por movimentos sociais de seringueiros do Acre e forças globais, manifestas pelas pressões de segmentos ambientalistas pela preservação da Floresta Amazônica, se articularam para a criação de instrumentos inéditos de reforma agrária, visando a atender as especificidades da questão agrária amazônica e a defesa dos povos da floresta, categoria que rompia com termos convencionais como camponês e trabalhador rural. (ALMEIDA, 1993)

organizarem em torno de associações, sindicatos nos quais a segurança territorial se transformou a bandeira de luta contra o avanço da fronteira agrícola, que se tornou uma ameaça aos grupos que moram e ocupam tradicionalmente terras na região.

Nesta luta observa-se a criação de numerosas Unidades de Conservação e Terras Indígenas que permitiu a chegada de um corpo de funcionários do ICMBIO e da FUNAI como agentes de apoio e administração territorial desses novos territórios. Porém, a meta destas entidades é produzir a gestão participativa e para tal um acordo coletivo é exigido em torno de um pacto de usos sustentáveis do meio ambiente estabelecido através de Planos de Vida nas Terras Indígenas e Planos de Utilização em Unidades de Conservação.

Durante o processo de consulta e construção do Plano de Utilização da Resex do Médio Purus testemunhamos o acirramento de conflitos entre extrativistas e indígenas, demonstrando que as instituições públicas não tiveram êxito na região na construção de um consenso sobre a partilha dos recursos naturais entre as diversas comunidades em virtude do embate sobre a prioridade entre direitos originários indígenas e direitos de uso tradicional agregados às fronteiras e estatutos territoriais específicos de cada unidade de conservação.

É necessário lembrar que ao longo da história do médio Purus e nos relatos coletados durante a pesquisa, acordos de pesca e de uso de recursos e territórios geridos pelos costumes indicavam um uso racionalizado recursos naturais e uma convivência menos conflituosa entre comunidade tradicionais, através de acordos mediados pelo parentesco, vizinhança e relações de ajuda mútua pela sobrevivência. Em relação a estes conflitos estabelecidos nessa região, Menezes comenta:

Em Lábrea, a ênfase na proteção aos povos tradicionais manifesta na difusão de terras indígenas vinha provocando embates entre pescadores e indígenas em função da interdição em locais tradicionais de pesca que recentemente se tornaram terras indígenas. Segundo índios Paumaris, por exemplo, frotas pesqueiras de Lábrea, Manacapuru, Boca do Acre e Manaus, em busca de cardumes de tambaquis, invadiam frequentemente suas áreas. Muitos grupos indígenas vinham reagindo com a expulsão, apreensão de equipamentos de pescadores, práticas que eventualmente resultam em conflitos armados (MENEZES, 2011).

A configuração que se estabeleceu em Lábrea nos ajuda a entender a tensão existente nesta região da Amazônia envolvendo conflitos entre indígenas, extrativistas e aqueles com interesses na expansão do agronegócio ou pesca comercial (chamados de “os acreanos”).

4.2 Patronato de gerações

A lembrança do tipo de patrão e o tratamento dispensado ao freguês sempre foram temas mencionados nas entrevistas. Nas conversas tanto com extrativistas, indígenas ou herdeiros dos patrões sempre havia uma história a contar sobre os tempos passados. Nas conversas buscava fazer os entrevistados rememorem esses momentos para entender se existia algum ponto de contato estabelecido com situações presentes. O tema da honra percebi como relevante a partir de uma leitura durante o trabalho de campo²⁵, essa leitura promoveu um quadro comparativo entre os modelos de patronato do Nordeste e do patronato desenvolvido na Amazônia.

Entre os pontos comum encontrados nessa análise estaria o fato que o fortalecimento do poder do patrão aproxima-se na medida que não temos uma ação efetiva no Estado sobre a população, uma ausência compreendida por aquele que exploram, favorecendo a abertura de situações que promovam uma igualdade de direitos. Essa configuração desdobrou uma nova abordagem nos processos de entrevista durante o trabalho de campo, a partir da qual procurei jogar luz sobre comparações entre os patrões denominados de “coronéis de barranco” e os patrões que os sucederam, seus herdeiros e notou-se diferenças significativas em relação a forma de tratamento daqueles que moravam em seus seringais.

²⁵ No trabalho de campo em 2014 em conversa com a orientadora a professora Thereza Menezes sugeriu o texto “Armadilha da honra e do perdão: Usos sociais do direito na Mata Pernambucana da antropóloga Lygia Sigaud numa análise do sistema de patronato no nordeste brasileiro.

Nas conversas com os patrões suas concepções a respeito da ideia de patrão redirecionaram o pensamento e a conversa, como disse Sr. Roberto “O patrão faz o freguês e o freguês faz o patrão”, frase essa que se encontra relacionada a um discurso e pensamento formalizado, mas uma interpretação dos tipos de relações sociais construída pela indústria da borracha.

Na Amazônia os relatos sobre os tipos de patrões encontram-se retidos nas memórias das pessoas que vivenciaram esse período ou pelos relatos dos filhos, assim a denominação de “patrão bom ou patrão ruim” está no grau de envolvimento do seringueiro com este, Carlos Corrêa Teixeira afirma que:

Outras vezes o que parece ocorrer com maior frequência – a dominação não podia dar-se sem uso de meios violentos. Por isso é comum ouvir dizer que tem *patrão bom e patrão ruim*. Naturalmente o emprego da violência, a mesquinhez, a avidez de ganho fáceis, etc. dão ao trabalhador uma imagem radicalmente oposta à que foi apontada. O seringalista passa então a ser visto como um homem mau e cruel e sua fama corre assim por toda a redondeza. Ainda hoje é comum ouvir relatos que certos “coronéis” faziam valer sua autoridade pelo uso de castigos corporais. Diz-se que em Humaitá costumava-se ordenar o lançamento de indivíduos considerados malfeitores numa imensa cratera infestada de cobras, situada a margem da cidade. Lamentavelmente não se pode recolher provas que pudessem permitir uma análise desses atos. A existência de tal cratera, porém, nas mediações da povoação do Crato, parece estar ali para testemunhá-los. Esses relatos são sempre trazidos à lembrança toda vez que os moradores da região, especialmente os mais antigos, são instados a evocar a vida dos seringais (TEXEIRA, 2009, p. 116.)

Dos patrões do período do “coronel de barranco” ouvimos relatos sobre o comportamento rígido, adoção de um regime de escravidão, sua autoridade representava o Estado em si, se nos estudos das ciências políticas e da história temos o “absolutismo” como um sistema centrado numa pessoa, podemos comparar situações de domínio absoluto semelhante apresentavam-se nos seringais do Purus. Um extrativista comentou que o patrão era no seringal: juiz, delegado, padre, prefeito, médico. Em relação a este período os extrativistas, filhos de seringueiros que presenciaram esses momentos relatam vestígios desse período:

Nessa época o patrão era Camilo Morato e Pereira Sobrinho, todos dois foram prefeitos de Lábrea. Ai eu vi os troncos lá com as correntes, eu vi o alçapão onde colocavam os presos. Todo de concreto, como uma sala dessa aqui, ai tinha quinze metros de profundidade, debaixo da terra, tinha só uma porta assim de concreto, e na porta tinha as correntes, no caso eles pegavam os caras e metiam as correntes aqui, ai descia no fundo daquele buraco aqui e fechava. Quando eu fui lá ver eles já tinham quebrado a ATAMP. Já tinha colocado pela metade de areia, tava cheio de areia pra ninguém ver os cadáveres que estavam ali dentro, mas é dentro do casarão, embaixo do casarão. Duas prisões dessa qualidade estavam ali, então eu pude visitar e pude ver, e aquilo ali, mexe com qualquer ser humano, você ver aquilo ali, tem as lanchas aquelas lanchas de ferro, tudo ali assim. A gente ver a marca de bala naquele barracão por todo canto é furado de marca de bala, a gente podia muito bem ver o que acontecia ali (Antônio, Entrevista, 2012).

O Sr. Francisco comerciante da cidade informou que seu pai seringueiro do rio Ituxi a respeito do Coronel Camilo Morato o seringueiro que desejava sair do seu seringal era amarrado no tronco de uma árvore por três dias sem comer e sem beber água. No seringal Fortaleza de Aquiri havia armazéns construídos nos subterrâneos do barracão onde colocavam seringueiros e deixavam para morrer. A violência, mecanismo encontrado pelos patrões como alternativa para amedrontar o indivíduo situação semelhante analisada por Foucault nas análises sobre a força da dominação do indivíduo quando praticavam o enforcamento e corte da cabeça. Uma prática comum a morte onde segundo o seu Francisco no seringal era aquele responsável pela morte do seringueiro este poderia assumir a esposa daquele que foi assassinato ou em alguns casos a compra de meninas a partir da idade de dez anos.

O tratamento prestado pelos “coronéis de barranco” as pessoas que trabalhavam nos seringais estavam voltadas a se aproveitarem sobre aspectos de conduzir a vida. Ao conversar com Gilberto Apurinã indígena que presenciou a fase final desse tempo informou que morou e trabalhou no seringal Vera Cruz, presenciou a desonestidade do patrão chamado Pinheiro ou conhecido como Pinheirão que ordenava aos indígenas extrair seringa e deveriam trocar a produção em troca de mercadorias.

Ao ter conhecimento da falta de conhecimento dos indígenas quanto à idéia e medição na forma de peso, se aproveitava para ludibriar os indígenas. Sr Gilberto disse que o indígena entregava uma produção de 50 kg de borracha e este apenas anotava 20 kg em seu

caderno de registro e compra. Ao pagar apenas repassava comidas aos indígenas, palitos de fósforos no valor exagerado, roupas apenas algumas peças, na venda de sal este não vendia sal refinado, mas sal grosso aos indígenas. As faltas de conhecimento a respeito da leitura e das referências do homem branco tornava-os alvos fáceis para os patrões, esse modelo de exploração teve continuidade por várias gerações de patrões no Purus.

O Sr. Gilberto acreditava que a exploração do patrão estava ligada à sua inteligência em gerência ou criar mecanismo de exploração, contou que o Patrão Lucio Malveira utilizava uma técnica de pesagem de produto baseada na capacidade da pessoa estendendo o braço e quanto a pessoa suportasse este determinava o peso a ser pago. Ao informar sobre a força do poder dos patrões estavam nos castigos aplicados aos indígenas, ele disse que os patrões colocavam *sermibi* nas costas do indígena e mandava queimá-lo. Essa prática levava a morte de indígenas. Estes relatos permitiram compreender a natureza do poder dos patrões perante muitas etnias indígenas que habitavam a região, a violência mecanismo de dominação usado como estratégia para os indígenas teve sua ação a nível elevado em virtude de formas distintas de conhecimento, ou ainda pela ausência de domínio do conhecimento da cultura do homem branco.

A oportunidade de conhecer os indígenas que contribuíram para este trabalho devo aos amigos que conheci em Lábrea através do Cimi, particularmente o coordenador regional Sr. Hudson. Quando em visita a sua casa me dava a oportunidade de ser apresentado a um indígena com histórias sobre a época dos seringais. Ao conversar com um indígena que passava por sua casa chamado Marcelino que nasceu no Rio Sepatini no lugar chamado Cachoeira de Iracema, cujo proprietário nesta época era o Coronel Manoel Rodrigues, seu Marcelino filho de pai do Rio Grande do Norte com origem indígena potiguar e sua mãe indígena da etnia Apurinã. Chegou a morar no seringal de propriedade do Coronel Umbelino que para assassinar alguns indígenas entregava roupa contaminada com sarampo para que

contraísse e propagassem a doença, essa técnica mortal foi uma alternativa para retirar os indígenas de estradas seringa e substituí-los por seus trabalhadores.

Outra prática de violência usada contra os indígenas foi comentada por seu Marcelino que informou que o Coronel Braga do Seringal Mapuá tinha cachorros para perseguir e matar indígenas, este apostava com o filho sobre quem mais mataria indígena. Não há dúvida que este o período dos coronéis de barranco se assemelha com no momento atual de recrudescimento da violência na fronteira agrícola amazônica, particularmente no Sul de Lábrea.

Entre as ações promovidas pelos patrões como forma de demonstrar sua assistência aos seringueiros oferecendo em ações as famílias no seringal. Nesse sentido o assistencialismo era outra poderosa técnica de dominação ou domesticação das pessoas que moravam na região Amazônica. Em relação a este tempo os relatos sobre a não existência de escolas no seringal segundo a literatura sobre a época da borracha destaca-se poucas citações sobre a existências de escolas nesses locais. Na entrevista com uma herdeira de seringal está mencionou que seu pai chegou a construir uma escola para ela ensinar aos filhos dos seringueiros. Esse relato permite uma reflexão sobre as possibilidades de refletir sobre elementos que reforçavam as formas de construção de poder do seringalista, os relatos nas comunidades desse período retratam conteúdos únicos. Em alguns locais da Resex Purus ainda existem resquícios de antigos seringais e dos locais de castigo e tortura praticada pelos “coronéis de barranco” contra os seringueiros que não obedeciam às normas estabelecidas ou que cometiam algum crime. Estes locais são sempre lembrados aos visitantes, narrados como memória que deve ser preservada, memória que também remete ao sofrimento e legitima a luta e conquista do território.

Na entrevista com o Sr. Antônio ele relatou um local de antiga moradia de patrão e como era nesse tempo:

Então eu peguei as pessoas de confiança embarquei no barco, nós andamos, e chegamos em um pé de uma cachoeira chamado Fortaleza do Aquiri. Lá existe um trem antigo, muito antigo, transportava borracha de uma cachoeira pra outra, tem um galpão lá que foi toda construída de ferro e vidro. E lá a gente pode ver o cemitério onde executavam as pessoas, que naquela época tirava saldo, o patrão não queria pagar, então mandava executar, era preguiçoso, mandava executar, se ele tinha uma mulher lá, se ele era casado e tinha uma mulher, mandava matar pra ficar com a mulher dele, se a mulher tivesse uma criança e fosse fêmea, o cara já ia preferir, “essa aqui é minha” e acabou (Antonio, Entrevista, 2012).

As situações mencionadas nas entrevistas demonstram que o poder encarnado pelo patrão no início da instalação da indústria da borracha estava centrado como lembra Weber no monopólio do uso da força física e da violência. Uma situação comum na Amazônia estava na quantidade de filhos que nascem nas famílias que resistem no interior, as famílias de seringalistas eram numerosas e como assinalamos em capítulos anteriores a necessidade de melhoria de vida atingia o anseio de todos que conviviam no seringal.

Para o seringalista o poder econômico possibilitou o envio de filhos para estudar em cidades com maior desenvolvimento ou tidas como civilizadas. O sentimento atribuído a esses que vivenciavam a experiência de sair do seringal nascia nesse sentido o desejo de não retornar ao seringal. Por outro lado, alguns filhos de seringalistas não se adaptavam a moradia em cidades diferentes apesar de contar com todas as regalias disponível oferecida pela família.

O retorno para o seringal cabe aos filhos que não desejavam estudar ao qual se destinava o ensino do trabalho de seringalista, esses passavam a gerenciar uma estrada para aprender a “arte de cortar seringa”. Esses filhos eram encarregados de continuar “tradição” da família, assumindo o papel de patrão. Para esses de acordo com as entrevistas se trata de uma geração “nova”, tendo deixando de existir a “figura” do “coronel de barranco”. Apenas sendo chamado de patrão, que numa analogia com os conceitos de Weber sob a ideia de liderança encontramos uma aproximação com o “líder carismático”. Esse patrão se caracterizava por

não possui o poder centralizado, mas encontramos nessas ações que não eram no uso da força. Relatos de extrativistas indicam que esses patrões já não forçavam a permanência de trabalhadores em suas terras, mas mediante melhores ofertas remuneratórias. Nas entrevistas se relatou que este momento os seringueiros trocam de seringais de acordo com o melhor pagamento. A comparação com esse tipo de patronato foi destacada na entrevista de seu Manoel que comentou:

Eu trabalhei grande parte da vida no seringal Mauritània, nasci nesse seringal e meu trabalhou lá durante anos. Meu pai contava sobre o tempo dos coronéis de barranco, ele contava que se o seringueiro não pagava o saldo e desejava ir embora o patrão mandava colocar *sermibir* nas costas e queimá-los. Na minha época não acontecia esse tipo de situação. No meu tempo o patrão não fazia essa violência com a gente (Manoel, Entrevista, 2014).

Essa geração de patrão se caracterizou pelos serviços prestados aos trabalhadores, chamados de “patrão bom”, esses ajudavam em assistência médica caso a família do seringueiro necessitasse, fornecendo remédio no caso de doença ou deslocamento para a família até a sede do município, fornecimento de alimentos caso o seringueiro não conseguisse atingir as cotas necessárias.

Neste sentido temos uma relação de carisma como Weber nos apresenta em sua obra Economia e Sociedade para explicar os tipos de lideranças nas relações sociais. Esse modelo de patrão permaneceu com a posse das terras e mesmo com seu abandono de saída do local como moradia, sua transferência para a sede do município, mas mantendo-se com um “poder invisível” perdurando por anos suas influências na vida das pessoas que permaneceram anos sob sua tutela. Os efeitos desse modelo encontramos nas conversas com as pessoas para esse trabalho, alguns entrevistados lembram de forma nostálgica do patrão usando o termo “bom patrão “para afirmar que esses merecem o respeito e admiração pelos moradores em sua memória.

4.3 Os padrões e a política

Autores como Michel Foucault que dedicaram grande parte da vida a explicar as formas e mecanismos de manifestação do poder e suas consequências na vida social buscando responder a este tema como inquietação constante.

Alguns padrões da borracha não eram pessoas dotadas de conhecimento escolar, mas seus movimentos encontram-se condicionados ao caráter econômico e com isso não podemos mencionar o sentimento de que cada padrão sentiu para tomar suas decisões e formar seu julgamento sobre as situações particulares vivenciadas em contextos específicos.

Ao relatar sobre o uso de gasolina nas comunidades podemos exemplificar uma comunidade com influência de um padrão, nesse lugar este organiza o uso da gasolina para ligar o motor de luz da comunidade. Nesse horário esses locais da Amazônia as pessoas se reúnem para assistir televisão, nas viagens que realizei para essa pesquisa observei como situações rotineiras as pessoas visitarem o vizinho para assistir o “Jornal Nacional” e a novela que passa após o telejornal. Para assistir à televisão é necessário ligar o motor de energia movido à gasolina e embora a gasolina no Purus custe valores abusivos, as pessoas se mobilizavam para ter o produto para garantir a energia para o funcionamento da televisão e acabavam pedindo ou comprando do padrão. Para se ter uma idéia no período em que a gasolina custava em Manaus a média de R\$1,80 R\$ o litro, em Lábrea custava R\$2,80 e nos rios era comercializada em comércios ou por alguns barcos chegava a ser comprada a 10,00 R\$ o litro. Neste sentido realizei um exercício da chamada “imaginação sociológica” de Wright Mills na busca de entender o pensamento do patronato na manutenção prolongada do poder na região do Purus.

Confesso que o trabalho de campo com os padrões em 2014 tornou-se um desafio em todos os sentidos, pois o receio é que as pessoas que com quem havia trabalhado

anteriormente não compreendessem o significado dessa ação. E nesse período que os pesquisei pude entender as bases que sustentam suas crenças e práticas. Nesse período destaco a proximidade com o Sr. Oscar Gadelha que gentilmente concedeu a entrevista para essa pesquisa e possibilitou mostra sua visão sobre os fatos recentes em Lábrea. Alguns não aceitaram a concessão de entrevistas para esse trabalho, mas todos que se dispuseram a conversar foram excelentes na recepção comigo e me permitiram mergulhar em suas posturas e pontos de vista.

O Sr. Miguel Falcão proprietário do hotel onde me instalei no trabalho de campo que era de uma família de patrões, informou que seu avô Luis Falcão era dono do seringal São Clemente, mencionou que este possuía indígenas das etnias Apurinã e Paumari como trabalhadores na extração da borracha, com sua morte os filhos e herdeiros se fixaram na sede do município e o seringal ficou sob a responsabilidades dos indígenas. Hoje esse local faz parte de uma Terra Indígena com demarcação pelo governo federal.

Nas conversas com seu Miguel no hotel ele relatou o período de poder que seu tio Tinor Falcão prefeito de Lábrea e comerciante que aviava aos regatões que trabalhavam no Purus, pelos relatos que recolhi no trabalho de campo foi um patrão que optou pela vida política e ganhou o respeito enquanto exerceu esse cargo de prefeito. Segundo seu Miguel quando era criança já circulavam as histórias sobre os coronéis de barranco e que nessa época esses já ocupavam o cargo de juiz, prefeito e delegado. Esse exemplo tornou-se uma prática no período dessa pesquisa o prefeito da época era filho de um patrão e na visita que fiz na câmara municipal de Lábrea observei as fotos dos ex-prefeitos com a característica comum de todos pertencerem ao patronato regional.

As estruturas que se formaram através do poder dos patrões da borracha cujas atividades foram em certa medida reconvertida ou transferida a outros patrões de castanhais ou fazendas, não significaram o abandono do domínio do poder político no âmbito dos

municípios do Purus, sobre a Prefeitura e a Câmara Municipal. O domínio do campo político por estes segmentos colaborou para manter e mesmo reforçar o preconceito sobre os indígenas ocasionando uma disposição ao preconceito e em certos casos a interiorização de sentimentos de inferioridade dos indígenas. Na visita a câmara municipal e no trabalho em conjunto com as entrevistas consegui relacionar um número de prefeitos e suas ocupações. Assim baseados nos dados do trabalho de campo temos alguns exemplos de patrões que passaram pela prefeitura: Tinor Falcão (patrão de seringal e regatão), Filuca (patrão de seringal), Sebastião Paiva (patrão de seringal), Pereira Sobrinho (patrão de seringal), Camilo Morato (patrão de seringal), Jean Barros (patrão de seringal e regatão), Gilberto Sampaio (regatão) Dedé (médico), Francisco (ex-seminarista e secretário de Estado do Governo estadual).

Nas trilhas de entrevistas com patrões que em algum momento enveredaram pelo lado político conversei com o Sr. Raimundo Santana que teve um seringal no rio Ituxi, no lugar este instalou armazéns para guardar a borracha produzida no local. Comentou que chegou a colocar caminhões para o transporte da borracha e o carregamento a barcos que transportavam o produto para Manaus. Informou que ficou no cenário político por 18 anos exercendo grande parte desse tempo o cargo de vereador e ficou um mandato no cargo de vice-prefeito. Chegou a pensar a candidatar-se para prefeito do município, mas por questões financeiras e dos acordos políticos sua candidatura foi inviável.

Na conversa informou que políticos de grandes nomes no estado possuem laços com o sul do Amazonas, entre eles Gilberto Mestrinho que ocupou o cargo de governador durante vários mandatos e criou uma linhagem política que ainda se encontra no cenário político atual, outro personagem que este senhor conheceu foi o pai do deputado estadual Adjunto Afonso cuja família possui influencia na cidade de Pauini, até o atual governador do estado possui família proprietária de um seringal em Lábrea.

Um desapego com os laços políticos não deixa existir para um patrão que se envolve com a política, seu Raimundo Santana comentou suas alianças políticas com o Deputado Federal Átila Lins e o apoio a um candidato a deputado estadual e que esses laços ajudavam familiares como no caso de uma filha que trabalha na assembleia legislativa do Amazonas, os favores com a concessão de bolsa para estudo aos filhos com a ajuda de políticos.

O Sr. Raimundo demonstrou na entrevista seu posicionamento contrário aos programas sociais. Aproveitando o clima de eleição na época do trabalho de campo perguntei ao Sr. Raimundo Santana como funcionava a eleição em sua época, este revelou que as campanhas políticas para a prefeitura do município eram feitas com o uso do dinheiro da própria pessoa e por ordem do governador e que após a vitória na eleição o governo do estado enviava o dinheiro gasto pelo candidato a fim de repor os gastos deste na campanha política, tecendo severas críticas ao modo atual de fazer política, já que hoje o apoio não funciona como antes.

Ao término da entrevista uma frase dita pelo ex-prefeito Dedé ajuda a refletir sobre a questão do poder na política. Este comentou: “Depois que não temos poder não somos convidados nem para velório”. Essa frase demonstra que o interesse pela política por parte dos patrões encontra-se na concepção de manutenção de status e influência para enfrentar um mundo em transformação e mesmo assim garantir através deste capital político sua permanência no poder.

Nesta passagem do trabalho recordei algumas indicações de leitura e de filme chamado “Leopardo”, ambientado na região da Sicília na Itália, retrata o período da formação do Estado italiano, usando como pano de fundo uma trama familiar, mas que consiste na manutenção do poder da classe burguesa que assistiu à ascensão da burguesia, assistindo à diminuição do seu poder. Esse exercício comparativo podemos usar o patronato na região do

Purus, onde a decadência da borracha dirigiu o comportamento dos patrões a assimilarem a necessidade na entrada em outra esfera da sociedade como alternativa de se manter no poder.

Nas conversas com trabalhadores do hotel ao serem perguntados sobre o mandato de alguns prefeitos e fatos ocorridos sobre esses mencionaram vários momentos, um nome recorrente que surgiu nas conversas com outras pessoas foi do prefeito assassinado chamado Gilberto Sampaio, os relatos sobre sua passagem pela prefeitura foram que era um bom prefeito e sua ajuda a pessoas carentes era uma marca de sua administração, sua preferência era pela população carente.

De acordo com as informações, o assassinato aconteceu na véspera da eleição para o segundo mandato, dois homens entraram em sua casa à noite, envenenaram o cachorro da sua casa e ao entrar na casa este foi espancado até a morte. O corpo apenas foi encontrado no outro dia pela empregada que trabalhava na casa, com sua morte o candidato Dedé ganhou a eleição, pairando a desconfiança sobre as intenções e favorecimentos relacionados a tal assassinato.

Esta passagem do trabalho de campo indica apenas mais um capítulo na história da violência encontrada na região e demonstra que a naturalização dessa situação apenas aponta para a face obscura da vida nesta sociedade. A violência encontrada nos seringais, onde os relatos de assassinatos de seringueiros que manifestavam a vontade de sair do seringal sofriam armadilhas dos seringalistas para apenas não pagar o saldo desses trabalhadores.

A morte de um prefeito pode ser vista como um crime político, mas quando observamos os dias atuais o assassinato de lideranças que se opõe aos latifundiários que pressionam os moradores em suas terras para sua saída afim de comprá-las torna-se uma prática naturalizada como alternativa na solução de problemas.

A permanência na política local tornou-se um meio de manutenção do poder, os patrões eleitos que ocuparam cargos públicos permaneceram por um tempo através de suas

influências. Nos dias atuais o cargo de prefeito ainda desperta interesse. No último campo estive presente em Lábrea durante o segundo turno das eleições de 2014 observei a movimentação política e as alianças entre os políticos locais com políticos que concorriam a cargos majoritários. No processo obtive oportunidade de observar as formas de trabalho numa eleição na cidade e as práticas de manipulação sobre as pessoas para votar nos candidatos com poder econômicos, os políticos locais trabalhando com figuras políticas que controlam o cenário ao nível estadual.

4.4. Do seringal para o comércio

Uma outra opção escolhida pelos patrões da borracha foi a entrada na atividade comercial, nas avenidas nos arredores da praça principal da cidade que recebe o nome do Coronel Labre encontramos uma quantidade de comércio com diferentes atividades. Parte desses comércios são de famílias de patrões da borracha, regatões ou herdeiros. Temos nesse universo mudanças que não são apenas aparentes, mas a reafirmação da sede municipal de Lábrea (chamada curiosamente por todos de “a Lábrea”) como centro das atividades comerciais, financeiras, institucionais e concentração de pessoas.

A decadência da exploração da borracha promoveu consequências na vida dos donos de seringal, a possibilidade de diversificar seus negócios se tornou uma prática a ser explorada. Como destacamos em capítulos anteriores o regatão para Amazônia representou vários interesses e um fenômeno que se repetiu nos relatos e entrevistas desta pesquisa. Ele foi a saída de seringalistas para trabalhar na atividade comercial no Purus. Em uma das entrevistas conversei com o Sr. José Alves que informou a respeito de um regatão chamado Chaguinha que era proprietário de seringal, mas com o tempo se deslocou para em Lábrea onde fundou o Supermercado São Francisco, com sua morte o filho assumiu os negócios e se

transformou em um comerciante respeitado na cidade, expandindo os negócios para hotéis e lojas de material de construção.

Para se ter ideia a venda de uma lata de leite era comprada na cidade a cinco reais e no regatão do rio era vendida a 20,00 R\$. Valores que se encontram fora do contexto do comércio, mas como não há nada que regule os preços esses valores são praticados com frequência. Com estes dados apenas reflito sobre a necessidade das pessoas que se encontram nas comunidades e de suas dificuldades no deslocamento para a compra de produtos dentro de valores abaixo dos praticados no rio.

Em outra entrevista conversei com o Sr. Américo que trabalhou como regatão no Purus e hoje este possui um pequeno comércio na cidade logo no início do Bairro da Fonte, após a travessia da ponte de ferro. Ao relatar sua trajetória informou que morou e trabalhou no seringal Bom Futuro durante vinte anos, cujo proprietário era um seringalista chamado Manoel Salgado e depois foi trabalhar no Seringal Trombetas, nessa entrevista constatei que o aviamento se estendia aos regatões.

O Sr. Chico Barros um comerciante bastante conhecido em Lábrea era responsável por aviar vários regatões no Purus, devo lembrar que durante o trabalho de campo realizei várias tentativas de entrevistar alguém da família Barros, mas todas em vão, encontrei a viúva do Sr. Chico Barros, na conversa observei a mistura de sentimento entre vergonha, tentando apagar as ações realizadas pelo marido enquanto trabalhava no comércio. Tentei ainda conversar com o seu filho Jean Barros, mas este se encontrava viajando.

Voltando a entrevista com o Sr. Américo, este informou que após o corte da seringa organizou-se e comprou uma canoa onde começou a trabalhar como regatão. Sua atividade funcionava em duas situações alguma forma nos aviava as mercadorias para os fregueses e estes pagavam com produtos, em sua época o principal produto era o chamado feijão de praia,

segundo este durante anos foi um produto rentável na comercialização com comerciantes de Lábrea e Manaus.

De acordo com sua concepção o Sr. Américo comentou, no Purus a atividade como sobrevivência para as pessoas que estão na beira do rio é a agricultura, mas que isso esbarra no problema de escoamento da produção. Este comentou o papel do regatão como um agente de mobilização de escoar a produção das pessoas que não possuem acesso a mecanismo que possam ajudá-los. Essa fala se tornou recorrente nas conversas com pessoas que trabalharam como regatões, identificando este personagem como um elo fundamental ajudar a cadeia comercial dos moradores de locais de difícil acesso.

Para aqueles não familiarizados com a região do Purus, o trecho que envolve a Resex Médio Purus possui uma extensão territorial vasta. Para compreender essa situação numa assembleia para eleição da diretoria da ATAMP (Associação de Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus) a convite dos organizadores do evento a equipe do NEPTA/UFAM (Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais da Amazônia) da qual participo como pesquisador viajou em barco fretado para o evento e o traslado para a comunidade Limeira local da assembleia demoramos cerca de um dia e meio de viagem no barco. A exposição desse fato é para que se compreenda os desafios e dificuldades que enfrentamos nesse trabalho e a preocupação em mostrar o cotidiano de famílias que enfrentam enormes dificuldades para garantirem sua subsistência.

Ao entrevistar o comerciante Sebastião Rufino, patrão estabelecido no Ituxi proprietário do Seringal Coari, Seringal Madalena, Seringal Querequetiinho e Seringal Sutuça onde explorou por anos seringa e castanha e antes da criação da Resex a exploração de pedras para vender a prefeitura local. Ao mencionar o seu enriquecimento informou na conversa a sua fonte de renda nesta época estava atrelada à negociação com comerciantes patrões do município citando entre eles Zé Augusto, Jean Barros ao qual emprestava dinheiro

ou mercadorias que vendia aos fregueses do seringal, mas com a criação da Resex do Ituxi teve a proibição de comercializar e retirar produtos de suas terras.

O diálogo com cada patrão nas entrevistas realizadas no período de 2014 tornou-se promissor pela convivência com pessoas ao qual nos anos anteriores as citações eram diversas. Ao dialogar com o proprietário da Casa Abdon ele no começo não estava inclinado a falar sobre o passado, mas com a ajuda da esposa este concedeu gentilmente minutos de seu tempo, a entrevista em sua loja avistei certificados com seu nome. Este mencionou na entrevista que trabalhou com as principais casas de comercialização da borracha de Manaus, entre elas a empresa J. Leite, está segundo o comerciante mantinha negócio com todos os comerciantes de Lábrea a Boca do Acre e possuía barco para buscar a produção da borracha.

Segundo entrevistado um dos sócios desta empresa foi um senhor chamado Ermino Barbosa, chamado na cidade como “pai dos pobres”. Ao viajar pelo rio comentou que a média de trabalhadores nos seringais estava de 50 a 100 pessoas, a presença de regatões estavam em toda a extensão do rio e no Purus os primeiros regatões eram de origem portuguesa e libanesa que chegaram de forma maciça, esses regatões estrangeiros recebiam moradia no Seringal Santa Cândida cujo proprietário era de origem portuguesa e bisavô de sua segunda esposa. O crescimento da atividade comercial no rio com a chegada de estrangeiros não afetou a situação, mas referenda uma tendência da época.

Uma entrevista com o proprietário da Casa Andrade possibilitou a conhecer a trajetória de um comerciante, esse ponto comercial estava próximo ao hotel onde me instalei durante o período de campo. O comerciante Sr. Lourival foi receptivo após a exposição sobre o objetivo da pesquisa, uma situação constante sobre a trajetória de comerciante aparece em suas palavras, mencionou que nasceu no Seringal Volta Grande do seringalista Luis Afonso, o pai de seu Lourival foi seringueiro e teve 10 filhos, ele era o sétimo e passou parte da

adolescência manifestando o interesse pelo estudo, mesmo com esse desejo aprendeu o ofício de cortar seringa e trabalhou neste serviço para ajudar a família.

Com o esforço da família o pai o enviou para Lábrea para estudar. Na cidade teve oportunidade de estudar na escola em frente à praça central, na época o colégio era administrado pela ordem religiosa dos Irmãos Maristas. Na escola conheceu sua esposa, objetivando almejar o crescimento pessoal resolveu ir para Manaus onde morou anos com um primo e conciliava o estudo e trabalho. Depois da passagem em pequenos trabalhos conseguiu trabalhar no Banco Basa, anos depois conseguiu sua transferência para Lábrea e através de concurso interno do banco chegou a cargo de gerente do banco e revelou alguns acontecimentos do período em que conviveu com os patrões.

Nesse período de trabalho o momento delicado foi no Governo Collor onde a situação econômica com a inflação em patamares elevados sugeriu a transferência do dinheiro depositado dos patrões em overnight, mas a ação do governo em congela as operações financeiras da época ocasionou um prejuízo para todos eles.

Na época de gerencia comentou que os patrões gastavam dinheiro de forma descontrolada, ao citar a história de Mustafa Said com seus irmãos chegaram a fundar o Grupo Said, seus gastos com coisas supérfluo, Lourival disse-me que este patrão em um dia que estava bebendo e terminou o uísque e ao ter a informação mandou um empregado alugar um avião para buscar esse produto em Manaus, hoje este sobrevive apenas com aposentadoria do INSS.

A falência de muitos patrões ao acontecer demonstra o despreparo desses no direcionamento de sua vida, ao comentar sobre outro caso do Sr. chamado Alfredo Praxedes que terminou seus dias morando debaixo de uma caixa d'água na estrada Manaus- Itacoatiara. A sua saída do Basa está relacionada à crise da borracha na cidade, com as dívidas o banco chegou a ter dívidas acumuladas dessas pessoas. A sua demissão permitiu a compra de 238

cabeça de gados e o restante do dinheiro fez um estudo de mercado sobre qual o negócio a ser investido na cidade e seu primeiro investimento no ramo de papelaria e posteriormente a venda de eletrodomésticos produtos que não eram comercializados na cidade. O seu crescimento comercial proporcionou a prosperidade e o avanço nos negócios, construindo mais duas lojas que hoje o estão sob a direção dos filhos.

Uma outra trajetória a ser destacada é do comerciante chamado Chagas, mais conhecido como Chaguinha, proprietário de supermercados, hotéis e lojas de material de construção quase todos com o nome São Francisco, a entrevista iniciou com a exigência de apresentar um documento que identificasse de qual era a instituição ao qual pertencia, apresentei a carteira de estudante da Ufam, expliquei sobre o trabalho e os objetivos da pesquisa.

Ao perguntar sua trajetória este comentou que nasceu no Seringal Lenda do Sol, cujo proprietário era o próprio pai. Informou que o pai no seringal negociava com a empresa J. Leite. Aprendeu o corte de seringa aos oito anos, de uma família de onze irmãos a necessidade de estudo para os filhos foi o motivo do pai se mudar para a sede do município, nessa passagem a família sofreu grande dificuldade para se sustentar na cidade e assim os filhos foram trabalhar em todo tipo de serviço, Chaguinha contou que chegou a trabalhar capinando para a prefeitura no serviço de gari. O Sr.Chaguinha disse que não estudou muito, frequentou a escola apenas durante quatro meses e nunca mais voltou.

Entre as tentativas de melhorar as condições de vida tentou trabalhar no Acre cotando seringa, essa tentativa foi impulsionada por pessoas que comentavam que neste estado as oportunidades eram melhores para ganhar dinheiro, a experiência não obteve êxito e retornou à Lábrea onde foi trabalhar no Barco Recreio²⁶ fazendo a linha Lábrea – Manaus. Este

²⁶ Barco usado para traslado das cidades do interior do Amazonas para a capital do Estado.

comentou que a embarcação pertencia a uma família do município de Manacapuru²⁷, essa embarcação pertencia ao Sr. Francisco Sidô, iniciou trabalhando como carregador no porão do barco e com o tempo trabalhou em outras funções. Um dia o dono da embarcação conversou que iria entregar o barco no prazo de dois anos. Solicitou ao patrão que neste prazo arrendaria o barco e no prazo de dois anos reformou e com empréstimo de dez mil reais na época comprou o barco e passou a ser o proprietário e passou a realizar o trajeto levando pessoas e mercadorias para a Lábrea, ao utilizar desta forma de trabalho passou a abastecer o comércio que mantinha na época, onde hoje fica o supermercado.

Sr. Chaguinha fez questão de informar que é um excelente patrão, nunca atrasou débitos com a prefeitura ou pagamento de funcionários, o salário de um funcionário representa para ele o sustento de uma família, nesse momento fez uma crítica direta ao poder público municipal que atrasa os salários de seus funcionários. Ao falar de sua família mencionou que seus filhos estão envolvidos com os negócios da empresa, possui um filho formado em contabilidade trabalhando neste setor da empresa que mora em Manaus, outro filho mora em Lábrea e administra as compras da empresa, a esposa trabalha no caixa e despacho de mercadorias para a rede de supermercado.

As conversas com essas pessoas que trabalham na atividade comercial permitiram compreender que a trajetória dos comerciantes atuais esteve ligada ao modelo herdado do regatão e a existência da continuidade de um padrão social de constituição de elites regionais advindo de outros tempos.

A prática comercial do regatão não é uma exclusividade da região, o efeito dessas ações possui uma tradição de encontro aos modelos atuais dos processos praticados na atual atividade comercial. Enquanto visitei antigos regatões que hoje se encontram com seus pontos comerciais espalhados pela cidade, observei o uso de cadernos ou fichas para anotar as

²⁷ O município de Manacapuru está localizado no trajeto entre Lábrea e Manaus.

dívidas dos clientes. Essa prática extraída da tradição do período de trabalho no rio migrou para o comércio na cidade e a expectativa do crédito se mantém como expectativa dos fregueses.

Nas entrevistas os comerciantes realizavam as anotações em seus registros sobre as compras dos clientes, para pegar nova mercadoria é preciso realizar o pagamento da anterior. Como dito antes, os indígenas deixavam o cartão do Bolsa Família nas mãos dos comerciantes e no dia do pagamento esses se deslocavam ao comércio e pegavam o cartão e se dirigiam ao banco para retirar o dinheiro e voltavam ao comércio para realizar pagamento e assim voltavam a ter crédito.

Esse modelo de venda se estende por todos os comércios da cidade, além dos comerciantes que entrevistei para a pesquisa, conversei com outros comerciantes enquanto comprava algumas coisas no período que permaneci em trabalho de campo. A praça de Lábrea é um espaço de forte presença indígena, nesse lugar conversando com pessoas ligadas ao CIMI comentaram a situação de indígenas da etnia Suruahá e Deni que quando estão na cidade vão ao comércio local comprar com os cartões de benefício social, mas esses são entregues aos patrões comerciantes para pagar os débitos de compras nesses pontos comerciais.

A falta de informações dos indígenas a respeito de seus direitos quanto ao uso do dinheiro ficam evidentes, pois essa situação se assemelha ao modelo praticado na época dos seringais, a “prisão”, a “armadilha da dívida”, a compra de produtos/compromisso com mesma pessoa não buscando alternativas de produtos com preços menores em relação ao praticado pelo “patrão”.

Uma questão que se notabilizou nas entrevistas com comerciantes, indígenas, extrativistas, patrões e de pessoas que conversei ao longo deste tempo para a construção desse trabalho foi quando a o sentimento de honra como elemento que ancora todo sistema de

dependência/dívida/ crédito. O fato de uma pessoa comprar um produto de um comerciante através das anotações das cadernetas, isto aponta para um compromisso que não precisa de um contrato escrito ou formalizado, mas respaldados de profundo rigor e compromisso moral porque a honra do devedor está mediando a relação.

Em outra entrevista observamos o desdobramento do aviamento na atividade comercial, no diálogo com um morador da Resex que vivenciou essa situação pode ser descrita em seu relato:

O meu pai trabalhava com patrão. Na época do papai começou, antes começou pelo VêioTavaro depois foi para o Vênilson segundo por Eli Barro, que mora em Lábrea. E depois que fomos trabalhava agora, porque trabalhávamos com o Chico Henrique que era um comerciante. E depois disso aí depois eu cheguei a idade de eu trabalhar, com 12 anos comecei trabalhar também. Depois que começou a Reserva a gente já trabalhava com comerciante, já não é mais patrão que nem era antigamente. E agora a gente trabalha. Voce pode vender a sua produção onde você queira, dependendo também da sua consideração que você tem da pessoa que vende para a pessoa (José Inácio, Entrevista ,2013).

4.5. De patrão da borracha para patrão da madeira

Apesar da tentativa do governo de reviver o mercado da borracha na Amazônia com o advento da Segunda Guerra esse movimento não modificou a importação desse produto. Parte dos seringalistas continuaram a vender borracha no Purus, mas a diversificação dos negócios tornou-se uma prática. O chamado “Golpe de 64” com a tomada do governo pelos militares mergulhou o país numa ditadura e alavancou os interesses de grupos para desenvolver setores da economia considerados desacelerados.

No período que antecede o golpe de 64 os movimentos sociais nas regiões sul e sudeste cresciam e a luta por uma reforma agrária ganhou força com a eleição do presidente Jango, mas sua suposta simpatia pelas ideias comunista decretou sua retirada do cargo de presidente. A partir da tomada do poder pelos militares colocou-se em marcha um plano para

sufocar os movimentos de trabalhadores rurais nas regiões onde o avanço da fronteira agrícola despontava com estratégico.

Os militares em conjuntos com os representantes do grande latifúndio desenharam uma estratégia para desestabilizar o movimento de reforma agrária. O discurso nacionalista presente nos planos de desenvolvimento para Amazônia conciliou todos interesses pautados em medidas como a abertura de estradas, “integração” da região ao resto do país, mobilização de esforços para provocar o deslocamento da população rural de áreas de tensão social para a Amazônia.

O Sul do Amazonas recebeu o impacto direto deste novo projeto geopolítico para a Amazônia. Nesse período ocorreu aconteceu a abertura da estrada federal BR 319 Manaus-Porto Velho²⁸ que seria a principal ligação do estado ao resto do Brasil, estrada essa que ficou trafegável até a década de 1980 e hoje transformou-se no centro de polemica em decorrência dos impactos ambientais advindos da repavimentação desta rodovia prevista nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento. As imagens abaixo ajudam a ilustrar a situação da estrada nos dias atuais. Vale a menção que durante o período que permaneci em campo no período do verão amazônico o trânsito entre Manaus – Lábrea e contínuo apenas ocorrendo interrupção no período do inverno. Em 2015 ocorreu o retorno das viagens de ônibus Manaus-Porto Velho. Hoje há um movimento organizado para solicitar o asfaltamento desta rodovia. Complexo Purus Madeira concentra a Transamazônica que possui seu término no município de Lábrea, esse trecho compreende a ligação com o município de Humaitá que possui proximidade com o estado de Rondônia.

²⁸ No dia 16 de março de 1970, a Presidência da República distribuiu comunicado em que anunciava várias obras rodoviárias na Amazônia e no Brasil Central para o período 1970-1974, “tendo como peça básica a Rodovia Belém-Brasília”. Entre elas o prosseguimento do asfaltamento do trecho Anápolis-Porangatu da dita estrada, o prolongamento até Rio Branco e a fronteira com o Peru da estrada Cuiabá-Porto Velho, o término da estrada Porto Velho – Manaus, a implantação de uma estrada Cuiabá-Cachimbo-Santarém, e a “construção de uma estrada pioneira ligando o Nordeste à Amazônia (...) vereda aberta ao nordestino para a colonização de enorme vaio demográfico e o início da exploração de potenciais até inacessíveis” (Jornal do Brasil, 17/03/1970 apud Velho 1981, p.145).

Figura 03:

Trechos da BR 319 na altura do município de Lábrea



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2013.

Os seringalistas encontraram na exploração desta atividade comercial uma possibilidade de obter lucro com suas terras, assim coloca-se em curso um importante elemento de exploração territorial. O aviamento novamente ganha uma nova passagem e neste, mas deixa de lado o antigo estatuto estabelecido de poder centralizado no primeiro

momento na figura do Coronel de Barranco e no segundo momento no seringalista denominado de patrão. O patrão da madeira é representado pelos herdeiros dos seringais e de alguns seringalistas que ainda explorava a borracha, a castanha, a pesca e alguns recursos da região. Passamos a perceber um movimento caracterizado por uma sazonalidade pois os compradores de madeira encontraram na região uma fonte de matéria prima a ser explorada. Assim a cooptação de seringalistas e seringueiros no trabalho de retirada de madeira passou a ser principal atividade trabalhista e possibilidade de conseguir dinheiro. A respeito segue um relato desse período:

Todo mundo trabalhou, tirava muita madeira. Tiraram, tiraram muita! Lá no Morro do Ocimã tinha 10 estradas desse lado daqui na Comunidade do Piqui vinham pegar de rebocador. Quebrava tudo, a máquina entrava pelo meio do caminho derrubava a árvore chegava lá e puxava, por onde vinha quebrava tudo. A Sumaúma acaba com muita coisa quando ela cai. Nós vendíamos. No último, sei que me enganaram e não pagaram. Levaram a madeira e não pagaram. Eu vendia para o, pra esse empregado do Erivam. Antigo Erivam, uma firma aí no rio. O Paulo Velho Batista era firma de Manaus, não sei de onde ele era. Só tirava madeira no tempo que alagava a várzea, na terra firme ninguém tirava. Por isso que Maloca tem muita madeira porque é terra firme, ninguém tirou lá. Tem muita madeira atrás de casa, tem um castanhal. Tem muita madeira a Maloca, maçaranduba, essa madeira de lei desse assoalho aqui. Voce encontra de tete um tanto só. Nunca tirada. Isso daí ninguém quer tirar, para quando fazer o plano de manejo nós tirar nós mesmo. Ai tudo bem. Daqui uns três anos ou quatro, aí tira só as grossas e deixa as finas. A gente quer fazer assim, porque tem muita madeira na Maloca. Na terra firme tem todo tipo de madeira itaúba também tem (Sebastião Nunes, Entrevista, 2013).

Durante o trabalho de campo nas entrevistas e conversas relacionadas a este tema identificamos um número de 12 padrões da madeira. Alguns permaneceram morando em Lábrea e outros faleceram. Segundo as pessoas que colaboraram com a pesquisa foram esses nomes mais citados: Raimundo Batista, Oscar Gadelha, Edoel, Gilberto, Cristovão, Erivam, Paulo Velho Batista, Pedro Malveira, Lucio Malveira, Cheik e EdimarCastelho Branco. Sobre os compradores temos um trecho de entrevista que menciona essa passagem na região:

Tinha muitos compradores de Manaus que vinha para cá pra zona rural só mesmo pra comprar madeira. Eles levavam 20, 30 mil metros eles levavam daqui. Aí eles

faziam dinheiro horrível, eles faziam muito dinheiro, muito dinheiro. Só que hoje a gente não pode tirar também, porque hoje a madeira é proibida porque além do pessoal não deixarem ninguém cortar não vem mais comprador também porque o pessoal proíbe né ai não vem mais ninguém de jeito nenhum pra comprar. Eu serro assim, mas é o seguinte não é pro índio vender não é só pro consumo deles da comunidade deles (Demacildo, Entrevista. 2013).

Nas entrevistas com extrativistas da Resex Médio Purus onde comentavam que “todo mundo trabalhou e tirou muito madeira”, o modelo seguindo pelo padrão do seringal estava na organização de estradas, sendo sua principal atividade no período da enchente facilitar a retirada de madeira de áreas que não eram alagadas pelo avanço das águas. Em relação a este processo o relato do extrativista Raimundo descreve o trabalho com madeira:

Eu acho que está com uns quinze anos que a gente deixou de trabalhar com madeira. Não, não acho que uns dez anos atrás foi. E que foi o tempo que o Raimundo Batista morreu, que era o chefe da madeira que comprava, aí o Oscar deixou de trabalhar com madeira também. Nós começávamos a tirar em tora. Assim da água. Tirava só aquelas que flutuavam. Já o verdadeiro corte foi feito já em máquina, que já estava fina para tirar na água. Aí veio às máquinas. Ai a gente tirava só aquelas grossas, que passava grossona mesmo. Ai a máquina tirava para a beira e o barco levava. Puxava com guincho para a água. O pagamento era feito através de diária, eu trabalhava de ajudante na máquina. O meu cunhado que era derrubador, o motoqueiro. Nesse tempo trabalhávamos com madeira, mas nunca deixamos de trabalhar com a castanha (Entrevista Raimundo, 2012).

Sobre a forma de trabalho empregada nesse ramo há relatos diferentes, em conversa com o Sr.Chaguinha comerciante da cidade. Este comentou que o trabalho no Seringal Fazenda no rio Ituxi, que apenas o tempo deslocamento do seringal para a cidade era de três dias, nesse período todas as pessoas trabalharam com madeira, entre eles os regatões. Mas o tratamento recebido pelos trabalhadores que cortavam madeira não era dos melhores.

O período da extração de madeira de acordo com as entrevistas realizadas é um período lembrado com o envolvimento de grandes gastos financeiros, na linguagem das pessoas “rolava muito dinheiro” e os relatos de como esse dinheiro era gasto é variado. O Sr. José Albuquerque disse “Ai começou os madeireiros, aí nos madeireiros eu me sai bem porque eu derrubava muita madeira. Tirei 9 mil reais e quinhentos reais de madeira para os

madeireiros”. Na primeira passagem do trabalho de campo ocorrido na Resex do Médio Purus os relatos e histórias dos patrões das madeiras proporcionaram o despertar do destino dessas pessoas, já que o dinheiro envolvido era inconcebível. Entre as histórias relatadas temos dos madeireiros Raimundo Batista e o Erivam que chegavam a comprar madeira desde o município de Tapauá até o município de Pauini, onde fretavam avião para pousar em cada cidade e realizar a compra de madeira e fiscalizar o carregamento dessas a serem enviadas para os mercados internacionais.

Essas madeiras todas passavam por Manaus e segundo os relatos eram legalizadas com documentos oficiais dos órgãos competentes na época e enviadas a compradores. De acordo com o Sr. José “Naquele tempo tirava o tanto que queria, não tinha essas proibições de hoje. Tinha muita firma em Manaus que comprava, lá em Itacoatiara tinha a Getal, Calorinda, em Manaus tinha Compensa, Amaplaque”.

No desenvolvimento da pesquisa entendemos que a compreensão dos processos ocorridos nesse período exigia encontrar alguns agentes sociais, no planejamento estabelecido buscamos informações sobre o paradeiro dos madeireiros e com isso encontramos relatos diversos sobre o destino desses indivíduos. Entre as histórias coletadas nas entrevistas temos um que foi assassinato e seu sócio que saiu da região de também morrer. Mas nas entrevistas com pessoas que trabalharam na extração de madeira e apontaram como o maior comprador de madeira deste período o nome recorrente era de um senhor chamado Sheik, em todas as conversas os relatos sobre este homem que se tornou rico com essa atividade comercial.

Em 2013 quando realizei a segunda incursão de trabalho de campo a entrevista com este tornou-se prioridade, pois entre as histórias diziam que ele andava armado tinha um poder de autoridade respeitado por todos na cidade, afirmavam que ele alugava avião para ir em todos os municípios e cobria a oferta de outros madeireiros que compravam madeira na região. Sobre isso o Sr. José comentou:

Na época que comecei a trabalhar não peguei muita, peguei no fim quando O IBAMA passou a trabalhar aqui. Foi difícil precisava o chefe ter aquele tanto para derrubar, não sei o que. E no começo você pegava muita ruim. Eu não, mas o Sheik ainda hoje estava chateado. O Sheik era patrão bom rapaz. Seu Sheik para você ver antes de ele vir para cá, ele era um brabo daqueles. Um deus do dinheiro. Ele tirou 45 mil em metros de madeira ao inverno. Aonde eu tirei nove e quinhentos mil metros. Mas não dava uns 45 sabe. Ele tinha muito dinheiro, eu acho que era das firmas que ele trabalhava. As firmas davam dinheiro ele trabalhava no Pará e Manaus. O seu Sheik era homem de negócio mesmo. Achava ruim porque era ruim mesmo. Com ele gaitice, ele não era gaiato não. Ele pagava com dinheiro ou mercadoria, o que eu quisesse. Trabalhava direito. Ele andava armado porque gostava. Ele andava com arma mesmo. Eu não sei se ele gostava, mas ele andava com um empregado do IBAMA. Ele nunca brigou com o IBAMA. Eu conheci ele aqui em Lábrea. Ele estava atrás de madeira, era comprador. Aí eu me aviei dele. Aí na madeira, olhe para você ver, nesse tempo eu tirei 9 mil e 500 metros de madeira. O seu Raimundo Batista e o finado Alberto Farias eram aviado com nós. Aí arrumou 2 mil reais com seu Raimundo Batista para mim. Mas eu tenho negócio com o Sheik. Ele disse “não, com o que sobrar tu paga o homem”. Eu digo “não, não quero não”. Porque eu tenho negócio com ele. Aí então ele disse “Não tem para trás, vou colocar em banco e fica aí”. Eu disse “você que sabe”. Aí quando o velho Batista foi receber 2 mil, só madeira fina, madeira velha. Aí o velho Batista pelejou. Bolsão rapaz. Uma pasta daquele tamanho, chega a bicha só “tuc”, só dinheiro rapaz. O velho Batista disse que era novato e pelejou para eu vender madeira para ele, tirar do Sheik, tirar madeira do Sheik. Eu devia 3 mil e 500 reais para o Sheik. Foi ano que comprei essa casa, paguei motor e madeira. Eu devia 3 mil 500 e deu 9 mil 500. Aí o Raimundo Batista queria que fizesse desgraça do Sheik e o restante daria a ele. Me pagava 15 mil e o Sheik pagou 9 mil para mim. Mas eu deixei para o Sheik. Eu disse para o Raimundo Batista que eu tinha fé na minha palavra que no tiro de espingarda. Ele disse “rapaz o único que eu já vi essa conversa foi você”. Porque hoje nós estamos com um tipo de vantagem. Se tu tens madeira, tá livre. Tu vendes para quem tu quiser. Mas eu sou o tipo do homem honesto (Entrevista João Albuquerque,2013).

Este relato nos ajuda a compreender uma parte dos fatos ocorridos no período que promove mudanças significativas. No trabalho de 2014 um campo dedicado a entrevistar os padrões sejam eles da borracha, madeireiros e todos aqueles envolvidos com poder na região. Entre aqueles que conseguir entrevistar está o Sr.Cheik. Após todos os relatos sobre ele e perguntando sobre onde ele residia consegui o endereço e fui ate sua residência. Uma casa próxima a orla, casa bem simples e cheia de muitas plantas. Após uma apresentação e explicação sobre o meu trabalho de pesquisa ele aceitou o pedido de entrevista. No dia seguinte me dirigi a casa dele, sentamo-nos no pátio de sua casa e assim passei a fazer as perguntas baseadas no que eu ouvi das pessoas a respeito do período que ele trabalhou no comercio da madeira na região.

Na entrevista Cheik que possui descendência asiática perguntei sobre sua origem e trajetória, comentou que ele é do interior de São Paulo, estudou no Senai onde obteve conhecimento sobre a atividade comercial que promoveu experiência capaz de ajudá-lo em sua vida estava marcada por andanças pelo Brasil, trabalhando em multinacional que após ter problema pessoais transferiu-se para Lábrea e com a saída de funcionários desta empresa assumiu o cargo de coordenador, com isso ele mora na cidade há 34 anos. Durante a entrevista o Sr.Cheik disse que na época da madeira havia muitos aventureiros e que esse período rendeu muito dinheiro a ele, mas que gerou muitos problemas com as entidades ligadas aos movimentos sociais, pois segundo ele essas entidades mobilizaram os grupos sociais encaminhando ações na justiça contra ele pelo trabalho de extração da madeira.

Ao ser perguntado o porquê do uso de armas, Cheik comentou que este era um hábito antigo, uma espécie de Hobby, mas que nunca usou de violência. Durante a entrevista algumas questões chamaram a atenção. A primeira em relação a criação de unidades de conservação. Para ele “a criação de reserva é uma espécie de reserva para as grandes empresas que exploram essa atividade”. Um segundo ponto que se destacou na entrevista com Sr.Cheik foi seu conhecimento a respeito do mercado de vendas de madeiras, mencionando o poder das grandes multinacionais asiáticas que nesse processo de implantação dominaram o mercado desta atividade. Ele mencionou que na sua época todas as empresas brasileiras que trabalhavam no ramo de compra e venda de madeira foram compradas por empresas internacionais e com isso permitiu a chegadas dessas empresas com força na região Amazônica. Em relação às empresas que trabalhavam com madeira os comentários a respeito da instalação dessas no município e sua ação na compra de terras para realizar a extração do produto. Um morador da Resex Médio Purus relata sobre esse período da seguinte forma:

A Manaza era a empresa madeireira que veio do sul do Paraná de Icaráboaba se instalou aqui por conta de querer crescer justamente compraram ou arrendaram, não

sei, essa terra para abrir espaço de grandes financiamentos. Então, ela se instalou aqui por pouco tempo, ela não ficou muito tempo funcionando aí apesar de a intenção dela era trabalhar com madeira eu não sei o porquê mudaram o quadro e passaram a trabalhar com plantio de castanha. Manaza era filial dos madeireiros que estavam se instalando lá, e fez um plantio de castanha, reflorestamento lá, porque eles faziam em forma de compensação isso aí, eles queriam utilizar outras espécies de madeira, então eles fizeram um megafinanciamento a fundo perdido, e a compensação era plantarem, eles chegaram em 1974 e trabalharam até 1987 (Francisco, Entrevista, 2013).

De acordo com seu relato, haveria um problema de domínio das técnicas de corte de madeira, a maioria das pessoas que exercem o trabalho não possui conhecimento necessário para realização dessa atividade. Ele culpou que o avanço do desmatamento foi em consequência da frágil fiscalização do IBAMA e a corrupção neste órgão que imperava e promovia o crescimento do desmatamento. A respeito de suas propriedades ao ser perguntado o entrevistado afirmou que chegou a ter em sua posse muitos bens, mas que em consequência das perseguições que sofreu precisou vender vários bens. Com essa perda circunstancial de bens, graças ao seu conhecimento com pessoas da cidade conseguiu emprego na prefeitura na gestão de Jean Barros, filho de um antigo patrão da borracha, que o ajudou empregando na secretaria municipal do Meio Ambiente.

Para Cheik o declínio da extração de madeira deu-se devido a criação de leis que limitaram a comercialização da madeira no país e para fora dele, mas que em sua visão as instituições governamentais apenas preocupam-se com o “pequeno”, pois com o “grande” esse ainda consegue exercer sua atividade. Para realizar essa afirmação informou da atividade comercial de venda de portas que em Manaus há pessoas que vendem esses produtos sem nenhum selo de identificação da madeira, pois os órgãos públicos fecham os olhos para quem comercializa.

Na fase final da entrevista Cheik comentou que a região do Purus sofre com o atraso em virtude dos interesses políticos que ainda estão sobre as influências de antigos patrões hoje instalados nas entidades públicas impedindo o progresso dessa região. O seu relato

demonstrou uma visão de quem foi protagonista de fatos marcantes na história dessa região, transformando o cenário e produzindo novas situações pertinentes a realidade local.

Ao optar em expor os processos transcorridos em Lábrea pós- patronato da borracha encontramos alguns desafios em torno de explicar as mudanças, já que toda a literatura produzida sobre esse local não menciona os fatos recolhidos nos relatos das pessoas que viveram esse período. Um fato quase não mencionado é que a extração de madeira não pode ser observada como um momento de devastação da floresta, mas pode ser visto como uma alternativa aos moradores de lugares onde o poder público e as condições de sobrevivência vivenciadas deixaram os moradores dos antigos seringais desassistidos, pois o patrão funcionava, eventualmente como prestador de ajuda no momento da dificuldade. Segundo o Sr.Demarcildo:

Seringa ninguém tira. Parou porque a seringa ela é muito fraca de preço. Ai agora o que a gente faz e plantar feijão. Eu planto tabaco, eu planto roça esse tipo de coisa, milho todo isso eu planto, Batata tudo isso eu planto. Ai só que para mim me manter minha casa eu trabalho de operação de motosserra, trabalho na agricultura, assim de farinha, feijão, milho e tabaco. Esses são os produtos que a gente faz o dinheiro para sobreviver, porque outro ramo mesmo fica difícil. Peixe também, a gente pesca. Tem época aqui no rio que passa a piracema a gente coloca e pega malhadeira o peixe. A gente seca o peixe, as vezes vendo o peixe fresco e as vezes não. As vezes a gente pega o peixe e vende assim fresco mesmo. Escala, seca e vende. Eu tenho que manter os materiais que eu gasto no motosserra. Eu gasto litros de gasolina, gasto corrente, óleo queimado tudo isso boto na máquina para poder trabalhar. Ai fica difícil para gente sobreviver mais por causa disso a gente sustenta a família da gente aqui é um pouco difícil porque a Sr. acredita que os comerciantes aqui eles não ajudam a gente. Só querem mesmo tirar o que a gente tem aí eu só trabalho assim com os pobres aqui na beira do Purus (Demarcildo, Entrevista, 2012).

A sobrevivência é um desafio permanente nas comunidades situadas às margens do Purus e está vinculada a pluriatividade: roçados, pesca, caça e extrativismos. Ainda assim a vida nas comunidades é percebida como mais fácil e farta quando comparada com a vida na cidade completamente condicionada a mediação do dinheiro.

A criação das unidades de conservação no Médio Purus foi objeto de grande luta e enfrentamento dos segmentos mais destacados da classe patronal. Foi uma luta por segurança territorial e contra a ameaça da possível chegada de um novo patrão com direito de expulsar

ou atrelá-los a relações de trabalho coercitivas. A idéia de unidade de conservação está alicerçada na concepção de proteção ao meio ambiente e mesmo ações condutas tradicionais como o extrativismo, caça e pesca são passíveis de ressignificação e criminalização a partir deste novo estatuto territorial. Os habitantes destas áreas também são ressignificados e incumbidos de tornarem-se “guardiões” da floresta em um discurso referendado por ambientalistas que classifica aquele que não derruba como herói e aquele que corta madeira como um agente do caos ambiental e climático.

O morador do Purus passou historicamente por experiências extremas sob a tutela dos diversos patrões. A chegada da indústria de extração de madeira apenas abriu um novo ciclo de exploração florestal no qual seus serviços foram requisitados. Cabe destacar que houve mudança no caráter da exploração e valor da terra, abrindo-se a possibilidade da exploração das terras através de arrendamento de terras para madeireiros. Como mencionei na entrevista com Cheik essa prática tornou-se comum e arregimentou moradores dos seringais.

A prática no corte de madeira não era apenas uma atividade exclusiva dos extrativistas do seringal. Os indígenas também tiveram sua mão de obra recrutada para esta atividade. Em entrevista como um funcionário da Funai de Lábrea comentou-se que o domínio dos patrões no município permaneceu por um longo período e com a queda da produção da borracha passaram a explorar a extração de madeira. Este relatou que nas décadas de 1980 nos primeiros trabalhos de identificação de terras para demarcação, a Funai enfrentou muitos problemas com os patrões. Segundo ele, nesta época, os indígenas viviam como escravos ao serviço dos patrões. Era comum observar a peregrinação dos indígenas nas margens do Purus, pois todas as terras pertenciam a um “dono”. Com a demarcação de terras indígenas os conflitos eclodiram e houve muitas mortes do lado indígena.

Massacres e chacinas foram instrumentos para amedrontar os indígenas e arrefecer a luta por seus direitos. Os patrões buscaram enfraquecer o movimento indígena que se

organizava na região e umas das táticas foi o fornecimento de alimentos. A ordem para tais ações era promovidas pelos seringalistas e por madeireiros passaram aliciar os indígenas com alimentos a fim de que esses fornecessem madeiras de suas terras para o pungente mercado madeireiro.

Os indígenas possuíam desvantagem em relação aos outros grupos submetidos a exploração o fato da diversidade étnica, pluralidade de línguas e a falta de domínio pleno da língua portuguesa. Durante o período recente de trabalho de campo quando convivi intensamente com indígenas das etnias Apurinã e Paumari, conheci indígenas de outras etnias sem qualquer domínio da língua portuguesa e tornando sua comunicação muito difícil no mundo dos brancos.

Nas conversas com indígenas que viveram vários momentos da história da região, os relatos de exploração não foram poucos. Percebi que submeter indígenas sempre foi uma prática natural daqueles que detinham o poder local e a prática de inferiorização é muito presente na vida cotidiana da região, percebida na forma de se dirigir aos indígenas (negando sua diversidade e agrupando todos como uma unidade identitária nomeada de caboclos), no olhar e avaliação permeados de sentido hierárquico.

A presença indígena é muito forte na cidade de Lábrea, freqüentam muito a praça principal e são residentes em grande número desde a década de 1970 do Bairro da Fonte. As etnias Paumari e Apurinã prevalecem como grupos com predomínio em residências no local e constituíram um refúgio para as famílias que se deslocam para a cidade na busca de melhores condições de vida. O bairro apresenta-se em situação precárias e percebe-se a fraca presença do poder público municipal.

A Igreja Católica aparece como benfeitora desta área da cidade, tendo criado um programa de residência para pessoas carentes onde a instituição constrói a casa e concede a moradia para indígenas ou ribeirinhos que ao chegar na cidade não tem lugar para morar. A

moradia não pertence ao morador, há um contrato que regula a ocupação e caso a família decida sair da casa deve devolvê-la para a Igreja para que esta seja repassada a outra pessoa que não possua residência. A casa não pode ser modificada e os coordenadores do programa não permitem nenhuma alteração, nem mesmo pintura. Essa situação é exemplar da permanência de modelo de dominação fundado na dependência e dívida com uma autoridade, um modelo que se cristalizou historicamente como padrão de controle dos grupos sociais subalternos.

No caso dos indígenas, menciono pessoas que se tornaram interlocutores fundamentais na construção da pesquisa junto aos indígenas Apurinã como o Sr. João Baiano, uma pessoa com vasta vivência das situações, mobilizações e debates envolvendo os indígenas do Purus, sendo filho de indígena e morando em seringal compartilhou de lembranças desse período que retratam a memória vivida experiência de exploração dos patrões. Um outro indígena com papel marcante para esta pesquisa foi o cacique Marcelino também da etnia Apurinã. Logo no primeiro campo em Lábrea conheci em sua aldeia e observei a força do poder econômico sobre as comunidades indígenas, pois para chegar até a aldeia tínhamos que cruzar parte da terra de um dos “novos patrões” criador de gado que surgiram nesta nova representação do poder, história que irei relatar adiante neste trabalho.

Depois desta digressão, volto a questão da exploração da madeira que como anteriormente afirmado tornou-se uma opção rentável aos patrões e herdeiros pois a desativação dos seringais e a permanência dos extrativistas nos antigos seringais produziu como efeito a reprodução de comunidades, vilas, aglomerados de famílias que ainda que constituíssem uma reserva de mão de obra, escapavam cada vez mais ao controle da velha estrutura de poder com rígido controle sobre território e população características do sistema de patronato.

Término este capítulo imbuído das reflexões surgidas dos diálogos e entrevistas com os patrões, assim como com indígenas e extrativistas. E uma pergunta se faz presente. O tempo dos patrões passou? Os fatos analisados indicam que o patronato mudou e se diversificou ao longo do tempo (coronel de barranco, patrão, patrão madeireiro, da castanha, o rezeiro, patrão da política, patrão do agronegócio), mas indicam um *modus operandi* adaptado a novas circunstâncias.

Capítulo V

COMPLEXO PURUS: UMA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZONIA

A concepção de complexo a que nos referimos neste capítulo não é encontrada na literatura este da região, mas diante de uma complexidade de questões estudadas e analisadas neste período da pesquisa, farei o uso deste termo para sinalizar a região como ponto de chegada de projetos de desenvolvimento para a Amazônia. A literatura disponível sobre projetos de desenvolvimento e políticas governamentais aponta a Amazônia como espaço de expansão e o interesse pela região cresceu na medida que se escasseou a fronteira agrícola em outras regiões do Brasil.

O período do Regime civil-militar no Brasil representou mudança do eixo de desenvolvimento para a região norte do Brasil e o Sul do Amazonas passa a ser objeto de intervenções. Com a decadência da economia gomífera, houve um enfraquecimento da dominação patronal. A precariedade das instituições governamentais nas três esferas municipal, estadual e federal, obrigou diversos patrões a deixarem, venderem ou arrendarem seus seringais para exploração de outros recursos como castanha (Menezes, 2011:133).

O declínio dos pilares econômicos da região conduziu a um esvaziamento das áreas de coleta por parte das pessoas que começaram a migrar para cidades de Lábrea, Porto Velho,

Manaus e Rio Branco ou para áreas mais próximas aos rios formando comunidades ou partindo para as previamente criadas. Mesmo com as condições mínimas de investimento no que podemos denominar de agricultura familiar da época e da comercialização dos produtos agrícolas, mas com a presença de atravessadores que se aproveitavam de comprar a produção com preço inferior aos praticados na comercialização, essas configurações apenas demonstravam a permanência do sistema de aviamento ao qual se manteve operante e ativo.

Observa-se que este sistema buscou uma reconfiguração através da transformação de alguns padrões e da figura do regatão. Como descrito anteriormente as forças políticas regionais passam a exercer um novo domínio e para atingir seus objetivos passam a operar como mediadores políticos, representantes dos interesses regionais e através de promessas de projetos que possam melhorar as condições da população residente.

Os projetos dos governos militares centraram-se no pressuposto desenvolvimentista, concepção baseada na produção de um sentimento nacionalista com lemas repetidos e incorporados ao imaginário social. Com a grandiosidade e uma vasta fronteira territorial que, segundo a concepção da época, constituía um “enorme vazio demográfico” e com os conflitos por terras agravando no Nordeste, a chegada de imigrantes com o sonho de terra para sobrevivência e possibilidades de produzir riqueza foram sonhos alimentados que impulsionaram uma onda de migração para o Sul do Amazonas.

Assim o governo deste período concentrou-se investimento na região amazônica idealizados de grandes projetos. Para isso lançou o Plano Nacional de Integração (PIN), aprovado no governo de Emílio Médici, que promovia diversos projetos com o objetivo de “integrar, para não entregar”. Entre os grandes projetos concebidos estavam a construção da BR-230, conhecida como a Transamazônica, estrada projetada que cortaria toda a Amazônia ligando-a o resto do Brasil, planejada para constituir a conquista definitiva da região amazônica. Assim como os projetos de povoamento ao qual circulou essa região desde o

período colonial, posteriormente com a migração de nordestinos atingidos pela seca, essa rodovia foi construída com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, inicia-se na cidade de Cabedelo, interior da Paraíba e termina em Lábrea.

O projeto desta rodovia previa em sua construção, a primeira etapa um projeto de povoamento baseado no deslocamento de trabalhadores e na proposta de criação de agrovilas ao longo da estrada. No ano de 1973, cerca de 40 mil pessoas deslocaram-se para o local da construção ocasionando a criação de 20 agrovilas que foram projetadas para receber a demanda de pessoas que se deslocaram para a região²⁹.

Em 1974 a estrada contava com apenas 10% de perímetro asfaltado. Mesmo de forma precária e inacabada a estrada foi inaugurada, deixando vários problemas a serem resolvidos e um legado de dúvidas sobre o futuro dessa estrada. Em relação às pessoas restaram no período da inauguração a 900 famílias foram entregues títulos de posse de terras através do Instituto de Colonização de Reforma Agrária – INCRA, contra 5 mil outras que foram abandonadas na aérea (MENEZES, 2011).

A chegada dessa estrada representa um aporte dos grandes projetos para a Amazônia, podemos citar entre eles o Projeto Carajás, a Hidrelétrica de Tucuruí e BR-153 (ligando Belém a Brasília). Projetos esses que causaram impacto econômico e impacto social, potencializando os problemas prévios como a exploração intensiva e expulsão de pessoas de suas terras com ocupação tradicional. A respeito desse período podemos utilizar os trabalhos realizados por um grupo de antropólogos do Museu Nacional desenvolvido pesquisas sobre o Norte e Nordeste, sobre a Amazônia o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2004) comenta:

²⁹ Os relatos sobre o processo de migração desses personagens foram problematizados pela equipe do Nepta-UFAM, possui um grupo de pesquisadores (Auriédia Marques, Cloves Pereira e Mariana Galuch) orientados pela Profa Thereza Menezes que produziu dissertações e teses voltados a compreensão do universo rural do sul do Amazonas.

Numa economia em rápida expansão, financiada pelo capital financeiro internacional, com uma geografia política dividida entre terras monopolizadas pelo grande capital e terras livres ocupadas por índios e caboclos, o cenário da acumulação primitiva parecia irreversível, no sentido dado a esse termo por Marx, qual seja, o da separação entre comunidades e a natureza, seguida do surgimento simultâneo de uma classe de proletários sem-terra e da terra como meio de produção (ALMEIDA, 2004, p.35).

A chegada dos grandes projetos para a região não cumpriu a promessa da grande transformação amazônica. A população do Purus conhecia a figura do Estado através da figura mediadora com este: o patrão. O atendimento das necessidades emergenciais, quando acontecia, era obra do “bom patrão”. Nos relatos de seringueiros e indígenas não havia qualquer presença da esfera governamental sobre suas vidas, em alguns casos a prefeitura local realizava ações de benefício, mas é necessário lembrar que parte dos prefeitos que passaram pelo cargo eram patrões e diretamente usavam recursos próprios ou do governo de acordo com seus interesses e se convertiam nos benfeitores da ação.

O Estado chega com o Governo Militar e através de projetos megalomaniacos que deslocou pessoas para a Amazônia afim de resolver os problemas fundiários em outras regiões. Os relatos das péssimas condições de moradia, a falta de infraestrutura para a fixação de famílias foram algumas dificuldades encontradas por aqueles que aceitaram o desafio de tentar a vida na Amazônia.

A produção de conhecimento que conseguisse avaliar os vários aspectos de cada município do Vale do Purus foi um projeto inicial, mas na primeira viagem para conhecer o campo percebi que qualquer trabalho acadêmico interessado em conhecer o Purus esbarraria nas enormes dificuldades de transado territorial, as distancias para se chegar a qualquer local são enormes desafios.

Neste sentido reforço que para o trabalho de um jovem pesquisador que resolve realizar um estudo antropológico em uma área com tal abrangência e complexidade foi fundamental o constante diálogo com a orientadora, nesse caso ressalto as conversas com

minha orientadora Thereza, onde está incentivou um survey para ver os microuniversos das cidades que compõe o Médio Purus. Essa orientação possibilitou observar não apenas os fenômenos sociais existente nos municípios do Complexo Purus, mas como o Estado interferiu diferencialmente em seu desenvolvimento.

5.1 A formação das cidades na região do Purus

Neste ponto da pesquisa a interferência do crescimento das cidades e suas transformações estão intimamente interligadas com a presença do Estado e suas consequências. Assim apresento um panorama das sedes dos municípios pesquisados.

A primeira cidade ao qual passamos realizando *survey* foi Tapauá³⁰ onde se verificou um deslocamento crescente de pessoas para áreas da sede município, encontramos ainda pessoas saindo de antigos seringais. Hoje o município tem seu território ocupado predominantemente por Terras Indígena, a existência de poucas terras públicas não destinadas para os não indígenas torna-se um problema crescente e alimenta situações de muita tensão com os demais grupos sociais.

A cidade teve sua sede modificada em virtude dos movimentos das águas, a primeira sede sofreu alagações constantes e os primeiros exploradores ao se estabelecerem encontraram uma aldeia indígena que não era alvo de alagações e com isso transferiram a sede para este local onde situa-se até atualmente. O município faz parte ainda de um futuro projeto de construção de gasoduto que ligará o município de Coari no rio Solimões ao estado de Porto Velho, configurando-se como o um ponto estratégico para ações futuras da atividade petrolífera na região.

³⁰ O município de Tapauá foi criado em 1955 da Lei nº 96 de 19 de dezembro.

A cidade possui uma praça central cercada por alguns prédios, entre eles a igreja central e a rádio local chamada de “Rádio Amizade”, em frente à praça temos um mirante onde podemos ver o rio Purus no encontro com o rio Tapauá. A cidade está localizada numa curva do Purus. Nesse município as Terras Indígenas e Unidades de Conservação ocupam 90% da área territorial de Tapauá. Essas áreas demarcadas hoje estão sob gestão de autarquias pertencentes à esfera federal e estadual. Parte da população não indígena faz críticas a concepção de “reservas”, quando a população se refere a reserva, geralmente engloba todas as Unidades de Conservação assim como Terras Indígenas.

Há um senso comum que compreende que a cidade está cercada por essas “reservas”. Na conversa com o Sr. Everaldo, informou que hoje a cidade tem como fonte econômica a pesca e os trabalhos oferecidos pelo governo sejam na esfera municipal, estadual e federal. A crescente esfera de influência exercida pelas instituições ambientais vem fazendo crescer um “discurso de ódio” e indignação da população, que considera que sua segurança alimentar estaria comprometida por novas regulações ambientais referentes proibições sobre a caça, pesca e demais atividades exercidas pelos moradores.

Difunde-se o discurso que os funcionários do ICMBIO local apreendem redes, malhadeiras e peixes das pessoas, ocasionalmente de forma violenta. Vale lembrar que tal domínio possivelmente está também relacionado ao longo período de instabilidade política vivido pelo município de Tapauá que teve mais de dez prefeitos se revezando no cargo em um período de quatro anos em virtude de graves acusações por atos ilícitos na administração, observações realizadas no primeiro campo e amplamente divulgadas pela imprensa do Amazonas.

Ao caminhar pela cidade nesse tempo de *survey* as reflexões recaíram em torno do conceito de reserva. Ainda há dúvidas sobre esse instrumento de proteção a terras públicas. Para as pessoas que moram na região a floresta é livre e não possui limites assim o conceito

de limites de circulação e uso ainda não está totalmente inserido em suas vidas. Essas formas de pensamento permitiu uma interlocução com o texto de Benedict Anderson chamado “Comunidades Imaginadas”, pois neste o debate sobre a criação de limites e barreiras físicas impostas pelo Estado onde este exerce o poder sobre a população e o seu controle sobre a vida das pessoas.

Em conversa com o Sr. Vanderson pescador de Tapauá este comentou sobre uma reunião com o ICMBio e pescadores onde enumeraram uma série de proibições para a caça e pesca, fontes e rendas de grande parte da população. A ação deste instituto demonstra a face policial e autoritária sobre as pessoas, uma questão a ser debatida está no fato de que uma instituição criada para colaborar com conservação ambiental e desenvolvimento sustentável e que tem o nome de um defensor dos direitos sociais do homem amazônico realiza um papel de coerção e imposição do medo, recolhendo malhadeiras, redes e até peixes das canoas das pessoas que estariam “ilegais”³¹ devido ao caráter de proteção integral de muitas das unidades de conservação.

O sentimento de revolta e indignação é constante o Sr. Vanderson nas conversas a todo instante comentava sobre essa situação, um grupo de pescadores chegou a conversar com o poder municipal, mas nessa luta de poder o governo municipal não possui argumentos no debate com os funcionários do instituto. O questionamento sobre a função do prefeito e dos vereadores era constante e segundo as pessoas com as quais conversamos com esses políticos apenas lembram das pessoas que moram no rio no período de eleição.

A presença dos indígenas na sede municipal é constante, no trabalho de campo conversei com o indígena Luís Carlos da etnia Apurinã, presidente da organização indígena

³¹ O município de Tapauá em seu território possui algumas unidades de conservação: Floresta Estadual Tapauá modelo que permite a presença de pessoas, criada pelo governo estadual; Floresta Estadual de Canutama possui parte do território no município de Tapauá e permite a presença de pessoas; Floresta Nacional de Balata-Tufari possui parte do território no município de Tapauá, unidade de conservação que não permite a presença de pessoas.

regional chamada de OMIMP³². No período em que estive na cidade conversamos constantemente, este me disse nessa associação a diretoria é composta por quatorze membros, que esta entidade agrega 27 aldeias das etnias Apurinã, Deni e Paumari, essa reúne cerca de 5.800 indígenas. Segundo Luís Carlos a associação teve sua fundação no contato de alguns indígenas com outras entidades como RDS Piagaçu-Purus localizada em Beruri, pois nas reuniões eram apresentadas as demandas da população indígena e as entidades governamentais não demonstram interesse pela causa indígena. A prefeitura de Tapauá, Funasa e Funai não realizam ações efetivas para essa população deixando os indígenas descontentes com as situações de suas famílias. Assim ações junto ao Ministério Público do Estado foram feitas como forma de pressionar essas entidades a se manifestarem, isso teve efeito pois o prefeito chegou a reunir com os indígenas para atender algumas demandas do grupo.

Durante essa parte da pesquisa conversei com as pessoas na cidade e todas depositam expectativas e muito interesse no asfaltamento da estrada BR319, tema que aparecia com frequência nas conversas. Nesse período a prefeitura havia feito estudos para abrir o ramal que ligaria o município a essa estrada. No tempo da discussão do projeto a cidade recebeu órgãos governamentais responsáveis pela abertura da estrada, a cidade chegou a ter em sua sede uma representação do DNIT na cidade. Mas com o fechamento do tráfego da estrada este deixou o local.

No prosseguimento do trabalho de campo pelas cidades do médio Purus embarcamos no avião bimotor de uma empresa de taxi aéreo, não optei em continuar a viagem de barco em função do tempo, por via fluvial gastaria cerca de dois a três dias, usando a via área gastei cerca de trinta minutos economizando tempo para a coleta de informação.

³² Informo que esta entidade não se trata de uma organização criada em Lábrea para atender os interesses dos indígenas de todo o complexo Purus. O diálogo com esta liderança permitiu observar as diferenças com as lideranças indígenas de Lábrea, buscando prevalecer uma autonomia em relação a FOCIMP. A luta pelo poder de liderança indígena demonstra disputas entre os indígenas frente as comunidades indígenas.

Na viagem o piloto reclamava dos preços dos combustíveis para abastecer a aeronave e nessa conversa este comentou o funcionamento e estratégia usada no período de eleição onde os grupos políticos alugam aviões para manterem o controle sobre a chegada e saída das cidades da região. Em uma viagem tranquila cheguei em Canutama, ao descer no aeroporto bastante acanhado, pedi ao taxista para levar para um hotel que estivesse dentro do orçamento. Assim me instalei em hotel próxima a praça central, hotel de madeira, mas com um conforto razoável para as condições da cidade, o hotel oferecia apenas café da manhã e não tinha restaurante para as refeições do almoço e jantar. Após minha instalação no hotel e após um breve descanso fui caminhar pela cidade para conhecê-la.

Nos dias que se sucederam a esta etapa do trabalho alguns aspectos relevantes surgiram para compreender a dinâmica do poder e dominação estabelecida na cidade por um extenso período. Lembrei no início deste texto que a cidade de Canutama foi por muitos anos moradia de Manoel Urbano da Encarnação³³, deixando a marcar de seu poder sobre a população estabelecida nesse lugar. Entre os aspectos observados dessas marcas estava o enorme silêncio em relação à presença de indígenas na cidade³⁴.

A cidade de Canutama³⁵ localizada entre Tapauá e Lábrea notabiliza-se pôr a única cidade sem Terras Indígenas do Amazonas e por um passado de grandes massacres aos indígenas promovidos por seringalistas, algo que certamente colaborou para o silenciamento

³³ Este homem retrata o processo de ocupação do rio Purus, destacamos seu papel em momentos da fundação de vilas e comunidades que se transformaram em cidades mediante a instalação da indústria da borracha. Euclides da Cunha a respeito dele comentou: “O Cafuzo, mulato ou preto Manoel Urbano da Encarnação, também era chamado em algumas ocasiões de cidadão, quando citado nos Relatórios de Presidentes de Província do Amazonas. Esse foi o caso do ano de 1861, quando Manoel Clementino Carneiro da Cunha fazia alusão aos esforços oficiais do levantamento de informações sobre os “costumes, inclinações, e disposições” para a vida “civilizada” dos indígenas encontrados por Urbano em suas viagens ao interior”. (CUNHA, 1861:40).

³⁴ Canutama ficou conhecida por ser a única cidade do Amazonas sem presença indígena.

³⁵ Ferrarini comenta: “Etimologicamente a palavra Canutama deriva-se da língua geral segundo dizem os naturais do país e em português quer dizer “pé cortado”. Mas segundo D. Frederico Costa o termo Canutama vem não da língua geral e sim da língua Paumari, conforme lhe foi referido pelo Dr. José Abranches de Moura: Canu=Pé e Tamá=cortado. Posteriormente tornou-se um centro produtor, inclusive de café. Mas foi a borracha que fixou o homem. Foi elevada e criada Freguesia sob os auspícios de São João Batista de Arimã, por Lei Provincial nº 265, de 15 de maio de 1873. Fazia parte do Bispado do Pará. Sua sede era o povoado de Arimã, onde existia um núcleo de moradores e quer já existisse, quer tenha sido edificado imediatamente depois uma capela, tomou o nome de Matriz de São João Batista do Arimã” (FERRARINI, p. 46)

das identidades indígenas. Em muitas situações foram narradas violências praticadas contra crianças indígenas recentemente matriculadas nas escolas da sede municipal justificada pelo mero fato destas serem “índios”³⁶.

A identidade indígena é alvo de temor e vergonha em Canutama, face a dura estigmatização, especialmente da população urbana. Remetendo a perspectiva de Foucault relativa ao exercício do poder como algo que aflui de todas as ações humanas, não estando centralizado em um único lugar, no caso do Estado como alguns autores costumam afirmar. O autor aponta que o poder emana de uma estrutura, de um lugar referenciado dependendo do período, lugar e a circulação de forças que compõe a vida social. Uma situação de dominação pode refletir num sujeito obediente e subjugado aos desejos daquele que detém os mecanismos que formam a estrutura.

Foucault apresenta em sua abordagem sobre as relações de poder a questão dos dispositivos que funcionam em todo processo histórico e constitui subjetividades. Essas situações estão atreladas ao período do patronato estabelecido que protagonizou um poder não questionado. Nas caminhadas pela cidade tive dificuldade em encontrar pessoas que se identificassem como indígenas, apenas conseguir conversar com alguns alunos do curso de licenciatura indígena da Universidade Estadual do Amazonas.

Canutama é um município que só recentemente começou a ter indígenas mobilizados na área urbana em torno de associações o que agravou a situação de tensão dos indígenas que cada vez afluem em maior número em busca de escolarização na cidade. Cabe destacar que a estigmatização observada em Canutama é frequente em quase toda essa região em relação à presença indígena.

³⁶ O Projeto Nova Cartografia Social realizou oficina de mapeamento social dos indígenas de Canutama e foram muito recorrentes os relatos de familiares de crianças indígenas informando que seus filhos e filhas abandonaram a escola devido as freqüentes agressões morais e físicas sofridas dos outros alunos pelo fato de serem indígenas.

Os indígenas que conversei até se colocaram à disposição para realizar entrevista, mas nos momentos marcados sempre ocorria algo e dessa maneira não aconteceu. Os alunos da UEA foram bem disponíveis e conversamos a respeito do desafio do curso e cederam fotos de suas viagens para as comunidades indígenas localizadas no município. Numa conversa com a professora do curso intercultural indígena da UEA e ao comentar sobre a presença indígena esta comentou o conceito de raça, debate essa que na Antropologia está vencido, concentrando hoje na questão da identidade que prevalece como resposta a força daqueles que anseiam o poder de subjugação.

O longo período de consolidação da economia seringalista forjou uma cultura de dominação presente em vários aspectos da vida, passando pela esfera econômica, política e social dos agentes mobilizados pelos seringais. O resultado desta estrutura produziu a negação e a estigmatização da identidade indígena, assim como a permanência em vários castanhais da estrutura de aviamento, exploração e submissão à figura do patrão que afirma ser o proprietário da terra e de seus ocupantes.

A cidade de Canutama teve por um longo período histórico sua economia baseada na extração da borracha e, posteriormente, da sorva. Com a crise da borracha, a madeira se passou a ser largamente explorada por madeireiros e moradores da calha do Purus. O produto era todo enviado através de balsa para Manaus e Itacoatiara onde eram direcionados para outras regiões. Uma consequência desta ação foi o crescimento do desmatamento que notabilizaram a região com estatísticas alarmantes e inserindo Canutama e Lábrea como municípios integrantes do arco do desmatamento.

De acordo com dados obtidos em entrevistas a extração permanece em escala menor, especialmente de madeiras usadas para a confecção de ripas e tábuas. A criação de unidades de conservação nesta área do Purus ocasionou a fiscalização mais frequente, provocando a queda acentuada do desmatamento e extração de madeira. Hoje as principais fontes de renda

do município são a extração vegetal e a pesca. Ao caminhar pela orla da cidade que na época estava em reforma observamos um número elevado de serrarias que trabalhavam na manufatura da madeira e expondo abertamente a força deste setor na economia da cidade.

No que tange a presença do Estado, primeiro com a presença da prefeitura e posteriormente a criação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas temos uma segunda onda de presença de órgãos estatais. No caso de Canutama a presença do ICMBio promoveu uma situação inversa aos acontecimentos de Tapauá. No diálogo com trabalhadores do porto apontaram que barcos pesqueiros oriundos de Manaus e Manacapuru apareciam para comprar peixes. Comentou-se que devido a aproximação de políticos locais com a colônia de pescadores, impedia-se a criação de projetos que pudessem beneficiar os pescadores locais, essas pessoas informaram que as associações de pescadores possuem grandes números de associados para receber benefícios acumulando uma “dívida” com os políticos.

Um episódio sobre o ICMBIO em Canutama já mencionado foi uma narrativa recorrente ao conversar com as pessoas sobre a revolta da população com o órgão, informaram que após a chegada de uma fiscal chamada Jaqueline se iniciou uma fiscalização forte contra os madeireiros que perderam motosserras e os pescadores suas malhadeiras. Esses se organizaram e foram até a sede da instituição e pressionaram os fiscais a devolver os materiais, o clima se tornou tenso e os fiscais precisaram se refugiar na prefeitura para não serem vítimas de violência. Os ânimos se acalmaram apenas após a intervenção do prefeito. Essa ação fez com que o órgão se retirasse e paralisasse as fiscalizações no município, ocasionando uma audiência pública na Câmara Municipal para discutir os limites de fiscalização do órgão no município.

No período de convivência na cidade conheci um comerciante que possui um pequena loja que funciona como lanche na praça central, o Sr. Gracil, um dos interlocutores na minha passagem pela cidade. Durante esse período de convivência tivemos a oportunidade de

falar de alguns temas, perguntei a ele a respeito da grilagem, pois de acordo com as notícias frequentemente veiculadas pela imprensa, Canutama era apontada como um dos maiores alvos dos grileiros que atuam no Sul do Amazonas. O Sr. Gracil disse que um Sr. chamado Fábio falsificou documentos de sua propriedade no rio Mucuim, hoje no município apenas seu irmão possui uma propriedade, mas que hoje explora a retirada de madeira.

Uma informação a respeito de uma sazonalidade do comércio foi reveladora o Sr Gracil informou que o mês de outubro costuma ser o pior momento do ano, pois as vendas são baixas, mas nos meses de novembro e dezembro os maiores compradores são os trabalhadores no corte de madeira comprando fartamente ferramentas e combustíveis.

A partir do mês de fevereiro os pescadores passam a representar os maiores consumidores de combustíveis. Este comentou que antigamente as pessoas trabalhavam na atividade extrativista com intensidade, mas com o ganho fácil permitido pela indústria da madeira tornou-se uma prática difundida para a população.

Durante o tempo na cidade conheci o prefeito de Canutama chamado Ocival. Nesta conversa obtive algumas informações a respeito das situações e fatos da cidade. O Sr. Ocival ao ser indagado sobre as principais fontes de renda da população este comentou que a economia da cidade se encontra pautada sobre o extrativismo, ao qual destacou a extração da seringa e da castanha coletadas no verão. Segundo este a borracha encontra-se em recuperação, mas ainda necessita haver um investimento no processo de escoamento da produção.

A produção de farinha é um produto que possui venda no mercado e contribui para a economia. O prefeito reuniu-se com o governador e secretário de produção do estado na época na busca de criar uma indústria de produção de farinha. Para o prefeito os produtores plantariam e produziriam a farinha e a prefeitura oferecia uma balsa para recolher a produção e levar a Manaus para venda do produto, esse projeto estava orçado em torno de 1 milhão de

reais, mas o governo não manifestou interesse pelo projeto. Em relação à ajuda do governo este fez críticas ao IDAM, segundo o prefeito este órgão fornece apenas maquinário e algumas linhas de créditos aos agricultores, mas não há um programa de escoamento da produção.

Ao ser questionado sobre as finanças do município este criticou os prefeitos anteriores que atrasavam o salário dos funcionários da prefeitura e durante seu mandato não havia ocorrido este fato. Outra reclamação do prefeito estava relacionada a posição geográfica da cidade em virtude de parte da cidade encontrar-se em área de várzea a possibilidade de expansão e obras públicas ficam limitadas, além dos problemas de enchentes no período de cheia do Purus. O prefeito defendeu que a sede do município deveria ser na comunidade denominada de Belo Monte que possui terra firme e com possibilidade de ligação com a BR 230, caso seja reeleito seu projeto seria construir uma estrada para ligar a comunidade a essa rodovia.

De acordo com o prefeito a comunidade já possui energia vinte e quatro horas e no local moram cerca de duzentas famílias, ou seja, para ele a comunidade possui todas as condições para transformar-se na sede da cidade. Esta conversa com o prefeito permitiu analisar o posicionamento da figura política central do município. Ao longo da conversa realizei tentativas de abordar temas como grilagem, extração de madeira, poder dos patrões e a chegada do agronegócio, mas este mudou de assunto.

Para compreender melhor a nova configuração social criada com a presença e as demandas de instituições estatais no município realizei visitas em algumas instituições estatais e conversei com os funcionários do CEUC³⁷ e estes comentaram que suas ações se encontram associadas as promovidas pelo ICMBIO. No prédio do município funcionam as

³⁷ Centro Estadual de Unidade de Conservação do Amazonas (CEUC), este é um núcleo de administração das unidades de conservação do Estado do Amazonas. Encontra-se atrelado a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Governo do Estado do Amazonas.

chefias das duas unidades de conservação estadual dentro do município, conversei com o Sr. Altemar, responsável pelas ações na Resex de Canutama e com a Sra. Rosibel responsável pela Floresta Estadual de Canutama. Estes se encontram trabalhando nas unidades desde 2010, sua chegada ocorreu no momento de revolta da população com as ações promovidas pelo ICMBio, nesse momento mencionaram a tensão que recaiu sobre o seu trabalho próprio trabalho.

A Resex de Canutama possui área de 197,985 hectares e foi criada em 2007. Altemar falou sobre sua formação em Ciência Política e suas ações em torno de elaborar um projeto de gestão e orientar a organização social dos moradores desse lugar. A Resex possui 21 comunidades e localidades, a principal fonte de renda da comunidade é a extração da castanha que na última safra produziu cerca de 38 toneladas, 72% desta produção foi vendida ao município, a segunda maior fonte de renda das famílias é a produção de farinha. Na unidade de conservação moram cerca de 186 famílias contabilizando um número aproximado de 800 pessoas. Na resex, segundo Altemar, existe potencial para a produção de andiroba, mas a falta de um comprador não favorece a coleta do produto.

A Resex possui mais de 80 lagos para o manejo de peixe, mas não existe projetos para a proteção destes, ocasionando constantemente a invasão de barcos pesqueiros e de pescadores da sede do município. A ausência de um conselho da unidade de conservação apresenta como problema ao desenvolvimento de ações de amparo a resex. Durante a conversa o funcionário mencionou os projetos existente para ajudar no desenvolvimento do lugar, muito desses projetos consiste em investimento do Governo Estadual, mas ao revelar as dificuldades de traslado para ir à unidade de conservação e na atuação de fiscalizar as denúncias dos moradores compreendo que isto informado pelo funcionário não passa de promessas a essas pessoas.

À conversa com a funcionária Rosibel que dirige a Floresta Estadual de Canutama informou a existência de 12 comunidades pequenas e têm como fonte de renda a extração de madeira, a venda do produto encontra-se licenciada por um convenio com o ICMBIO, uma segunda fonte de renda é a pesca. Rosibel informou a existência de propriedades particulares no interior da unidade de conservação pois o significado e entendimento sobre o que é uma Floresta estadual não foi assimilado por grande parte dos moradores, essa situação deve-se a falta de uma política fundiária para regularização de terras.

Perguntei sobre a organização social existente e a funcionária respondeu que no momento estão organizando a criação de associação de produtores de borracha, com uma produção satisfatória. A presença de regatões no lugar é constante, a possibilidade de regulamentar este serviço se faz necessário de acordo com as solicitações dos moradores. Existe na unidade de conservação a produção de castanha e de acordo com a Sra. Rosibel toda a produção é vendida para Lábrea através das cooperativas que se deslocam para o município e através de acordos com os trabalhadores deste segmento.

Na passagem pelo município de Canutama ainda que o foco fosse conhecer comparativamente municípios do médio Purus, tornou-se patente a força do poder dos patrões que predominou por longo período, poder esse pautado no uso da força física contra os indígenas, alternativa usada sistematicamente como instrumento de subordinação. Mas o papel desempenhado pelos políticos que sucederam o tempo dos patrões, ao qual nos dias atuais possuem um peso remete o pensamento de Weber, sobre esse poder político o autor comenta:

Todas as estruturas políticas usam a força, mas diferem no modo e na extensão com que a empregam ou ameaçam empregar contra outras organizações políticas. Essas diferenças têm um papel específico na determinação da forma e destino das comunidades políticas. Nem todas as estruturas políticas são igualmente “expansivas”. Não lutam todas por uma expansão exterior de seu poder, ou mantêm sua força para a aquisição de poder político sobre outros territórios e comunidades, pela sua incorporação ou tornando-os dependentes. Por isso como estruturas do

poder, as organizações políticas variam na medida em que se voltam para o exterior (WEBER, 2002, p.111).

Na cidade de Canutama observamos a “timidez” de alguns indígenas em assumirem sua identidade, apesar de assegurados seus direitos territoriais (MENEZES, T & BRUNO, A, 2014). O espaço urbano é simbolicamente marcado pelos padrões através dos nomes de ruas, praças e bairros de antigos coronéis da borracha, inclusive daqueles que promoveram massacres contra grupos indígenas e os expulsaram de suas terras.

O sentimento de vergonha que atinge indígenas e ribeirinhos, em menor grau, está intimamente ligado às vicissitudes da produção social da dominação na região. Conforme assinala Bourdieu (1977) em “Razões Práticas: sobre a teoria da ação” que descreve a lógica deste processo ao tratar da submissão e sentimento de inferioridade camponesa frente à cidade. Bourdieu afirma que estando dominadas pela imagem que o mundo social delas construiu (...), as classes dominadas não falam, mas são objeto do discurso dos dominantes, este sim detém o privilégio da objetivação e da produção de sua própria imagem e através de uma teatralização e estetização de sua própria pessoa acaba por impor sobre os demais uma representação ideal.

5.2 Lábrea: A cidade do sol

A escolha por esse subtítulo está no papel que essa cidade comportou nessa pesquisa, não estou menosprezando as outras cidades, apenas destaco o esforço concentrado em ações nessa cidade e suas múltiplas possibilidades de realização de pesquisas. Um segundo ponto é a famosa “Festa do Sol” a festa central da cidade que atrai um público de todas as cidades do Médio Purus e do Madeira. O município de Lábrea foi escolhido como focal para o

desenvolvimento desta pesquisa e concentrou meu maior investimento de pesquisa³⁸ e foco de análise desta tese. O município é caracterizado por abrigar o trecho final da Transamazônica, ou seja, espaço destinado a comportar um projeto de ocupação populacional da Amazônia, tida no passado como um “grande vazio demográfico” e hoje como um dos mais dinâmicos cenários do crescimento da expansão da fronteira agrícola e pólo agropecuário do estado do Amazonas.

Tratamos dos aspectos históricos de Lábrea nos capítulos iniciais e a partir deste ponto tratarei da análise da presença do Estado no município, sua posição como ponto central do complexo Purus concentrando órgãos estatais de todas as esferas de poder, representações de poder conflituosas e a força galopante do agronegócio que avança sistematicamente na direção do Sul do Amazonas. A passagem nos três municípios ocasionou uma visão comparativa e abriu-se múltiplas possibilidades de temas a explorar neste grande complexo histórico-social chamado médio Purus, no entanto, optou-se por explorar mais detidamente o município de Lábrea por sua centralidade histórica e administrativa no contexto regional.

A cidade possui peculiaridades que a tornam um espaço de conflitos de diversas naturezas em virtude do acesso por rodovia (Transamazônica), ainda que com estrada transitável apenas no verão. As saídas aéreas e fluviais tornam-se fundamentais no deslocamento durante o inverno³⁹, a proximidade de Porto Velho, capital de Rondônia, torna esta cidade a principal referência para o acesso a serviços de saúde, a órgãos do Estado. Tornando-a principal via de saída do Sul do Amazonas para o resto do país. Como cidade

³⁸ “O trecho de o rio Purus onde está situada Lábrea, foi primitivamente denominado Maciari. Com esta nesta denominação, foi conhecido pelos exploradores, que para bem determinarem o local elevado, neste trecho do rio denominaram de Terra Firme do Maciari. Maciari é palavra de origem indígena. Provém de Maci, que significa doença, doente; e de Ari que significa cair. Daí pela linguagem dos naturais o significado: Doente Eu Caio; pode se chamar também de Terra Firme Doentia, ou também Terra Firme onde Mora a Doença”. (FERRARINI, PP.36)

³⁹ Na realização desta pesquisa realizamos viagens via fluvial onde o período de viagem dura cerca de cinco a sete dias, passando por Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea. Viagem que possibilita ao viajante o contato com pessoas de diferentes lugares e com opiniões que enriquecem o conhecimento sobre o lugar pesquisado. Ressalteamos que a passagem aérea para Lábrea possui altos valores, principalmente se comprada próximo da viagem, os valores chegam a aproximar com passagens para a Europa. Esta situação faz com que a maioria das pessoas com menores condições financeiras viajem de barco e aqueles com melhores optarem pela via aérea.

central da região, Lábrea concentra instituições públicas e privadas que atuam na região e se caracteriza por uma área com diversos conflitos em várias esferas da vida social.

O início dos anos 1990 representa na Amazônia um período de rápidas transformações em termos de ações governamentais dirigidas à redução do desmatamento ocasionado pela o avanço da fronteira agrícola no Sul do Amazonas e ações desenvolvimentistas (Recuperação da BR-319 Porto Velho-Manaus), consolidando-a como área focal da expansão do agronegócio no Amazonas. Assim o médio Purus torna-se prioridade para a criação de unidades de conservação com criação de Resex, RDS e demarcação de Terras Indígenas, tencionando os conflitos por terra nesta área da Amazônia. Em relação ao cenário que se constituiu nos últimos anos, Menezes comenta:

Desde a década de noventa vem se delineando na região a marcante presença de dois vetores de redefinição do perfil político-territorial da região, manifestos, por um lado, na forte presença do socioambientalismo, expresso na difusão de ONGs e na explosão de territorialidades legitimadas pela presença e mobilização de povos e práticas tradicionais. Por outro lado, percebe-se o avanço da fronteira do desmatamento, expresso na dinamização de empreendimentos agropecuários e hidrelétricos e que se inscrevem nas novas estratégias empresariais articuladas para tornar a região do Purus uma faixa de produção de *commodities* como pecuária, grãos, madeira e energia (MENEZES, 2011, p. 131).

Estas transformações produzem um novo mosaico territorial e estende a esfera de controle administrativo por órgãos do Estado nesta região que a terra foi histórica e rigidamente controlada pelo poder privado. Está dinâmica teve como efeito central no médio Purus a alteração de antigas formas de gestão baseadas na patronagem e aviamento por novas formas de gestão e vigilância territorial participativas, bastante diversas das anteriores. Um processo que tem sido expresso socialmente a partir da reavaliação do passado e um questionamento sobre formas históricas e presentes de dominação territorial.

Entre as primeiras instituições que demonstram ainda um tipo de poder está a igreja, instituição que conta com prestígio desde sua fundação. Sua ligação com o fundador da cidade foi descrita nos primeiros capítulos e atualmente a Prelazia possui ações pontuais. Em

consulta aos livros de registro que representam uma fonte importante e que, infelizmente não recebe os devidos cuidados e valor enquanto fonte histórica. Para se ter uma ideia há livros que datam de 1870. Realizei a leitura de alguns, onde se registram fatos como: presença de vapores chamado Tupi, de uma doença chamada “Beriberi”, comemoração do dia do soldado da borracha em Lábrea, a notícia da demolição da igreja matriz. Sobre a relação com os patrões os livros comentam sobre Daniel Albuquerque denominado “grande comerciante de Lábrea” e ocupava o cargo de locutor da “Voz de Lábrea”, segundo as informações destacavam ainda seu papel no desenvolvimento da cidade de Tapauá. Havia até a notícia do recebimento de um Seringal chamado Terruhã (Terra firme de Terruhã) para a posse da igreja. Essa instituição chegou a expulsar da cidade mulheres consideradas prostitutas por não possuírem a postura recomendada pela igreja.

Nesses registros da igreja a proximidade entre os patrões da borracha e a igreja é perceptível, inclusive destacada nos registros fotográficos. As relações de poder numa sociedade podem ser medida e interpretadas por fatores diferentes tais como essas relações entre setores sociais e instituições. A igreja em qualquer lugar costuma imprimir um tipo de poder e influência. No Médio Purus, em todas as cidades que visitei temos uma ordem religiosa que prestou colaboração para a cidade consolidar-se como ponto de encontro de grupos. Em Lábrea, por anos a ordem dos Maristas teve influência, principalmente, na educação. As escolas da cidade até recentemente eram administradas por essa ordem.

Nos últimos anos a chegada dos Agostinianos Recoletos promoveu um investimento sobre a prestação de serviços na área social. Hoje possuem um centro social que atende crianças e jovens no ensino de técnicas de artesanato e alguns ofícios como marcenaria e fabricação de vassouras. Outro investimento na área social é com a disponibilização de casas para pessoas que vem para a cidade, um loteamento chamado de Terra Solidária, a locação de casas sem custo para indígenas e ribeirinhos que tentam a vida na sede do município. A

participação da igreja se estende aos escritórios do CIMI e da CPT instituições que amparam politicamente os indígenas e ribeirinhos em suas lutas sociais e na busca por direitos negados pelos grupos dominantes.

Durante o trabalho de campo em Lábrea mantive contato com duas pessoas: Hoadson, missionário que mora há alguns anos no município e acompanha as etnias indígenas. Na relação com ele obtive a oportunidade de conhecer indígenas que moram em Terras Indígenas fora da sede do município que possibilitaram um mergulho sobre a situação atual destes indígenas e memórias reveladoras sobre a situação de muitos destes e de seus antepassados na época do patrão. Seu conhecimento sobre a temática indígena permitiu observações sobre os acontecimentos do passado e recentes sobre a ação do patronato e as influências atuais destas práticas de dominação na vida desses grupos.

Na CPT, o principal diálogo ocorreu com Quéops, agente da pastoral que atua na organização de grupos de ribeirinhos e extrativistas no enfrentamento contra o agronegócio. A colaboração dessa instituição na demarcação das reservas extrativistas e na organização das associações desses lugares aponta sua grande influência e vasto campo de atuação. Na época da criação das duas reservas extrativistas Resex Médio Purus e Resex Ituxi, quatro pessoas destacaram-se na unidade regional da organização: Adelson Arruda, atualmente presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lábrea; Garcez Lopes; Domingos, do Grupo de Trabalho Amazônico; e Quéops Silva de Melo, hoje ainda na CPT de Lábrea. O desenvolvimento de ações a favor da luta dos movimentos que estavam organizando em torno de luta pela terra apresentou essas pessoas a tornarem protagonista como agente de mobilização e luta pelos direitos no Sul Amazonas. Desse processo resultou em 2008 a conquista da demarcação que iniciou um novo processo de reconfiguração social.

A respeito das instituições públicas federais e a existência de uma unidade do IBAMA no município prestando ações em torno de fiscalização, o advento da criação das

reservas promoveu a chegada do Instituto de Conservação Biológica Chico Mendes – ICMBIO. Nestas mudanças temos a saída do órgão de fiscalização o IBAMA e suas responsabilidades passam para o novo órgão na cidade, o efeito dessas mudanças está no aumento das ameaças de morte que se tornaram mais frequentes contra as lideranças em decorrência das denúncias sobre o crescimento da extração de madeira, crescimento das ações de latifúndio e agronegócio que avançou em várias frentes, como na expulsão de populações tradicionais de suas terras.

Várias entidades em Lábrea voltaram-se para promoção da capacitação para a vigilância, gestão territorial, ou seja, para a autogestão territorial de comunidades tradicionais. Porém, em regiões onde vigora a lei do mais forte com a cooptação ou tortura e morte de lideranças, a capacitação não é capaz de mudar o cenário de total controle do uso da força física do patronato madeireiro e do agronegócio apoiado por aparelhos de estado como ocorre no Sul de Lábrea.

A presença no Estado, restrita por longo tempo apenas as prefeituras agora sofrem uma transformação com a chegada de instituições públicas nível federal no município além daquelas já citadas temos a presença do IFAM promovendo o ensino técnico para os jovens do município, UEA e UFAM com curso de nível superior. Na esfera estadual temos um escritório do IDAM promovendo ações em torno da agricultura. Embora as estruturas dessas instituições não operem com todo seu potencial e capacidade para atender toda demanda da região, altera a estrutura de poder e a vida social da cidade. As instituições públicas possuem um papel estratégico no desenvolvimento de políticas públicas a favor da população, mas no Sul do Amazonas não podemos afirmar com total clareza o direcionamento que essas possuem e seu efeito social.

Quando nos dedicamos nessa pesquisa a compreender a complexidade das relações de poder, passamos a observar o papel das organizações que trabalham com indígenas no

intuito de perceber os movimentos em torno desta parcela da população e suas formas de ação, tentando perceber como essas encaram operam diante das forças consolidadas de dominação.

Entre as primeiras intuições observações realizadas em Lábrea destaco o diálogo com a o tema indígena, na primeira fase de trabalho de campo o prédio da Funai funcionava no término da Transamazônica em frente à Praça central, no local me apresentei como estudante de doutorado em Antropologia Social e conversei com o coordenador local o Sr. Armando que se identificou como funcionário e sertanista, este encontrava-se dirigindo a Regional da Funai desde 2010⁴⁰. Neste período ocorreu a chegada de outros funcionários e atualmente a Funai/Lábrea encontra-se estruturada em 04 coordenações técnicas locais (CTL), localizadas em Tapauá, Canutama, Lábrea e Pauini. O Sr. Armando colocou-se a disposição para colaborar com a pesquisa, apresentou-me o funcionário mais antigo um Sr. chamado Isaac que trabalha na Funai de Lábrea há cerca de 20 anos, em sua sala estava um indígena o Sr. Marcelino Apurinã cacique da comunidade Novo Paraíso.

Na conversa com essas pessoas esses apontaram outras instituições que trabalham com a causa indígena na cidade: CIMI coordenado Hoadson, OPAM coordenado localmente por Gustavo, IEB e FOCIMP coordenada na época pelo indígena Apurinã Zé Bajaga. Uma observação que os funcionários da FUNAI mencionaram foi a presença indígena no Bairro da Fonte e a total falta de infraestrutura e descaso do poder municipal.

O primeiro contato com uma liderança indígena ocorreu na praça central da cidade, e a primeira impressão não foi a melhor. Era o indígena Zé Bajaga, nessa conversa-interrogatório perguntou com desconfiança o que pretendia no município e fiz uma apresentação de pontos do trabalho. Na época questionou o porquê de a orientadora não ter comentado a respeito da minha pesquisa, esta liderança questionou minha postura por chegar

⁴⁰ A oficialização com autonomia ocorreu em 2009, anteriormente a instituição era apenas um núcleo de apoio a sede regional ficava em Porto Velho, a chegada da instituição no primeiro momento como posto indígena.

ao município e não ter procurado a FOCIMP para tratar de uma autorização. Segundo ele “quando chegamos numa cidade e não procuramos os “representantes” dos indígenas na cidade, acabamos escrevendo coisas que não é a história indígena”.

Neste momento o interrompi e disse que era meu primeiro dia na cidade e claro que iria conversar com a instituição e com ele. De repente virou de costas e foi embora. A experiência levou a crer que enquanto liderança tinha o de permitir ou não o contato com os indígenas da região, um modelo de dominação que soava similar aquele dos patrões querendo deter o controle das relações sobre seus supostos subordinados. Ou seria uma tentativa de afirmação do poder de enunciação indígena junto a um profissional (antropólogo) tradicionalmente identificado como aquele que interpreta e fala pelo subalterno indígena?

O imponderável que presidiu o encontro com essa liderança exigia esclarecimentos a respeito do processo de construção do movimento indígena em Lábrea. Consegui entrevistar algumas pessoas consideradas por diversos agentes sociais da cidade como fundamentais para a história deste movimento, entre elas o Sr. João Baiano, indígena da etnia Apurinã. Em nossa conversa no prédio da FUNAI, este me contou sobre sua trajetória de vida, filho de mãe indígena e pai nordestino, transitou por vários locais, morou no Acre e no rio Sepatini (Lábrea), onde trabalhou como seringueiro e de resolveu se mudar para a sede municipal de Lábrea.

Na cidade se casou com uma mulher não indígena e afirmo que quando buscava trabalho recebeu a negativa das pessoas devido ao preconceito por ser indígena. Disse que nessa época não falava bem o português e inclusive se referiu aos indígenas que não falam bem português como “caboclo”. Ao longo do trabalho de campo este termo pejorativo foi usado por várias pessoas para referir-se a indígenas que não se comunicam bem em português. João Baiano conseguiu o primeiro emprego como carregador de areia e a partir disso passou a plantar roça para ajudar no sustento da família. João Baiano informou que era comum os

“brancos” incentivarem os indígenas a beberem cachaça como forma de viciá-los para oferecer pagamentos menores ao seu trabalho quando estes chegavam à cidade.

No tempo que morou no seringal João Baiano relatou ter estudado apenas aos domingos, algo prestado como favor do patrão e com isso aprendeu a ler. Já em Lábrea retomou aos estudos em horário noturno e conseguiu certo aprendizado que o permitiu conseguir emprego como agente de saúde na cidade. Com esse conhecimento trabalhou também como professor rural por dezenove anos. Nesse tempo conseguiu reunir toda a família na cidade e teve doze filhos. Sua entrada no movimento indígena foi através da criação da OPIMP (Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus) juntamente com o Sr. Marcelino Apurinã. Através desta inserção no movimento indígena ocupou o cargo de conselheiro de educação indígena municipal e conseguiu a vinda do curso de formação de professores indígenas para o município pela Secretaria Estadual de Educação.

Durante o tempo na OPIMP fez projetos relacionados à vigilância territorial através do PPTAL. Integrou o Conselho Distrital e com a colaboração de Zé Bajaga assumiu o cargo de coordenador da CTL de Lábrea. Ao conversar sobre seu cargo na FUNAI, mencionou os dilemas advindos do fato dos indígenas enxergarem como uma liderança e por outro lado a FUNAI cobra uma posição institucional e política afinada com o órgão.

Nesta conversa o indígena comentou que ainda existe conflitos por terra no município, principalmente com fazendeiros. Destacou o conflito com a Terra Indígena Catitu demarcada em 1986 e próxima a sede municipal. Sobre essa comunidade relatou sobre a existência da ACAIC (Associação da Comunidade dos Agricultores Indígenas da Catitu), cujos associados trabalham com horta comunitária, perfuraram poço artesiano onde há distribuição de água para todos os moradores da comunidade. No local construíram uma granja que comporta 140 galinhas gerando uma produção substancial de ovos, trabalham na

produção de farinha e possuem projeto de viveiro de peixes. Toda a produção é voltada para abastecer o mercado local.

Perguntei a João Baiano sobre a concentração e permanência constante de indígenas na praça central. Para João esse seria um cenário, pois o crescimento da presença indígena na cidade estaria gerando problemas para essa população como o aumento do alcoolismo. Para João Baiano a causa do vício era “perder a vergonha”, mas isso os envolvia em situações problemáticas como brigas e, muitas vezes a prisão.

Neste momento da conversa ele confidenciou a sua própria experiência de alcoolismo já devidamente superada. Para João a “entrada no vício” estava associada ao fator identitário, a vergonha pelo tratamento preconceituoso que recebem na cidade. Por vezes, a negação ou esquecimento da identidade indígena é mediada pela experiência do alcoolismo.

Segundo João Baiano o início do movimento indígena em Lábrea está vinculado à chegada do CIMI, em 1995 com Marcelino Apurinã. Contou que houve um episódio em que solicitaram o telefone da instituição para uso e não gostaram da forma desrespeitosa com que foram tratados e, dessa maneira, iniciou-se a perspectiva de uma representação indígena autônoma e que atendesse aos interesses dos indígenas, dessa configuração nasceria a OPIMP. O declínio dessa instituição ocorre a partir de 1999, algo recorrente com várias instituições do Amazonas nesta época. Problemas advindo da administração de recursos oriundos da saúde indígena, acusações de má gestão financeira, problemas com a burocracia da prestação de contas levaram a crise e encerramento da atuação da instituição.

Para João Baiano a OPIMP deixou de atender as demandas da base e desvirtuado de seus princípios. Para ele o governo foi um dos responsáveis pelos problemas na organização, pois as instituições indígenas não estavam plenamente capacitadas para lidar com tamanha responsabilidade, volume de recursos e a falta de informação básica sobre gestão em uma área

tão complexa. Houve gastos exagerados por parte dos indígenas e no momento de prestação de contas os dirigentes não estavam preparados.

A crise na OPIMP desestabilizou o movimento indígena no médio Purus, promovendo uma lacuna de atuação temporariamente preenchida pelo PDPI (Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas) que articulou o movimento através das mulheres indígenas que fundaram a AMIMP (Associação das Mulheres Indígenas do Médio Purus), instituição que alavancou e reestruturou o movimento indígena, promovendo o empoderamento de uma nova geração de líderes.

Nesta nova articulação temos o nascimento da FOCIMP, tida como a refundação do movimento indígena do médio Purus, voltada para a defesa dos interesses dos indígenas. Esse momento origina a disputa entre as duas instituições indígenas (AMIMP e FOCIMP) sobre o pertencimento do poder de representação do movimento indígena na região.

O tema causa muito desconforto, algo patente quando tocamos no tema com João Baiano. Para muitos a criação da FOCIMP seria um momento de usurpação do poder em marcha da liderança indígena feminina e afirmação de um novo movimento incentivado por ONGs indigenistas atuantes em Lábrea formado por lideranças que gozavam de pouca legitimidade e enraizamento regional.

A conversa com o Sr. João Baiano deu-me uma visão do processo de construção de um movimento indígena, mostrado o enorme desafio de sua continuidade nessa região, mas que representou uma inflexão no modelo de dominação até então vigente.

Compreender as questões do movimento indígena, demanda pensar as lideranças em disputa pelo poder de representação dos indígenas. Duas pessoas são fundamentais para compreender esse processo: Zé Bajaga Apurinã coordenador da FOCIMP e a Socorro Apurinã da coordenadora da AMIMP.

A conversa com Socorro Apurinã ocorreu em conjunto com o antropólogo e pesquisador do NEPTA Rancejânio Guimarães, autor de dissertação sobre as lideranças indígenas e extrativistas de Lábrea. Realizamos uma entrevista conjunta e assim cada um fez as perguntas referente aos seus interesses de pesquisa. Cabe destacar que o trabalho coletivo de pesquisa antropológica do qual esta tese faz parte ampliou as possibilidades de aprendizado, coleta de informações e profundidade das reflexões. Essa experiência foi inspirada pelos trabalhos de Bourdieu e sua equipe, reproduzida na pesquisa na região do Purus pela antropóloga Thereza Menezes inspirada na sua experiência como membro da equipe da equipe de pesquisadores do Museu Nacional/ UFRJ na Zona da Mata de Pernambuco, coordenada por sua orientadora Ligia Sigaud.

Socorro continua desenvolvendo atividades na Associação de Mulheres Indígenas do Médio Purus (AMIMP), instituição onde trabalha e organiza a produção e venda de artesanato indígena. A organização, criada em 2003, hoje tem projetos no âmbito do PDPI (Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas), além de oficinas de artesanato voltado para mulheres indígenas.

Mencionamos anteriormente o contexto de criação dessa instituição, ou seja, a crise gerada pela ausência de representação indígena no Médio Purus que propiciou que alguém com um conhecimento e participação no movimento indígena se destacasse conforme aconteceu com Socorro Apurinã, que durante um tempo permaneceu encarnando na sua pessoa a OPIMP. Ainda que oficialmente como secretária, a chegada de uma “mulher” ocupando o espaço deixado pelas tradicionais lideranças masculinas da OPIMP não agradou a alguns indígenas. A respeito desse processo numa entrevista em conjunto com o pesquisador Rancejânio Guimarães com a presidente da OMIP, Socorro explica esse momento:

A OPIMP é assim: quando a AMIMP foi criada em 2005; quando foi em 2006, ela teve uma oficina onde mulheres e lideranças disseram qual é o papel da OPIMP, eles

levaram proposta de que seria um braço da OPIMP, a AMIMP era um braço, era membro, um braço, a AMIMP trabalhava, mas ela ia trabalhar também junto com a OPIMP, tanto que quando ela chegou em 2006, 2007 que as lideranças decidiram extinguir ela, que ela não é extinta porque o CNPJ dela tá funcionando, muitos pensam, mas ela ainda existe, o que acontece; acabou a OPIMP, pronto acabou a OPIMP, e agora? A AMIMP vai assumir, a AMIMP vai ficar na frente brigando por nós, por terra, por saúde junto com a gente, e assim a gente ficou na luta, no tempo das assembleias que a gente ia realizar a assembleia pra gente, nós tínhamos que ter recursos pra realizar a nossa, e a do movimento indígena. E a OPIMP passou a ser chamada de movimento indígena porque nós não tínhamos um nome, e na outra assembleia da gente eles queriam que a gente desse apoio pra ele dar continuidade de marcar um data, e a gente assim fez, até que foi criada a federação, mas depois da federação criada, em uma assembleia nossa. A OPIMP ela teve que depender da gente, quer dizer a federação, porque eles ficaram marcando datas e datas, e não tinha o recurso, segundo o coordenador, e como a gente tinha, algumas lideranças, chegaram pra gente e pediram pra nós apoiar-los. Nós apoiamos, e eles agendaram última data, seria aquela, não tinha mais como adiar nem antecipar, e foi assim que foi realizado a última assembleia da FOCIMP também, foi através da gente. A gente não só seguiu na época que a gente tinha federação antes, e eu posso dizer pra você com toda convicção, que a gente seguiu, tá seguro até hoje a FOCIMP também, agora eu posso dizer pra você, a FOCIMP segura a AMIMP? Não, nós nunca dependemos da FOCIMP pra realizar uma assembleia, nós dependemos dos parceiros que nos fornece o dinheiro pra realizar a assembleia das mulheres, prestar conta direitinho, e quando a gente precisa à gente tem (Entrevista Socorro, 2012).

Percebemos os conflitos internos por poder derivados de interesses específicos de determinados grupos e divergências entre líderes do movimento indígena do médio Purus que podemos ver esteve completamente referenciado em Lábrea. A criação de instituições que tratam dos interesses e da causa indígenas modificou o cenário social. O crescimento destas instituições funda novos lugares de fala e representação, desafiam a tradicional distribuição do poder na região. Algo que só foi possível pela presença e apoio de mediadores e instituições de perfil socioambiental que passaram a compor o cenário político do médio Purus. Com a demarcação de Terras Indígenas e Reservas extrativistas temos a chegada do CIMI, IEB, GTA, OPAM que produzem novos protagonismos, tema que tratarei adiante. Retornando a questão liderança Apurinã Zé Bajaga, coordenador da FOCIMP, fez questão de uma atuação performática em todos os momentos em que nos encontramos, recordo que ainda que o primeiro encontro tenha sido tenso, ao longo da convivência passamos a ter um relacionamento cada vez menos formal e um diálogo menos pautado na desconfiança.

Zé Bajaga informou que morou em Manaus durante alguns anos e chegou a trabalhar do Distrito Industrial como operário, ao ter a oportunidade de retornar a Lábrea não hesitou. Informou que pode conviver próximo a elite e isto desenvolveu a virtude de não naturalizar a submissão ou temer afirmar suas opiniões e praticar seus atos. A vinculação entre afirmação de autoridade e de tutela parecem prevalecer no seu estilo de liderança. Em muitos momentos este estilo produziu questionamentos, abriu questionamentos sobre a representatividade e autoridade de Zé Bajaga como liderança de todo médio Purus. Algo que aconteceu, por exemplo, diante das lideranças bem consolidadas de Pauini nos primeiros tempos de criação da FOCIMP.

Zé Bajaga informou que chegou ao cargo de coordenador em 2009, quando passou a compor uma comissão para reestruturar o movimento indígena, esse primeiro momento não rendeu o esperado e no ano seguinte foi eleito coordenador. A respeito das instituições que chegaram à região e passaram a ter um papel de destaque de apoio ao movimento indígena devemos mencionar a OPAN, instituição cuja ação na reorganização do movimento indígena contou com aporte financeiro do Projeto Aldeias, em 2009, uma associação entre OPAN e pela organização não governamental Visão Mundial com recursos da UDAID (United States Agency for International Development)⁴¹.

Entre as ações previstas estavam a reestruturação do movimento indígena, através de assembleias e elaboração do Plano de Vida dos indígenas do Médio Purus. A execução do projeto permitiu a entrada de novos agentes sociais na configuração social da região, destacando que temos uma sazonalidade de atividades condicionada pela duração de projetos com a injeção de recursos financeiros que tornou possível a produção de lideranças e novos atores no movimento indígena.

⁴¹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID

A reestruturação do movimento indígena através da criação da FOCIMP ancorou-se nas garantias do projeto Aldeias, que ofereceu aparato técnico e financeiro para a afirmação e consolidação dessa nova instituição através das oficinas de mapeamento social, e elaboração de Plano de Uso de Terras Indígenas que permitiu a reunião de lideranças da maior parte das aldeias do médio Purus e o surgimento de líderes indígenas como Zé Bajaga que não ocupavam posição de destaque no movimento da região. Esse movimento de subida e descida de poder de lideranças do movimento indígena permite refletir a importância do aporte financeiro das entidades internacionais como elemento que produziu condições de romper com a tradicional estrutura de poder local ao dar suporte a organização indígena em um momento de crise extrema.

Capítulo VI:

NOVAS DIMENSÕES DO PODER

Conforme descrevemos anteriormente, a região do Médio Purus caracterizou-se ao longo de sua história pela exploração seringalista que engendrou relações sociais de patronagem. O colapso do mercado mundial já sinalizado na década de 1920 foi tornando progressivamente obsoleta a estrutura extrativo-exportadora dos barracões. Devido a esta relação histórica entre patronagem e extrativismo, este último acabou se constituindo historicamente como um correlato do sistema dos seringais e dos barracões e de todo seu universo de dominação produtor de atraso técnico, dependência, degradação ambiental, escravidão por dívidas e ideologia de terror, traços que foram consagrados pela literatura que se dedicou ao tema (BOEKE, 1953; FURTADO, 1959; BUNKER, 1985; TAUSSIG, 1993; MARTINS, 1994).

Desta forma havia uma expectativa de desaparecimento dos seringueiros e sua conversão em trabalhadores assalariados como destino e futuro promissor (DUARTE, 1987). Os

momentos de crise dos seringais provocaram um processo de resgate de sua experiência camponesa nordestina que combinada aos conhecimentos indígenas originou um novo sistema de colocações diferenciado (ALMEIDA, 1993, 2012). Parte da literatura (BAKX, 1988) que toma processos acreanos como foco, afirma que este processo de “encamponamento” seringueiro seria uma resultante do abandono dos seringais pelos patrões provocados pela chegada da pecuária na década de setenta e oitenta.

Neste contexto, o espaço da colocação (ou mesmo a várzea que ocupa esta função em caso de saída de áreas interiores na região do médio Purus) não se resume a um conjunto de estradas de seringa, mas um “microcosmo social e natural, concebido como idealmente autônomo em produtos agrícolas – farinha, tabaco, milho, café, açúcar –, em carne de caça, em materiais de construção (...) e em oportunidade de trabalho para uma família ampliada em crescimento” (ALMEIDA, 1993, 2012).

O investimento desta pesquisa na região apontou para uma permanência histórica do modelo de patronagem, explicitado no domínio do campo político municipal, visto que muitos patrões e ex- patrões são detentores de prestígio, poder econômico e social sobre um vasto contingente social da região através da detenção de cargos na máquina burocrática do poder municipal. Ao percorrer terras indígenas e reservas extrativistas e mesmo nas sedes dos municípios percebe-se nas conversas com os indivíduos a forte presença e influência de grupos sociais que começaram a construir seu prestígio em uma atividade vista hoje como decadente, extinta ou reconvertida economicamente.

A quebra do modelo de patronagem do Purus não tem como característica o desaparecimento de personagens tradicionais deste cenário, mas sim renovação de papéis. Quando usamos a categoria patrão somos arremetidos a lembrança do Coronel de Barranco, mas a categoria patrão se transformou ao longo do processo histórico. Entre as famílias dos patrões eram comuns a prole numerosa e os projetos diversos de investimento nos filhos,

tendo de abrir um leque de possibilidades para a reprodução do poder patronal no futuro. Os patrões buscavam proporcionar aos filhos as melhores condições de estudo e com este objetivo os enviava para grandes centros urbanos cheios de possibilidades para o auto investimento intelectual e profissional e formação ou ampliação do seu capital social.

Aqueles filhos que se aprofundavam nos estudos e conseguiam o nível superior, geralmente não retornavam ao trabalho do seringal, ao passo que os menos capazes aos estudos se aprimoravam no ofício de seringueiro para conhecer o tipo de trabalho e assim administrar futuramente este lugar.

Com a crise da borracha os descendentes de patrões passaram a buscar alternativas de permanência no poder. Como relatamos na pesquisa a madeira, castanha e a política foram caminhos trilados por essas pessoas. A transformação social atingiu diferencialmente grupos como os chamados regatões que passaram pelo o processo de migração para a cidade de Lábrea e se tornaram uma elite de comerciantes que não abandonaram de todo o sistema de dívida-crédito previamente aplicado nos rios.

Como foi demonstrado, mudanças econômicas significativas incorreram em adaptações a novas oportunidades, o poder econômico presente na época da borracha foi em parte reconvertido para a extração de madeira. No entanto, é possível ver hoje grandes patrões da madeira trabalhando como vigia do porto da cidade como o senhor Cheik, o destino do madeireiro conhecido como Erivam, acabou preso por tráfico de drogas e segundos algumas pessoas acabou assassinato em Manaus. O senhor Doel, outro madeireiro bastante citado nas entrevistas de acordo com depoimentos, com o declínio da indústria madeireira este acabou perdendo todos os ganhos adquirido nesta época perdeu-se após a separação de um casamento, este relatos nos ajudam a refletir sobre os limites da reconversão.

O exercício antropológico de conviver com a realidade a ser estudada permite ampliar o campo de observação dos fenômenos estudados e de reflexão teórica. A professora Thereza comentou: “geralmente é no próprio campo que encontramos nosso verdadeiro objetos de pesquisa”. A partir desta intuição busquei nas idas ao campo aprofundar as múltiplas possibilidades de investigação encontradas e as confrontei com a reflexão teóricas. Ao longo da pesquisa procurou-se aprofundar comparativamente as observações. No caso do Estado percebeu-se que este tem se tornado muito presente na última década nesta região em que era bastante ausente na vida de extrativistas e indígenas. Hoje as agências do Estado representam um papel significativo nas políticas territoriais e políticas públicas tendo ingerência sobre a maior parte do território do médio Purus, refletindo mudanças no marco legal previstas na Constituição Federal de 1988, além de opções político-ideológicas relacionadas ao desenvolvimento com bases socioambientais para certa parte do Sul do Amazonas.

Na construção de uma visão atual dos processos históricos ocorridos nessa região do Purus, tomamos a liberdade de apresentar um mapa com as transformações ocorridas na região. A ideia deste objeto é oferecer uma visão da complexidade de poder e os possíveis caminhos a serem trilhados nessa região como resultado do poder em várias frentes. A chegada do agronegócio, a constituição das Unidades de Conservação e demarcação de Terras indígenas, as ligações de estradas que no passado oferecia a promessa de aquecer o comércio local, deixou de ser um sonho para a cada dia torna-se uma realidade concreta. O mapa a seguir apenas ajuda a compreender as rotas do poder em Lábrea nos dias atuais e as configurações que se transformaram mediante o cenário estabelecido, para o leitor pouco habituado com a região encontramos este instrumento como visualizar as transformações ocorridas na região e as ações do poder.

6.1 A Fronteira Agrícola no Sul do Amazonas: Os padrões da Modernidade

Se de um lado vimos a expansão do mosaico territorial socioambiental em parte significativa da região do médio Purus, por outro lado foi notável o crescimento da fronteira agrícola no extremo Sul do Amazonas que possibilitou a forte chegada do agronegócio. Nesse sentido surgem também novos atores sociais com o crescimento econômico congratulando a reconfiguração do poder e o aparecimento de uma nova elite fundiária nessa região. Nas trajetórias descritas anteriormente temos a continuidade do poder com os herdeiros do patronato e posteriormente a ascensão da indústria da madeira. Nesse contexto, o Sul do Amazonas destacou-se negativamente com a entrada de parte de seus municípios para o chamado “arco do desmatamento” atraindo a mídia nacional e internacional.

Esse novo perfil reforçou a necessidade premente do asfaltamento da BR- 319, medida anunciada como fundamental pelo setor agroempresarial para promover o desenvolvimento amazônico. Um novo panorama se constituiu, novos protagonistas ligados ao agronegócio se apresentaram e passaram a constituir novas formas de dominação através de práticas de violência e expropriação. Temos a realização de programas federais (Programa Terra Legal) que impulsionam o processo de expropriação da terra no sul do Amazonas e permitiram a legalização de terras ilegais corroborando o avanço da fronteira agrícola. Em artigo denominado “A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia”, a antropóloga Thereza Menezes aponta como este processo vem ocorrendo nos municípios que recebem a chegada do agronegócio. O Programa Terra Legal surge como um agente de reconfiguração do uso da terra:

Examinamos agora alguns dos feitos sociais da recente dinâmica de regularização fundiária na Amazônia, tomando como dois municípios do sul do Amazonas (Lábrea e Apuí). Nestes municípios aconteceram os mutirões do Programa Terra legal, e a expectativa de regularização fundiária tem provocado mudanças significativas na configuração territorial desta região,

notadamente, no aumento do preço da terra, a corrida na tentativa de delimitar lotes de modo a corresponder ao tamanho do módulo fiscal, na expulsão ou coação violenta de pequenos produtores para vender ou deixar a terra, no avanço do desmatamento, visto que a regularização é publicamente percebida como um momento que precede o possível aumento da fiscalização ambiental, e, finalmente, na fragmentação de propriedades extensas entre parentes, de forma a se enquadrar na legislação que assegura a regularização. (MENEZES, 2015, P.118)

Ao observar essa situação do avanço do agronegócio nessa região temos a luta de algumas poucas instituições na busca de orientar a população desses locais a descobrir estratégias de resistir a este modelo que se consolida na região. Enquanto realizava a pesquisa de campo em 2014, conheci uma alemã que estava morando em Lábrea a serviço da GIZ⁴², neste período estava chegando uma comitiva da embaixada alemã e funcionários dessa organização, o objetivo dessa viagem era conhecer a região para buscar financiamentos para a entidades que trabalham com indígenas e extrativistas a fim de fortalecer a luta contra o agronegócio que se expande a passos largos. Para o grupo conhecer os principais conflitos e lutas em Lábrea, Vera, a representante da GIZ, promoveu um encontro envolvendo as instituições com atuação de extrativistas e indígenas em Lábrea. O local escolhido para a reunião foi a casa paroquial da diocese. Ao chegar na região estavam CPT, FOCIMP, OPAN, IDAM e representantes das Associações de Extrativistas da Resex Médio Purus e da Resex Ituxi.

Ao assistir essa reunião conseguir ter a dimensão da força do agronegócio no sul do Amazonas. A primeira comunicação ficou a cargo da CPT, seu representante relatou que para os fazendeiros conseguirem terras têm usado o artifício de contratar pistoleiros como forma de expulsar as pessoas de suas terras. O relato sobre a expulsão de moradores de um castanhal provocou comoção sobre os presentes. O representante da CPT comentou que uma senhora moradora de um castanhal próximo a propriedades rurais foi ameaçada de morte, os

⁴² Agências de implementação da cooperação alemã para o desenvolvimento. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

pistoleiros foram a sua residência e comunicaram a senhora que ela tinha apenas duas opções: uma era ir embora e a outra era ficar, mas que logo eles voltariam e colocariam fogo na casa e todas dependências do terreno.

A família não teve dúvida se reuniu e foi embora na esperança que ameaça não se concretizasse, a família ainda alimentou a esperança de rever as terras, mas dias depois ao retornarem ao local perceberam a destruição. De forma escondida passaram a observar as ações dos pistoleiros, esses protegiam homens com tratores e correntes que derrubavam o castanhal, limpando o terreno para ações futuras. O representante da CPT informou que nos ramais que fazem parte do município é comum encontrar ramais ao longo da Transamazônica com instalação de porteiros eletrônicos controlando a entrada e saída de pessoas nas terras pertencentes a grandes latifundiários.

A reunião teve continuidade com relatos dos outros presentes, os representantes das Resex do Ituxi e da Resex do Médio Purus informaram as situações sobre a presença de propriedades nas unidades de conservação, a existência da pressão do agronegócio na Resex do Ituxi foi debatida. Segundo o gestor após receber denúncias de invasão numa parte da reserva, organizou um grupo de fiscalização e se dirigiu ao local. Ao chegar neste perceberam numa certa distância um grupo de pessoas armadas e na medida que foram se aproximando notaram que se tratava de grupos contratados por fazendeiros e imediatamente este tirou a camisa do ICMBIO com medo de ocorrer algum tipo de violência. Neste cenário descrito os presentes conseguiram entender um pouco do processo de instalação da fronteira agrícola e seus efeitos diretos em comunidades tradicionais.

As pessoas com maior poder econômico entendem que o processo de derrubada da floresta para a agricultura é prejudicial, mas a extração de madeira para a comercialização pode ser vista como uma alternativa econômica para o município. Em entrevista com um patrão que hoje possui ponto comercial na cidade, declarou que a prática de comercialização

de madeira nunca acabou apenas se reduziu. Quando perguntado sobre a fronteira agrícola o senhor José comentou:

Eu até falei uma vez com o chefe do IBAMA de Lábrea, que era até o nome dele era Jeferson. Jeferson, nós tiramos do nosso lugar uns tantos mil metros de madeira. Mas se tu for lá ver uma vaga na mata, tu não achas. Agora o causador de toda a derrubada de madeira é a agricultura e a pecuária, isso que faz a devastação, a madeira não faz isso. Diminui as árvores tá certo, desaparece árvores de qualidade, grossa. Mas dizer que desmantou a mata não. Na agricultura e na pecuária por aqui tem gente grande, lá pro sul de Lábrea, que fica perto da Boca do Acre, Rondônia. Lá ta acabada a mata. Nesse Ituxi aí pro alto, não tem mais mata. Acabaram tudo. Falei para o Jeferson: Eu disse é meu amigo é, o que acaba a mata é a pecuária e a agricultura, mas a madeira não. Desaparece árvores, mas dizer assim que desmantou a floresta não. Quando você derruba, uma nasce logo, num sei quantas mais. Depois você vai lá no outro ano já tá tudo fechado, tudo de madeira mais fina, qualquer outro pau sai no meio. Ali a tendência é crescer. Eu morei lá mais de vinte anos nesse seringal, chega lá e dizer assim tá aqui uma mata, um campo que derrubamos dos paus, um do lado do outro, tá tudo fechadinho do mesmo jeito (José, Entrevista, 2014).

Essa entrevista nos ajuda a compreender que mesmo as pessoas que possuem certo um poder aquisitivo enxergam como ameaça o avanço do agronegócio na região, a questão a ser observada está referente ao temor deste avanço. Seja pela diminuição de suas influências na sociedade local ou pelo avanço sobre os negócios da região.

Ao longo da pesquisa os relatos apontaram sobre o notável crescimento do poder econômico, ascensão social e, conseqüentemente, um poder e influência política na cidade. Em entrevistas com alguns ilustra-se o enriquecimento de alguns como o senhor Chico Galvão que ao relatar sua passagem pelo trabalho com a extração e venda de madeira, informou como as pessoas conseguiam aporte financeiro para comprar gado. Segundo este senhor as pessoas em Lábrea ao conseguir ganhar um bom dinheiro o primeiro investimento que realiza é a compra de gado. De acordo com suas palavras algumas pessoas na cidade já têm rebanhos com mais de 6 mil cabeças de gado.

O investimento em gado tornou-se um negócio rentável na cidade. O gado é um dos principais investimentos de muitos patrões. Em 2014 ao conhecer a Transamazônica e alguns

ramais dessa estrada constatei diversas propriedades ao longo da estrada que pertence aos comerciantes da cidade, nas entrevistas sempre os entrevistados falavam do seu sítio como lugar de descanso e sobre sua criação bovina. Ao conversar com o senhor Lourival dono de uma rede de lojas comerciais esse manifestou esse pensamento:

O gado vou te contar. Eu tinha uma verdadeira loucura para criar gado. Loucura por gado, por causa do negócio do meu pai tinha umas cabeças de gado, então eu tinha uma verdadeira loucura. Quando eu peguei indenização do banco, eu peguei comprei fazenda com duzentos e cinquenta cabeça de gado, passei três anos com essa fazenda, tentando medicação, cuidando, dando vacina e tal. Com três anos eu fui contar meu gado tinha duzentos e trinta e oito, tinha diminuído meu gado. Didi, isso aí não dá, não. Tô fora, ai vendi, acabei, tirei de linha isso aí. Aqui, na verdade o gado, na verdade, aqui tem uma pessoa que sobrevive de gado. É o Bode, porque tem muito, o Bode, não adianta você criar trezentas cabeças de gado que cabeça de gado não dá resultado nenhum. Mas para quem tem muito é um bom negócio, é um bom negócio. (Lourival, Entrevista, 2014).

O relato deste comerciante é emblemático a respeito do prestígio e pelo sentimento de enriquecimento conferido por algumas atividades. Alguns passam a investir em atividades na qual não possuem qualquer numa tentativa de acumular riqueza e prestígio. Em seu depoimento a força daqueles poucos com conhecimento e capacidade de investimento na pecuária possibilita o empoderamento de grupos muito restritos na região.

A extensão das atividades envolvendo o agronegócio encontra-se em vários espaços do município de Lábrea, ainda que parte do esforço dessa pesquisa tenha se concentrado sobre a região da Resex da Médio Purus, os dados coletados a extensão do poder e atuação do agronegócio em espaços cada vez mais extensos.

No trabalho de campo em 2013 ao indagar sobre antigos patrões, indicaram-me um antigo proprietário de seringal que hoje trabalha com mecânica de automóveis, o seu apelido era Pau Véio e, segundo ele, a principal pressão do agronegócio está na região da Resex do Ituxi, promovendo invasões e compra de terras. Segundo este a prática comum para essas pessoas é o uso da força física e ameaça de morte para a compra forçada de terras. Pau Véio informou que muitos clientes da sua oficina são desses lugares e são em sua maioria paulistas.

Este senhor informou que esses agricultores controlam toda parte Sul do município nos arredores da Resex Ituxi, segundo este senhor até o prefeito de Lábrea da época, Jean Barros, não promovia ações nesses lugares, pois precisa de permissão desta nova elite para realizar alguma ação da prefeitura.

Apesar do pai do prefeito conhecido como Francisco Barros ter sido um seringalista e proprietário na área do Ituxi, apesar da família ainda possuir propriedade nessa unidade de conservação, o acesso a essas está condicionado a força dos “novos patrões”, segundo o senhor Pau Véio, para ter acesso a esses locais da última vez necessitou usar força policial para garantir o acesso.

6.2 A “revolução dos Bichos”

A busca em compreender as movimentações em torno do poder econômico proporcionou caminhos particulares no intuito de localizar e entrevistar aqueles que são publicamente conhecidos como patrões⁴³. Entre as estratégias adotadas no trabalho de campo para a coleta de informações foi de criar uma base continua na cidade. Assim adotei a condição de ficar instalado no mesmo hotel, nesse lugar além o tratamento que recebi permitiu as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades.

Nesse local a experiência de encontro com pessoas para conversa oportunizou informações úteis para o trabalho, o Hotel Luiza Falcão é um lugar de grande rotatividade, pessoas de outros estados e pessoas de outros municípios frequentavam o lugar, assim tudo passa por lá em um ritmo frenético de assuntos e acontecimentos de visitantes e da população

⁴³ O termo patrão adotado neste trabalho consiste nas observações de campo onde a população ao se referir a comerciante, fazendeiros, políticos e antigos donos de seringais como referência ao poder econômico embutido nesses sujeitos.

local que frequenta o lugar como padaria e restaurante. Os frequentadores do local aproveitam para se reunir e realizar acordos sobre negócios, assim este lugar tornou-se um ponto privilegiado para coleta de informações sobre alguns personagens da cidade.

A prática de almoçar no restaurante em determinados momentos para observar os frequentadores e as conversas. Em alguns momentos o proprietário do hotel o seu Miguel me apresentava pessoas da cidade. Um segundo momento vivenciado no local eram as conversas ocorridas na frente deste estabelecimento, o pátio do local fica em frente à Praça Coronel Lábrea onde a circulação de pessoas favorece o contato e bate papo de quem circula nos arredores da praça. Assim denominei esses momentos de “etnografia do pátio” caracterizado como momento de participação das conversas e observação a fim de perceber assuntos a serem explorados nas entrevistas e conversas com as mais diversas pessoas durante o período de trabalho de campo.

Entre os assuntos discutidos nas rodas de conversas no pátio do hotel destaco uma conversa presenciada com um grupo de pessoas ligadas ao comércio de peixes. Esta é uma atividade que cresce a cada ano na cidade, observei que há pessoas que permanecem seis meses na cidade apenas comprando peixe e enviando para outros Estados. Neste dia conversavam com algumas pessoas que posteriormente passei a ter contato frequente.

Nesta roda de conversa estava presente o senhor Manoel oriundo do Mato Grosso, este senhor busca comprar peixe para revender em seu estado de origem e comentou que ganhou bastante dinheiro, mas que também perdeu muito dinheiro. Neste dia o assunto comentado era a força do poder econômico. O senhor Manoel disse que na cidade de Lábrea apenas três pessoas são respeitadas: o Bode, o Delgado e o Padre. Ao pronunciar essa frase as pessoas que participavam na conversa concordaram com essa afirmação e observei a unanimidade entre os presentes na afirmação: “não há pessoas que tenham desavença com o Bode, as pessoas na cidade não procuram confusão com o Bode”.

Um frequentador do hotel chamado de Tim, trabalha como peixeiro na feira municipal e circulava pelo hotel nesse momento da conversa comentou que o Bode possui disposição de mandar matar alguém. Outro vendedor de peixe que não consegui identificar nesse momento comentou sobre um fato ocorrido com ele e com o Bode que causou um desentendimento, informou que certa vez um caminhão seu que transportava peixe para outra cidade caiu no rio no porto, a única pessoa na cidade que possui uma máquina disponível para retirar o caminhão do local ao procurar o Bode. Ele enviou um trator ao local para retirar o veículo do rio, a operação ocorreu em dez minutos e após a realização do serviço cobrou 3 mil reais. Este senhor achou o valor alto e ficou indignado, resolveu pagar apenas 2 mil reais, o Bode ao tomar conhecimento da situação não aprovou a atitude fez ameaças a ele.

Ao analisar essa conversa consegui perceber que o poder econômico em Lábrea está presente no imaginário das pessoas. Bode é tema frequente de roda de conversas. Aproveitando da situação perguntei sobre o conhecimento das pessoas a respeito da origem da riqueza do Bode. Esta indagação se tornou recorrente nas entrevistas do trabalho de campo, as respostas foram variadas, pois há várias versões sobre o tema. Para o senhor Manoel existem pessoas “fortes” por trás do Bode e essas pessoas são de Manaus, este insinuou a origem da riqueza pode ter ocorrido de forma ilícita, mas essa afirmação não pode ser conclusiva ou afirmativa, mas são rumores coletados.

A respeito de seus bens não é possível mencionar todos porque ele possui muitos negócios. Ele possui maquinário que presta serviço a prefeitura local, as máquinas são usadas para manutenção de ruas da cidade e no verão fazem serviço de raspagem na Transamazônica no trecho que compõe Lábrea-Humaitá. Esse mesmo maquinário é usado para retirar areia, pedras, seixo, barros vendidos ao comércio local, ou seja, apenas o Bode controla a venda de produtos usados na construção civil da cidade e seus investimentos passam pela fabricação de asfalto para vender a prefeitura.

Outro negócio que o Bode investe está relacionado a venda de combustível na cidade. Ele detém o controle sobre a rede postos de venda de combustível ATEM. As pessoas que estão à frente dos postos são parentes do Bode. Entre as informações obtidas nas conversas no pátio do hotel informaram que o principal cliente do posto é a prefeitura, pois em virtude do atraso de pagamento outros postos de combustíveis na cidade não vendem para a prefeitura. Bode trabalha no sistema de crédito-dívida com a Prefeitura, dentro de um possível sistema que se traduz em fidelidade de compra-venda de combustível entre o Bode e a prefeitura e em grande influência deste no poder municipal.

Encontramos informações de que o Bode possui empreendimentos na atividade comercial, este possui uma rede de lojas denominadas de Importadora Lago, nome de seu único filho. Na cidade observei duas lojas na cidade de Lábrea, uma de grande porte que segundo as pessoas será um shopping. Esse empreendimento está sendo construindo no terreno de posse de Bode que fica na entrada da cidade, a outra loja localizada também na Transamazônica está próximo a residência de sua mãe.

O prédio se estende de uma quadra a outra, na loja encontramos produtos de eletrodomésticos, bicicletas, produtos eletrônicos, moveis. Segundo as informações coletadas a rede de loja possui pontos comerciais em Humaitá e Tapauá. Ao visitar Humaitá identifiquei esse empreendimento na BR-319 na entrada desta cidade. Conheci alguns funcionários deste estabelecimento e informaram que o Bode é um ótimo patrão, essas pessoas informaram que nas datas comemorativas como dia das mães ou dia dos pais ele costuma presentear os funcionários, no final do ano realiza distribuição de cestas básicas bem generosas e ainda distribui dinheiro aos funcionários.

No local em que estão construindo a loja shopping na entrada da cidade é possível perceber máquinas planando o terreno para organizar um loteamento privado. Há pessoas morando, algumas casas construídas, as pessoas do hotel informaram que tem a casa de um

dentista da cidade e de um irmão do Bode, chamado de Bode Branco seu nome é Augusto, vereador da cidade há cinco mandatos. Em relação a outro irmão apelidado de Bode Preto (seu nome é Lucenilson) possui um depósito em frente à residência do irmão, este trabalhava na prefeitura no setor de manutenção das ruas da cidade, na época do trabalho de nossa última passagem no campo, o Bode Preto administrava a empresa que trabalha prestando serviço à prefeitura. Alguns entrevistados apontaram que este senhor possui algumas propriedades com gado.

Como mencionamos anteriormente o Bode possui investimentos em vários setores em Lábrea. As conversas indicam que o Bode controla a comercialização de carne bovina. Para confirmar a dimensão da quantidade de propriedades de Bode e perceber o volume de cabeças de gado organizei uma atividade através de um moto táxi, como já mencionei anteriormente. A primeira propriedade segundo meus cálculos tem distância de uns vinte quilômetros da sede da cidade, nesse local observei a construção de um abatedouro e um frigorífico para vender ao comércio local. Na roda de conversa no pátio as pessoas informaram que para abastecer a cidade o Bode mata 22 bois por semana. No trajeto de observação percebi a existência constante de movimentação do seu gado, trabalhadores cuidando e organizando o rebanho.

Certa vez voltando para o hotel avistei uma balsa descarregando gado, observando a movimentação intensa fui ao local perguntar das pessoas que estava descarregando de quem era o gado que estava chegando a cidade, o trabalhador do porto informou que pertencia ao Bode, o gado era oriundo de Boca do Acre, segundo os trabalhadores que eram funcionários dos proprietários informaram que este possui propriedades também nesse município com a criação bovina.

Em relação às propriedades de Bode a sua casa possui algumas características próprias. A casa se localiza na Transamazônica há um barco pendurado na entrada da porteira

da fazenda, segundo as pessoas da cidade este barco foi o primeiro usado por ele na comercialização de atividades e através deste começou a produzir sua riqueza. Em outra propriedade encontramos a imagem gigantesca de São Jorge com aproximadamente cinco metros, as pessoas informaram que o Bode é devoto de São Jorge e por isso construiu a imagem na entrada da propriedade. Nos contatos de pessoas próximas como a mãe do Bode observei que a família toda possui ligação com o catolicismo, pois era comum nos domingos encontrar a matriarca da família na missa dos domingos.

Dentre as relações que estabeleci com algumas pessoas na cidade menciono Adriana, uma suíça que atua pelo CIMI em ações a favor das etnias do médio Purus e seu esposo que na época trabalhava na Funai no posto de proteção a índios isolados. Essas pessoas comentaram a existência de fatos peculiares em Lábrea, segundo elas uma reportagem noticiada pelo canal Globo acerca do mercado de terras no município informou-se que a porcentagem de terras públicas pertencentes a prefeitura é pequena. De acordo com a reportagem, grande parte das terras do município tem Bode como proprietário.

E de conhecimento da população da cidade as diversas terras e propriedades que pertence ao Bode. Todas elas com longas extensões de terras. As várias propriedades e terras que pertence ao Bode nunca estão ocupadas e nem sofrem nenhuma tentativa de ocupação. Qualquer tentativa. Como exemplo podemos mencionar o conflito existente para a passagem Terra Indígena Catitu, cujo acesso a comunidade passa pelas terras de posse do Bode.

Essa Terra Indígena têm a liderança do seu Marcelino Apurinã, indígena que conheci na primeira passagem do trabalho de campo, ao ser convidado para visitar o local passei pelas terras do Bode, inúmeras atividades realizadas na Terra Indígena Catitu no decorrer do trabalho de campo passei várias vezes e os indígenas comentavam sobre as dificuldades quando o gado está solto, dificultando o caminho até suas casas. Para chegar ao local, cuja estrada é de barro temos que caminhar aproximadamente cinco quilômetros da entrada que

fica na Transamazônica para a entrar na Terra Indígena há uma porteira que dá acesso ao local. A respeito dessa situação, segundo os indígenas Apurinã moradores da Terra indígena, há abertura da porteira por parte dos funcionários da propriedade, sob orientação do Bode.

Não há informações concretas sobre o crescimento financeiro do Bode e o tema é cercado de histórias. Na entrevista com um antigo regatão o senhor Santo Araújo, hoje proprietário de um flutuante que funciona como comercio na beira do Purus, antes da entrevista este comentou das dificuldades na comercialização de peixes desde a proibição ocasionadas pela criação das unidades de conservação. Ao ser indagado sobre o seu conhecimento sobre a riqueza do Bode, explicou que as pessoas comentam que o Bode não possui bens em seu nome, todos estão em nome de terceiros. O ex -regatão informou a idade, comentou que a diferença entre ele e o Bode é de 20 anos, perguntei a idade dele neste momento e disse que era de 78, assim a idade do Bode é de 58 anos. Santo Araújo comentou que o conheceu o Bode ainda criança, na época este senhor trabalhava como regatão. O Bode nessa época trabalhava no porto da cidade, quando os barcos dos regatões paravam no local o Bode vendia bombons em lata. Santo Araújo informou que com o passar dos anos o bode passou a trabalhar no transporte de areia em um barco para a sede do município. Este buscava a areia numa parte do Purus e vendia na cidade para os comerciantes locais. Ao ser perguntado se conhecia alguns particulares sobre a vida privada do Bode, Santo Araújo informou que um dos seus hábitos é jogar sinuca ou bilhar, este senhor também informou que o Bode distribui cestas básicas para os funcionários como forma de retribuir o empenho nas atividades que trabalham, nas palavras deste ex-regatão ele é um bom patrão.

A figura do Bode tornou-se pauta para a pesquisa, no começo a compreensão da sua dimensão de poder e suas influências em torno da vida social de Lábrea. Despontou como um ponto a ser observado no trabalho, mediante as questões apresentadas e coletadas nas atividades de campo e nas conversas com a orientadora e com os companheiros de pesquisa

do NEPTA sobre entrevistá-lo por constituir uma peça importante para compreender as mais recentes engrenagens de poder na cidade e na região. Na última passagem pelo campo em 2014, onde permaneci por quase três meses, dediquei-me a entrevistas as pessoas com maior poder econômico e entre elas existia como meta uma entrevista com Bode.

A primeira tentativa de entrevista-lo ocorreu nos primeiros dias da última fase de trabalho de campo onde caminhando pela Transamazônica no levantamento de endereço de antigos padrões busquei seguir as sugestões e mapeei pessoas ao qual algumas conseguiram e outras se recusaram a ser entrevistados, parte das sugestões foram oriundas das entrevistas com indígenas e seringueiros realizadas nas primeiras atividades de campo no município.

Na busca pelo local passei a perguntar das pessoas onde o Bode morava e as pessoas apontavam que este passava parte do tempo cuidando da organização de um posto de gasolina de sua propriedade em frente à casa de sua mãe. Assim segui para este lugar. Ao adentrar pela rua indicada avistei uma casa de esquina e uma senhora sentada numa cadeira de balanço ao lado de outra senhora mais jovem. Apresentei-me a elas meio constrangido em perguntar pelo Bode, pois não tinha a informação sobre o nome próprio e as duas informaram que não precisava ficar constrangido, pois na cidade todos o conhece como Bode. As duas mulheres se identificaram como irmã e mãe deste e informaram que ele estava no posto de gasolina cuidando da inauguração da loja de convivência do posto.

Ao dirigir-me ao local ele se encontrava conversando com os funcionários e discutindo os espaços a serem divididos e organizados no interior da loja de conveniência. Fiquei aguardando-o terminar a conversa com os funcionários. Ao término da conversa, aproximei do Bode e apresentei-me como estudante de doutorado da UFAM e me encontrava realizando uma pesquisa sobre Lábrea. Perguntei se ele poderia conceder uma entrevista para a pesquisa. Ele foi bem-educado ao ouvir minha solicitação de entrevista pediu para retornar ao local na próxima semana para marcar um dia da entrevista. Agradei e prometi retornar na

próxima semana. Na semana seguinte retornei ao local e o Bode estava trabalhando na organização da loja e muito ocupado. A cada tentativa este colocou empecilho para a realização da entrevista. Com o trabalho de persistência tentar entrevistar o Bode obtive a oportunidade de conhecer sua mãe, pois sempre nas caminhadas pela cidade e ao passar em frente a sua residência a cumprimentava e não demorou muito a senhora acabou colaborando nessa pesquisa.

Numa da passagem pela sua residência perguntei à senhora se ela poderia conceder uma entrevista para meu trabalho de pesquisa, expliquei a ela que o trabalho era sobre a cidade de Lábrea, ela concordou e concedeu a entrevista. Ao ligar o gravador para a entrevista perguntei o seu nome, ela se chama Raimunda uma senhora com idade avançada, mas que possui muita disposição para sua idade.

Demonstrou estar atenta aos acontecimentos ocorridos na cidade, sentada numa cadeira de balanço no pátio da sua casa passamos a conversar sobre assuntos referentes a sua vida e das dificuldades enfrentadas para criar os filhos. Ao ser perguntada sobre seu local de sua origem, ela informou que não morava na cidade, a família foi constituída em um seringal no Purus. Em busca de melhores condições para o sustento da família, o marido resolveu mudar para a sede do município para escolarizar os filhos e ter melhores oportunidades de trabalho.

Ela disse que casou cedo e perdeu o marido ao se mudar para a cidade, este foi diagnosticado com câncer e acabou sendo vítima da doença. Ela comentou da experiência em criar oito filhos sozinha em Lábrea, das dificuldades para o sustento da família. Informou que arrumou o primeiro emprego quebrando pedra para garantir um salário e garantir alimentação aos filhos, a senhora Raimunda comentou sobre os tempos difíceis financeiramente para a família, pois não conseguia renda suficiente para algumas necessidades da família.

Ao ser perguntada como foi sua chegada no Purus esta informou que o seu marido era cearense e trabalhou cortando seringa em vários seringais do Purus. Por alguns anos a família morou no Seringal Sepatini onde trabalhou para um tio do pai que era dono de seringal. Depois a família morou um tempo em Pauini e Boca do Acre na busca por um lugar que oferecesse melhores condições de vida. Perguntei sobre o Bode, sobre sua vida e ela informou que o Bode trabalhou desde cedo nos barcos vendendo produtos para gerar renda a família.

A senhora comentou que um dos desejos do filho desde cedo era criar gado, pois a irmã do pai criava gado e isto tornou-se um desejo da família. A senhora comentou que seu outro filho chamado de Bode Preto possui várias cabeças de gado nas fazendas e este negócio passou a ser parte da atividade da família.

Na entrevista realizada com Dona Raimunda busquei a melhor forma de perguntar sobre as ações de seu filho Bode. Para ao chegar ao tema ao longo da entrevista resolvi perguntar sobre a origem de seu apelido e ela informou que este teve origem na infância, o pai ao jogar dominó no interior ele estava sempre por perto e ficava mexendo nas pedras do jogo e quando os amigos do pai falavam com ele acabava com raiva. Os amigos passaram a chamá-lo de Bode em virtude de ficar chateado com as pessoas, ela comentou que ele não gostava do apelido na infância, mas com o decorrer dos anos e com o tempo adotou o apelido de vez. Em relação ao apelido adquirido ela comentou que uma certa vez recebeu uma carta dele enquanto viajava para fora do Estado e na carta estava assinada Bode, ela se surpreendeu com a atitude do filho, segundo ela hoje todas as pessoas o conhecem pelo apelido e não pelo nome.

O tempo foi passando e a conversa fluía de forma interessante e com isso a Dona Raimunda me ofereceu um copo d'água e com isso mandou entrar em sua casa. Ao entrar no local observei a casa bem cuidada e arrumada, a sala e espaçosa e com cadeiras. Há uma

estante com fotos de toda a família: filhos, netos, bisnetos. Ela passou a comentar sobre algumas pessoas das fotos e informando que grande parte está espalhada por outras cidades como Manaus, Rio de Janeiro, Mato Grosso. O piso de cor branca todo limpo e brilhando assim como os moveis da sala em sua predominância de madeira trabalhada, a pintura da casa toda em laranja. Após a sala temos uma área enorme onde fica uma mesa para realizar as refeições, acho que a mesa deveria receber um número de vinte pessoas. Na parede deste cômodo havia um banner em forma de painel com toda a família, esse foi realizado em comemoração ao aniversário de oitenta anos de Dona Raimunda.

Enquanto conversávamos dentro da casa, algumas pessoas olhavam por uma janela e solicitavam a presença da Dona Raimunda. A senhora atendia as pessoas para comercializar a venda de areia que a procuravam. Ela, apesar de seus oitenta e dois anos se mantém ativa na atividade comercial.

Um ponto que destaco na entrevista e na sua fala é a sua dedicação a família. Havia grande sentimento da família demonstrado por ela em suas palavras, durante a entrevista a movimentação de filhos e netos chegando para tomar benção da senhora foi constante, uma ação de respeito e reverencia a sua posição na família. Ao ser questionada sobre as tantas conquistas na vida, Dona Raimunda explicou que apenas acredita que o trabalho é um ponto central na vida das pessoas, através do trabalho a pessoa terá sucesso, mas que em primeiro lugar a pessoa deve priorizar o cuidado a família. Ao comentar isto a senhora passou a comentar sobre o sentimento de proteção aos filhos, que por eles os pais são capazes de lutar. Ela informou uma situação de desavença e enfrentamento com um juiz da cidade que chegou a apontar uma arma para o Bode. Apesar da tentativa e aprofundar sobre o tema a Dona Raimunda não detalhou esse fato.

Na entrevista que realizei com a senhora Zulena uma senhora filha de ex-patrão que trabalhou como professora no seringal do pai ensinando as crianças que moravam no local.

Ela chegou a pedir ao pai seringalistas livros para ensinar as crianças filhos de seringueiros. Entre os alunos ao qual ensinou estavam os filhos de Dona Raimunda, mãe de Bode. A senhora Zulena informou que o Bode nunca aprendeu a escrever. Ele só sabe escrever o nome dele. A senhora informou que estes têm conhecimento de leitura, mas de escrita não têm conhecimento algum.

A instituição família apareceu como referência importante nas entrevistas que realizei com pessoas com poder econômico, surgindo como elo fundamental para a reprodução da estrutura de dominação. Nesse capítulo ao tratarmos deste personagem Bode da nova estrutura de poder surgido nos últimos anos, em nossa pesquisa identificamos temos evidências da extensão de sua influência e alcance na cidade de Lábrea.

Entre as pessoas selecionadas para conhecer aspectos e pontos que pudessem ajudar na compreensão dos fatos buscamos entrevistar um antigo patrão chamado Zé Augusto. Com um tempo tentando marcar uma entrevista com ele, consegui encontrá-lo e realizá-la. Era um sábado ensolarado, marcamos a entrevista em seu trabalho. Ele há anos administra um posto de combustível na orla da cidade. Ao chegar no local fui recepcionado por um funcionário e informei que procurara o senhor Zé Augusto, o funcionário levou-me ao escritório do posto onde estava o patrão. O primeiro momento apresentei a informação sobre o tema da pesquisa e informei que alguns ex-patrões já haviam concedidos entrevista para o trabalho. Ao iniciar a entrevista perguntei sobre sua trajetória e este comentou que nasceu em um seringal no Purus, informou que antes do trabalho atual conseguiu ganhar dinheiro através da venda de madeira, mas com o processo de fiscalização mais intenso esse mercado entrou em crise e com isso passou por dificuldades financeiras.

A crise pessoal sobre a questão financeira teve início no período do Governo Collor em virtude do congelamento da poupança na época onde estava aplicado seus recursos. O entrevistado informou que enfrentou dificuldades econômicas pelo dinheiro encontrar-se

retido. Neste momento da entrevista Zé Augusto revelou o grau de parentesco com o Bode, informou que são primos, e ajudou este nos primeiros passos quando o Bode iniciou a comercialização de areia para o mercado da construção civil local.

Como Zé Augusto vivia uma situação financeira confortável emprestou dinheiro para o Bode, na medida em que este conseguiu consolidar-se financeiramente pagou a dívida. Com a crise vivida por Zé Augusto ocorreu uma inversão das situações. De acordo com o entrevistado a alternativa era solicitar empréstimo ao Bode. Nessa época o Bode contava com situação financeira confortável, assim concedeu empréstimo a Zé Augusto e o ajudou com sustento financeiro, diante da situação de crise. Zé Augusto passou a administrar o posto de gasolina da bandeira ATEM no porto da cidade a convite de seu primo e com isso passou a ter estabilidade. Durante a entrevista tentei conseguir algumas informações a respeito do seu primo, mas Zé Augusto informou que não tinha muito contato com este, apenas encontravam-se ocasionalmente ou falavam por telefone.

Na tentativa de levantar todas as histórias e informações todas as conversas em campo comentava sobre esse personagem a fim de coleta informações, ao conversar com a representante da GIZ em Lábrea e o marido desta comentou que o Bode havia comprado uma lancha de dimensões superiores à de navegação em rio. Esse veículo segundo as informações é para ser usado em águas do mar. Essa lancha fica no armazém construído apenas para guardá-la, o casal informou que é fácil reconhecer Bode na cidade, pois circula com carros convencíveis da marca Mercedes Bens.

6.3 Padrões e Política: Laços eternos

A geração que presenciou o poder dos antigos padrões e sofreu por longo prazo sua dominação viu com surpresa e esperança a chegada de instituições que propunham enfrentar e subverter o *status quo*. Em conversa com Benedito, extrativista e liderança comunitária na Resex Médio Purus, destacou a importância da CPT como agente mobilizador e favorecedor da construção de lideranças capazes de liderar o esforço de resistência contra as forças opressoras. Mesmo com a saída dos padrões (entendida como ruptura da presença física permanente e coercitiva dentro do seringal), as condições de insegurança territorial permaneciam e a própria sobrevivência do modelo camponês associado a nova tradução das “colocações” que se delineava, exigia a luta pela demarcação de terras como Terras Indígenas, Unidades de Conservação ou assentamentos sustentáveis. Era preciso quebrar as amarras territoriais que os mantinham com laços com o velho sistema patronal amazônico. A luta pelo direito a terras regularizada destacou-se como a organização dos extrativistas contra os grandes proprietários.

A política local exerce influência sobre vários aspectos da vida social, a prefeitura de Lábrea é um exemplo do peso da permanência de certas estruturas sócias de poder. Na disputa pelo cargo de prefeito sempre há forte polaridade entre os concorrentes ao cargo de candidatos com perfil social e práticas semelhantes. Em uma visita a uma comunidade próxima da sede do município encontrei trabalhadores cortando madeira nas proximidades da Resex do Ituxi. Na conversa com esses trabalhadores informaram que a madeira cortada seria vendida para a prefeitura. No dia anterior conversei com uma pessoa do Governo alemão que visitava o município e disse que ao encontrar com o prefeito este falou das atividades da prefeitura a favor do meio ambiente

Quanto a proximidade da prefeitura com as questões ambientais e com grupos subalternos cabe destacar a total falta de apoio da prefeitura aqueles que lutavam pela criação de unidade de conservação (Resexs). Ao contrário a prefeitura sempre se posicionou contrária à criação das resex e das Terras indígenas, assim como raramente investe em políticas públicas para os moradores das comunidades fora da sede municipal.

A figura do prefeito ainda se encontra muito similar ao modelo adotado pelos patrões nos tempos dos seringais, lembrando que a prática recorrente de eleger um patrão como prefeito dos municípios da calha do Purus. Esse pensamento parece não vigorar entre os “novos patrões” (elite agropecuária criadores de gado) que preferem construir uma relação de troca e dívida com as prefeituras, as quais devem favorecê-los sempre que seus interesses estiverem em jogo

No relato de um extrativista podemos observar alguns pontos dessa situação:

Eu vendo castanha para o Jean que é prefeito. O Jean é patrão, que é o prefeito. O sistema de trabalho e o mesmo sistema do seringal porque o seringal é o mesmo, lá a colocação toda vida foi nossa e desde que nasci já foi quebrando castanha, me criei já quebrando castanha lá nesse canto mesmo (Raimundo, Entrevista, 2013).

Até o momento percebeu-se que a influência do nome da família é um capital social fundamental para apresenta-se como candidato, galgar posições no cenário político e conseguir apoio necessário na eleição municipal. Existem candidatos completamente fora deste perfil, identificados e originários de grupos subalternos da região, mas estes experimentam uma enorme dificuldade de avançar eleitoralmente e ocupar cargos por falta de recursos para financiar campanhas e atender determinadas expectativas do eleitorado que percebe a eleição como momento de receber algum benefício.

Por causa das nossas desilusões das políticas públicas não chegarem. E o Governo dando oportunidade por movimentos sociais...a gente através de uma organização a Comissão da Pastoral da Terra tem um programa de todo ano chamava as comunidades para refletir o que melhorou de produção. Então a gente foi vendo a necessidade de criar este estatuto e juntar a questão jurídica e até por que nós já tínhamos um trabalho de tabuleiro, já trabalha muito a agricultura (Antônio Brito, Entrevista, 2012).

As pessoas passaram não acreditam em benefícios provenientes das ações governamentais e muitas entidades acabam constituído-se como substituto no apoio a esses grupos. No passado a figura do patrão encarnava a possibilidade de melhora. Quando o Governo passou a representar esse papel, decepcionou devido a sua ausência e silêncio em relação as demandas.

O trabalho de campo envolveu a entrevista de pessoas em posições de poder. Solicitei uma entrevista com o senhor Nelson Amude que demonstrou interesse em falar, proprietário da Casa Amude, um comercio fundado por seu pai um antigo dono de seringal e hoje administrado por este senhor. Sua loja localizada na Transamazônica comercializa sandálias e roupas. Segundo Nelson o comercio é herança cultural, filho de pai libanês e mãe amazonense, seu pai era dono do seringal Seriã, onde hoje é uma Terra Indígena. O pai ainda trabalhou como regatão, o sistema de trabalho envolvia viagem a cada quinze dias pelo rio em busca de venda e compra de produtos nos seringais. Durante o período em que o pai trabalhou como regatão o senhor Nelson trabalhou como gerente do seringal, aprendendo a lidar como o “freguês” entendo que a confiança é a base da crença que alicerça todo sistema de relações comerciais na região.

Com a decadência do seringal o pai deste revolveu ir com a família para a sede de Lábrea e assim ocorre a transferência da família. Nelson Amude administrou a loja da família e depois de um tempo de trabalhou como comerciante. Candidatou-se a cargo político e sua primeira experiência foi como vereador por quatro anos e, posteriormente, ocupou o cargo de

vice-prefeito. Nelson tratou na conversa sobre os problemas enfrentados pela máquina do sistema político local onde a busca pelo poder, segundo ele, faz com as pessoas da política só se mobilizem em torno de ações voltadas para a manutenção do próprio poder.

A respeito do cenário político, Nelson não conseguiu se eleger vereador na última eleição municipal o que atribui a briga de palanque com o prefeito na época o senhor Jean Barros. Demonstrou decepção pela forma desleal que as pessoas se articulam numa eleição. Ele comentou que o uso de programas sociais se tornou uma moeda para os políticos locais conseguirem o número de votos para a eleição. Uma prática comum destacada por Nelson Amude era a não realização de concurso público, permitindo a contratação de pessoas que trabalham sob a pressão dos resultados eleitorais, ameaçadas de perder o emprego se o prefeito não tiver sucesso no pleito eleitoral. Para ele esse modelo de política alimenta a corrupção e torna regra um sistema de vantagem dos que detém o poder político.

A política é sazonal, tem o seu tempo. O modelo de análise que adotamos estar pautado nesta variação de tempo, no Brasil onde o sistema eleitoral ocasiona um intervalo de dois anos. Neste sentido temos uma amostra em uma fala de um morador da Resex sobre a aparição dos políticos nas comunidades. Ao serem indagados sobre a presença destes na Resex o morador disse:

Os políticos aparecem aqui quando querem pedir votos (risos). Na época da eleição eles aparecem. Político é assim, ele ganha quando tá com três anos e meio ele aparece. Chega e diz: “O que vocês estão precisando?” É porque tá acabando o mandato dele e ele quer outro voto de novo, só. Se eles no início quando eles acabassem de ganhar eles viessem saber o que é que estamos precisando tava certo. Eles tinham quatro anos pra trabalhar e conseguir aquilo, mas no último ano que ele vem perguntar o que vocês estão precisando, mas no caso ele diz assim: “eu é que to precisando de voto”. Ele só aparece assim nos últimos tempos. Claro que não vem assim, às vezes o prefeito já passou por aí, agora na enchente ele passou. Deu uma gasolina pro pessoal, quatro litros pra cada família, mas também foi só de passagem mesmo. Ele deu quatro litros de gasolina, um quilo de prego só isso mesmo e dois litros de diesel. Cada família que tava alagada ele deu só isso (Josimar, Entrevista, 2013).

O modelo de fazer política em Lábrea não difere daquele de outras cidades da Amazônia e mesmo do interior do Brasil, não há dúvida que o poder econômico interfere e domina as administrações municipais. As alianças entre políticos locais e políticos estaduais tem se constituído como estratégias de reprodução voltadas a estender o raio de ação territorial do poder entre estado e municípios. Uma forma evidente do “fazer política” em Lábrea pode ser exemplificada nas festas do dia das mães que observei em 2012, um grande evento na orla da cidade. O locutor oficial informava que os prêmios da festa eram oferecidos pelos deputados estaduais destacando que estes sempre estão acompanhando os acontecimentos da cidade.

Nas reuniões que acompanhei na Resex Médio Purus reinava a descrença nos políticos. Comentaram que o prefeito de Lábrea em dois mandatos esteve presente apenas em duas oportunidades na Resex, uma delas para deixar algumas lonas para ajudar as pessoas na enchente. O sentimento das pessoas era expresso como “deixaram de ser besta”, pois, as pessoas que aprecem nas comunidades para compra votos oferecendo gasolina, material de pesca e itens para a construção de casas. Segundo fui informado, as pessoas pegam esse material, mas não votam nesses políticos. Situação bem diversa do tempo dos patrões, onde votavam de acordo com as orientações desses mandatários e continuavam obedientes as suas ordens.

Durante acompanhamento das reuniões para a construção do Plano de Uso da Resex Médio Purus obtive a oportunidade de analisar o campo político. Na abertura da assembleia da ATAMP no momento da mesa de abertura a composição de mesa de abertura com representantes das instituições governamentais estiveram presentes o Secretário de Educação, Secretário de Saúde, Secretário de Produção, Secretário do Meio Ambiente do município de

Lábrea. Em cada discurso dessas autoridades a exaltação de suas ações como se alguma dessas produzisse qualquer efeito sobre as comunidades residentes na reunião.

A falta de sintonia com a vida dessas pessoas era evidente, mas a proximidade período eleitoral obrigava a propaganda sobre os seus feitos, ainda que a expressão e os discursos dos presentes fossem de total reprovação a eles.

A comunicação do representante do prefeito Gean Barros foi realizada pelo Secretário de Produção do município. Este ocupa cargos comissionados há cerca de dezesseis anos tendo passado passando por várias secretarias. Em seu discurso este secretário destacou as alianças construídas pelo prefeito com políticos estaduais que ocupam cargo na Câmara Federal e Estadual, Senado Federal, indicando que estas parcerias foram determinantes para que o município de Lábrea obtivesse “vitórias” com a chegada da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Instituto Federal de Educação (IFAM), que segundo esse secretário colocou Lábrea como a cidade com maior desenvolvimento no Amazonas.

A falta de preparo da classe política esteve clara em sua comunicação, pois este não conseguiu elaborar um discurso que contemplasse as ações da prefeitura e deteve-se apenas sobre os fatos referente a sua pasta. Em sua comunicação informou sobre os trabalhos desenvolvidos pelo “barco regatão cidadão” que teria atendido 418 pessoas. Este barco de acordo com as informações coletadas viaja pelas comunidades do município comprando a produção dos ribeirinhos às margens do Purus.

O número de atendimento é pequeno se observar o número de moradores da Resex Médio Purus que até a realização da pesquisa contava com seis mil moradores. O barco promove ações da prefeitura como pagamento de subsídios da borracha que a prefeitura compra de produtores. A prefeitura possui seu próprio programa de assistência social, o programa “Renda Mais” que oferece uma bolsa como o programa do Governo Federal o

Bolsa Família. Em seu discurso o secretário de produção ressaltou a importância dos empréstimos ao qual o agricultor deveria se submeter. Para este o agricultor não pode ter medo de contrair dívida: “Não vamos de ter medo, o governo tem dívida, o empresário tem dívida e nós podemos ter dívida e pagá-la”. A fala do secretário proporciona a dimensão da concepção de agricultura esperada pelas pessoas que governam o município.

A grande necessidade dos moradores que moram na beira do Purus é a possibilidade de escoar a sua produção e facilidades para comprar dos produtos que as famílias necessitam a preços que não sejam superfaturados. Podemos exemplificar o potencial da região com a existência de cacau nativo que é vendido para compradores estrangeiros que o consideram de grande qualidade para fabricação de chocolates finos. O feijão de praia que plantado na várzea tem safra de muitas toneladas, mas que na época estava com preço tão baixo de venda a R\$0,50 que não tornava lucrativo a plantação do produto.

Enquanto coletava material para a pesquisa sobre os “novos padrões” busquei entrevistar o senhor Mabi, numa época de forte disputa entre dois grupos pelo governo do Estado e a conhecida reprodução de alianças em esferas municipais. Mabi apoiava a reeleição do Governador na época, José Melo. Ao chegar em sua residência me deparei com um a movimentação intensa de cabos eleitorais. Ao me aproximar do local perguntei sobre o senhor Mabi e fui informado que este estava em reunião com alunos da Universidade do Estado do Amazonas. Enquanto aguardava revisei o roteiro de entrevista e as perguntas a serem realizadas, após um longo período de espera conversei com um de seus colaboradores e pessoas de apoio. Um deles, Eduardo hoje representante do IDAM no município e que concorreu ao cargo de vice-prefeito na chapa com o senhor Mabi.

Na espera da conversa com o patrão observei fragmentos do funcionamento da máquina estatal para a eleição de um governador. No local funcionários do Governo Estadual articulando com Mabi o quadro de funcionários do governo que seriam usados nas ações de

campanha de apoio ao governador. Os funcionários comunicaram que estavam à disposição todos os recursos dos órgãos do governo estadual como lanchas, combustíveis para visitarem comunidades indecisas com o voto.

A vigilância aos candidatos adversários era total. Houve o comentário sobre a chegada de um avião de Canutama com pessoas que estavam com malas de dinheiro para distribuição na compra de votos e que, supostamente, as pessoas foram para a casa do antigo prefeito Jean que apoiava o adversário do governador. Logo as pessoas que estavam na casa acionaram o alto escalão da polícia militar para interceptar as pessoas no aeroporto para apreender quem vinha com o dinheiro. Eu não soube adiante de nenhuma apreensão de dinheiro ou prisão.

Em outra parte do ambiente, alguém comentava que em sua comunidade havia conseguido trezentos votos. Neste momento observei no ambiente o coordenador da ASPAC (Associação Agroextrativista), o senhor Antônio Davi, que reclamava com os coordenadores da campanha local, pois o governo estadual não havia comprado a produção de feijão de praia das comunidades das margens do Purus. O representante local do IDAM informou que comunicou ao governo para a liberação do recurso para a compra do produto. Nesse momento senti uma tensão entre as duas pessoas, pois Eduardo solicitou ao Antônio Davi que este visitasse novamente as comunidades para informar sobre o pagamento do governo para a compra da produção.

Observando as pessoas assistindo ao programa eleitoral na televisão em Lábrea, percebeu-se manifestações efusivas semelhantes à de um estádio de futebol. Quando aparecia determinado candidato havia vaias e acusações dos adversários de “jogo sujo”. As pessoas organizavam-se para uma viagem para a região da Resex Médio Purus conhecida como rio Sepatini para a realização de reuniões nas comunidades. O senhor Babau falou na reunião que o combustível estava garantido, pois a professora Simone da UEA havia garantido no posto

de combustível de propriedade do Bode. A viagem se estenderia até sexta ou sábado para voltarem à cidade no domingo, dia da eleição. Houve uma intensa mobilização de barcos para buscarem as pessoas em algumas comunidades para o dia da votação. Havia escala de automóveis para o transporte de eleitores dentro da cidade, veículos identificados para não serem alvos da fiscalização da polícia.

Ao término da mobilização as pessoas começaram a sair de forma lenta para não chamar a atenção, segundo Mabi essa é a maneira de não ser alvo da justiça eleitoral. Não consegui a entrevista com Mabi, pois este estava viajando a Manaus para tratar de negócios, mas a oportunidade observar a máquina eleitoral sendo operada pela classe política de Lábrea, oportunizou uma experiência muito interessante para a compreensão da manutenção do poder e reprodução da classe política municipal.

Durante o campo realizado em 2013 reservei um dia para assistir uma sessão na Câmara Municipal. Como as sessões são pela manhã acordei cedo e arrumei o material e me dirigi ao local, entrei e me sentei no lugar reservado para a população, havia algumas pessoas assistindo a sessão. O nome do plenário chama-se Fausto Queiroz, na abertura dos trabalhos pelo presidente da casa legislativa, iniciaram a sessão com uma oração, ao passar para as falas dos vereadores o primeiro a discursar foi o vereador conhecido por Babau. Esse vereador estava na reunião na casa do Mabi constituindo seu grupo de apoiadores. O tema inicial foi um afastamento do professor Carlos Galvão do cargo de diretor do CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas) e seu discurso direcionou em torno da defesa e elogio ao governador na época. Depois de seu discurso subiu à tribuna o vereador Irmão Marcelo onde informou a abertura de curso envolvendo agropecuária e informática neste centro de formação. Este vereador fez críticas ao debate eleitoral entre os grupos na cidade, enfatizando que hoje a cidade possui o “o poder do conhecimento” em virtude da presença de várias unidades de estudos como IFAM, UEA e CETAM.

O vereador conhecido como Sebastião Braga em seu discurso de apoio ao professor, criticando a saída deste em virtude de perseguição política por apoiar o candidato adversário do governador. O vereador apresentou um abaixo assinado dos alunos da instituição apoiando o ex-diretor e pedindo seu retorno. Após o discurso do presidente da Câmara Municipal ficou evidente a disposição de dois grupos quanto à eleição estadual, um grupo que apóia o atual governador e o outro que apóia o grupo do senador Eduardo Braga, situação que polarizou o estado do Amazonas.

Os laços criados no sistema políticos no Médio Purus ainda trazem consigo muitas das relações construídas no sistema seringalista. Entrevistei Elson que trabalhou no seringal e posteriormente passou a trabalhar na construção naval de barcos, canoas, lanchas para patrões, seringalistas e políticos. Nessa atividade comercial ele conheceu políticos com origem no Purus e permanece com ligações locais, entre os seus clientes, mencionou o deputado estadual Adjunto Afonso, cujo pai foi Luis Afonso, seringalista que trabalhou como regatão por anos no Purus comercializando gás nos municípios de Pauini e Boca do Acre. Este senhor possui um seringal em Pauini (Seringal Volta Grande).

Na conversa com Elson, ele lembrou o período de dificuldade quando houve a chegada do IBAMA na região em virtude do combate ao processo de extração de madeira ilegal, momento este que representou uma mudança no estatuto das relações de trabalho e nas encomendas de embarcações dos patrões. Elson fez questão de mencionar que teria um total de vinte cinco filhos espalhados ao longo do rio Purus, entre esses herdeiros está o proprietário do Dany's hotel localizado na praça central e por muito tempo foi a mais importante hospedagem da cidade. Outro de seus filhos é proprietário de uma loja comercial chamada "Casa da Redes". Todos possuem propriedades em Manaus e na cidade. Elson disse alguns prédios da cidade são alugados para as instituições governamentais como a FUNAI. Neste sentido a posse de terras usadas para a construção de imóveis na cidade possibilita a

essas pessoas manterem um capital razoável através do domínio do mercado imobiliário da cidade.

6.4. De regatão a comerciante

A figura do regatão é um personagem tradicional do cenário amazônico. Na região do Médio Purus, apesar das transformações da base econômica da região, este personagem social do rio não abandonou definitivamente suas atividades em muitos pontos da Amazônia. Os regatões ainda são figuras presentes em Lábrea, nos dias atuais com o processo de criação limites territoriais de unidades de conservação e Terras Indígenas no Sul do Amazonas seu campo de atuação se encontra mais restrito. No porto da cidade conseguir localizar regatões que resistem ao tempo e as dificuldades atuais e continuam em ação. Identifiquei regatões de pontos diferentes da Amazônia, oriundos da cidade de Belém, de cidades do Acre e de. O tempo de atuação dentro no rio Purus é em média dois meses compreendendo uma área que compreende do município de Beruri, cidade localizada no encontro do Purus com o Solimões e a cidade de Boca do Acre na época da enchente.

Durante o período de trabalho de campo em 2014 realizei diversas tentativas de entrevistar regatões que mantinham o ofício. Apesar dos contatos no porto da cidade todos se recusaram a conceder uma entrevista sobre o trabalho atual desses trabalhadores, possivelmente devido a marginalização e restrição da circulação imposta pelos gestores da Funai e ICMBIO em uma vasta área do Purus. Foi possível ver muitos regatões atuando na Resex Médio Purus e presenciar a censura dos moradores à restrição imposta pelo ICMBIO durante a discussão do plano de utilização da Resex. Há uma forte relação de fidelidade entre

os donos de regatões e seus fregueses. Apenas entrevistamos os regatões antigos e que hoje moram na sede do município.

Muitos dos regatões que trabalhavam na comercialização de produtos no rio Purus se transferiram para sede municipal e um modelo de vida que os obrigava a uma navegação solitária ou com a família. Como demonstrado, muitos consolidaram um comércio ou uma rede de lojas que garantem em menor escala a manutenção do modelo de venda de crédito aos fregueses estruturado no seringal.

Entrevistei o Senhor Suda Ferreira, proprietário do comércio Santa Isabel, antigo regatão bastante mencionado em entrevistas de indígenas e extrativistas. No dia da entrevista ao chegar no local do seu comércio, ele estava com suas anotações comerciais, uma prática adquirida desde a época de navegação dos rios da região. Anotava uma compra de um freguês que se comprometeu a realizar o pagamento no final do mês. Enquanto eu aguardava o senhor Suda terminar as anotações, passei a observar a movimentação em seu comércio. Suda é uma pessoa muito conhecida na cidade e muitos de seus clientes são famílias que moraram nos seringais e na tentativa de obter condições de vida favorável migraram para a cidade.

A origem da sua família de Suda é de trabalhadores do seringal, sua mãe e seu pai, que foram entrevistados para essa pesquisa, informaram a origem também a origem nos do Purus. Boa parte dos regatões se posicionaram como filhos de seringueiros. Para muitos comerciantes as pessoas nos dias atuais não trabalham como na época do seringal. Para Suda Ferreira essa situação ocorreu após a criação das unidades de conservação, problematizando uma “preguiça” nos moradores das comunidades, a “reserva⁴⁴” que reduziu a produção do ribeirão e dificultou a troca comercial nos rios. Para muitos comerciantes esta situação de

⁴⁴ Para efeito de esclarecimento as pessoas não habituadas as expressões dos moradores de algumas regiões do Purus ao falarem “reserva” estes não fazem distinção das categorias de classificação dos conceitos relacionados as denominações das unidades de conservação segundo a legislação brasileira. Devemos ressaltar que no Brasil as classificações estão atribuídas ao SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Neste sentido o uso do termo da palavra “reserva” também pode refere-se a Terra Indígenas, para os moradores da região não conseguem fazer distinção dos conceitos utilizados.

uma suposta dependência das pessoas dos vários programas sociais oferecidos pelo governo (Bolsa Família, Bolsa Verde, Bolsa Floresta).

Para este comerciante essas ações desestimulam as pessoas a plantarem. Apesar deste discurso do comerciante, o que observei em seu comércio era o trânsito de pessoas que compravam produtos, a cada pessoa que chegava no comércio este indicava a sua relação com a pessoa. A maioria eram fregueses da época que trabalhava navegando pelo rio. Conversando com clientes da loja, muitos mencionaram também que eram fregueses de Suda na sua época de regatão e ao chegarem na cidade mantiveram-se clientes dele.

Santo Araújo também praticou a atividade de regatão por anos e hoje possui um comércio instalado em um flutuante na margem do Purus. Encontrei Santo Araújo no flutuante, sentando numa cadeira de balanço, com idade bem avançada. Ele já não participa ativamente da venda de produtos, possui trabalhadores que realizam a atividade e sua função é administrar o comércio e orientar os funcionários dos trabalhos que devem ser realizados. Santo Araújo trabalhou por anos nas comunidades que hoje formam a Resex Médio Purus, assim suas críticas a respeito do processo de criação das unidades de conservação na região do Médio Purus foram voltadas para a impossibilidade de comercializar nessa área.

Para os comerciantes do rio esse novo modelo de organização social promoveu a perda de fornecedores de produtos básicos para os comerciantes. Para o senhor Santo Araújo o processo de criação de unidades de conservação um “novo patrão” que nas suas palavras é o Estado, pois o fornecimento de benefício promoveria uma dependência das pessoas em relação ao Governo. Em sua visão de mundo a criação da Resex e Terras Indígenas libertou essas pessoas do patrão, mas não de um sistema de dependência que estaria expressa nos programas do governo. Para ele isso também produziu um poder de controle do Estado sobre a vida das pessoas.

Nas entrevistas com os sujeitos denominados regatões que se deslocam para a cidade mantiveram a prática do “fiado”, onde o freguês pega o produto e paga posteriormente, frequentemente no dia do pagamento que pode ser do cartão de benefício do Bolsa Família, confiscado pelo comerciante até o dia do pagamento.

O antigo regatão chamado de José Alves o destacou que o regatão no passado era conhecido pelo poder econômico através da potência do motor da sua embarcação. Os moradores dos seringais e das comunidades avaliavam que quanto maior o regatão, maior era o motor usado na embarcação para trafegar nos rios da região. Para o senhor José Alves o ponto convergente nas relações comerciais no rio era quanto a confiança das pessoas, sem este sentimento não há como realizar atividades comerciais, os “fregueses ficavam desconfiados de comprar de novos regatões”, quando novos regatões paravam nas comunidades as pessoas não compravam pois já tinham seus regatões de confiança.

A pesquisa deixou evidente que as relações sociais produzidas no contexto do seringal sobreviveram em muitas relações comerciais da cidade. Nas palavras de José Alves havia uma “firmeza” ou um “dever” entre o comerciante que se cristalizavam no sentimento de “fidelidade”, tornando um ato de “obrigação” a compra dentro deste sistema.

José Alves mencionou que a decadência dos padrões proporcionou aos moradores das comunidades as margens do Purus uma “liberdade” não experimentavam antes, inclusive de comprar livremente. Mas a Resex teria reduzido esta liberdade comercial ao criar barreiras e áreas demarcadas seja pelas Terras Indígenas ou pelas Unidades. Para José Alves houve prejuízo para os moradores de comunidades distantes das sedes municipais, deixando de receber um auxílio do regatão que prestava um serviço a essas pessoas.

A criação das unidades de conservação e demarcação de Terras indígenas estariam produzindo um novo padrão? Um pensamento conservador estaria vinculado a esta idéia ao

associar benefícios sociais atribuídos a pessoas com baixa renda como uso de dinheiro público “negativo”, tutelar e assistencialista. Ao presenciar as situações de aldeias indígenas e de moradores da Resex não se remeteu a esse argumento, ao contrário, os benefícios sociais são vistos como direitos que foram adquiridos, assim como a terra.

Na chamada “etnografia do pátio”, cujo exercício eventual de frequentar a frente do hotel e participar da arena de bate-papo captei informações que completavam dados ou ajudavam na interpretação dos fatos. Em outra conversa no pátio conseguir informações sobre o funcionamento desta atividade comercial na cidade de Lábrea. Neste dia estavam na conversa os vendedores de peixe que compartilhava de forma unânime que a demarcação das reservas e das Terras Indígenas a comercialização limitou a pesca, pois moradores de comunidades passaram a impedir as pessoas de fora desses locais pescarem dentro de suas terras para vender ao mercado local.

Segundo o senhor apelidado de Gaúcho antes da criação das unidades de conservação e Terras Indígenas o quilo do Pirarucu era vendido a R\$6,00 e com a criação das unidades de conservação o quilo passou a ser vendido a R\$12,00. Segundo Gaúcho o preço praticado é alto e não cobre as despesas deles enquanto compradores de peixes. Essas pessoas ainda que recaem sobre o custo o preço elevado de câmaras frigoríficas para o armazenamento de peixes e o transporte para abastecer mercados em outros estados do país.

A prática comercial praticada na região do médio Purus foi duramente afetada pelas mudanças de estatuto territorial na região, assim como pelo fortalecimento das associações das Resex e Terras Indígenas. A nomeação da liderança Zé Maria 2 (morador da RESEX) como gestor da Resex Médio Purus, era visto por comerciante como um problema, pois a conhecida liderança que agregou poder de Estado estaria atuando de forma rígida na fiscalização da atividade comercial envolvendo a pesca nos locais da Resex.

As pessoas nas conversas informaram o aumento no número de apreensão desde que ele assumiu o cargo no ICMBIO, mas eles comunicaram que ao reter o produto o gestor da Resex comercializaria os produtos apreendidos, ou em alguns casos ele mandaria jogar fora os peixes que não estão dentro das medições permitidas, atitude desaprovada para um gestor.

O crescimento do mercado estava limitado pelo número baixo de câmaras frigoríficas para armazenar os produtos. As poucas existentes na cidade são praticadas preços altos para o aluguel. Bode como dono de algumas câmaras frigoríficas na cidade e praticava preços elevados, mas mesmo com valores altos os comerciantes de peixe alugam o espaço. De acordo com as falas desses sujeitos mencionaram a necessidade de a cidade ter um número de dez câmaras frigoríficas para ajudar na comercialização dos produtos.

Segundo os comerciantes do peixe informaram que boa parte das câmaras frigoríficas da cidade estão alugadas para as comunidades da Resex do Médio Purus para a venda de peixes. Como a conversa estava rendendo informações interessantes aproveitei a oportunidade para perguntar algumas questões sobre o tempo de comercialização. Um senhor chamado pelo apelido de Amarelo mencionou que a compra de peixe ocorre a partir de dezembro até o período do defeso, geralmente o procedimento adotado é o peixe ser enviado via terrestre pela estrada por Humaitá e Porto Velho. Boa parte é destinado para o Estado do Mato Grosso e, posteriormente, é distribuído para o resto do país.

No período chuvoso ocorre mudança quanto ao transporte dos peixes, esses são enviados por via fluvial até o km 13 ou no km 45 da BR 319, desses locais são embarcados em caminhão para ganhar o destino mencionado. O percurso percorrido pelo peixe de Lábrea ao Mato Grosso compreende dois mil quilômetros e o tempo de viagem gira em torno de dois dias de viagem.

Como estratégia de conter gastos, os compradores passam esses meses morando em Lábrea, alguns como o Sr. Amarelo se deslocam com toda a família em virtude do tempo prolongado. No decorrer da conversa os compradores de peixes comentaram sobre os modelos de caminhões a serem usados para o carregamento do produto, muitos dos caminhões usados não são adequados para o transporte dessa atividade, alguns relataram que promovem adaptação a esses veículos para aguentarem o trabalho de transporte e manterem a integridade durabilidade do congelamento até a entrega.

Ao lado do gado o mercado de pescado é de larga escala e, segundo os relatos, se trata de um mercado em ascensão. Os trabalhadores dessa área comercial acreditam que esse tipo de comercialização é uma alternativa para o crescimento econômico do município. Temos uma organização em cadeia, compreendendo o pescador que trabalha no rio Purus, posteriormente o comprador, essas pessoas que são de outros estados que se deslocam para a cidade para comprar os produtos e revender em outros lugares, que repassam a compradores em mercados externos e nesse momento temos o lucro como ação fundamental.

Nessa relação é possível notabilizar microuniversos da economia e do poder. Uma outra questão a ser levantada encontra-se relacionada a diminuição de peixes nos rios. Nas entrevistas que realizei com os moradores da Resex Médio Purus o declínio no tamanho e na quantidade de peixes próximos a sua moradia foram constantes nos depoimentos. A estratégia de criar planos de manejos e áreas de proteção nesse local podem contribuir no aumento de peixes nas comunidades.

6.5 Instituições no sul do Amazonas: o que querem?

Em relação ao poder do Estado é possível reconhecer o envolvimento e a cumplicidade do Estado ao capitalismo global em Foucault (1999). Sua reflexão apresenta uma importante explicação das especificidades e da maneira pela qual se articulam duas tecnologias de poder que se sobrepõem nas sociedades modernas: “a tecnologia do adestramento disciplinar e a tecnologia segurança nacional-reguladora, as disciplinas e o biopoder. Trata-se de dois conjuntos de mecanismos que, ao invés de se excluírem, ajustam-se, acomodam-se um sobre o outro” (FOUCAULT, 1999: 285-315). Nessa análise, o Estado apresenta-se de forma normatizada, ou seja, "a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar, quanto a uma população que se quer regulamentar" (FOUCAULT, 1999: 302).

O conjunto de normas do qual o Estado se municia permite-lhe, ao mesmo tempo, controlar a disciplina dos corpos e os fenômenos aleatórios de uma população. É isso que Foucault define como biopoder do Estado. O que significa que seus mecanismos cobrem a superfície que vai do orgânico ao biológico, do corpo aos sujeitos. Ao operar com a perspectiva de Foucault para esta pesquisa foi possível analisar os mecanismos provocadores e reguladores da atuação e controle do Estado, ou melhor, o mesmo Estado que cria as unidades de conservação e Terras Indígenas provoca com sua regulação a perspectiva de que há direitos diferenciados⁴⁵ para as distintas populações tradicionais produzindo novas cisões e conflito.

Uma das formas de controle identificada por Foucault é o preconceito, elemento presente no cotidiano das cidades que compõe essa região em relação aos grupos indígenas e

⁴⁵ Cabe destacar como o potencial de conflito gerado quando a FUNAI assinala o adjetivo “povos originários” como se este conferisse aos indígenas direito territoriais que estariam acima de todos os outros.

extrativistas que frequentam a cidade. Destacamos no que concerne a essa situação a frequente discriminação por parte da população residente na sede do município de Lábrea em relação aos agrupamentos indígenas, particularmente acionado pelo preconceito lingüístico dirigido aos indígenas e pelo comportamento de parte dos extrativista. A barreira derivada da falta de domínio da língua portuguesa pelos indígenas condiciona a comunicação e exclui uma parte da população do acesso pleno à cidadania. Algo foi o preconceito de alguns indígenas em relação aos grupos que possuem pouco contato com a cultura da cidade e menor domínio da língua.

Estudos de Norbert Elias ajudaram a decifrar elementos do contexto do universo social existente nos grupos submetidos as ações estatais. No texto “Os Alemães”, encontramos a preocupação do autor em explicar suas ideias de luta de poder para compreender na longa duração a sociedade alemã. Para tal, Elias buscou situar o processo histórico de constituição do *habitus e formação do Estado alemão*. Para o autor a análise dos elementos empíricos em comparação com a persistência de um *ethos* guerreiro alemão explicavam-se pelo frágil monopólio da força física pelo Estado. Da mesma forma, Elias busca em um trabalho monográfico (etnográfico) demonstrar o processo de constituição social do estigma, distinção e hierarquia em grupos socialmente homogêneos:

Andando pelas ruas das duas partes de Wiston Parva, o visitante ocasional talvez se surpreendesse ao saber que os habitantes de uma delas julgavam-se imensamente superiores aos da outra. No que concerne aos padrões habitacionais às diferenças entre as duas áreas não era particularmente evidente. Mesmo examinando essa questão mais de perto, era surpreendente, a princípio, que os moradores de uma área tivessem necessidades e a possibilidade de tratar os da outra como inferiores a eles e, até certo ponto conseguissem fazê-los sentirem-se inferiores. (ELIAS, 2000).

Com a ausência do poder público em diversos segmentos o grupo social buscou alternativas para atender às suas necessidades, entre os primeiros grupos que se organizaram

para a da luta por direitos estão os indígenas e, posteriormente, os seringueiros que passaram a se organizar com o apoio de algumas instituições.

A partir da formação de lideranças e unidades de mobilização, as comunidades indígenas e não indígenas passaram a procurar caminhos alternativos contornando a ausência do poder público. As comunidades marginalizadas nos centros urbanos dessa região buscavam autonomia ancorada na luta pela criação de Unidades de Conservação ou Terras Indígenas na Amazônia. Neste sentido uma reflexão sobre a criação de unidades de conservação como um momento de ruptura nas estruturas de poder em vigor na região, ocasionando autonomia a pessoas e grupos que permaneceram um longo período de dominação e exploração. Na tentativa de sair do isolamento ao qual foram submetidos pela exploração de padrões passaram acessar a direitos antes negados para os grupos. Com o declínio da indústria da madeira um dos últimos suspiros de grandes rendas para muitas famílias no Purus, buscou-se no extrativismo de castanha uma possibilidade de sobrevivência. Em trabalho de campo em 2012 a entrevista com o senhor Francisco com descreve esse período:

Quando esse Edimar foi embora e ele ficou sendo o responsável pelo castanhal, com a responsabilidade de quebrar de metade. Ele quebrava castanha aqui, vendia e a metade do valor passava para ele (Edimar) em Manaus. E foi na época que chegou esses índios lá, dois índios, Dionísio e Francisco que tinha o apelido de Janaú e a mãe dele e uma irmã. Ficaram por lá e começaram a entrar quebrando um pouquinho de castanha, quando lá tinha vários moradores. Nessa colocação tinha vários moradores, bastante gente. Eles ficaram, ficaram e pessoal foi indo embora as donas do Francisco e do Valdemar que foi nascido e criado lá. Quando nós chegamos em 1957 eles já moravam lá. Esse Valdemar dos Santos com filhos: Chico, Antonio, Zé João todos e um bocado deles nasceram depois que chegamos. Esse Antônio casa com a índia, que era irmã desse Janaú e o Dionísio continuou morando lá. Eles pegaram e saíram, o Chico morreu está sepultado lá, ficou os filhos do Chico lá depois resolveram ir para a cidade, morar na cidade foram abandonados e ficou essa família indígena a Iaia e três filhos: a Francisca, o Francisco que é o Janaú e o Diónísio. Pedrão continuava quebrando a castanha, até que chegou um ponto do Pedrão, que morava na beira do rio querer vir se adaptar com morada fixa dentro do castanhal arrumou uma casinha lá para trabalhar e eles pegaram e derrubaram de machado, os indígenas derrubaram a casa. Começaram a se impor, em 2008

quando o governo decretou a Reserva aqui, nós nunca tínhamos entrado lá por ser bem aqui pertinho nós sabíamos que o direito era nosso, a comunidade aqui bem dali a gente olha e já começa a ver castanheira, a pontinha final do castanhal é ali. Quando acaba eu lhe levo ali e mostro daquelas árvores até lá é castanha, e segue a terra que justamente lá na frente tá o foco do castanhal. Em 2009, quer dizer no cabo de 2008, nós começamos a exploração, roçar o castanhal, fazer limpeza, sangrar os cipós e começamos a colher a castanha. Foram 16 famílias, 14 daqui de Limeira e duas de lá que eram justamente os indígenas que estavam lá, ninguém entrou assim para menosprezar ninguém. Nós entramos, chegamos, sentamos conversamos: olha aqui hoje é uma área de reserva extrativista é uma área nossa: vocês são índios, mas com isso ninguém vai discriminar vocês como pessoas diferentes. Nós estamos entrando aqui para trabalhar em mutirão em grupo, precisamos sentar e conversar para acordar as coisas. Tudo bem, sentamos conversamos fizemos os acordos todinhos e começamos a trabalhar muito bem. Aqui nós vamos trabalhar no sentindo: são 16 famílias e se por exemplo o castanhal der só 16 latas de castanha é uma lata para cada uma, mas se der 16 mil é mil latas para cada uma (Francisco, Entrevista, 2013).

A luta por cidadania não aconteceu de forma simples e rápida nessa região para esses grupos, mas envolveu um processo de saída dos padrões em decorrência da crise da borracha, possibilitando a ascensão de entidades antes desconhecidas pela população. Ressaltamos que a promoção de um trabalho contínuo e permanente de algumas instituições ocasionou a formação de lideranças e pensamentos em torno de lutas significativas para os grupos, fortalecendo a constituição de cada geração que se envolveu nos movimentos sociais. O contato dessas pessoas com indivíduos de outros estados e lugares possibilitou aos movimentos sociais consolidados no médio Purus os instrumentos e bases para a conquista da terra. O caminho trilhado pelos grupos na região foi criar organizações e associações.

Podemos mencionar algumas instituições que no decorrer do trabalho de campo conseguimos acompanhar como mobilizadora de grupos. Dentre elas a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (ATAMP), fundada na comunidade de Limeira essa associação representa um marco para as comunidades que formam a Resex do Médio Purus, essa associação viabilizou boa parte das conquistas dessa unidade de conservação e tem sua atuação em toda essa região.

A criação desta instituição foi uma das várias associações que a CPT apoiou no sentido da conscientização da importância de ex-seringueiros dos seringais do Purus de organizar-se e lutar por seus direitos territoriais. Na região Purus existe outras associações com grande contribuição no movimento social, mas a história dessa confunde com a história da Resex do Médio Purus. Entre as instituições que mantivemos contato para essa pesquisa destacamos e podemos citar: a Associação dos Produtores da Reserva Extrativista do Médio Purus (APREMP), Associação dos Produtores Agroextrativistas José Gonçalves (APAC-JG); Associação dos Produtores Agroextrativistas da Vila do Acimã Rio Purus (APAVARP); Associação das Comunidades Capiã e Estação. Essas associações representam a tentativa de romper barreiras do poder cristalizado e organizado nas estruturas políticas locais e estaduais na ação dos políticos em união com as oligarquias agrárias que se instalaram na região.

Ao observar as trajetórias das organizações na região de Lábrea podemos identificar que o panorama construído no processo de dominação exercido pelos padrões pavimentou essas ações dos grupos. Temos historicamente a organização de associações, sindicatos surgidos após o pleno exercício de período de notória ação de um poder coercitivo. A Comunidade Limeira, com a ajuda do IDAM e a CPT em 1997 construíram as bases para a criação de unidade de conservação na região. Esse processo foi lento, mas permitiu uma vitória para pessoas que nunca imaginaram sair de suas estradas de seringa.

A chegada ao modelo desta unidade de conservação passou por debates ao ser adotado, cogitou-se a criação de assentamento, mas esse modelo no Sul do Amazonas não prosperou. Houve estudo para realizar assentamento do INCRA no seringal Meteripuíá, mas o problema quanto à desapropriação impediu a conclusão do processo. A união de entidades envolvendo o Conselho Nacional dos Seringueiros, Conselho Nacional das Populações Tradicionais e a Coordenação de Agroextrativismo do MMA reuniram-se em 2000, tendo como liderança Comunidade de Limeira (hoje última comunidade da Resex Médio Purus)

ascendendo uma nova visão sobre a sobrevivência de famílias em territórios ameaçados por diferentes frentes de poder.

Um elemento a ser destacado na região do Médio Purus encontra-se nessas lideranças extrativistas. A maioria formada por evangélicos, a Resex do Ituxi tem como um representante histórico o Pastor Antônio, uma pessoa que conheci no trabalho de campo, mas que por ser ameaçado por fazendeiros, encontrei quase sempre sob proteção da Força Nacional. O avanço da fronteira agrícola nesse período tornou este um destino comum a várias lideranças no Sul do Amazonas.

As questões apresentadas para a criação da Resex do Médio Purus se desenvolveram como maior investimento para essa pesquisa, por se tratar de uma área com densa história de exploração seringalista, por constituir uma luta de grupos minoritários contra grupos majoritários e ameaçados pelo avanço do mercado de terras ancorado no agronegócio.

Assim a criação de unidades de conservação promoveu um intenso debate na cidade, proporcionando uma divisão a princípio entre fazendeiros, patrões contra os moradores das comunidades que reivindicavam a criação da Resex. Em várias conversas que realizei com diferentes pessoas durante o trabalho de campo observei opiniões divergentes sobre a Resex, imagino que nesta época e nos relatos das pessoas que participaram desse processo informaram que parte da população da cidade observavam a Resex como algo prejudicial para a economia do município em virtude das regras rígidas sobre o uso dos recursos naturais existentes.

Pessoas com maior poder econômico acusavam as lideranças da região do médio Purus como Zé Maria I, de manipularem os moradores das comunidades que pleiteavam a criação da Resex. A população da sede do município e moradores das comunidades dentro da Resex do Médio Purus confirmam o registro de pessoas que se deslocam até a área da Resex

para a retirada de madeira e vender na cidade ou exportar para outros lugares. Nos diálogos que travei com as pessoas sobre o fim ou esgotamento dos recursos naturais as pessoas demonstram ceticismo que esses não acabarão como os defensores da unidade apresentam.

As dificuldades encontradas na luta pela criação da Resex Médio Purus, podem ser compreendidas através do depoimento de um agente social que participou ativamente desse processo:

A gente foi em uma audiência pública em Lábrea, rapaz, a gente tinha hora que, nesse dia a gente ficou assim nervoso, muita gente, muito fazendeiro, os bichos tudo com seu revólver do lado, seu chapéu na cabeça, seu charuto na boca, soprando assim que nem um boi. Passava assim pela gente, e a gente aí, os parentes, tem irmã em Lábrea, e ela dizia assim: minha irmã pelo amor de Deus, sai desse meio. Vai haver morte, vai não minha irmã, nós não anda atrás de morte. Nós anda atrás de nossa liberdade, nós anda atrás do melhor para nós. Ninguém quer briga, ninguém quer morte, ninguém quer nada, a gente quer paz, a gente que se organizar para viver numa vida melhor. Ai, não minha irmã. Aí era os comentários do pessoal. Teve muito que foi com a gente, de se esconder. Não apareceu com medo de haver morte. Os fazendeiros mesmos, mal-encarados, eles olhavam assim para gente, deles deixar a gente a mais raso de que o chão. Foi nesse mesmo dia, aí estava foi o convite para o promotor, a juíza de Lábrea, eles foram né, aí eu sei que o pessoal só dando em cima da gente, o pessoal do prefeito, era os fazendeiros, mas, foi quem primeiro falaram. Só dando pau nos vagabundos na beira do rio, que queriam se dá bem em cima dos outros. Aí chegou à vez de o ribeirinho entrar que começaram a falar e tal e tal. Quando foi para a tarde a juíza chegou a pedir desculpa de todos nós, lá. Que ela era juíza ela era formada, mas não para aquele caso, ela nunca tinha visto falar, que ela era formada. Ela pediu para a gente desculpar. Porque nós tava certo. Então nós enfrentamos muita barreira (Eliane Canindé, Entrevista, 2013).

Esse depoimento permite verificar que a luta dos moradores das comunidades que hoje formam a Resex Médio Purus apontou para a hierarquia entre aquele que possuem instrumentos econômicos e contato com autoridades políticas e os grupos que se encontram na luta por direitos sem o chamado “apadrinhamento político”. Elaine representa a resistência de pessoas frente ao poder econômico e político que se instalou nos municípios do sul do Amazonas. Mas a resistência a ideia de reserva ainda persiste em vários grupos e na maior

parte da população do município, durante o trabalho de campo perdi a conta sobre quantas reclamações escutei ou o receio sobre as áreas de proteção criada no município.

A formação de um novo mosaico territorial caracterizado pela criação das Terras Indígenas e unidades de conservação provocaram transformações profundas na vida das comunidades residentes nesses lugares e nas comunidades que se encontram próximas. No trabalho de pesquisa com a equipe de pesquisadores do NEPTA conversamos com moradores de comunidades próximas a Resex do Médio Purus e essas pessoas demonstraram interesse em se integrarem a Resex. A mudança com a criação da Resex pode ser observada nas entrevistas realizadas no trabalho de campo ao qual acompanhamos a construção do Plano de Uso dos moradores desta unidade de conservação, as pessoas nas conversas informaram sobre as mudanças em suas vidas ocasionadas a partir da implantação deste modelo de unidade de conservação. Na entrevista na comunidade de Limeira que realizamos extraímos o seguinte depoimento:

Eu achei melhor por causa disso. E outra também de primeiro ficava tudo mais difícil porque hoje, a senhora pode prestar atenção, pra gente vir pra uma zona rural dessas aqui pra ir uma televisão pro interior era um sacrifício. O cara de primeiro não encontrava uma televisão pro interior e hoje é difícil uma casa que não tenha televisão com um gerador lá na cozinha. Foi na Resex que isso aconteceu. Agora o meu não foi eu mesmo que comprei porque o da Resex veio só o motor de bomba. A luz elétrica chegou depois da Resex. Tudo melhorou e hoje tá melhor, muitas pessoas as vezes pergunta de mim: “Rapaz, melhorou de uns tempos pra cá”. Melhorou porque na minha casa não tinha motor rabeta, eu não tinha um motor bomba, eu não tinha uma televisão, eu não tinha um gerador de energia. Nada disso eu tinha e eu só motor eu tenho seis em casa. Graças a Deus. A qualidade de vida subiu muito. De primeiro eu andava de remo se eu queria vim eu atravessava de um lado pro outro remando, né. E hoje pra gente atravessar o rio tem que ter motorzinho porque se não tivesse melhorado eu não tinha comprado nada disso. E hoje não (Demacildo, Entrevista, 2013).

O depoimento ilustra as transformações na vida das pessoas que moram nas comunidades. Ao observar nos depoimentos de padrões que o governo passou a organizar e ser

o “novo padrão” temos no depoimento do senhor Demacildo uma exposição sobre o conjunto de acontecimentos ocorridos mediante a chegada do Governo Federal que possibilitou avanço em segmentos antes não atendidos pelos donos de seringais. O período atual, sentido como de prosperidade, encontra-se conectado com a chegada dos programas na área social, favorecendo a camada da população desassistida pelo poder público ao longo de anos. Os programas federais implementados nesses lugares possibilitaram as famílias uma certa ascensão social. Programa como o bolsa família ou bolsa floresta possibilitaram o crescimento econômico da renda das pessoas mais carentes da população que estavam reduzidas a compra apenas de produtos básicos para alimentação e que passam a ter acesso a produtos que elevaram a sua qualidade de vida.

O contato com observações detalhadas sobre as transformações na vida dos moradores da Resex do Médio apenas tornou-se possível em virtude de um convite em 2012 da ATAMP a uma das coordenadoras do NEPTA, a professora Thereza Menezes para a realização do mapeamento social⁴⁶. Ela aceitou o desafio de mapear noventa e sete comunidades da Resex Médio Purus, que por sua vez estava limitada por nove Terras Indígenas. A professora Thereza reuniu uma equipe envolvendo a Professora Dra. Ana Carla Bruno, o estudante de mestrado na época Rancejânio Guimarães e eu para essa expedição cartográfica e antropológica.

Para a ATAMP este período representava as ações de consolidação da diretoria na época, nesta mesma expedição ocorreu paralelamente o processo de reuniões com as comunidades da Resex do Médio Purus para organização do seu Plano de Uso. O sentimento adotado para a viagem era de um grande desafio, embarcamos nessa viagem preparados pelas dificuldades a serem encontradas mediante o trabalho colossal e ainda não realizado por

⁴⁶ Informe que o Núcleo de Pesquisas em Políticas Territoriais da Amazônia (NEPTA), encontra-se associado como colaborador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, mediante o contato com grupos em áreas de pesquisa, esses grupos ao demonstrarem interesse na realização do trabalho de mapeamento, o NEPTA possui equipe de pesquisadores qualificados a desenvolver parcerias a favor de grupos que demonstram interesse.

nenhum grupo de pesquisa. A primeira etapa da viagem teve como ponto de saída a cidade de Lábrea em direção a última comunidade da Resex (limeira). A ideia era realizar o trabalho da última comunidade para a primeira comunidade que se encontra próximo da sede do município. O grupo de pesquisadores não tinha a noção completamente clara dos desafios a serem enfrentados. Logo começamos a entender a proporção do trabalho quando no início da expedição o funcionário do ICMBIO na época que era o gestor nomeado pelo órgão fez um panorama da situação da resex para os componentes da expedição.

Para analisar a história das comunidades e pessoas da Resex Médio Purus na conquista da criação deste território é necessário conhecer a comunidade que se tornou símbolo desta luta. A comunidade de Limeira encontra-se localizada no último setor da resex, hoje é parte de uma disputa entre extrativista e indígenas pela posse de castanhais que resultam numa renda significativa para quem coleta. Essa disputa pode ser caracterizada por dois lados, de um lado famílias que se instalaram desde a época dos seringais, de outro lado famílias indígenas que segundo os depoimentos chegaram posteriormente ao local e segundo os indígenas são os proprietários legais, resgatando o conceito de população originária da região.

De acordo com o funcionário e na conversa com alguns extrativistas esse local já teve como proprietário a madeireira conhecida como Manasa, que explorou no auge do período de extração de madeira explorou a região, de acordo com as informações coletadas durante a viagem e posteriormente. Como compensação financeira a empresa realizou replantio de arvores de castanhas nesse local. O senhor Francisco da comunidade Limeira relata essa parte dos acontecimentos da seguinte forma:

A Manasa era a empresa madeireira que veio do sul do Paraná, se instalou aqui por conta de querer crescer justamente compraram ou arrendaram, não sei, essa terra para abrir espaço de grandes financiamentos. Então, ela se

instalou aqui por pouco tempo, ela não ficou muito tempo funcionando aí apesar de a intenção dela era trabalhar com madeira eu não sei o por que mudaram o quadro e passaram a trabalhar no plantio de castanha lá na Manasa. A exploração de madeira foi só considerada para o consumo: construção de casa, ponte essas coisas assim, mas não foi assim para exploração para fazer alastro mesmo. Então com essa chegada desses índios lá, quando a Manasa caiu eles já não ficaram mais lá. Eles desceram para dentro do castanhal e que esse Edimar Castelo Branco já tinha decidido ir embora e passou a responsabilidade para um morador mesmo daqui tradicional, ele mora aqui no Humaitá, foi quem ficou e já conhecia o castanhal, já vinha trabalhando com ele de muito tempo desde a época do velho Eurico, eles se infiltraram no trabalho como trabalhador mesmo, diarista e eles continuaram trabalhando todo tempo nesse trajeto. Quando esse Edimar foi embora e ele ficou sendo o responsável pelo castanhal, com a responsabilidade de quebrar de metade. Ele quebrava castanha aqui, vendia e a metade do valor ele passava pra ele (Edimar) em Manaus. E foi na época que chegou esses índios lá, dois índios, Dionísio e Francisco que tinha o apelido de Janaú e a mãe dele e uma irmã. Ficaram por lá e começaram a entrar e quebrando um pouquinho dessa castanha, quando lá tinha vários moradores. Nessa colocação tinha vários moradores, bastante gente. Eles ficaram e o pessoal foi indo embora as donas do Francisco e do Valdemar que foi nascido e criado lá. Quando chegamos em 1957 eles já moravam lá. Esse Vademar dos Santos com os filhos: Chico, Antônio, Zé, João todos e um bocado deles nasceram depois que nós chegamos, Esse Antônio casa com a índia, que era irmã desse Janaúeo Dónisio continuou morando lá. Eles pegaram e saíram, o Chico morreu tá sepultado lá, ficou os filhos do Chico lá depois resolveram ir para a cidade, morar na cidade foram abandonando e ficou essa família indígena a Iara e três filhos: a Francsica, o Francisco que é o Janaúe Dionisio. O Pedrão continuava quebrando castanha até que chegou um ponto do Pedrão, que morava na beira do rio querer vir se adaptar com moradia fixa dentro do castanhal arrumou uma casinha lá para trabalhar e eles pegaram e derrubaram de machado, os indígenas derrubaram a casa. Começaram a se impor em 2008 quando o governo decretou a Reserva aqui, nós nunca tinha entrado lá por ser bem aqui pertinho nós sabia que o direito era nosso, a comunidade aqui bem dali a gente olha e já começa a ver castanheira, a pontinha final do castanhal é ali (Francisco, Entrevista, 2014).

O depoimento do senhor Francisco nos ajuda a compreender a visão dos fatos segundo os extrativistas. Esses acontecimentos deixam margem por uma disputa que dividiu esses grupos que se ameaçavam mutuamente.

A comunidade de Limeira por sua importância histórica pode ser descrita por receber águas escuras do rio Sepatini, afluente do Purus, algo diferenciado pela região ter predominância de águas barrentas, a entrada neste rio é um mergulho na floresta, mas logo nos deparamos com um conjunto de casas no alto do barranco. Ao subir este avistamos quatro casas de madeira próximo de uma igreja da Assembleia de Deus, que abrigou a reunião para a

construção do Plano de Uso. Ressaltamos que essa instituição possui forte presença na vida das pessoas da comunidade, grande parte dos moradores da comunidade são evangélicos.

A dinâmica realizada para o trabalho de mapeamento e construção do Plano de Uso pautou-se na organização implantada pelo Estado através do ICMBIO (instituição que gerencia a Resex Médio Purus), o órgão dividiu a Resex em setores. Cada setor agrega um número de comunidades distribuído segundo o critério geográfico de localização dessas, dessa maneira seguindo essa organização ocorreu as reuniões. A Resex não foi desafetada das propriedades privadas particulares com um número aproximado de 40 proprietários.

Esses foram convidados, mas não participaram de nenhuma reunião, o que gerou momentos de tensão nos participantes das reuniões que moram em comunidades que ainda trabalham para um desses patrões. De acordo com os comunitários vários desses proprietários não concordam com o processo de criação da unidade de conservação e realizam discursos nas comunidades contra a Resex.

Encontramos nessas comunidades com influência desses “proprietários” o pleno modelo do seringal, o patrão explorando os moradores através da coleta de castanha, alguns cobram a renda (o aluguel das terras ao qual pertence ao proprietário), um modelo de exploração refere-se ao pagamento de acordo com as condições impostas pelo patrão, onde este usa à medida que lhe convêm para a saldar a quantidade recebida de castanha. Nas entrevistas realizadas foram freqüentes os relatos de uso de latas próprio do patrão como medida para a compra da produção de castanha, o preço pago segundo os moradores era menor em relação aqueles praticados por compradores de Lábrea.

A criação de unidades de conservação e Terras Indígenas no Médio Purus como comentei em outra passagem da tese promoveu o acirramento das tensões entre diversos grupos. As diversas lutas por território estavam por toda parte da Resex e se tornou evidente

na mediada que nos reunimos com muitas comunidades envolvidas nesses conflitos. Na primeira reunião realizada na comunidade de Limeira, observamos um debate envolvendo as lideranças indígenas e lideranças extrativistas. A completa falta de diálogo entre os grupos na resolução dos problemas apresentados.

A liderança Zé Maria II, presidente da ATAMP na época comunicou no momento da reunião que foram desafiados pelos indígenas da FUNAI. Que os extrativistas não conseguiriam conquistar o territorial em debate, pois o argumento usado pelos indígenas no debate é que os indígenas “são os verdadeiros donos das terras e que jamais perderam uma causa” porque tem direitos originários. Para as lideranças e comunitários presentes na reunião esse discurso promoveu um efeito de enorme revolta por parte dos participantes.

Na reunião em Limeira ocorreu a chegada das lideranças indígenas na época coordenador da FOCIMP, e um funcionário da FUNAI para dialogar sobre o conflito na comunidade. Essa liderança em seu discurso usou esses argumentos e disse: “os indígenas estão aqui antes de Jesus Cristo”, frases como essa podem ser interpretadas de maneira intimidadora e apenas ajudam na alimentação de uma rivalidade que distancia as pessoas do diálogo na resolução de conflitos.

Os representantes dos indígenas presentes na reunião comunicaram um desencontro de com as atividades organizada pelo ICMBIO, pois o debate sobre o uso dos recursos naturais por parte de indígenas e extrativistas interessava as famílias indígenas presentes na região. Assim ocorreu trocas de acusação sobre as comunicações aos locais de representação, isso apenas demonstrou o desencontro entre as instituições e o enfraquecimento do diálogo entre essas na busca de caminhos menos tortuosos.

A interpretação que realizei a respeito deste episódio ocorrido nessa reunião, estava em disputa o poder de representação de interesses dos grupos a frente das pessoas que esses

representam, pois, cada lado passou a defender sua posição e ideias, não ocorreu uma posição conciliadora que buscasse o diálogo entre os grupos como alternativas de fortalecer as comunidades envolvidas. Uma disputa territorial exige um trabalho técnico e um estudo aprofundado da questão em debate, que nesse caso até o término da pesquisa encontrava-se parada e longe de uma resolução.

Ao presenciar os fatos relatados na reunião na comunidade de Limeira constatamos além dos conflitos entre indígenas e extrativistas, conflitos institucionais em que duas entidades (FUNAI e ICMBIO) mediam força para demonstrar quem possuía mais autoridade frente aos grupos que geria. Os moradores das comunidades apresentavam relatos sobre a boa convivência previa entre indígenas e extrativistas. Algo destacado em conversas informais e entrevistas ao longo do trabalho realizados nas comunidades.

Parte importante da tensão entre comunidades indígenas e comunidades extrativistas são produzidas pela interferência desastrosa e lógica legalista e burocrática das instituições que trabalham com esses grupos.

Temos como exemplo os processos demarcatórios das Terras Indígenas na região de Lábrea, onde a posição de moradores da Resex Médio Purus não fora considerada ou coletada no levantamento de informações para a realização do estudo técnico, esse processo acarretou o sentimento de revolta com a FUNAI e deixam os moradores das comunidades não indígenas em estado de apreensão das famílias.

Essas famílias não indígenas que se encontram em territórios de disputas possuem o temor de saída dos lugares de moradia. Paira o medo de reviver um passado de incertezas e insegurança territorial. A titulação das terras permitiu a indígenas e extrativistas a sensação de segurança, de não estarem sujeitos a autoridade de um patrão. A situação apresenta algumas ações contraditórias, nos depoimentos coletados nas comunidades da resex as pessoas

informaram a existência da presença de famílias indígenas que moram dentro da resex e continuam a morar no lugar mesmo tendo consciência da situação de não pertencerem ao local. Mas por outro lado a FUNAI interfere proibindo a permanência de comunidades não indígenas nas terras demarcadas.

Assim as famílias que se encontram fora da área da Resex desejam ser parte da unidade de conservação com medo de serem retiradas do atual local de residência, essas famílias reivindicam a posse desses lugares. Essa situação resultou na criação de um grupo de trabalho da FUNAI para avaliar a situação dessas famílias, nesse sentido a interferência das instituições governamentais em torno do conflito, pois esse grupo encontra-se proibindo as famílias não indígenas de entrarem nessa área de conflito, enquanto as famílias de extrativistas solicitam o uso da área. Mas nas conversas com moradores de áreas de conflitos territoriais em algumas comunidades as pessoas comunicaram o uso compartilhado dos recursos naturais como alternativa para as necessidades básicas de cada família. No depoimento do senhor Francisco podemos observar esses fatos da seguinte forma:

Eu sei porque, foi exatamente o que ia falando, foi quando a FUNAI fez o levantamento que criou outras áreas indígenas mexia exclusivamente só com os índios, tinha pouco negócio assim. Tinha muito acesso com os índios, com todo mundo lá, eu entendia da medicina, fazia de tudo, eu procurava fazer tudo para ajudar o pessoal. Mas quando a FUNAI entrou e fez o levantamento pra reserva indígena que aprovou, aí eles já começaram a botar protocolo de não-índio não ficar lá tinha que sair fora. Os homens brancos não podiam viver misturados com os índios, eles começaram a me escorar, me dar piadinha, dificultar as coisas querer que eu vendesse mercadoria fiado sem eu poder, e só pagasse se eu desse vantagem se não pagaria se quiser e se não quiser pagar você vendeu porque quis. E aquilo foi me fazendo desgostar de lá. Distância muito longe e a despesa muito grande, eu não tenho pra onde ir eu voltar pra Limeira porque lá tinha minha família. E como eu já vivi lá, começando na idade de 6 anos até a idade de 24 anos, se resume em 18 anos eu posso terminar meus dias lá. Voltei em 1992 e estou até hoje 2012 e a minha tendência é de sair daqui por morte não sei se isso vai acontecer, pode até que uma consequência ruim me faça sair antes (Francisco, Entrevista, 2012).

Ao longo do trabalho de mapeamento social na Resex do Médio Purus, encontramos nas reuniões ocorridas nas comunidades divergências entre a opinião dos moradores e o discurso das instituições governamentais, nas conversas com moradores em conjunto com os moradores informações eram evidenciadas. No caso dos indígenas a demarcação das terras teve a vontade do Estado nesse processo e esteve evidente que esses grupos não reivindicaram esse processo, mas o benefício proporcionado a essas pessoas resultou no fim do patronato pautado na exploração territorial. Apesar dos processos demarcatórios ainda obedecem aos critérios geográficos usando limites de rios, lagos e igarapés onde não contemplam o compartilhamento de recursos naturais entre grupos que por anos dialogaram e dividiram esses, esses pontos deveriam ser levados em consideração em áreas de uso comum.

Os conflitos existentes apenas promovem a diminuição da oferta de recursos a grupos que necessitam desses em virtude das dificuldades encontradas no acesso a esses pois as distancias a serem percorridas na região atribuem gastos elevados com gasolina para deslocamento dentro, nas reuniões os relatos de falta de recursos em algumas comunidades foram constantes e o compartilhamento desses entre os recursos, mas os agentes das instituições que representam as categorias mencionadas nesse trabalho observam como alternativa o avanço das áreas ao invés de divisão do uso de recursos entre as comunidades que encontram-se nesses conflitos.

As principais instituições presentes na região do Médio Purus são os órgãos: ICMBIO, FUNAI e INCRA, as duas primeiras na época da pesquisa gozavam de prestígio juntos aos grupos que os representam. Apesar de na época possuírem redução de orçamento a procura por essas instituições na cidade era constante. A FUNAI que no período de trabalho de campo funcionou em frente à praça central encontrava-se com presença constante de famílias indígenas na busca por combustíveis ou para receber solicitações de atendimento na área da saúde.

O ICMBIO cuja localização está no bairro afastado do centro da cidade e o prédio encontrava-se na época em reforma recebia a visita de moradores das unidades de conservação em busca de combustível e apoio na cidade para situações pontuais das pessoas. Ambas instituições mobilizam ações em torno de conflitos, alimentando as diferenças entre os grupos como forma de promover um afastamento das pessoas.

É possível sugerir que os acirramentos dessas tensões vêm enfraquecendo os movimentos sociais no Purus em um momento de avanço do agronegócio, latifundiários, patrões que se beneficiam dessa fragilidade. Nas reuniões nas comunidades e nas conversas informais onde as lideranças e moradores conseguiam dialogar sem a presença institucional o entendimento se fazia com mais facilidade.

Numa reunião na comunidade de Realeza presenciei um debate caloroso por parte dos comunitários a respeito dos temas proposto pela pessoa responsável pela construção do Plano de Uso das comunidades, o debate girava em torno da criação de acordos quanto ao uso de recursos naturais. Aquelas pessoas com maior experiência não aceitavam a interferência do Estado em proibir o uso de recursos como a pesca, as pessoas jovens compreendiam a necessidade de proibir para garantir a continuidade desses recursos assim como o retorno do crescimento desses.

As bases de um Plano de Uso é o estabelecimento de regras de uso de recursos em uma unidade de conservação, além orientações contidas na legislação temos as regras estabelecidas pelos gestores das unidades de conservação que visam estabelecer uma forma de controle do Estado, nesses casos essas regras encontram-se semelhança com as vivenciadas pelas pessoas no modelo de patronato estabelecido na região. No entanto, o Estado estabelece as regras com base em pressupostos de conservação e sustentabilidade ambiental.

Ao observar a participação dos moradores das comunidades da Resex do Médio do Purus nas reuniões para a construção do Plano de Uso, temos a transformação das vidas dessas pessoas fazendo uma analogia aos “ritos de passagens” de Van Guennep, ou seja, deixava-se uma vida de dominação para uma de ações participativas, onde as regras eram debatidas e estabelecidas por consenso.

Em uma pesquisa antropológica as situações estudadas em trabalho de campo devem relacionar-se com as discussões e leituras vivenciadas no período de estudos das disciplinas estudadas no decorrer de um curso de pós-graduação. Em vários momentos de acompanhamentos das reuniões nas comunidades extrativistas relembra os debates vivenciados na sala de aula e assim compreendia a oportunidade de refletir sobre os processos envolvidos no momento da coleta de dados, a linha histórica das famílias sejam elas de indígenas ou extrativistas na região do Purus estão ligadas ao passado de exploração e dominação.

Foi um tanto quanto chocante deparar-me com as iniciativas das instituições que trabalham com esses grupos e propõe uma gestão participativa das unidades de conservação e Terras Indígenas produzindo barreiras sociais capazes de separar vizinhos, famílias e amigos que em tempos de exploração compartilhavam sentimentos, recursos em torno da tentativa de sobreviver nas dificuldades que se apresentavam.

O advento de luta e conquista dos moradores das comunidades que formam as unidades de conservação na região beneficiou mudanças significativas no pensamento dessas pessoas. No acompanhamento da participação das pessoas nessas reuniões encontramos pessoas com história de vida de superação, na comunidade de Jurucúá conheci uma senhora viúva que mora há dez anos sozinha e esteve à frente do processo de criação da Resex Médio Purus. Ela contou que participar desta luta transformou sua vida. Na conversa com a senhora ela informou que antes ao ver um avião no céu escondia-se na plantação.

No acompanhamento de lutar por seus direitos passou a realizar viagens para lugares que nunca imaginou em ir, hoje ela informou que não sente medo de voar. Para ela o processo de conquista da Resex teve a ver com a vontade das pessoas das comunidades, pois a pressão do prefeito e vice-prefeito na época era a tentativa de amedrontar e intimidar as pessoas durante a campanha pela criação da unidade de conservação.

Esses políticos chegaram a enviar barcos para comunicar as pessoas os problemas, caso os moradores das comunidades assinassem pedido de criação. Essa campanha por pessoas com poder aquisitivo e que tinham interesses próprios no processo promoveu dúvidas nos moradores das comunidades e as pessoas passaram a ficar desconfiadas sobre esse processo, para essa senhora as pessoas tiveram coragem para derrubar os poderosos da cidade em busca de seus direitos. A atitude de lutar pela Resex foi uma quebra de paradigmas, demonstrando que mesmo com conhecimento limitado a respeito de determinados temas essa população possui força suficiente para conquistar seus desejos e anseios.

A chegada das instituições no Médio Purus promoveu transformações em aspectos das relações sociais dos grupos como informado em outra passagem deste trabalho. Nas entrevistas nas comunidades, as pessoas manifestaram-se com posições a respeito dessas mudanças. A entrevista de um comunitário indica que com a mudança veio responsabilidades, limitações e desafios.

Daí pra cá a gente vêm trabalhando individualmente assim. Com a agricultura com algum extrativismo, andiroba, por exemplo, a borracha. Alguma madeira também, não adianta a gente dizer que não trabalha porque a gente trabalha mesmo, e preciso. Principalmente agora esses dois anos, três anos que nós perdemos a safra de castanha, tivemos que usar aproveitar alguma madeira. Agora numa tática bem diferente porque no outro dia eu estive conversando com o Henrique. “Olha Henrique, desde 2008 que não tem cidadão nenhum aqui que chegue e prove. Fale assim o Azeite fez isso assim, assim, mas essa aí ele não me prova. Porque eu derrubei uma árvore de pau para executar a minha agricultura, eu venho usando as capoeiras, eu venho usando a várzea aí que não é preciso eu desmatar. E ano passado, o meu filho, que ele pode ser acusado aí, mas ele eu qualquer pessoa eu levo lá e mostro. Ele trabalhou o

verão todo com cinco arvores de madeira, com cinco arvores de pau aonde todo ano eu derrubava dois hectares e o mínimo que ia levar dois hectares era 300 a 200 árvores. Tinha que derrubar todo ano, eu era agricultor eu plantava cana, plantava café, eu plantava milho, eu plantava o que eu pretendia plantar é porque aqui a gente tá muito atarefado senão eu ia lhe levar lá em casa pra senhora ver a minha plantação (Francisco, Entrevista, 2013).

Com essa fala do senhor Francisco compreendemos como o poder das instituições tornaram-se uma realidade nesta região. Instituições que visam promover o acesso às políticas publicas passaram a exercer um poder de subordinação das pessoas por funcionários e dirigentes que possuem dificuldade de sintonizar seus conhecimentos com as pessoas que vivem nas comunidades.

6.6 Novas ferramentas do poder ou novas oportunidades

Ao longo da pesquisa foi possível acompanhar a chegada dos programas sociais promovidos nos governos de Lula e Dilma voltados á tentativa de retirar famílias da linha da pobreza. Nos capítulos anteriores mencionamos o efeito de algumas ações dos programas sociais sobre os grupos indígenas e em seguida passamos a observar os efeitos nas comunidades extrativistas. Em conversa com Benedito, liderança e morador da comunidade Jurucú (Resex Médio Purus), este informou sobre algumas situações relacionadas com a chegada desses benefícios. Ao ser perguntados sobre as dificuldades enfrentas pelos moradores das comunidades da Resex Médio Purus, Benedito mencionou a compra de produtos para alimentação, pois a ausência de dinheiro tornava esta situação dramática

Para Benedito os programas sociais possuem papel de destaque para ajudar os moradores das comunidades do rio, mas este ressaltou a existência de falhas no processo de cadastramento das famílias nesses programas, ocasionando desvio de dinheiro e prejudicando

as pessoas que necessitam do benefício. Para compreender o efeito provocado pela chegada desses na vida das pessoas extraímos o depoimento do senhor Josimar a respeito do Bolsa Família, ele diz:

Houve melhoria com certeza, houve muitas melhorias de vida. Eu acho que há uns 8 anos atrás o pessoal andava mais remando no rio não tinha motor não. Uns três anos pra cá. Motores já é uma delas, né. Por exemplo, casa. Casa do pessoal era tudo de palha, ninguém tinha uma casa de alumínio. Hoje todo mundo tem uma casinha mais melhor de toda de tábuas. Naquele tempo era paxiúba, você tirava açai, paxiúba que era e espalhava a casa. Hoje o pessoal serra e faz uma casa levantar toda de alumínio de madeira quadrada. Você utilizava pau roliço no mato torava e faia o da casa, fazia de pau roliço hoje é tudo de madeira assim serrada. Temos crédito, o bolsa família. Tem muito a ver o bolsa família, sim. Ajudou muito a população e a agricultura melhorou um pouco, mas mais foi esses planos do governo. Como bolsa família, às vezes uma facilitação num empréstimo pra pessoas (Josimar, Entrevista, 2013).

O depoimento deste senhor aponta o impacto proporcionado pela entrada dos programas sociais no cotidiano dessas pessoas, os benefícios modificaram uma realidade onde os ganhos financeiros estavam estritamente limitados a venda de produtos ligados a exploração dos recursos naturais que raramente cobria todas as necessidades de uma família. Devemos lembrar que as questões envolvendo compra e venda de mercadorias esteve por muito tempo restrito aos regatões nas comunidades e os pagamentos eram vinculados a produção dessas pessoas.

Os regatões por anos controlaram os recursos financeiros obtidos nas comunidades, gerando um modelo econômico de controle da circulação de dinheiro na região, restringindo o valor das mercadorias, em muitos casos ditando as regras de compras e vendas de produtos. A força dos programas sociais permitiu o crescimento sem precedente da transferência de renda às comunidades e oportunizou a esfera política um conjunto de elementos a serem explorados na manutenção do poder.

Um ponto a ser observado com a chegada desses benefícios é que segundo o senhor Benedito, os problemas no processo de cadastramento. De acordo com as orientações governamentais a realização do cadastramento das pessoas está sob responsabilidade do poder municipal. Neste caso os prefeitos têm o controle da distribuição dos benéficos. Este fator interfere no direcionamento de recursos para os grupos fundamentais as quais os recursos são destinados. Em algumas cidades da região do Purus identificamos a criação de programas municipais próprios como forma de atrair o controle sobre as pessoas e ser usado para compra de votos. Esse fato segundo pessoas que trabalham nas prefeituras locais é um artifício usado na conquista de votos, acarretando ameaças de corte no benefício caso o prefeito não consiga seus objetivos.

6.7 Ascensão: Estado Terceirizado

Substituindo os imensos territórios de domínio privado surgiram os grandes mosaicos socioambientais. Em Lábrea observa-se uma concentração de Terras Indígenas, Unidades de Conservação, conflitos socioambientais e iniciativas de promoção de instrumentos de gestão e vigilância territorial. Como forma do crescimento de áreas protegidas nessa região podemos visualizar através do mosaico territorial de Lábrea abaixo, conforme Menezes (2011):

Unidade de Conservação (UC)	Área total (ha)	Área em Lábrea (ha)
Resex Médio Purus	604.290,25	551.704, 73
Flona Iquiri	1.476.073,00	1.476.073,00
Resex do Ituxi	776.940,00	776.940,00
Parna Mapinguary	1.572.422,00	890.713,00
Total		3.695.430,00 (54%)

Terras Indígenas	Área total (ha)	Área em Lábrea (há)
Alto Sepatini	26.096,00	26.096,00
Apurinã do Igarapé Mucuim	73.000,00	73.000,00
HiMerimã	678.365,00	82.149,00
Jarawara/Jamamadi/Kanamati	390.233,00	147.000,00
Paumari do Rio Ituxi	7.572,00	7.572,00
São Pedro do Sepatini	27.644,00	27.644,00
Seruini/Mariene	144.97,00	97.105,00
Tumiã	124.357,00	124.357,00
Kaxarari	147.000,00	98.021,00
Boca do Acre	26.600,00	17.800,00
Apurinã - km 124 da BR 317	42.244,00	33.024,00
Catitu	308.063,00	308.063,00
Deni	1.531.303,00	74.875,00
Acimã	40.686,00	40.686,00
Banawa	195.700,00	1.750,00
Total		1.277.909,00 (19 %)

O processo de reivindicação de territorialidades verificadas a partir da década de 1990 não seria possível sem a presença de mediadores. São estes que informam da existência dos novos estatutos, agenciam a demanda por eles e colaboram na capacitação para gestão administrativa e financeira das diversas associações criadas na região. De acordo com Menezes (2011), devido à grande quantidade de novos territórios e demandas por criação, expansão, controle e gestão que vemos em Lábrea, observou-se um vasto conjunto de organizações devotadas à assessoria para a gestão de projetos, sobretudo nas Terras Indígenas. Temos a presença no município apoiando comunidades, organizações e associações formadas por povos tradicionais, por exemplo, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), CIMI (conselho Indigenista Missionário), CNS (Conselho Nacional de Seringueiros), GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), OPAN (Operação

Amazônia Nativa). Promoveram novas configurações e influenciaram as pessoas de diferentes formas produzindo empoderamentos ainda não conhecidos na região. Com a ascensão desta nova categoria de ator social os papéis dessas instituições deixam de ser secundários e tornam-se protagonistas, transformando parte da estrutura de poder constituída hoje na região do médio Purus.

A categoria associação é uma imposição para o reconhecimento jurídico de instancias de tomada de decisão coletivo, etapa imprescindível para a gestão de projetos e políticas públicas por estas organizações. No campo indígena, houve nos últimos vinte anos um grande avanço numérico das organizações indígenas, e este crescimento deveu-se em parte a apropriação de práticas aprendidas no contato com os parceiros não-governamentais. Segundo Silva (2002), as organizações indígenas, e poderíamos acrescentar também as associações de outros povos tradicionais, visam a constituir um instrumento de representação política para a reivindicação de direitos territoriais e serviços de assistência (saúde e educação) e a necessidade de instrumento para buscar recursos para o desenvolvimento de projetos de apoio à produção, geração de renda, recuperação de áreas degradadas. Temos na formulação das ações promovidas pelas instituições o apoio á formação e ações dos indivíduos presos ao modelo patronato, mas até que ponto esse modelo promoveu novos olhares ou apenas reorganizaram o sistema de dominação? A sensação de liberdade pode ser observada diante da seguinte fala:

Bom na época nós tivemos, começando pela CPT, IEB, GT&A, IBAMA. Esses aí foram os quatro parceiros. Hoje o IBAMA não tá mais ao nosso lado, tá o ICMBio que é quem tá substituindo o IBAMA. Tem o CNES, o Conselho Nacional dos Seringueiros. Foram esses cinco parceiros que se incorporaram com nós que tanto fizeram por nós que encorajava a gente. Partir pra cima, incentivava, mostrava mais ou menos a saída, fazia articulação para agrupamento de reuniões. Tudo enfim, porque até essa época aí a população era totalmente cega não tinha assim atividade nenhuma que direcionasse a algum governo, vamos falar assim, ao governo. Você é governo. A lei daqui é governo estadual. A lei é governamental, pois é a

gente não tinha esse conhecimento para quem se direcionar, se era governo se era governo federal, governo estadual. Nós começamos a ter conhecimento dentro da audiência pública que estava no governo federal, governo estadual, governo municipal. Toda essa moçada tava na audiência pública (Francisco, Entrevista, 2013).

Com a chegada dessas instituições no Médio Purus observa-se um momento ímpar a experiência de gestão. Em Lábrea, a Organização dos Povos indígena do Médio Purus (OPIMP), fundada em 1995, assumiu em 1999 a gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-Médio Purus) - Funasa. Segundo Franco (2009), este momento representou a “superação da imagem do índio como freguês do patrão”, visto que este passou a “ocupar o posto de comprador e empregador, assinando anualmente convênios nas cifras de um a dois milhões de reais”.

Os relatos nos capítulos anteriores remeteram aos problemas de gestão de recursos relacionados à falta de experiência dos indígenas na organização burocrática exigida pelo Estado. Por falta de apoio técnico, político e administrativo, a OPIMP endividou-se e sofreu múltiplas condenações na justiça trabalhista. Desde 2005 a organização estava paralisada por este impasse e acometida por crescente desgaste político que redundou em sua extinção.

Em maio de 2010, o movimento indígena reage a esta situação, reunindo-se em assembleia e fundando a Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) que teve como bandeira inicial o diagnóstico e planejamento para a gestão territorial das Terras Indígenas do médio Purus. O chamado “renascimento” desta instituição promove uma disputa de poder de representação dos indígenas ocasionado uma tensão entre as próprias pessoas desse movimento. Essa configuração remete a uma instabilidade por parte das organizações e das pessoas que se encontram a frente das instituições.

As instituições públicas instaladas na cidade desde a criação das unidades de Conservação e da demarcação de Terras Indígenas passaram a compor um papel de protagonistas. Uma situação observada neste período da pesquisa foi a ascensão de pessoas

que militavam nos movimentos sociais e passaram para cargos públicos fato comum nos tempos do governo do PT. Essa situação promoveu indagações sobre o efeito dessa ação sobre os movimentos sociais e na vida social das pessoas que moram no Purus.

Os conflitos entre as instituições e as trocas de acusações são constantes, observamos estas situações no trabalho de campo ao visitar as Terras Indígenas e Unidades de Conservação, os relatos dos moradores uma situação apontada era a força existente antes das demarcações realizadas. Nesses órgãos públicos a rotatividade de funcionários, no caso da FUNAI, essa situação prejudica a proteção aos grupos que sofrem a pressão de grandes empreendimentos, em conversas com pessoas que trabalham nas frentes de proteção isto apareceu como queixa. A preparação de pessoas para o trabalho com as etnias isoladas é preocupante, entre os grupos ameaçados na região estão os Suruhá. Nesse grupo a população têm diminuído ano após ano. Para as pessoas que trabalham na FUNAI a burocracia tornou-se um empecilho em ações que alcance os grupos que necessitam de proteção.

Alguns funcionários com quem conversei mencionaram o problema de organização da instituição em Lábrea. Um problema ocasionado pela interferência de lideranças indígenas sobre a instituição impedindo ações efetivas em torno das Terras Indígenas, alguns informantes comentaram que os projetos a serem implantados em Terras Indígenas precisam ser aprovados pelas lideranças das instituições e não pela comunidade.

O diálogo com os funcionários da Funai permitiu conhecer o funcionamento e a atuação da instituição nas relações com os grupos indígenas. Como comentamos anteriormente, o advento do governo do partido dos trabalhadores e a incorporação de pessoas ligadas ou com passagem pelos movimentos sociais influenciou e alterou o perfil do órgão em Lábrea. Em alguns momentos dessa pesquisa obtive dúvida sobre quem influenciava quem, se era o governo que influenciava os movimentos sociais ou se era os movimentos que influenciavam o governo. Na época o coordenador da FUNAI Luís em conversa informou que

as comunidades indígenas vêm pressionando a instituição para a implantação de projetos nas comunidades indígenas que de acesso a alguns serviços. A crítica dessas comunidades é que esses projetos existem apenas na sede do município.

Como o Luís estava na época a frente da instituição este prometeu para as comunidades tentar viabilizar a demanda, mas informou que a maior parte das ações nesses locais não ocorreu em virtude da necessidade do aval FOCIMP. Uma observação a ser realizada neste período da pesquisa está relacionada sobre a influência do coordenador Zé Bajaga sobre o Luis, o coordenador da FUNAI. Ressalto que a ascensão do Luís como coordenador teve influência direta de Zé Bajaga junto a FUNAI ao nível nacional.

Em uma dessas situações de conversa no restaurante do hotel, almocei com um enfermeiro da SESAI, instituição que presta assistência à saúde indígena no município. Nessa oportunidade obtive a chance de conhecer a situação da saúde de indígenas que habitam as áreas de proteção da FUNAI. Este comentou que o trabalho nessas áreas requer alguns desafios como a comunicação com grupos que não dominam a língua portuguesa e apenas alguns enfermeiros não indígenas trabalham.

Geralmente desenvolvia trabalho com a etnia Jamamadi, segundo seu relato o tempo de trabalho no posto dessa etnia dura cerca de 45 dias no posto e posteriormente permanecem de folga por 23 dias. O enfermeiro informou que permaneceu no posto no período de 63 dias na Terra Indígena Jamamadi e com isso aprendeu algumas palavras dessa etnia em decorrência do tempo de trabalho. Em sua análise sobre a política indígena aplicada a saúde indígena o governo aplica altos valores para o setor da saúde no município. Para exemplificar essa situação mencionou um fato sobre um índio Jamamadi que ao ser picado por uma cobra mobilizou uma ação envolvendo equipe médica para prestar cuidado deste, chegou a permanecer na companhia de enfermeiros com ele durante vinte e quatro horas, o índio

chegou a ser deslocado para Manaus onde a equipe o acompanhou por todo o tratamento prestado.

Na conversa perguntei como funcionava a contratação das pessoas neste setor e este informou que a SESAI realiza convênio com uma instituição que recebe o recurso e contrata as pessoas que trabalharão com a saúde indígena. Hoje a principal entidade que contrata em Lábrea é a Missão Evangélica Kaiuá, cuja sede encontra-se no Rio Grande do Sul, mas possuem um escritório no município. O contrato tem duração de um ano, que são renovados de acordo com a necessidade e qualidade do serviço.

As instituições não governamentais que passaram a atuar no médio Purus têm contribuído em diversos aspectos para a consolidação dos movimentos sociais e dos grupos que por anos sofreram a força do poder econômico. No trajeto da pesquisa percebeu-se o volume de recursos direcionados para alguns segmentos e grupos em detrimento de outros. O crescimento desse segmento, a organização dos movimentos sociais possibilitou surgimento de formas de dominação sobre os grupos sociais subalternos e com pouco acesso de informações e de alguma maneira tem projetado seus desejos e objetivos sobre esses grupos⁴⁷. Os seguintes depoimentos demonstram a força das instituições sobre a vidas dos moradores:

Eu pensei assim que fosse ser uma coisa difícil para nós. O senhor sabe que existe boato a gente ouve muito. A pessoa dizia que tem área aí que a reserva ta funcionando, e o povo saiu tudo pessoal ta tudo com medo de colher pau, isso e aquilo outro, por que a reserva, nem comerciante não pode vir mais no porto comprar mais o produto de vocês, vocês não vão poder tirar mais nem um caniço para vocês para vocês mariscar, nem pode fazer um casco, não pode tirar uma madeira para fazer casa. Então, era esse o caso de todo mundo, de assinar, de refugar, se fosse o caso, de piorar, se piorar mais do que estava, nós estávamos achando mais seguro. Porque nos tava achando que numa hora, ai, todo mundo ia para cidade, sem ter trabalho, sem ter emprego, devido as áreas indígenas. Nos atrapalhou muito, esse lado, aí realmente beneficiado muito a nós e agora só o lado da reserva, tem que ser

⁴⁷ Na tese “O Trecho, as Mães e os Papéis Movimentos Sociais e Durações no Norte de Goiás” o antropólogo Abdré Dumas comenta sobre processo semelhante ocorrido em sua pesquisa. “Aí o capitalismo chegou em Minaçu e derrotou, escravizou mesmo as pessoas. Esses dias mesmo eu estava dizendo, brigando, dizendo que o MAB ajudou a escravizar. Ajudou, porque não deu conta de fazer nada por nós”. (GUEDES, 2011, P. 108)

dentro da reserva, mas agora temos certeza que agora ninguém vai chegar e se apoderar. Porque nós temos a força, agora tem o ICMBio também nós podemos saber, coisa que não podemos resolver aqui, nós temos a quem procurar (Manoel, Entrevista, 2013).

Já o Francisco afirma que:

Perfil dos moradores da reserva: é morador aqueles que reside na reserva mais de 5 anos. Entrada e saída de moradores: as comunidades é permitida aceitar e recusar novos moradores em assembleia. Extrativismo: Proibida a derrubada de arvores de andiroba, copaíba, açaí, castanheira, piquiá, cuxi, samaúma, seringueira, entabua, cedro na área da reserva. O uso de recursos em comunidades vizinhas é permitido, desde que a acordado pelas comunidades. O uso de seringueiras será permitido somente se realizado com métodos tradicionais e sustentáveis, apenas aos moradores da Resex é permitido explorar o recurso do extrativismo, salvo em caso de acordo arbitrada pela ATAMPE. Madeira é permitida a retirada de madeira para a construção de casa e embarcações de moradores de reserva. O uso comercial em larga escala e o manejo deve ser discutido e aprovado com a ATAMPE e no ICMBio. É proibido pesca predatória na área da Resex (Francisco, Entrevista, 2013).

No caso das entidades que trabalham com os grupos de seringueiros, extrativistas, pescadores, agricultores e outras identidades sociais presente na região destacamos o trabalho da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) presente há trinta anos em Lábrea e promovendo reuniões que permitam o desenvolvimento de organizações a favor dos direitos dos moradores de unidades de conservação e das pessoas mesmo que não estejam organizadas. O trabalho da CPT consiste nas duas Resexs (Ituxi e Médio Purus), assentamentos localizados próximos ao município e atendimentos de moradores em ramais. A presente instituição promove junto aos grupos citados ações em torno de promoção da organização dos grupos perante os desafios de resistir ao poder econômico e pela conquista de direitos negados ao longo dos anos.

Uma instituição que desenvolveu trabalho com diversos grupos indígenas e extrativistas foi o IEB⁴⁸, cuja área de atuação compreende a região do Madeira e do Purus contando com seis escritórios regionais: Brasília (sede), Manicoré, Boca do Acre, Lábrea, Humaitá e Belém. Essa instituição tem atuado através de recursos captados atualmente por treze fontes de financiamento: USAID, FUNDO VALE, PDPI, GIZ, MMA e outros. A entidade tem priorizado a capacitação de cursos e intercâmbios de experiências voltadas ao fortalecimento da proteção ao meio ambiente e de grupos sociais. A realização de cursos e assessorias buscam fortalecer a concepção de fortalecer o sentimento de conservação entre as populações do Sul do Amazonas.

O volume de recursos empregado por instituições em ações em torno das comunidades e dos grupos na região é vultoso, essa nova categoria de trabalho envolveu a utilização desses recursos em projetos de colaboração junto as comunidades. Esse tipo de ação pauta-se na escolha de determinados grupos, lugares e em alguns casos pessoas para participar dos projetos idealizados. Essas entidades passaram a concorrer a editais, os recursos que sustentam os projetos podem ser da iniciativa privada ou como ocorreu nos últimos do Governo Federal⁴⁹, que ajudaram a captar recursos na busca de projetos que beneficiem a vida dos grupos envolvidos nos projetos.

O desenvolvimento dos grupos em regiões como o Sul do Amazonas proporcionou a ascensão de novas lideranças nos movimentos sociais atentas aos novos tempos e com isso essas passaram a trabalhar em conjunto com as instituições em torno da captação de recursos.

⁴⁸ O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma instituição brasileira do terceiro setor dedicado a formar e capacitar pessoas, bem como fortalecer organizações nas áreas de manejo dos recursos naturais, gestão ambiental e territorial e outros temas relacionados à sustentabilidade.

⁴⁹ Desde o primeiro mandato do Governo Lula ocorreu um investimento em projetos sociais de combate à pobreza, nesse sentido editais foram abertos na busca de projetos que ajudassem no desenvolvimento de ações em grupos que se encontram distantes dos grandes centros urbanos e que necessitava de uma assistência para o desenvolvimento. O volume aplicado dobrou no segundo mandato, em todos os setores obtiveram acréscimo nos recursos utilizados.

Em observações durante o trabalho de campo nos dados coletados para esse trabalho e na dissertação com membros da equipe de pesquisadores percebeu-se que as lideranças de grupos passaram a constituir figuras de valor no cenário social do contexto do Sul do Amazonas. Há casos de lideranças que passaram a receber recursos da prefeitura e algumas lideranças se aventuraram na esfera política como alternativa para criar uma oposição aos grupos dominantes da esfera social.

O processo de formação de novas lideranças possibilitou a entrada de mulheres em um ambiente com total predomínio masculino, mas essas mulheres que passaram a integrar esse panorama sofrem preconceito, mas são cada vez mais respeitadas perante os demais grupos políticos. As mulheres que conheci na pesquisa mereciam um capítulo a parte na pesquisa em virtude das dificuldades enfrentadas em conquistar seu espaço dentro da vida social e dentro dos movimentos sociais que ainda são muito machistas em alguns momentos. Como em páginas anteriores fiz uma exposição de uma liderança indígena feminina, devemos mencionar a presença de mulheres extrativistas como lideranças que se encontram a frente das ações do movimento.

Podemos mencionar o caso da liderança feminina do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Vanderleide, que é filha de seringueiro. Com a morte prematura do marido passou a integrar o movimento de seringueiro em Lábrea e a representar a entidade na região. Em entrevista ele comentou sobre sua trajetória no movimento da seguinte forma:

Eu fui convidada pra reunião, eu conheci o Manoel Cunha, eu era vizinha de um rapaz que trabalhava na CPT, era coordenador, aí a gente por lá conversando, falando sobre a questão dos regatões, me deixou chateada, por causa que eu via como que era feito com meu pai, era escravizado, não só meu pai, mas, meus tios, meus irmãos, morriam de trabalhar e nunca tinha nada, só devia, devia, e comecei a conversar, aí o Manuel Cunha me convidou pra eu ir pra reunião que ia ser a escolha da coordenação pro Conselho Nacional de Seringueiro na época, em 2004, eu no começo eu falei; acho que não, eu disse era a boca da noite, quando foi de manhã eu resolvi, já que o motivo é nobre né, meu pai falava muito em Chico Mendes, era fã do

Chico Mendes. E fui, e na hora a gente começou a pôr assim: “Se fosse coordenador, o que você poderia fazer pra melhorar? ”. A gente foi fazendo, não só eu, mas os outros candidatos, e ganhei, foi feito a eleição, foi unânime sabe, todo mundo começou um voto, dois votos, mas aí pronto, 2004 dia 24 de dezembro, era para três anos, mas passei a ser diretora do CNS (Vanderleide, Entrevista, 2012).

O depoimento desta liderança demonstra que alcançar um nível inicial de trabalho em torno de luta por direitos impõe desafios que na maioria dos casos exige um alto grau de confiança da pessoa que enfrenta o trabalho numa região historicamente atrelada a exploração e dominação da população. O trabalho dos grupos visava atender as reivindicações desses trabalhadores que na região promovem uma representação diante do quadro de exploração presentes na vida desses trabalhadores. O discurso de Vanderleide que presenciei numa reunião na Assembleia da ATAMP relatava que muitos dos os problemas são causados por funcionários de Brasília que não atendem as demandas solicitadas pelas entidades na base. Em sua comunicação a liderança lamentou a ausência de recurso de sua entidade como fator de limitação das ações, deixando seu trabalho limitado a acompanhar as entidades que possuem recursos com possibilidades de mobilização.

As entidades sejam governamentais e não governamentais na região do Purus possuem necessidades específicas para a realização de trabalho nessa região, as dimensões territoriais promovem desafios a realização de ações. Nessa pesquisa ao acompanhar a prestação de contas da ATAMP, o presidente informou que os gastos elevados para a realização da assembleia desta entidade apenas tornaram-se possível pela colaboração dos órgãos públicos como INCRA e ICMBIO que conseguiram a liberação de recursos financeiros.

O ato de prestar contas frente a assembleia demonstra o poder do governo e sua capacidade de mobilizar recursos capazes de movimentar e transformar a vida das pessoas. Outra demonstração de força do Estado é o do cadastramento para o Bolsa Verde, os números

referentes as pessoas cadastradas no universo da Resex Médio Purus indicam com quase mil e quinhentos pessoas beneficiadas. As parceiras mencionadas com agência governamentais e não governamentais possibilitou compreender que a questão financeira exerce um poder determinante sobre as ações dessas associações e não devemos esquecer os interesses que regem as ações de cada financiador neste cenário.

Nas reuniões nas comunidades os participantes mostravam sua insatisfação quanto às ações promovidas pelo governo, entre as falas na assembleia da ATAMP destaco a fala do senhor Azeite, este questionou os representantes da prefeitura de Lábrea e do IDAM a respeito da falta de incentivos dos governos. Este comentou: “O que nos levou a ser predadores foi a falta de opção e apoio dos órgãos públicos, sejam municipal, estadual e federal”. Essa fala problematiza a falta de ações efetivas dos governos, este comentário refere-se a crise da borracha que levou os seringueiros a migrar para o trabalho na extração de madeira. A resposta dos representantes teve início pelo representante do IDAM procurou direcionar que o agricultor deve analisar o mercado para observar a aceitação do produto para que exista um produto de qualidade a ser comercializado. As respostas dos dirigentes municipais apenas foram formais e não aprofundaram as situações questionadas pelos comunitários, como as próprias pessoas colocaram “eles fugiram do assunto” para não se comprometer com algumas questões.

Ao acompanhar a eleição para a nova diretoria da ATAMP durante a assembleia percebeu-se uma movimentação e articulação intensa para a eleição para a nova a diretoria, com muitas conversas de bastidores para a formulação de uma chapa que posso continuar as ações pela atual diretoria. Entre as observações notadas em um dos intervalos verifiquei que apenas havia a inscrição de uma única chapa. Mas diante do início do processo eleitoral e a inscrição dessa única chapa ocorreu um fato curioso parte dos participantes da assembleia: questionaram a presença da única mulher da chapa, a dúvida estava em sua atuação frente as

ações promovidas pela diretoria, foram várias manifestações contrária a presença no cargo da chapa.

Com as manifestações as duas lideranças da associação reorganizaram e debateram internamente esse tema, as lideranças justificaram a presença desta senhora porque a ATAMP teria sido criticada pela ausência da presença feminina. Assim buscou-se atender as demandas dos associados e a legislação que exige a presença de uma mulher. A Presença desta senhora gerou um debate intenso sobre a composição da chapa a concorrer a eleição e diante do impasse a solução encontrada foi anunciar no microfone a necessidade de ter uma mulher presente no local para ser voluntária a concorrer na chapa. Com um processo longo de debate surgiu uma senhora, esposa de um comunitário que conhecemos e diante da situação ocorreu uma situação incomum a disputa das duas mulheres para saber quem iria compor o cargo de secretária da chapa. Diante do quadro ocorreu a eleição da segunda candidata, o interessante deste fato que descobri posteriormente é que ambas mulheres pertencem à mesma família. A situação demonstrou uma certa dúvida das pessoas presentes no local em virtude da mudança a ser feita se haveria uma postura diferente. Resolvi aprofundar o fato para descobri o que estava atrás da situação, descobri em conversa com outros participantes da reunião a existência de disputas entre famílias por uma ascensão ao posto de lideranças nas comunidades e que as duas mulheres possuíam essa ambição em suas comunidades.

A respeito deste tema de continuidade de liderança observamos o discurso de posse da nova diretoria, as falas direcionaram para uma ideia de continuidade nos trabalhos desenvolvidos pela associação que até então geraram satisfação por parte da população da Resex. A liderança que deixava o cargo realizou um balanço a frente da associação, ressaltando as perseguições políticas e ameaças de morte pelo fato de lutar pelos direitos dos grupos residentes nesse local.

Segundo este ao chegar à sede do município a polícia local recomenda que este não procure andar na rua e que durante a noite permaneça na residência em que se encontra. Ao descrever sua trajetória de liderança frisou a ocupação de cargo de liderança da comunidade, posteriormente, sua ascensão a presidente da associação durante o processo de criação da Resex. A liderança se emocionou ao lembrar dos fatos de sua trajetória. Isto promoveu uma comoção aos presentes na assembleia e com isto anunciou sua pré-candidatura a vereador, mas que ainda depende das convenções municipais para realmente ser candidato. No término de seu discurso chamou o candidato a prefeito que irá apoiá-lo nas próximas eleições. Essa performance gerou uma euforia e animação nos participantes da assembleia e deixando um clima de alegria e descontração.

Essa situação presenciada ajudou-me a perceber que as instituições em Lábrea todas possuem objetivos e metas traçadas por seus dirigentes sejam elas para o bem público ou benefício próprio. Percebemos que alguns cargos se tornaram trampolim para vôos mais altos ou ocupação de outros cargos, sejam patrões ou líderes comunitários a ideia de acumular capital político atravessa as organizações de segmentos subalternos e coloca em marcha um projeto em curso voltado a desafiar a tradicional e restrita distribuição de poder na região.

Nos contatos com as lideranças das instituições no trabalho de campo ocorreram momentos de tensão em virtude da incorporação da ideia de autoridade por pessoas que se encontram na posição de liderança passam e se sentem revestidos com o “manto” da autoridade conferida pelo grupo.

Nos diálogos com a liderança indígena da FOCIMP os momentos tensos foram constantes, particularmente em 2013 ao tratar dos detalhes da publicação dos fascículos sobre os indígenas de Lábrea enquanto pesquisador do NEPTA no trabalho executado com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

O fascículo tornou-se um objeto de troca, ao tratar deste tema com a liderança o seu tratamento comigo modificou-se. Se antes havia uma certa resistência na colaboração com este objeto, como mediador da construção do fascículo, a liderança passou a trata-me de forma próxima.

Essa mudança possibilitou conhecer aspectos antes não abordado, entre os temas que desvendi estava a relação de conflitos e desavenças com pessoas na cidade e isto ajudou a refletir o caminhar com as instituições e outras pessoas que mantinha contato em campo. Enquanto pesquisador vivenciei momentos distintos, ao dividir o campo em tempos diferentes no primeiro trabalhei com os indígenas e logo o rótulo de pesquisador sobre temas indígenas, no segundo momento trabalhei com os seringueiros e extrativistas e as pessoas modificaram meu estatuto como pesquisador desses grupos, o último trabalho de campo ao qual dediquei boa parte do tempo em entrevistar patrões, ex-patrões, comerciante, regatão, latifundiários, fazendeiros essa situação problematizou uma dúvida sobre as relações que construí em toda trajetória.

Esses momentos apenas promoveu a compreensão da forma situacional do antropólogo, a partir das experiências onde durante um intervalo de tempo as observações sobre meu papel de pesquisador podendo ser interpretado como um tipo de “poder” que não percebemos em campo. Refletir sobre a constituição e os efeitos sociais de processos de patronagem, formas estatais e associativas implica uma dada abordagem do poder. A opção teórica que escolhi para abordar essa temática foi buscar compreender a categoria poder como datada e apoiada em estratégias de dominação específicas, ou seja, o poder se encontra adjetivado por uma época. Segundo Foucault, *o poder não é uma instituição, uma estrutura, uma lei universal: é o nome dado a uma situação estratégica complexa, em uma situação determinada* (FOUCAULT, 2005). Assim, pensar o poder e processos de dominação no Médio Purus exige situar o processo o processo colonial que modificara as formas de

organização social pré-existentes constituindo um discurso e uma forma de gerir uma estrutura de dominação, bem como as configurações históricas que emergiram com a crise deste modelo.

As transformações ocasionadas na região desde a formação dos seringais e transcorrendo com o período de exploração da madeira e na formação de um novo estatuto compreendido mediante a demarcação de Terras Indígenas e da criação de Unidade de Conservação afetaram diversos aspectos da vida dos grupos sociais instalado nessa parte da Amazônia, portanto não podem ser excluídos como estes processos atingiram as populações indígenas e os extrativistas que possuíam suas formas próprias e não necessariamente coercitivas de lidar com o poder.

A mudança ocorrida com a chegada do poder colonial ocasionou a expulsão de vários grupos dos territórios que o ocupavam tradicionalmente, mas logo percebemos a formação de um modelo de exploração que se perpetuou por anos e ainda hoje possuem suas ramificações presentes com a explosão do agronegócio. Entre as possibilidades de transformações temos a organização dos movimentos sociais sejam esses pelo modelo estabelecido pelas instituições estatais, ou seja, pelas instituições não-governamentais que indicaram caminhos a seres trilhados aos grupos, mas encontram-se condicionados a captação de financiamento que problematiza uma dependência dos grupos a determinados modelos de organização social.

O Purus em toda sua história possui o deslocamento de pessoas como uma constante nos seus processos territoriais, seja através dos deslocamentos dos povos indígenas de seus territórios, seja o deslocamento de nordestinos para o trabalho nos seringais e, mais recentemente como área de destino da nova colonização de grupos de agricultores expulsos do Paraguai (brasiguaios) e Bolívia.

Com a crise da economia seringalista e a decadência do patronato ligado a esta atividade ocorreu à distribuição da população moradora desses locais ao longo do rio, formaram-se comunidades de pequenos agricultores que exerciam a exploração de castanhais, abastecendo as cidades da região. A chegada do agronegócio promoveu transformação nas relações interpessoais e a criação de formas mais sofisticada e indiretas de domínio da máquina pública.

Nos trabalhos de pesquisa produzidos na Resex do Médio Purus e nas Terras Indígenas em Lábrea encontramos relatos de moradores sobre as mudanças transcorridas neste período de demarcação de fronteiras, comunidades que anteriormente conviviam pacificamente e usufruíam de uso de recursos comuns, hoje se tornaram adversários e disputam recursos naturais tornando várias áreas de uso comum em zonas de conflito entre indígenas e extrativistas.

A criação de escritórios de instituições como FUNAI e ICMBIO se fez necessário na região com a reconfiguração de territórios geridos pelo Estado. Esta mudança tornou certas estas entidades do Estado, especialmente Funai e ICMBIO, agentes tutelares gestores e fiscalizadores de vastos territórios comprometidos idealmente com um modelo de gestão participativa.

Essas entidades promoveram a formação associativa como instrumento de empoderamento desses grupos, as instituições não-governamentais observaram nesse tema a possibilidade de entrar nesse debate e colaborar no fortalecimento desses grupos em torno de projetos e financiamento que fortalecessem determinadas práticas formadoras.

O surgimento de associações incentivadas pelas organizações não governamentais e a interiorização de práticas e gestão coletiva desencadeou a desconfiança dos moradores pouco familiarizados com formas de poder não hierárquicas e coercitivas ou com códigos

(conjunto de regras) de comportamento fundado em crenças às vezes muito distintas, mas difundidas como indiscutíveis pelo Estado. Esse modelo incentivado pelas instituições não governamentais distanciou os grupos em torno de temas que eram de comum acordo, essências para o fortalecimento não apenas dos movimentos, mas da mudança de pensamento em relação ao processo de dominação que a população Purus enfrentou por anos. Em relação a esse modelo do imperativo do estabelecimento de normas, Bourdieu comenta que toda ordem estabelecida tende a produzir a naturalização de sua própria arbitrariedade (BOURDIEU, 2007).

Segundo Bourdieu, o indivíduo constrói uma leitura de mundo a partir de seu processo de formação. Essa experimentação do mundo social através do *habitus* internalizado através das vivências que experimentou em sua trajetória conduz esse sujeito a se ajustar dentro dos modelos sociais estabelecidos. Portanto, ao analisar as trajetórias dos agentes sociais e entrevistas de indígenas e extrativistas observei que a contribuição para compreender como essas ações afetaram suas vidas e os efeitos na organização das comunidades, segundo Bourdieu, analisar como os grupos montam a estratégia de dominação e resistência a esta. Ao adotar essa análise de Bourdieu percebi que cada comunidade traçou rumos no sentido de resistir e superar a dominação.

As colocações de Bourdieu ao tratar do Estado demonstram este como detentor de um discurso centralizador ancorado na ideia de família e na e normatização e imposição de expressões que idealizam o mundo social dominante. O estudo dos efeitos da presença do Estado exigiria, segundo Bourdieu, uma reconstituição do processo de construção desta instituição na área pesquisada. Nessa pesquisa, busquei compreender o funcionamento das estruturas não governamentais para entender melhor o funcionamento de instituições com ligação com Estado. Afinal, não podemos esquecer boa parte do financiamento dessas instituições são recursos oriundos do Estado, temos nesse caso uma “terceirização” de ações

estatais, como exemplo podemos mencionar a construção de planos nas unidades de conservação e Terras Indígenas realizados por essas instituições, mas com o aval do Estado.

Em toda a trajetória da pesquisa essas instituições estavam presentes com algum projeto, mas ao término do trabalho identificamos que a crise financeira que iniciou no fim do segundo mandato do Governo Dilma ocasionou a diminuição de recursos a serem aplicados para ações a favor desses grupos, conseqüentemente diminuindo o trabalho dessas instituições junto aos grupos mencionados.

A presença das instituições não governamentais na região do Médio Purus pode permitir interpretações várias em virtude do campo de atuação que essas passaram ter nas ações desenvolvidas junto as comunidades, na influência na formação de lideranças e políticas sociais.

No caso dos grupos no Purus o poder se multiplica e pluraliza com a criação de subgrupos nos grupos, as lideranças comunitárias produzem micro poderes que empoderam comunidades, mas que também seleciona quais comunidades ou pessoas participam devem participar das ações financiadas pelas instituições não governamentais.

Considerações finais

Ao promover uma escrita conclusiva a respeito deste material de pesquisa busco articular algumas ideias e discussões traçadas a partir dos capítulos anteriores. Busco nessas folhas uma síntese capaz de transmitir as falas dos agentes sociais que participaram deste trabalho e possibilitaram um olhar sobre a região do Purus em consonância com os fatos ocorridos em décadas que o poder e a dominação dos padrões marcaram nas pessoas moradoras dessa região situações sócias que reproduzem uma estrutura que apesar dos avanços obtidos persiste em continuar nos aspectos da vida cotidiana.

Ao revisitar a leitura de obras e escritos do período que se configura como o processo de colonização e ocupação territorial do Purus onde apenas encontramos elementos para apoiar as ideias que a Amazônia através do rio Purus possuía um potencial econômico de riquezas de pouca exploração do homem. As descrições realizadas desse período retratam os primeiros passos de um poder que se instalou na região e constituiu-se como uma estrutura que apenas fortaleceu-se mediante as condições construídas diante de grupos que se tornaram apenas decorativa para os anseios diante de interesses além das fronteiras regionais.

A história do Purus permite compreender que as ligações do poder envolvem segmentos diferentes e as instituições religiosas se no princípio da ocupação do Purus estiveram ao lado dos padrões e posteriormente com as transformações ocorridas mediante a chegada de ordens religiosas e de instituições religiosas evangélicas temos mudanças quanto a sua posição deixando de realizar atividades com as oligarquias dos padrões e lutando pelos interesses dos grupos explorados ao longo de décadas. Essas mudanças promoveram o deslocamento das temáticas em torno das lutas sociais, crescendo em torno pela questão da terra, uma situação encontrada de forma cotidiana em toda a Amazônia agravando a situação

dos grupos e destacando o abismo social entre aqueles grupos com poder econômico e a população em geral. Essas instituições promovem uma ferramenta no combate ao avanço da fronteira agrícola e a luta pelos direitos das pessoas por direitos negados por séculos sem acesso a políticas públicas implementadas pelo Estado.

O resgate da memória a respeito do período dos grandes seringais recordando as figuras do “coronel de barranco”, “seringalista”, “patrões”, “regatão” sujeitos sociais que não apenas desbravaram a região do Purus, mas estabeleceram formas de dominação que ainda existem nos dias atuais. Ao mencionar essas figuras e seu legado, ente nós podemos destacar o sistema de aviamento que teve início com a exploração da borracha se consolidou como um mecanismo de poder e dominação nesses locais. Com o declínio da borracha os patrões buscaram novas formas de exploração de recursos naturais na concepção de enriquecer, temos o uso dos castanhais na dinâmica de exploração e novamente os trabalhadores desses produtos passam a trabalhar no regime de escravidão instituído a partir do aviamento. Não podemos deixar de mencionar que a organização dos seringais ultrapassou seus limites e tornando-se um modo de vida nas comunidades originadas de antigos seringais.

Os patrões são figuras emblemáticas com a chamada crise da borracha a concepção de poder desses sujeitos ganhou dimensões e a estrutura de poder que se transferiram para outros segmentos mediante declínio da borracha. O período de grandes projetos para a Amazônia temos a oportunidade econômico para o advento de novas formas de enriquecimento através dos recursos naturais. A castanha, madeira, pesca passam a configurar esse cenário e utilizando-se da base erguida pelo seringal o grau de reprodução de elementos contidos do poder econômico são estendidos aos grupos que permaneceram em antigas terras de seringa, construindo uma referência da concepção de patrão ganhando força mediante o projeto de ocupação do Sul do Amazonas que implantou o processo da chegada de desmatamento e fundamentou as bases para o agronegócio.

Numa análise das consequências dos contextos observados temos transformações significativas como a passagem do sistema de prática comercial iniciado pela figura do regatão que ao estabelecer nas cidades adotaram nas atividades locais envolvendo as relações comerciantes e clientes. Esse sistema tornou-se uma marca amazônica praticado em lojas de departamentos onde os elementos do carnê e da fidelidade do cliente na compra com o mesmo vendedor. Em Lábrea constatei o sistema comercial onde para manter a fidelidade e a honra os indígenas e extrativistas utilizam dos programas sociais para realizar compras e promover um controle e domínio sobre a população estabelecendo um controle social e econômico da população. Compreendendo a construção dos processos sociais inseridos na vida das pessoas moradores do Purus a herança de uma consciência coletiva pautada na dominação que segundo Bourdieu a reprodução apenas promove a permanência de elementos de poder sobre o indivíduo, temos assim uma eficácia da dominação e estabelecendo na região a posição social e a continuidade do patronato no sul do Amazonas.

Ao descrever os fatos ocorridos nesses anos de pesquisa identificamos que vários se relacionam com o momento os fatos recentes na história do país. A conquista de espaços e a ascensão dos movimentos sociais diante de governos que realizaram algumas aberturas para temas solicitados pelos grupos. Temos como exemplo a demarcação de Terras Indígenas e criação de Unidades de Conservação no modelo da Resexs que promoveram ao cesso a terra a grupos que anos sofreram com a exploração de grupos com poder econômico. Na região do Médio Purus a chegada da fronteira agrícola, mediante o estabelecimento do agronegócio que se utilizando dos recursos financeiros a imprimir o sistema de medo e expulsão das pessoas de suas terras conquistando terras fortalecendo o mercado de terras e a ascensão de grupos que se encontravam nas sombras e com a chegada do governo atual observamos o retrocesso das conquistas dos últimos anos.

O aparato instituído do poder retratado neste trabalho privilegiou as configurações atuais do patronato na região do Médio Purus, conhecer as cidades dessa região e suas especificidades com a chegada de “novos patrões” constituído com as configurações recentes, ao retrata pessoas com poder aquisitivo capazes de controlar uma cidade como Lábrea temos um reflexo de um agente social com poder estabelecido e controlando segmentos da sociedade em diversos níveis e determinando seus interesses em consonância com os interesses estabelecidos. Neste sentido a constituição do poder e dominação apesar das transformações sociais presentes possuem uma origem e tem seu estabelecimento nos dias atuais perpetuando modelos que apenas inferiorizam as pessoas numa conjunção de forças invisíveis aos olhares atentos da grande população, mas que agindo nas entre linhas e promovendo um continuidade insana aos grupos distantes de grandes centros, deixando o desafio para os pesquisadores sobre as lutas a serem travadas na vida social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Biologismos, Geografismos e Dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: _____ Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008b. p. 15-126.

_____. “Terras Tradicionalmente Ocupadas” In: Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed, Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, MAURO W. “As Colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos”. *Revista Mediações*, Londrina, v. 17 n.1, p. 121-152, jan. /Jun. 2012.

_____. “Direitos e Ambientalismo: Os seringueiros e suas lutas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 19 nº. 55 junhos/2004

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Companhia das letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. O Medo ao Pequeno Número: Ensaio Sobre a Geografia da Raiva: Iluminuras, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DO RIO ITUXI – APADRIT. Memorial da Luta pela Reserva Extrativista do Médio Purus. IEB, Brasília – Brasil, 2011.

_____. Comunidades Extrativistas da Resex Ituxi. Lutando por uma vida melhor. Lábrea – AM. Autores. Mathews, Mason & Thereza Menezes UEA Edições, 2009.

ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO MÉDIO PURUS – ATAMP. Memorial da Luta pela Reserva Extrativista do Médio Purus. IEB: Brasília – Brasil, 2011.

AREAS PROTEGIDAS NO SUL DO AMAZONAS. Paulo Amaral; Andréa Pinto; Izabella da Paixão Gomes; Carlos Alexandre da Cunha; Rodney Salomão; Gabriela Galetti. Belém – Pará. Imazon,2012.

BARTH, Fredrik. Balinese Worlds. University of Chicago Press. 1993.

_____. “Metodologias Comparativas na Análise Dos Dados Antropológicos”. O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas. Organização Tom Lask. Tradução John Comerford. EditoraContracapa- Rio de Janeiro, 2000.

_____. The Last Wali of Swat. Universitetsforlaget. 1985

BENCHIMOL, S. Amazônia Formação Social e Cultural. Manaus: Valer: 1999.

BECKER, Howard. “Diagramas: Pensar com Desenhos” In: Falando de Sociedade. Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Editora Zahar. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica da ideia de região” “Le Mortsaisitlevif – as relações entre a história reificada e a história incorporada”. In: Poder Simbólico. Bertand Brasil: Rio de Janeiro - Portugal, 2009.

_____. “Compreender”; “Efeitos de Lugar” In: Miséria do Mundo. Tradução de Editora Vozes, Petropolis – RJ, [1993]1997.

BOURDIEU, Pierre. “Flaubert analista de Flaubert” In: As regras da arte. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 17-59.

_____. “A Ilusão Biográfica”. In: Amado, J. Ferreira, M. M. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. “Marginalia: Notas adicionais sobre o Dom” In: Mana vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996.

_____. Sobre o Estado: Cursos no College de France (1989-1992) Pierre Bourdieu; (Edição estabelecida por Patrick Champagne..et al.) tradução Rosa Freire d’Aguiar. 1 Edição. Companhia das Letras. São Paulo. 2014.

_____. “Sur le pouvoirsymbolique”. In: Language et PouvoirSymbolique. ÉditionsFayard. Paris, 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. “Drama Social: notas para um tema de Victor Turner”. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 16, p. 1-304, 2007

CHARTIER, Roger.” Práticas e representações: leituras camponesas na Franga no século XVIII” In: A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel. P. 121-164, 2002.

CLASTRES, Pierre. “Troca e Poder: Filosofia da Chefia Indígena” In: _____. Sociedade contra o Estado. Editora Cosac Naify. São Paulo – SP, 2003.

CLIFFORD, James. “Sobre La autoridad etnográfica”. In: Dilemas de la Cultura: Antropología, Literatura y Arte em La perspectiva posmoderna. Gedisa editorial. Barcelona, 2001.

COUTINHO, João Martins da Silva. RELATÓRIO DA EXPLORAÇÃO DO RIO PURUS APRESENTADO PELO ENGENHEIRO JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO [1862] O Tratado Brasil-Peru / prefácio do Senador Geraldo Mesquita Júnior. -- Brasília: Senado Federal, 2009.

COSTA, Auriédia Marques da. A Face oculta do conflito: Desmatamento, avanço da fronteira agropecuária e expropriação de extrativistas de Lábrea – sul do Amazonas. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. 2016.

CUNHA, Euclides. Paraíso Perdido – Ensaio Amazônicos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

DAS, Veena. Handbook of Indian Sociology. Oxford, Dehli, 2006.

DOSSE, François. O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida. Tradução de Gilson Souza. EDUSP – São Paulo, 2009

ELIAS, Norbert. Introdução a Sociologia. Edições 70: Lisboa – Portugal, 2008.

_____. Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Editado por Michael Schöter; tradução, Álvaro Cabral. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro. 1997.

ENREICH, Paul. Contribuições para Etnologia do Brasil. Tradução de Egon Schaden. Revista do Museu Paulista. Volume 11. São Paulo, 1948.

_____. “Viagens nos rios Amazonas e Purus”. In: Viagem do Paraguay ao Amazonas. Tradução de Alexandre Hummel. Revista do Museu Paulista. Diário Oficial: São Paulo, 1929.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5 Edição. Editora Globo. São Paulo. 2012.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS. Plano de Vida do Movimento indígena do

FERRARINI, Antonio Sd. Progresso e Desenvolvimento no Purus. Editora FTD, São Paulo, 1978.

_____. Rio Purus: História – Cultura – Ecologia. Editora FTD: São Paulo, 2009.

FORTES, Meyer & EVANS-PRITCHARD, Edward E. “Introdução”. In: Sistemas Políticos Africanos. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1981.

FOUCAULT, M. Resposta ao círculo de epistemologia. In: Estruturalismo e teoria da linguagem. Trad. de L.F. Baeta Neves. Petrópolis, Vozes, 1971. p. 12-52.

_____. As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes. 2007

_____. Microfísica do Poder. Organização e tradução Roberto Machado. Edições Graal Ltda. Rio de Janeiro. 2007.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Edições Graal. Rio de Janeiro. 1988.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 36 Edição. Editora Petrópolis. Vozes. Rio de Janeiro. 2009

GALVÃO, Eduardo. “Áreas Culturais Indígenas no Brasil: 1900/1959”. In: *Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil*. Editora Paz e Terra, rio de Janeiro- RJ, 1979.

GUERIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Revista Campos* 12(1):9-29, 2011.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. Companhia das Letras.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma Situação Social da Zululândia Moderna” In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos*. UNESP. São Paulo – SP, 2010.

GUIMARÃES, Rancejânio Silva. “Você não enche o copo que já tá cheio”: Trajetórias de Lideranças de Associações Indígenas e Extrativistas no Médio Purus. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. 2014

HERZFELD, Michael. *Portrait of a Greek Imagination*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Lábrea*. Coleção de Monografias. Série B. N. 33. Texto elaborado por Fernando Pereira Cardim. 1963.

LEACH, Edmund R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. EDUSP. São Paulo – SP, 1996

LEAL, Davi Avelino. *Cenários da Fronteira: o rio Purus e o Pensamento Social na Amazônia*. In: Mendes, Gilton (org.) *Álbum Purus*. EDUA/UFAM: Manaus – Amazonas, 2011.

_____. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: Os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. 2013

KROEMER, G. “O Serviço de Proteção aos Índios” In: *Cuxiuara - O Purus dos Indígenas: Ensaio Etno-Histórico e Etnográfico sobre os Índios do Médio Purus*. Edições Loyola. São Paulo – SP, 1985

KUPER, Adam. *A reinvenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um mito*. EDUFPe. Recife – Pe, 2008.

MAIZZA, Fabiana. “O Purus e os Índios: notas sobre as populações indígenas do rio Purus”. In: W. Cabral de Sousa, A. V. Waichman, P. A. Sinisgalli, C. A. de Angelis, A. R. Romeiro. (Org.). *Rio Purus: águas, território e sociedade na Amazônia Sul-Occidental*. Manaus: Librimundi, 2012, v., p. 75.

MATHEWS, Mason Clay. *Socio-Economic Change in Transition from Patron-Client to Social Movements Networks In Brazilian Amazonia*. Dissertation Presented For Degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, 2011.

MATOS, Maria Helena Ortolan. “Os Bastidores do Indigenismo Brasileiro”; “Missionários, Antropólogos e Indigenistas” In: O processo de criação e consolidação do Movimento Pan-indígena no Brasil (1970-1980). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 1997.

_____. “A trajetória do Movimento Indígena: desafios políticos ao lidar com o Estado Nacional” In: Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari - Campinas, SP: [s. n.], 2006.

MELO, Joaquim Rodrigues de. A Política Indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910- 1932/ Joaquim Rodrigues de Melo – Manaus, 2007. Vol. I.

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. As Novas Fronteiras Amazônicas: estudo etnográfico do mosaico político-territorial do Sul do Amazonas. Relatório Técnico-Científico para o Conselho Nacional de Pesquisa Científica - CNPq. Manaus, 2012.

_____. “De Caboclos Ribeirinhos a Povos Tradicionais: Mobilização e Novas Identidades Sociais no Sul do Amazonas”. In: Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, 2010, Curitiba. Rede de Estudos Rurais. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, 2010, 2010.

_____. “Da Cana ao Caos: Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social d Museu Nacional/UF RJ. 2004

_____. “Dois destinos para o Purus: Desenvolvimentismo, socioambientalismo e emergência dos povos tradicionais no sul do Amazonas. In: Gilton Mendes dos Santos. (Org.). Álbum Purus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, v., p. 131-152.

_____. “Expansão da Fronteira Agropecuária e Mobilização dos Povos Tradicionais no Sul do Amazonas”. In: Almeida, Alfredo Wagner B. de; (Org.). Conflitos Sociais no Complexo Madeira. Manaus: UEA Edições, 2009.

_____. “Reservas Extrativistas: a formação de novos mosaicos territoriais e seus efeitos sociais no Amazonas”. In: SAUER, S. (Org.); ALMEIDA, W. (Org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UNB, 2011, v. v.1, p. 1-426.

_____. “Povos Tradicionais: 20 anos de visibilidade política no Brasil. In: José Exequiel Basini Rodrigues. (Org.) Povos Tradicionais, fronteiras e geopolítica na América Latina: Uma proposta para a Amazônia. Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2014. v., p. 241-266.

_____. “Uma usina-símbolo: Novas formas de gestão nas usinas pernambucanas. Revista RURIS. Volume 1, Número 02. setembro de 2007.v., p. 72-98.

MILANEZ, Felipe. “Contágio nas Matas” In: Povos Indígenas no Brasil: 2006/2010. Instituto Sociambiental, 2011.

MINTZ, Sidney. Worker In Cane. University of Chicago. 1968.

_____. O Poder Amargo do Açúcar: Produtores escravizados, consumidores proletarizados; Organização e tradução Christine Rufino Dabat – 2. Edição – Recife. Editora da Universitária da UFPE.2010.

MONTERO, Paula “Índios e Missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural” In: _____ (org.) Deus na Aldeia: índios, missionários e mediação cultural. Editora Globo, 2006.

MOREIRA, Edoardo. A Amazônia: Conceito e a Paisagem. Conselho Nacional de Pesquisa. Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia. Belém. 1958.

OLIVEIRA, João Pacheco. “Elementos para uma Sociologia dos Viajantes” In: _____ (org.) Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Editora Marco Zero/URFJ – Rio de Janeiro - RJ, 1987.

_____. ” Obstáculos ao Estudo do Contato” In: “Nosso Governo” – Os Ticuna e o Regime Tutelar. MCT/CNPQ, São Paulo – SP, 1988. p. 24-61.

PEREIRA, Cloves Farias. Estado e Agronegócio: Etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de território no sul do Amazonas. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. 2017.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. “Regatões”. In: IBGE. Tipos e aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

PRELAZIA DE LÁBREA. Efemérides da Prelazia de Lábrea: 1926-1951. Editora Santa Rita – Franca.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. “Prefácio”. In: Fortes, Meyer & Evans-Pritchard. Sistemas Políticos Africanos. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1981.

RANGEL, Lúcia. Os Jamamandi e as Armadilhas do Tempo Histórico. Tese de Doutorado em Antropologia Social. PUC-SP, 1994.

REIS, Arthur C. F., “Súmula da História do Amazonas” Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2001.

SCHIEL, Juliana. “Contexto: Os seringais no Rio Purus” In: Entre Patrões e Civilizadores: Os Apurinãs e a Política Indigenista no Médio Purus na primeira metade do século XX. P.16-41. Campinas, 1999.

SCHROEDER, Ivo. OPAN: 40 anos de Parcerias com Povos Indígenas. OPAN: Cuiabá, 2009.

SCWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. Faces do Estado na Amazônia: entre as curvas do Rio Juruá. Annablume. FAPEAM. Manaus. 2012.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. Revista Tempo Social. São Paulo. pp. 255-280

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Vozes: Petrópolis – Rio de Janeiro, 1995.

SCHIEL, Juliana. “Seruini”. In: Tronco Velho – Histórias Apurinã. Tese De Doutorado Universidade de Campinas, 2004.

STRATHERN, Marilyn. “Comparação”. In: Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia Editora Unicamp – Campinas, 2006.

TEXEIRA, Carlos Corrêa. Servidão na Selva: O Aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Editora valer/Edua. Manaus.2009

TIEMANN, Joachim. “O diário Viagem pelo rio Purus de Paul Ehrenreich”. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna & VEJMEKKA, Marcelo (org). Amazonia: Região Universal e Teatro do Mundo. Editora Globo, São Paulo: 2010.

THIOLLENT, Michel J.M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. 2 Edição. Editora polis. São Paulo. 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. “La formación de la clase obrera en Inglaterra - Prefacio” In: Thompson, E. P. Obra Esencial. “Prefacio”, Critica, Barcelona, 2002, pp. 13-18. Disponível em: www.cholonautas.edu.pe

TURNER, Victor. “Bruxaria e Feitiçaria: Taxonomia *versus* Dinâmica” In: Floresta de Símbolos – Aspectos do Ritual Ndembu. EdUFF. Niterói – RJ, 2005.

_____. “Dramas e Metáforas Rituais”; “Paradigmas religiosos e Ação Política; Thomas Becket no Concílio de Northampton”; “Hidalgo: A História enquanto Drama Social” In: Dramas, Campos e Metáforas – Ação simbólica na Sociedade Humana. EdUFF: Niterói – RJ, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. 2 Edição. Difel. São Paulo – Rio de Janeiro. 1979.

_____. Frentes de Expansão Agrária e Estrutura Agrária: Estudos do processo de Penetração numa área da Transamazônica. 3 Edição. Manaus. UEA Edições.2013.

_____. Revisitando as Frentes de Expansão. Org. Otávio Guilherme Velho; Alfredo Wagner Berne de Almeida. Casa 08. Rio de Janeiro/São Luís. 2016